

PATRÍSTICA

SANTO AGOSTINHO

- Dos Bens do Matrimônio • A Santa Virgindade
- Dos bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana



SANTO AGOSTINHO

- Dos bens do matrimônio
- A santa virgindade
- Dos bens da viuvez:
Cartas a Proba e a Juliana

Índice

DOS BENS DO MATRIMÔNIO

INTRODUÇÃO

1. O matrimônio entre os pagãos
2. A questão do matrimônio no período patrístico até santo Agostinho
3. Santo Agostinho

BIBLIOGRAFIA

Primeira sociedade do homem e da mulher

Diversas hipóteses sobre a propagação dos filhos, se Adão não pecasse

Diversos bens do matrimônio: do primeiro, segundo e terceiro

Quarto bem do matrimônio. Que é adultério? A fidelidade deve ser guardada até em coisas triviais, e deve-se antepor à vida

Quando a união do homem e a da mulher é matrimônio e quando não

Da exigência e prestação do ato conjugal

A aliança nupcial não se invalida pela separação dos cônjuges. Repudiada a mulher adúltera, é lícito casar-se com outra? Ter duas mulheres é proibido pelo Direito Romano.

Pelo divórcio não se dissolve o matrimônio entre cristãos

O repúdio entre os gentios e entre os judeus. O matrimônio é um bem em si mesmo, e não por comparação com a fornicção

O matrimônio é um bem relativo. Os santos Patriarcas deviam usar do matrimônio. Agora é preferível a continência

Objeção contra a continência. Agora devem casar-se só os que não se contêm. As núpcias não são pecado. Concúbito nupcial é só aquele que se realiza em ordem à geração dos filhos

O uso do matrimônio contra a natureza é mais execrável na esposa que na meretriz. Sem menoscar a santidade das casadas, é mais recomendável a santidade das não casadas

Raríssimas são as casadas que só pensam em agradar a Deus

Hoje só devem casar-se os não continentes; antigamente ainda os continentes deviam casar-se. Usar do matrimônio só para ter filhos, quão raro é

Unir-se à concubina para ter filhos é maior pecado que unir-se à esposa para satisfazer a incontinência

O matrimônio não pode ser dissolvido por causa de esterilidade. Não se atreve a definir se é lícito unir-se a outra mulher, com o consentimento da esposa, para ter filhos comuns

Na união carnal e na comida igualmente pode haver virtude e vício

Os casados de agora não devem ser equiparados aos santos casados dos tempos primitivos. Por algum tempo foi lícito que um homem tivesse várias mulheres, mas nunca foi lícito que uma mulher tivesse vários maridos

Agora o sacramento do matrimônio é só de um com uma. Não é lícito consagrar bispo

senão o marido de uma só mulher

Poderão comparar-se os continentes de hoje com os antigos santos casados?

A purificação prescrita pela Lei após a união carnal não indica que esta seja pecado. Se alguns continentes de agora podem ser comparados aos antigos Patriarcas casados

A continência, como as outras virtudes, pode ser habitual e atual. A virtude habitual pode existir sem a atual, como se vê pelo exemplo de Cristo

A continência nos antigos era interna, agora deve ser externa. Responde às demências de Joviniano

A continência é melhor que a castidade conjugal: não obstante os casados podem ser melhores que os continentes. O bem da obediência é maior que o bem da continência. É preferível uma casada mais obediente que uma virgem menos obediente. A obediência é mãe de todas as virtudes

Bem triplo das núpcias entre cristãos. Os antigos Patriarcas casados observaram a obediência nas obras; a continência intencionalmente

Refuta as calúnias dos maniqueus contra os Patriarcas do Antigo Testamento

Os continentes atuais não pensem vilmente dos santos Patriarcas casados. A virgindade há de ser protegida com a humildade

Apêndices

I. CONTRA OS ADÚLTEROS E FORNICADORES

Repreensão aos adúlteros

O crime dos fornicadores

II. NORMAS DE VIDA COMUM MATRIMONIAL

Fundamento da vida comum

Da oração

Sobriedade e mortificação

Da castidade

Perdão das ofensas

A autoridade

Última recomendação

A SANTA VIRGINDADE

INTRODUÇÃO

1. A questão da virgindade hoje

2. A virgindade no período patrístico

3. O tratado de santo Agostinho

4. O essencial da obra

5. Alcance mariológico

6. Significado teológico

7. A perfeição em Agostinho

BIBLIOGRAFIA

PREÂMBULO

PRIMEIRA PARTE

A VIRGINDADE EM SI MESMA

A. JESUS CRISTO E MARIA, MODELOS DE VIRGINDADE FECUNDA

Cristo — esposo da Igreja, virgem e mãe

Nosso parentesco espiritual com Cristo

Maria, virgem por livre opção de amor

Fecundidade espiritual de Maria e de suas imitadoras

A excepcional dignidade da Virgem Maria

B. EXCELÊNCIA DA VIRGINDADE ACIMA DE TODA FECUNDIDADE CONJUGAL

A honra da maternidade não supera a virgindade

A virgindade é honrada pelo fato de ser consagrada a Deus

Considerações sobre a necessidade e o valor da maternidade cristã

Origem das virgens

Motivo da consagração: o grande amor a Cristo

A Igreja — mãe das virgens consagradas e os bens do matrimônio

A virgindade — virtude angélica e as vantagens terrenas e celestes da virgindade

A virgindade — conselho, não preceito do Senhor

Preceitos e conselhos

Tribulações próprias do matrimônio

O matrimônio não é condenado por S. Paulo

A doutrina de São Paulo e das Escrituras sobre o matrimônio

Dois erros opostos

Novas implicações da doutrina paulina sobre o casamento

Recapitulação e conclusões

C. AS RECOMPENSAS ETERNAS

Recompensas prometidas à virgindade

Declaração de Jesus sobre o estado da continência perpétua

Texto do profeta Isaías sobre a recompensa dos eunucos

“Dar-lhes-ei nome eterno”

Cada estrela difere em claridade das demais

Exortação — o cântico novo das virgens

Seguir a Cristo no espírito das bem-aventuranças

A harmoniosa diversidade no céu

Exortações bíblicas

SEGUNDA PARTE

Introdução — valor da humildade

A. ENSINAMENTOS DE CRISTO SOBRE A HUMILDADE

Preceitos e exemplos do Senhor

Insistente recomendação da humildade. As solteiras repreensíveis

As viúvas consagradas censuráveis

Bela apóstrofe a Cristo

Modelos evangélicos. Súplica pelos continentes

A humildade de Cristo, o modelo por excelência

B. SITUAÇÃO DAS VIRGENS DIANTE DE DEUS

O temor casto é salutar

Viva exortação às virgens para serem humildes

Por ter pecado menos, amar mais

Toda virtude vem de Deus

Amar muito por ter recebido com abundância

C. OS DIVERSOS ESTADOS DE VIDA

Motivos gerais da humildade

A mulher casada e a virgem

Mérito dos diversos estados de vida

Diversidade dos dons. Supremacia do dom do martírio

Considerações para a conservação da humildade

Ninguém está isento de pecado

As virgens tenham consciência de suas faltas. Cristo, nosso advogado junto ao Pai

A verdadeira grandeza é feita de humildade

D. BENEFÍCIOS DA HUMILDADE

A humildade — morada da caridade

Exortação à caridade e à humildade

A vida moral transfigurada pela virgindade

Contemplai a Cristo

Razão do grande amor a Cristo

DOS BENS DA VIUEZ: CARTAS A PROBA E A JULIANA

INTRODUÇÃO

1. Santo Agostinho, epistológrafo

2. A família de Proba

3. A correspondência de Agostinho com a família de Proba

BIBLIOGRAFIA

CARTA 130: A PROBA

INTRODUÇÃO

1. Ocasão e data da obra

2. Apreciação da carta

3. Síntese do conteúdo

TEXTO

Prólogo: motivos da carta

Confiar na oração, não nas riquezas

Considera-te desolada

Insegurança até nas amizades

Nossa condição humana de solidão
O verdadeiro consolo, só na vida eterna
O que deve buscar a verdadeira viúva
A viúva que vivendo está morta...
O que pedir na oração
Será feliz quem faz tudo o que quer?
Os pedidos legítimos
Desejar apenas o suficiente para viver de modo conveniente
Os bens apetecíveis da saúde e da amizade
O melhor pedido: a vida bem-aventurada
Despertemos nosso desejo da vida bem-aventurada
Pedir com fé, esperança e amor
Tanto mais receberemos quanto maior for nossa fé, esperança e amor
Rezar também com palavras, na perseverança
Rezemos longamente com o coração
Rezemos com jaculatórias
A oração dominical: norma de toda prece
As orações bíblicas reduzem-se ao pai-nosso
Pedidos inconvenientes
A fé, a esperança e a caridade levam a Deus
Não sabemos orar como convém
Deus atende a todos os nossos pedidos
Pedir o único bem
A doura ignorância
As duas Anas e as viúvas da Bíblia
Orai por mim
Carregai o peso umas das outras

CARTA 131: A PROBA

INTRODUÇÃO

TEXTO

CARTA 150: A PROBA E A JULIANA

INTRODUÇÃO

TEXTO

CARTA - OPÚSCULO A JULIANA

INTRODUÇÃO

1. O título da obra
2. Autenticidade
3. Data da redação
4. Ocasião da obra
5. As duas grandes partes da carta-opúsculo

6. Síntese da idéia central

7. Análise de algumas idéias

TEXTO

Introdução: ocasião e tema da obra

As duas partes deste opúsculo — São Paulo é o mestre

PRIMEIRA PARTE

1ª SEÇÃO: A VIUVEZ COMPARADA AO CASAMENTO

Por não casada (“innupta”), o apóstolo entende não só as virgens, mas também as viúvas

O bem da viuvez é superior ao do matrimônio — que é um bem

A profissão de viuvez não condena as segundas núpcias

A viuvez é melhor e mais honrosa do que as segundas núpcias

A viuvez é chamada de honesta por sê-lo mais do que o matrimônio, mas não por este ser torpe

Louvar a viuvez não é condenar o casamento

A santidade da mulher casada e a da viúva

Conclusão: louvar a viuvez é exaltar também o casamento

2ª SEÇÃO: A VIUVEZ E AS SEGUNDAS NÚPCIAS

Comparação entre as duas viúvas do Antigo Testamento: Ana e Rute

No tempo da lei, as santas mulheres casavam-se por obediência, e não por concupiscência

Situação do matrimônio cristão

É censurável à viúva recusar-se, após um voto de continência

A censura não recai sobre o casamento — que é um bem

A infidelidade ao voto é pior do que o adultério

Não se pode condenar as segundas núpcias — tampouco núpcias mais repetidas

3ª SEÇÃO: O MÉRITO DAS VIÚVAS

O mérito corresponde à capacidade da continência

Comparação entre três tipos de viúvas

4ª SEÇÃO: VOTOS A JULIANA

5ª SEÇÃO: CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE

A continência é dom. Necessidade de agradecer por ela

O erro pelagiano. Necessidade da graça e da oração

Sem a graça agindo no interior, nada vale a exortação exterior

Procurar sempre agradar a Deus

A beleza espiritual de Demetriadés, de Juliana e da matrona Proba

Desprezar os prazeres do mundo

Meios de obter as alegrias espirituais

Cuidar da sua boa reputação

Orar pela perseverança e cuidar do bem a fazer aos outros

Conclusão da Carta

CARTA 188: A JULIANA

INTRODUÇÃO

1. Antecedentes da carta
2. A Carta de são Jerônimo a Demetriades
3. A Carta de Pelágio
4. Data e características da carta 188 de santo Agostinho
5. Pelágio e os erros dos pelagianos

TEXTOS

Capítulo 1

Capítulo 2

Capítulo 3

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos e suas obras, conhecidos, tradicionalmente, como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com cerca de 400 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. Paulus Editora procura, agora, preencher este vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzidos e preparados, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa ação despojada, porém séria.

Cada autor e cada obra terão introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para boa compreensão do texto. O que interessa é pôr o leitor diretamente em contato com o texto. Ele deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos, em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e padres ou pais da Igreja. O termo “patrologia” designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga incluindo também obras dos escritores leigos. Por “patrística” se entende o estudo da doutrina, as origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico e pela evolução do pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere ao — leigo, sacerdote ou bispo — da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como

testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambigüidades em torno dessa expressão, os estudiosos convencionaram em receber como Pai da Igreja quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de são João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo assim os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussão, de inspiração, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras, que Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner-A. Stuiber, Patrologia, São Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

DOS BENS DO MATRIMÔNIO

INTRODUÇÃO

O termo matrimônio — do latim, *matrimonium* — deriva sua raiz da palavra *mater*, mãe, porque, como é afirmado por santo Agostinho no *Contra Faustum*, 19,26, o objetivo de conduzir uma mulher às núpcias é o de torná-la mãe. Hoje, por matrimônio se entende a união legítima do homem e da mulher com o fim de viverem em profunda unida-de, formar uma família, procriar, formar e educar os filhos.

1. O matrimônio entre os pagãos

A concepção monogâmica do matrimônio, o objetivo de gerar filhos e a indissolubilidade não eram atributos exclusivos dos cristãos. Encontram-se também entre pagãos concepções tão elevadas quanto as dos cristãos. Não faltam testemunhos dessas concepções. Assim, por exemplo, o neo-estóico Gaio Musônio Rufo, do século I de nossa era, expressa a opinião estoica a respeito dos fundamentos da união matrimonial. Sua concepção está fundada sobre a explícita identidade de natureza entre os dois sexos e da igual predisposição para a virtude, num período em que a condição inferior da mulher era justificada filosoficamente.¹ Para G. M. Rufo a união matrimonial deve ser perfeita comunhão de vida, partilha recíproca tanto das fadigas da existência como dos bens materiais. Deve haver o predomínio absoluto, na vida do casal, do bem comum sobre o interesse individual. Estas idéias podem ser encontradas no texto a seguir: “Mas o matrimônio deve ser considerado perpétuo se dotado de recíproca vontade. Portanto, para mim, quando se procura esposa, alguém com quem compartilhar o leito nupcial, companheira de vida, é preciso escolhê-la para toda a vida”. Este pequeno texto do Pseudo-Quintiliano está afinado com o que se pode encontrar nos Fragmentos de M. Rufo:

“O elemento fundamental do matrimônio é a comunhão de vida e a geração de filhos. Marido e esposa juntam-se, por isso, para viverem juntos, para agirem juntos, para pôr tudo em comum, de modo que nenhum deles tem algo de seu, nem mesmo o próprio corpo.

O importante é dar vida a outro homem, o que se realiza justamente pela união conjugal. (...) No matrimônio, ao invés, deve absolutamente existir comunhão de vida, de modo que marido e esposa cuidem um do outro, na saúde e na doença e em todas as circunstâncias; de fato, os dois se casam por desejo dessa união de vida e, ao mesmo tempo, para procriar filhos. A união é perfeita quando tal solicitude é recíproca, onde cada um procura vencer o outro (na solicitude). Esse é o matrimônio realizado e invejável. É muito bela essa comunhão de vida!

Onde, porém, cada um procura somente o próprio bem, negligenciando o do outro (...) a afeição já está fora, pois nenhum dos dois pretende manter a união, de coração e de espírito, com o outro cônjuge. Nesse caso, é inevitável que a comunhão de vida se degrade e que a vida familiar assuma aspectos muitos feios. Ou eles dissolvem totalmente o seu matrimônio ou, continuando juntos, passam a viver pior do que se estivessem sozinhos e abandonados.

É preciso, pois, que quem se casa não repare muito na família da esposa, para ver se tem nobres ascendências, riquezas, nem para o aspecto físico, se ela tem um belo corpo. Riqueza, beleza e nobreza não têm o condão de fazer crescer a comunhão de vida nem a concórdia recíproca; não servem nem para tornar os filhos melhores.

Do ponto de vista físico, para casar basta encontrar uma mulher com um corpo saudável, não muito belo nem muito feio, apta para o trabalho, que não desperte a lascívia e a astúcia dos dissolutos, que seja

sobretudo capaz de desenvolver as atividades típicas de um corpo e que possa fazer filhos sem defeitos.

Do ponto de vista do espírito, deve-se considerar que as esposas mais aptas são aquelas naturalmente mais bem-dispostas à castidade, à justiça e à virtude em geral. Sem concórdia é possível existir um matrimônio bem-sucedido? Ou uma vida comum feliz? E como poderiam viver em concórdia pessoas que são maldosas uma com a outra? E como uma pessoa boa poderia viver de acordo com um pessoa má? Tanto quanto um pedaço de pau torto pode se encaixar em outro direito, ou dois pedaços de pau torto podem encaixar um no outro! Se já é difícil uma pessoa má ser amiga e viver em paz com outra má, mais difícil será viver em paz com uma pessoa honesta”.²

Nesse texto de M. Rufo revela-se o grande valor que os estóicos atribuíram ao matrimônio como instituição natural para garantir, com a sucessão das gerações humanas, a vida harmônica no cosmo e na cidade. Está presente, nesta concepção, a imagem do casal, altamente positiva, sublinhando os valores que caracterizam as relações corretas, a comunhão profunda entre os esposos, em todos os níveis da existência. Note-se que, embora indicando a procriação dos filhos com a finalidade primária das núpcias, Rufo não identifica esta função reprodutiva como única. Diz ele, num outro fragmento: “É uma grande coisa, de fato, a geração de um homem, que é o produto deste casal, mas isto não basta ainda para o matrimônio, já que este se pode obter sem as núpcias, por livre união sexual, à maneira que os animais fazem entre si”. Para ele, o essencial do matrimônio, seu ponto culminante, estaria nos laços afetivos e na comunhão de vida entre os esposos e não no ato da procriação: “Mas no matrimônio deve haver inteira convivência e recíproco cuidado do marido e da mulher, e na boa saúde e na doença e em toda ocasião, e por desejo de tal afeto, não menos que por aquele da prole, vai à núpcias cada um dos cônjuges”.³ A união matrimonial se configura, portanto, como a maior e mais profunda comunhão e partilha que possa existir na vida humana.

2. A questão do matrimônio no período patrístico até santo Agostinho

No período apologista, isto é, ao longo de todo o século 2º, os cristãos precisaram se defender das acusações pagãs de imoralidade e de periculosidade social, demonstrando que, inclusive a propósito do matrimônio, casavam-se segundo as leis vigentes, conforme expressa Atenágoras, na *Petição em favor dos cristãos*: “Como temos esperança na vida eterna, desprezamos as coisas da vida presente e até os prazeres da alma, tendo cada um de nós por mulher aquela que tomou conforme as leis estabelecidas por nós e com a finalidade de procriar filhos. Assim como o lavrador, jogada a semente na terra, espera a colheita e não continua semeando, do mesmo modo, para nós, a medida do desejo é a procriação dos filhos. E até é fácil encontrar muitos dentre nós, homens e mulheres, que chegaram celibatários à velhice, com a esperança de um relacionamento mais íntimo com Deus. Se o viver na virgindade e castração aproxima mais de Deus e só o pensamento e o desejo separam, se fugimos dos pensamentos, quanto mais não recusaremos as obras?”⁴

É preciso considerar que o matrimônio não era apenas uma realidade jurídica, mas também um fenômeno social fundamental para a continuidade mesma da sociedade: e é na reflexão sobre este aspecto que se verificam as mais evidentes continuidades entre matrimônio pagão e matrimônio cristão. Contudo, alguns padres demasiadamente influenciados pelo dualismo e pelo gnosticismo não só tinham uma concepção negativa do matrimônio como propunham sua rejeição. Assim, por exemplo, na base de uma unilateral acentuação ascética da encratéia (continência, forma de ascetismo extremo), do autocontrole, da abstinência, sobrevalorizava-se a virgindade e desvalorizava-se o matrimônio. Os encratitas radicais, movidos pela perspectiva escatológica, viam no matrimônio e na procriação atividades tipicamente “mundanas”. De fato, “ressuscitado” em e com Cristo, diziam, o cristão deve adequar-se àquele modelo

de “vida angélica”, que não conhece núpcias nem gerações, conforme deduzem da passagem de Lc 20,34-36: “Os filhos deste século casam-se e dão-se em casamento; mas os que forem julgados dignos de ter parte no outro século e na ressurreição dos mortos, nem eles se casam, nem elas se dão em casamento; pois nem mesmo podem morrer: são semelhantes aos anjos e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição”. Eusébio de Cesaréia recolheu em sua obra esta concepção encratista do matrimônio: “Oriundos de Saturnino e de Marcião, os chamados encratistas pregavam a abstenção do matrimônio, rejeitando a primitiva instituição divina e acusando tacitamente aquele que fez o homem e a mulher ordenados à finalidade da procriação; introduziram a abstinência da carne dos seres que, em sua opinião, são animados, mostrando-se ingratos para com Deus criador de todas as coisas, e recusaram aceitar a salvação do primeiro homem. Taciano, introdutor do encratismo, declarou que o matrimônio era corrupção e luxúria, em concordância com Marcião e Saturnino” (*Hist. Eccl.* IV, 29, 2-3). De fato, Marcião desprezava a instituição matrimonial, retendo-a como instrumento perverso da reprodução da materialidade má, isto é, do corpo. Sua doutrina se fundava sobre um nítido dualismo em relação à divindade. Da avaliação negativa da corporeidade deriva Marcião a firmeza com que propunha uma ascese muito rígida, um abstencionismo absoluto das núpcias e da procriação, considerados veículos do poder criacionista do Deus mau.

O gnosticismo, por sua vez, com sua premissa dualista, segundo a qual a matéria é intrinsecamente má, deu um fundamento dogmático ao encratismo. O gnosticismo sustentava que o matrimônio e o coito serviam apenas para pôr um maior número de almas na prisão do corpo e recomendava a abstinência completa para frustrar, de um lado, o propósito do demiurgo e, de outro lado, para submeter a carne ao espírito. Essas idéias vieram ao encontro da concepção cristã da periculosidade do sexo como consequência do pecado e da subordinação das exigências do matrimônio aos apelos e postulados do reino de Deus.

Pelo fim do século 2º, uma passagem da famosa *Carta a Diogneto* mostra o contraste entre a prática do matrimônio cristão e a prática de muitos pagãos. Afirma-se nesta passagem que os cristãos “casam-se como todo mundo, geram filhos, mas não se livram dos recém-nascidos, têm em comum a mesa, não porém o leito. Vivem na carne, mas não segundo a carne” (V, 6-8).

Em sua obra *O Pedagogo*, introdução aos problemas com que se defronta o neoconvertido, Clemente de Alexandria examina, no primeiro livro, os princípios gerais da conduta cristã justa. Nos outros dois livros, trata de problemas concretos da vida cristã, entre os quais justamente os ligados ao matrimônio: “Mas as núpcias sejam aceitas e regulamentadas. De fato, o Senhor quer que a humanidade se multiplique (Gn 1,28), mas não diz ‘vivei na libertinagem’ nem deseja que nós nos entreguemos aos prazeres como se estivéssemos nascidos para o acasalamento (...). Até os animais, desprovidos de razão, têm um tempo próprio para a inseminação. Copular por (outras) razões que não a procriação de filhos é violar a natureza. É bom que, aprendendo na escola dessa mestra (a natureza), respeitemos as sábias lições da sua pedagogia em relação ao tempo, ou seja, aquilo que ela fixou a respeito da velhice e da idade das crianças (a estas não possibilitam que se casem, aos velhos não quer mais que se casem); portanto, (a natureza) não autoriza as núpcias em qualquer idade. O matrimônio é desejo da procriação, não uma expulsão desordenada de sêmen, o que é contrário à lei da razão” (*Ped.* 95, 2-3).

Outra concepção pessimista do matrimônio encontra-se em Gregório de Nissa que viveu pouco depois de Clemente. Por volta de 371, em seu *Tratado da Virgindade*, advoga em favor da virgindade consagrada a Deus e diz que o matrimônio está a serviço da morte. Algumas de suas expressões colhidas nesta obra dão a idéia de sua concepção negativa sobre o matrimônio: “Último degrau do distanciamento da vida paradisíaca” (XIII, 1,7), “a união corporal trabalha para produzir corpos mortais” (XII, 3,10); “a procriação corporal não é mais princípio de vida que de morte” (XIV, 1,5); “o matrimônio fornece à

morte sua matéria e lhe prepara pessoas destinadas a morrer” (XIV, 1,34). Assim o matrimônio teria parte com a morte. Parece que ele não vê no matrimônio outra coisa que um provedor da morte. Ainda no cap. XII, 3,1, após lembrar que “a carne é submissa à morte”, diz imediatamente: “a geração segundo a dissolução”. Dessa maneira, sexualidade e morte estão intimamente ligadas, “estes corpos a serviço da vida corruptível”, “instrumentos de uma sucessão mortal”, “frutificam para a morte” (XIV 1, 14-17; 4,8). À medida que o homem, pela geração de filhos, prolonga a cadeia de gerações, retarda a manifestação do grande Deus quando da parusia de Cristo (XIV, 4,10).⁵

Grande polêmica em torno da questão do matrimônio surgiu nas últimas décadas do século 4º com as obras de Elvídio e de Joviniano. Elvídio, um leigo romano, provavelmente discípulo do bispo ariano Auxêncio, publicara um opúsculo no qual negava a virgindade perpétua de Maria, sustentando que, depois do nascimento de Jesus, ela tivera outros filhos com José. A obra de Elvídio contrariava claramente os defensores da prática virginal, afirmando, como consequência da não perpétua virgindade de Maria, a paridade absoluta entre virgindade e matrimônio. Joviniano, personagem quase desconhecido dos meios patrísticos, era um monge residente em Roma. Chocado com a doutrina de uma recompensa particular devida à virgindade ou ao jejum, começou a pregar insistindo sobre a graça batismal idêntica em todos, isto é, o batismo — e não a virgindade — define o verdadeiro cristão. Jerônimo o apresenta ensinando “que as virgens, viúvas e mulheres casadas, uma vez lavadas em Cristo (batizadas), têm méritos iguais, se não diferem nas outras coisas” (*Contra Joviniano* 1,3; PL 23.224). Com isso ele abriu a discussão sobre a questão do mérito e, depois, sobre a virgindade perpétua de Maria. Acentuava, na realidade, o significado do batismo, desacreditando as formas exasperadas de ascese, do jejum, colocando no mesmo plano as virgens, as viúvas e as casadas. A mensagem de Joviniano fez muitos discípulos nos ambientes romanos e influenciou algumas virgens consagradas. Compreende-se a imediata reação dos defensores do ascetismo mais rigoroso, como são Jerônimo.⁶

A reação dos defensores do monaquismo não se fez esperar. Pamáquio, amigo de Jerônimo, levou à condenação uma dezena de discípulos de Joviniano. Ambrósio convocou um sínodo em Milão no qual condenaram Joviniano e sua doutrina. Dois livros polêmicos de Jerônimo despertaram escândalo, pelo exagero de sua defesa da virgindade. As cartas 48-50 de Jerônimo atenuam os efeitos provocados por sua obra *Contra Joviniano*. O papa Sirício convocou um sínodo romano no qual foram condenados Joviniano e oito de seus seguidores. Embora se possa perceber a dimensão evangélica da doutrina de Joviniano, é praticamente impossível conhecê-la exatamente, uma vez que seus *Commentarioli* se perderam por completo. Joviniano foi exilado em 398 pelo imperador Honório.

Jerônimo investiu também contra Elvídio. Sua reação objetivava corrigir, de um lado, as interpretações escriturísticas do adversário, com o fim de defender a perpétua virgindade de Maria; de outro lado, para reafirmar a superioridade da condição virginal em relação ao matrimônio. Seu *Contra Elvídio* não se destaca pela argumentação teológica, mas pelo tom ácido com o qual desmascara a hipocrisia das “falsas virgens”, ou a violência com a qual condena os hábitos mundanos de muitos monges, ou ainda pela sátira pungente com a qual põe em desvantagem o matrimônio, considerando-o de nível inferior em relação à virgindade.

3. Santo Agostinho

O tratado sobre *Os bens do matrimônio* de santo Agostinho é a única síntese expressamente dedicada ao tema do matrimônio em toda a patrística. Daí sua enorme importância. Foi composto em torno do ano 401 como resposta ulterior à polêmica suscitada em Roma por Joviniano. Poderia parecer inútil, à primeira vista, a retomada de um debate que já se tinha encerrado há alguns anos e cujo promotor estava

exilado. Ante esta objeção que se poderia fazer, Agostinho deixa esclarecida nas *Retratações* a perspectiva de novidade com a qual reexaminou a questão: não se tratava, para ele, de denegrir o matrimônio em favor da virgindade, como o fizera Jerônimo, mas mostrar que o matrimônio é vantajoso em relação à virgindade, antes de exaltar a validade da escolha ascética.⁷ Quase duas dezenas de anos depois, Agostinho redigiu outra obra, em dois livros — *As núpcias e a concupiscência* — para responder, desta vez, às acusações dos pelagianos e de Juliano de Eclano, em particular. Estes viam, na doutrina agostiniana do pecado original e da concupiscência, uma negação implícita da bondade do matrimônio. Juliano replicou imediatamente à obra de Agostinho com um escrito em 4 livros, o que forçou Agostinho a escrever, em seguida, por volta de 420, o segundo livro de *As núpcias e a concupiscência*.⁸

Agostinho insiste sobre o valor social da união entre homem e mulher e sintetiza a bondade do matrimônio ou os bens em três itens: o bem da prole, o bem da fidelidade recíproca e o bem da indissolubilidade, rebatendo, ponto por ponto, as afirmações de Joviniano.

Para Agostinho, como para a maioria dos padres da Igreja, o fim do matrimônio é antes de tudo a procriação da prole. Concebendo o ser humano profundamente lesado pelo pecado original, Agostinho põe a sexualidade na esfera animal e não lhe atribui nenhuma característica especificamente humana. Isso se demonstra, segundo ele, na excitação autônoma dos órgãos sexuais, na impossibilidade de se dominar com a vontade o orgasmo e na intensa emoção libidinosa que levam a uma diminuição e subjugação do espírito à sexualidade, de tal forma que a procriação não se dê sem um certo impulso ao apetite animalesco. Equiparando pecado original, concupiscência e emoção libidinosa, Agostinho conclui e define a união conjugal boa em teoria, mas considera, em concreto, cada contato sexual, pelo menos materialmente, mau. Assim, pode-se dizer literalmente que cada filho nasce “no pecado” dos pais. Mas, devido à condescendência e para garantir a descendência querida por Deus, trata-se de um pecado permitido ou tolerado, pelo qual a consumação do matrimônio, subjetivamente voltada para a procriação dos filhos, deve ser moralmente justificada. O mesmo se diga do cumprimento dos deveres conjugais, porque pelo matrimônio se transferiu ao outro cônjuge o direito sobre o próprio corpo.

O fato de Agostinho colocar a procriação dos filhos como o primeiro bem do matrimônio não advém dos ensinamentos das Escrituras nem da doutrina da Igreja. Ele simplesmente segue e sacramenta a lei romana. Vivendo numa cultura pós-moderna, pressionado pela explosão demográfica, solicitado por tão numerosas instâncias ao controle da natalidade, o cristão tem, hoje, dificuldade em aceitar essa recomendação. O que hoje causa estranheza, naquele tempo era lei. De fato, a necessidade de cultivar os campos, de manter um grande exército para sustentar a dominação, de ocupar os espaços cada vez maiores no Império que se dilatava, obrigaram Augusto a criar as leis matrimoniais e demográficas, emanadas entre os anos 18 a.C. e 9 d.C. Augusto esforçava-se por reconstruir, com estas leis, uniões estáveis e legítimas, de onde nasceria o maior número de filhos, novos cidadãos romanos. Entre as novas medidas, encontra-se a dos privilégios para as famílias numerosas, o apelo a um noivado mais breve, restrições ao divórcio e encorajamento ao casamento entre classes sociais diferentes. A legislação demográfico-matrimonial vê o impulso demográfico como chave para a reconstrução e a perpetuação da grandeza de Roma. A fecundidade, coroamento da união sexual, é o meio para se obter a imortalidade pela sucessão das gerações. Os benefícios que advêm para o Império não param aí. O discurso que Dion Cássio põe na boca de Augusto menciona ainda a união matrimonial estável, duradoura, como eixo da harmonia e da paz social, antídoto à corrupção moral e política. O cidadão romano tem o dever cívico de procriar filhos, através dos quais oferece braços e inteligência para o Império.

Em sua obra *História romana*, LVI,1, Dion Cássio faz Augusto pronunciar, por ocasião dos jogos triunfais, o seguinte discurso: “No início, Roma não era assim tão pobre de homens. Casando-nos e

gerando filhos, nós superamos todas as nações, não só pela força dos homens, mas também pelo seu número. (...) O deus que nos criou dividiu o gênero humano em homens e mulheres, plantou em ambos o amor e o impulso para a união sexual, deu-lhes a fecundidade sobretudo para que, através da renovação das gerações, aquilo que é mortal se tornasse de alguma forma imortal (...). No que se refere ao Estado (...), é justo e inclusive necessário — (...) se quereis de fato dominar todos os países e mantê-los como vossos súditos — que uma grande multidão de povo cultive em paz a terra, impulsione os navios, se dedique ao comércio e às artes, e, em guerra, defenda com grande ímpeto inclusive os bens da própria família e possa, com novos nascimentos, remediar a perda dos que caíram (...)”.

E, dirigindo-se particularmente aos não casados, adverte-os de maneira veemente: “Como devo chamar-vos? Homens? Até agora não provastes sê-lo. (...) O Estado é feito de homens, não de casas, de pórticos, de praças vazias. Pensai na vergonha do vosso antepassado Rômulo (...), vós que não conseguis ter filhos de um matrimônio legítimo (...). Enquanto eles geraram filhos com as mulheres dos inimigos, vós desprezais o matrimônio inclusive com as mulheres de vossa terra”.⁹

É fato histórico e notável que “(...) para fortalecer a família romana tradicional, Augusto introduziu severa legislação matrimonial e usou abertamente da religião para promover seus ideais matrimoniais. Para aumentar a taxa de nascimentos, concedeu às mulheres, nas-cidas livres, com três filhos, e às mulheres libertadas que tinham tido quatro filhos, emancipação da tutela patriarcal. (...) A taxa de nascimentos e o número de filhos eram de grande interesse político para o *establishment* patriarcal do Império. O imperador impunha sanções e taxas sobre os que ainda eram solteiros. De mais a mais, esperava-se dos viúvos e dos divorciados de ambos os sexos casar-se de novo após período de um mês (...) Somente aos que eram mais velhos de cinquenta anos se permitia permanecer não casados (...) No fim do século primeiro, o imperador Domiciano reforçou a legislação matrimonial de Augusto, particularmente para fortalecer as famílias dirigentes do Império.”¹⁰

Mesmo que essas leis não fossem observadas rigorosamente e tivessem se afrouxado muito no tempo de Agostinho, a preocupação principal das autoridades e das lideranças, no referente ao matrimônio, permanecia a da procriação. O que hoje se recrimina a Agostinho é que, para ele, como para a maioria absoluta dos Santos Padres, o ato sexual, mesmo no matrimônio, só se justifica em vista da procriação, como o mostra com clareza o texto acima citado de Atenágoras.

Outro bem que Agostinho destaca, no matrimônio, é a fidelidade. Esta se torna um tema fundamental da ética matrimonial agostiniana e por essa razão é apontada como um dos três bens do matrimônio.¹¹

Embora fosse desejada e valorizada entre os pagãos, a fidelidade era, na prática, desrespeitada. A cidade de Hipona deveria oferecer para Agostinho, na sua infância, um quadro bastante comum deste ponto de vista, e Roma, na sua juventude. O que via ele? Homens que defendiam e exerciam o direito próprio de manter uniões extraconjugais freqüentes, mulheres que aceitavam este estado de coisas, convencidas que a única arma em seu poder era a tolerância. Os patrões desfrutavam impunemente a sexualidade das suas servas, que eram escravizadas em todos os sentidos, e ofereciam aos maridos a escusa de não precisarem procurar o amor das prostitutas,¹² álibi de consciência que Agostinho não tolera (cf. *Sermão* 224,3).

Por outro lado, Agostinho vivera em sua própria casa uma situação de infidelidade por parte de seu pai, conforme narra nas *Confissões* IX, 9,19: “Desse modo, educada no pudor e na sobriedade, e submissa por ti a seus pais, (...) quando chegou à idade de casar-se foi dada a um marido, a quem serviu como senhor, (...) Suportou infidelidades conjugais, sem jamais hostilizar ou demonstrar ressentimento contra o marido por isso. Esperava que tua misericórdia descesse sobre ele, para que tivesse fé em ti e se tornasse casto. (...) Minha mãe havia aprendido a não o contrariar com atos ou palavras, quando o via irado. (...) Muitas senhoras, embora casadas com homens mais mansos, traziam sinais de pancadas que

lhes desfiguravam o rosto e, nas conversas entre amigas, deploravam o comportamento dos maridos”.

Pela frequência com que o tema da infidelidade é tratado em seus Sermões, conclui-se por sua resolução decisiva em atacá-la, mesmo que isso lhe acarretasse a maldição dos maridos. Pode-se compreender também que o adultério constituía, juntamente com a violência física, à qual os maridos freqüentemente recorriam, um dos problemas mais sérios do matrimônio cristão, aviltando o significado sacramental no sinal das núpcias místicas entre Cristo e sua Igreja.

E aí se encontrava o terceiro bem do matrimônio: o vínculo sacramental. Na obra *De Genesi ad Litteram* IX, 7,12, Agostinho expressa com muita clareza os bens do matrimônio: a descendência, a fidelidade e o sacramento: “A fidelidade quer dizer não ter relações com outro ou com outra fora do matrimônio. A descendência: que o filho seja acolhido com amor cordial, seja cuidado com bondade de coração e criado no temor de Deus. O sacramento, enfim, que o matrimônio não seja violado. Isto deve valer como norma do matrimônio, com a qual é nobilitada a fecundidade segundo a natureza, e ao mesmo tempo que a concupiscência pervertida é mantida nos justos limites”.

¹ Cf. R. LAURENTI. Gaio Musonio Rufo, *Diatribes e frammenti minori*. Roma, 1967 (a mais recente edição com trad. italiana); um perfil do filósofo encontra-se em G. REALE, *Storia della filosofia antica*, IV. “Le scuole dell’età imperiale”. Milão, 1987, 5ª ed., pp. 99-104.

² Fragmentos, 13a, 13b, em: G. FILORAMO, S. RODA. *Cristianismo e sociedade antiga*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 216-217.

³ *Diatribes* XIII A., ed. Lutz, pp. 88-89, em: *La coppia nei padri*. Introdução, tradução e notas de Giulia Sfameni Gasparro, Cesare Magazzù, Concetta Aloe Spada. Edizioni Paoline, Milão, 1991, p. 67.

⁴ Atenágoras de Atenas, *Petição em favor dos cristãos*, 33, em *Padres Apologistas*, Paulus, São Paulo, 1994, p. 161 (Col. Patrística).

⁵ Cf. Gregório de Nissa, *Traité de la virginité*. Introdução, texto, crítica, tradução, comentário e índice de Michel Aubineau. Paris, Cerf, 1966 (Col. Sources Chrétiennes, 119).

⁶ Sobre o *Contra Elvídio*, pode-se consultar: A. CASAMASSA, *L’Adversus Helvidium di S. Gerolamo*, em: *La Scuola Cattolica* 48, pp. 225-235 e 326-340, 1920, republicado em : E. CAMISANI (a cura di), *Opere scelte di San Gerolamo*, I, *Uomini Illustri, Vita di S. Paolo eremita, Contro Elvidio, Lettere e omilie*. Torino, 1971, Collana di Testi Patristici. Sobre a personalidade de Joviniano e suas idéias, consulte F. VALLI, *Un eretico del secolo IV*, em *Didaskaleion* 2, pp. 1-66, 1924. IDEM, *Gioviniano. Esame delle fonti e dei frammenti*, Urbino, 1954. S. Jerônimo, *Contra Giovianum*, PL 25, coll. 211-238.

⁷ *Retratações* 2,22. Sobre a dignidade do matrimônio em geral, consulte M. PALMIERI, em: *Nuova Biblioteca Agostiniana*, Roma VII/1, pp. 3-7.

⁸ Sobre os problemas da relação, em Agostinho, entre ética matrimonial e concupiscência, cf. E. SAMEK LODOVICI, *Sessualità, matrimonio e concupiscenza in sant’Agostino*, em: AA. VV. *Etica sessuale e matrimonio nel cristianesimo delle origini*, Milano, 1976, pp. 212-272; G. STEMENTI GASPARRO, *Concupiscenza e generazione: aspetti antropologici della dottrina agostiniana del peccato originale*, em: AA. VV. *Congresso internazionale su S. Agostino nel XVI centenario della conversione*, Roma, 15-20 set., 1986; Roma, 1987, vol. 3, pp. 225-255.

⁹ Em G. FILORAMO, S. RODA, *op. cit.*, pp. 211-212.

¹⁰ E. S. FIORENZA, *As origens cristãs a partir da mulher. Uma nova hermenêutica*, Paulus, São Paulo, 1992, pp. 261-262. Na sequência do texto a autora observa: “É, pois, importante notar que o conselho de Paulo para ficar livre dos laços do casamento era assalto frontal contra as intenções da lei existente e o ethos cultural geral, sobretudo se era dado a pessoas que viviam nos centros urbanos do Império romano”.

¹¹ Agostinho conviveu com uma mulher, maritalmente, ao longo de catorze anos. As leis que consagravam o elitismo social, a *Lex Julia de maritandis ordinibus* e a *Lex Papia Poppaea*, promulgadas pelo imperador Otávio Augusto, o impediram que contraísse matrimônio com ela, e ele a despediu. O leitor pode encontrar toda a história dessas leis, e de como a alta dignidade de sua titularidade numerária de cátedra no Estudo Superior de Milão o impediu que contraísse matrimônio com sua concubina, na obra *Santo Agostinho e sua concubina de juventude*, de Gabriel del Estal (Paulus, São Paulo, 1999).

¹² Cf. A. G. HAMMAN, *La vita cotidiana in Africa di sant’Agostino*, Milão, 1989, pp. 79-82.

BIBLIOGRAFIA

- ALLMEN, J. J. von. *A disciplina do matrimônio cristão e suas razões teológicas/* “Atualidades Bíblicas”, Petrópolis, 1971, pp. 425-438.
- . *O matrimônio segundo Paulo*. Ibidem, pp. 439-446.
- CANTALAMESSA, Raniero. *Etica sessuale e matrimonio nel cristianesimo delle origini*, Milão, SPM 5, 1976.
- GASPARRO, G. Stemeni. “Concupiscenza e generazione: aspetti antropologici della dottrina agostiniana del peccato originale”, em: AA. VV., *Congresso Internazionale su S. Agostino nel XVI centenario della conversione*, 15-20 set. de 1986, Roma, 1987, vol. 3, pp. 225-255.
- LODOVICI, Samek E. “Sessualità, matrimonio e concupiscenza in sant’Agostino”, em: CANATALAMESSA, Raniero (org.), *Etica sessuale e matrimonio nel cristianesimo delle origini*, Milão, SPM 5, 1976, pp. 212-272.
- MCGOWEN, R. J. “Augustin’s Spiritual Equality: the Allegory of Man and Woman with Regard to Imago Dei”. *Revue des Études Augustiniennes* 33, pp. 255-264, 1987.
- MESLIN, M. “Sain teté et mariage au cours de la seconde querelle pélagienne. Saint Augustin et Julien d’Éclane. Mystique ete continence”. *Études Carmelitaines* 31, pp. 293-307, 1952.
- MUNIER, Charles. *Matrimonio e verginità nella Chiesa antica*. Ier-IIIer siècles, Turim, 1990.
- OGGIONI, G. “Matrimonio e verginità presso i Padri (fino a S. Agostino), em: AA. VV., *Matrimonio e verginità, Saggi di Teologia*, Venegono Inferiore, 1963, pp. 159-405.
- PROIETTI, B. “La scelta celibataria alla luce della S. Scrittura”, em: AA. VV., *Il celibato per il Regno*, Milão, 1977, pp. 7-75.
- RITZER, K., *Le mariage dans les Églises chrétiennes du Ier au XIe siècle*, Paris, 1970.
- SCHMITT, É., “Le mariage chrétien dans l’oeuvre de saint Augustin. Une théologie baptismale de la vie conjugale. *Études Augustiniennes*, 1983.
- TIBILETTI, C., “Matrimonio ed escatologia: Tertuliano, Clemente Alessandrino, S. Agostino”. *Augustinianum* 17, pp. 53-70, 1970.
- TRAPÈ, A., *Introduzione generale, Sant’Agostino, Matrimonio e verginità*, Roma, NBA VII, 1, 1978.

CAPÍTULO 1

Primeira sociedade do homem e da mulher

1. Cada homem é uma parte do gênero humano, e a natureza humana é sociável e encerra em si um bem excelente e natural, que força à amizade. Assim, quis Deus que todos os homens procedessem de um só, a fim de que na sua sociedade estivessem ligados entre si, não só pela semelhança da natureza, mas também pelos laços do parentesco. A primeira sociedade foi constituída por um homem e uma mulher. Deus não os criou separadamente, unindo-os depois como dois estranhos. Do homem tirou a mulher, manifestando assim a força da união no lado, do qual foi extraída e formada a mulher (Gn 2,21). Pelos lados se unem dois que caminham juntos, e se dirigem ao mesmo ponto. Os filhos vêm estreitar os laços desta sociedade, e são fruto honesto, não da simples união, senão da união carnal do homem e da mulher. Ainda sem a união carnal, poderia dar-se entre os dois sexos uma união amical e fraterna, na qual o homem fosse o dirigente e a mulher obsequiosa e obediente.

CAPÍTULO 2

Diversas hipóteses sobre a propagação dos filhos, se Adão não pecasse

2. Creio desnecessário discutir agora e dar uma opinião definida sobre a forma como poderia, se não tivessem pecado, dar-se a posteridade dos primeiros homens; quando Deus os abençoou dizendo-lhes “crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra”, pois pelo pecado os seus corpos tornaram-se mortais, e a união carnal não se pode realizar, senão em corpos mortais e carnis. Muitas e desencontradas opiniões surgiram sobre esta questão. E se pretendêssemos inquirir qual está mais de acordo com a verdade das Sagradas Escrituras, daria lugar a muitas e prolixas discussões. Quer consideremos que sem a união carnal, se não tivessem pecado, de algum outro modo teriam filhos por um dom especial do onipotentíssimo Criador, que pôde criar a eles mesmos sem o concurso dos pais; que pôde formar a carne de Cristo no seio de uma virgem; e, para falar também aos infiéis, que pôde dar descendência às abelhas sem contato carnal; quer suponhamos que muitas coisas foram ditas num sentido místico e figurado, pelo qual estas palavras “enchei a terra e dominai-a” (Gn 1,28) devem ser entendidas no sentido de se referirem à plenitude da vida e do poder; e aquelas outras “crescei e multiplicai-vos” podem indicar o aumento da inteligência e abundância das virtudes, como diz o Salmo “multiplicarás a virtude na minha alma” (Sl 137,3). Pois não foi dada sucessão ao homem na prole, senão porque depois, por causa do pecado, viria o desaparecimento pela morte. Ou porque aos primeiros homens não lhes foi dado um corpo espiritual, mas um corpo animal, para que pelo mérito da obediência depois se tornasse espiritual, entrando na imortalidade, não pela morte, que entrou no mundo pela inveja do demônio e é a pena do pecado; senão por aquela transformação, da qual nos fala o Apóstolo: “Depois nós os que vivemos, os que ficamos, seremos arrebatados juntamente com eles ao encontro de Cristo nos ares” (1Ts 4,16), para que entendamos que os corpos daquele primeiro matrimônio eram mortais na sua primitiva conformação, mas não morreriam, se não pecassem, como Deus lhes tinha cominado. Como se os tivesse ameaçado com uma ferida, porque era um corpo vulnerável, a qual não se teria produzido, se eles não tivessem feito o que Deus lhes havia proibido. Deste modo poderiam subsistir as gerações pela união de tais corpos, que chegaram a um crescimento limitado, sem declinar na velhice: e ainda chegar à velhice, mas não à morte, até que a terra se não enchesse com os frutos de aquela benção divina.

Se Deus pôde fazer que as vestes dos israelitas durante quarenta anos não se deteriorassem (Dt 29,5),

quanto mais não teria concedido àqueles corpos obedientes aos seus mandatos uma felicíssima estabilidade em um certo estado, até serem transformados em outro melhor, não pela morte, pela qual a alma abandona o corpo, senão pelo passo da mortalidade para a imortalidade, da animalidade para a espiritualidade?

CAPÍTULO 3

Diversos bens do matrimônio: do primeiro, segundo e terceiro

3. Seria longo inquirir e ventilar estas opiniões e mais alguma outra, ou outras, que se pudessem extrair com base naquelas palavras. Por enquanto, afirmamos que, segundo a condição de nascer e morrer, que conhecemos e na qual fomos criados, o matrimônio entre o homem e a mulher é um bem, tão encarecido e recomendado pela Sagrada Escritura, que nem à mulher repudiada pelo marido lhe é lícito unir-se a outro, em vida do marido; nem ao marido repudiado pela mulher lhe é lícito tomar outra até a morte da mulher que o abandonou. Não é, pois, desarrazoado que indaguemos por que é um bem o matrimônio, que o mesmo Senhor ratificou no seu Evangelho, não só proibindo repudiar a esposa, exceto por causa de fornicção (Mt 19,9); mas também por ter sido convidado a umas bodas (Jo 2,2). A mim me parece que é um bem, não só pela procriação dos filhos, mas também pelo convívio social de ambos os sexos. Porque se assim não fosse, não poderíamos falar de matrimônio entre idosos, particularmente se já perderam os filhos, ou nunca os tiveram. Ora, num bom matrimônio, mesmo entre idosos, embora estejam murchados os ardores juvenis do homem e da mulher, permanece ainda vigoroso o amor entre o esposo e a esposa; porque, quanto mais piedosos são, mais cedo e de comum acordo começaram a privar-se do ajuntamento carnal; de modo que não se sintam forçados, na velhice, a não poder realizar o que quiseram; mas dignos de louvor por ter deixado antes o que podiam realizar.

Se, pois, se conserva íntegra a fidelidade e o amor de ambos, mutuamente devidos, apesar da languidez e do estado quase cadavérico dos membros de ambos, permanece, nos legítimamente casados, a castidade nas almas, tanto mais sincera, quanto mais provada, e tanto mais segura quanto mais prazerosa.

Outro bem que dimana do matrimônio é que a incontidência carnal ou juvenil, mesmo viciada, é reduzida à honestidade de propagar a prole; de modo que de um mal, como é a libido, tira um bem a união conjugal.

Acrescente-se a isso que a concupiscência da carne reprime-se e se ordena com o afeto paterno.

CAPÍTULO 4

Quarto bem do matrimônio. Que é adultério? A fidelidade deve ser guardada até em coisas triviais, e deve-se antepor à vida

4. A tudo isto deve-se acrescentar que, mesmo quando os cônjuges realizam os deveres da união conjugal, embora nesse ato procedam com alguma maior intemperança e incontidência, se devem mútua fidelidade. Tanto encarece o Apóstolo esta fidelidade que disse sobre ela: “A mulher não tem poder sobre o seu corpo, mas sim o marido; e o marido não tem poder sobre o seu corpo, mas sim a mulher” (1Cor 7,4).

A violação desta fidelidade chama-se adultério, quando arrastados pela própria concupiscência, ou por ceder à concupiscência alheia, se juntam com outro, ou com outra contra o pacto conjugal, quebrando assim a fidelidade, que é um bem excelente da alma, ainda tratando-se de coisas corpóreas e banais,

porquanto deve ser preferida mesmo à saúde corporal, tão necessária para a nossa vida. Apesar de que a palha não é quase nada diante do ouro, a fidelidade sinceramente guardada num negócio com a palha ou com o ouro não é de menos valor no negócio da palha, por tratar-se de coisa tão exígua.

Mas quando se apela à fidelidade para cometer um pecado, me surpreende que se lhe dê o nome de fidelidade. Seja lá o que for. Se contra ela se obra, se obra pior; a não ser que se quebre esta fidelidade, para salvar a verdadeira e genuína fidelidade, impedindo o pecado pela retificação da vontade depravada. Por exemplo: se um homem sozinho não pode roubar a outro, mas encontra um parceiro disposto a prestar sua ajuda, e pactua com ele dividir o fruto do roubo, e depois de efetuado não reparte e fica com tudo: queixa-se o parceiro e lamenta a falta de fidelidade no traidor, mas na sua lamentação deve pensar que ele mesmo devia guardar a fidelidade à sociedade humana, levando uma boa vida e não traí-la com aquela explicação iníqua, pois tanto sente a iniquidade do outro que não foi fiel como sócio do espólio perpetrado. Mas o primeiro, pérfido em ambos os casos, certamente deve considerar-se mais culpável. Ora, se este, arrependido do malfeito, não quis dividi-lo com o propósito de devolvê-lo ao seu dono, não poderia ser tachado de pérfido, nem por outro pérfido. Assim, se depois de violar a fidelidade conjugal, guarda a fidelidade ao adúltero, certamente é má; mas se nem a este a guarda, é muito pior. Todavia, se arrependida do seu pecado volta à castidade conjugal e rescinde o pacto adulterino, creio que nem o mesmo adúltero a tachará de ter violado a fidelidade a ele devida pelo pacto adulterino.

CAPÍTULO 5

Quando a união do homem e a da mulher é matrimônio e quando não

5. É freqüente perguntar o seguinte: Se um homem e uma mulher, não casados legitimamente nem com outro nem com outra, se unem carnalmente, não com o fim de gerar filhos, senão pelo prazer do concúbito, mediante o pacto de não ir ele com outra, nem ela com outro: a isto se poderia chamar núpcias?

Talvez não fosse absurdo dar o nome de núpcias a tal estado, se se comprometem a conservá-lo até a morte de uma das partes pactuantes; se não evitam a procriação, embora não seja este o motivo por que se uniram; ou não querem ter filhos, ou por meios criminais impeçam o seu nascimento. Mas, se falta algum destes requisitos, ou ambos simultaneamente, não vejo como tal estado possa merecer o nome de núpcias. Mais ainda, se um homem se une temporariamente a uma mulher até encontrar outra da sua classe e abastada, para casar-se com ela por ser do seu mesmo nível; o tal homem é adúltero em seu coração, não para a mulher que pretende encontrar, mas sim para a mulher com a qual coabita sem intenção de firmar com ela um convênio matrimonial. E a tal mulher que sabe tudo isso, e assim o quer, é uma impudica juntando-se a tal homem sem um pacto matrimonial. Entretanto, se ela lhe guarda a fidelidade do leito, e quando ele se casar, ela pretende viver em perpétua continência: não me atreveria facilmente a qualificá-la de adúltera. Mas quem dirá que ela não pecava, sabendo-se unida a um homem que não era seu marido?

Todavia, se a tal mulher, da sua parte, no concubinato, só pretendesse gerar filhos, tolerando o que não era com tal finalidade, acho esta mulher preferível às matronas que, embora não sejam adúlteras, forcem os seus maridos à união carnal, não pelo desejo de ter filhos, mas para satisfazer os ardores da libido, usando desordenadamente do direito marital. Contudo, nestes matrimônios é um bem estarem casadas. Pois para isso se casaram, a fim de que a concupiscência, amparada com o vínculo do matrimônio, não desbordasse na dissolução e semvergonhice, porque de si mesma tem a fraqueza irrefreável da carne, e das núpcias a união indissolúvel: de si mesma tem o prurido imoderado do concúbito; e das núpcias

aufere o modo de procriar castamente.

Embora seja uma torpeza querer abusar luxuriosamente do marido, é honesto não querer outra união que a do marido, e não ter filhos senão do marido.

CAPÍTULO 6

Da exigência e prestação do ato conjugal

Também há maridos de tal modo incontinentes, que não têm pejo de usar das suas mulheres em estado de gravidez. Tudo, pois, quanto pode haver de desonesto, inverecundo e despidoroso entre os esposos, é por culpa deles, não é culpa das núpcias.

6. Essa exigência imoderada do ato conjugal, que aos casados o Apóstolo não manda imperiosamente, mas lhes concede indulgentemente: que se unam ainda que não seja por causa da procriação, senão pelos seus depravados instintos se vejam coagidos a tal união, protege o matrimônio contra o adultério e a fornicção. E não se diga que isto se admite em nome do matrimônio; mas por causa do matrimônio se tolera com indulgência.

Os esposos devem a si mesmos uma servidão mútua, não somente na fidelidade da união dos sexos em ordem à procriação, que é o fim primordial desta sociedade do gênero humano nesta vida mortal, mas também por condescender com a fraqueza de ambos e evitar uniões ilícitas. De tal modo, que se um dos cônjuges quiser guardar perpétua continência, não o possa fazer sem o consentimento do outro. Por isso está escrito: “A mulher não tem poder sobre seu corpo, mas sim o marido; e o marido não tem poder sobre seu corpo, mas sim a mulher” (1Cor 7,4). De sorte que não se neguem um ao outro aquilo que é conducente, não só para a procriação, senão também para prover à fragilidade e à incontinência, quer o exija o marido da mulher, quer a mulher o exija do marido: não venha a acontecer que por causa disto caiam em pecaminosas corruptelas, por instigação de Satanás, que se aproveita da incontinência de ambos, ou de uma das partes. O ato conjugal em ordem à geração não é pecado; para acalmar a concupiscência em virtude da fidelidade conjugal e sempre com o cônjuge, não passa de pecado venial. A fornicção e o adultério sempre são pecado mortal. Em consequência, a continência absoluta de todo ato carnal é mais excelente que o concúbito matrimonial feito com a intenção de ter filhos.

CAPÍTULO 7

A aliança nupcial não se invalida pela separação dos cônjuges. Repudiada a mulher adúltera, é lícito casar-se com outra? Ter duas mulheres é proibido pelo Direito Romano. Pelo divórcio não se dissolve o matrimônio entre cristãos

Sendo que a continência é mais meritória; que a prestação do dever conjugal não é nenhum pecado; que a exigência dele por outro motivo que não a procriação é pecado venial; que a fornicção e o adultério são pecados mortais, a caridade conjugal obriga a evitar qualquer motivo de condenação no cônjuge, à custa de menoscar para si um estado mais honorífico. Pois “aquele que abandona sua mulher, exceto por causa de fornicção, a expõe ao adultério” (Mt 5,32).

De tal força sacramental é o vínculo nupcial, que nem pela separação se rompe, já que em vida do marido que a deixou comete adultério se se casar com outro: e a causa deste pecado é o marido que a deixou.

7. Admira-me que, assim como é lícito repudiar a esposa adúltera, seja lícito ao marido casar-se com

outra depois do repúdio. A santa Escritura deixou-nos neste caso uma questão difícil, quando o Apóstolo, por preceito divino, nos disse que a mulher não deve separar-se do marido e que, se separar, deve permanecer inupta, ou reconciliar-se com o marido, quando era seu dever separar-se do adúltero que tomou, não venha a acontecer, que separando-se do marido que não é adúltero, faça com que também ele adultere. Mas se ela não pode se conter, talvez sem cometer pecado, pode reconciliar-se com o marido já corrigido, ou tolerando-o se não estiver corrigido.

Não compreende como pode ser lícito ao marido casar-se com outra, se repudia a própria adúltera, quando não é lícito à mulher casar-se com outro, se ela repudia o marido adúltero. Assim as coisas, tão forte é o vínculo social dos cônjuges, que, uma vez realizado por causa da procriação, não pode ser dissolvido nem por causa da procriação. Porque, neste caso, poderia o homem abandonar a mulher estéril e casar-se com outra que lhe desse filhos. Mas isto não é lícito: e ainda, nos nossos tempos, de acordo com o Direito Romano, nem crescer outra ao matrimônio, senão uma única viva. Certamente que, repudiada a adúltera ou repudiado o adúltero, poderiam nascer muitos homens, se ele se casa com outra e ela com outro. Ora, se isto não é lícito, como parece dar a entender a Lei divina, quem não percebe nisto a ilimitada solidez do vínculo conjugal?

Eu não poderia imaginar tanta firmeza, se não percebesse nela um sinal misterioso de algo mais excelente e oculto nesta frágil mortalidade humana, que permanecesse incontestável para condenar os desertores que tratam de dissolvê-lo. Nem pelo divórcio fica abolida a aliança nupcial, de tal modo que, mesmo separados, sempre serão cônjuges entre si, porque cometerão adultério com aqueles a quem se unam depois de separados, faltando ela à fidelidade ao marido, e ele à fidelidade para com sua mulher. Tal pleito com a mulher somente se dá na cidade de nosso Deus e no seu santo monte (Sl 47,2).

CAPÍTULO 8

O repúdio entre os gentios e entre os judeus. O matrimônio é um bem em si mesmo, e não por comparação com a fornicção

Ninguém ignora que é diferente a legislação dos gentios, que, sem qualquer penalidade e formalizado o repúdio, permite à mulher casar-se com quem quiser, e a ele tomar a mulher que for do seu agrado. Algo semelhante e pela dureza dos israelitas, lhes permitiu Moisés com o libelo de repúdio (Dt 24,1; Mt 19,8), onde se manifesta mais a reprovação que a legitimação do divórcio.

8. “Seja, pois, por todos honrado o matrimônio e o leito imaculado” (Hb 13,4). Não dizemos que o matrimônio é bom em contraposição à fornicção, porque então seriam dois males, dos quais o segundo seria pior; ou então teríamos que dizer que a fornicção é um bem, porque pior é o adultério; é pior violar o matrimônio alheio que ir com uma meretriz; o adultério seria bom porque pior é o incesto; pior é pecar com a própria mãe que com mulher alheia; e assim até chegar àquelas coisas das quais diz o Apóstolo que “é torpe até nomeá-las” (Ef 5,12): todas as coisas serão boas em comparação com as piores.

Quem pode duvidar que tudo isto é falso? Portanto, o matrimônio e a fornicção não são dois males, dos quais o segundo é pior; mas são dois bens, o matrimônio e a continência, dos quais o segundo é melhor; como não são dois males a saúde e a enfermidade, esta pior; antes são dois bens a saúde e a imortalidade, esta melhor; a ciência e a vaidade não são dois males: a segunda pior; mas a sabedoria e a caridade são dois bens, a segunda é melhor, pois a “ciência será destruída”, diz o Apóstolo, e só é necessária nesta vida; mas “a caridade nunca minguará” (1Cor 13,8). Também esta geração mortal, a cuja conservação se ordena o matrimônio, será destruída; mas a imunidade de qualquer ato carnal, que imita

os anjos já na terra, é e permanece para toda a eternidade. Do mesmo modo que os ágapes dos justos são melhores que os jejuns dos sacrílegos, assim as núpcias dos fiéis são preferíveis à virgindade das ímpias. No primeiro caso não vale mais comer que jejuar, mas a justiça prevalece sobre o sacrilégio; no segundo caso não é preterido o matrimônio à virgindade, mas a fidelidade das casadas é preferível à impiedade das virgens. Os justos comem para dar aos seus corpos o que é justo e eqüitativo, como os bons senhores aos seus servidores; pelo contrário, os sacrílegos jejuam para servir ao demônio. As mulheres fiéis se casam para viver castamente com os seus maridos, enquanto as virgens ímpias fornicam, traindo o Deus verdadeiro.

Assim como era bom o que fazia Marta ocupando-se em servir aos santos hóspedes, mas era melhor o que fez Maria sentando-se aos pés do Senhor (Lc 10,39-40) e ouvindo as suas palavras; assim também louvamos Susana pela sua castidade conjugal (Dn 13,22), mas preferimos a santa viuvez de Ana (Lc 2,36) e muito mais a castidade de Maria Virgem (Lc 1,37).

Bom era o que faziam aquelas que com os seus bens davam de comer a Cristo e aos seus discípulos; mas muito melhor fizeram os que, deixando todos os seus bens, seguiram fielmente a Cristo, nosso Senhor.

Entre estas duas classes de bens: quer o que fizeram os discípulos, quer o que fizeram Marta e Maria, não se pode fazer o melhor, senão deixando e preterindo o mais inferior. Daqui podemos inferir que as núpcias não são um mal; porque de não renunciar a elas não é possível conseguir a viuvez casta nem a integridade virginal. Nem diremos que era mau o que fazia Marta, porque sua irmã Maria não poderia escolher o melhor, se não se abstivesse do trabalho de Marta. Nem diríamos que se obra mal acolhendo em casa um justo ou um profeta, porque nem casa deve ter quem quer seguir perfeitamente a Cristo, que é o melhor.

CAPÍTULO 9

O matrimônio é um bem relativo. Os santos Patriarcas deviam usar do matrimônio. Agora é preferível a continência

9. Consideremos agora que Deus nos concede alguns bens que são apetecíveis por si mesmos, como a sabedoria, a saúde, a amizade; outros que são necessários para algum fim, como a ciência, o alimento, a bebida, o sono, o ma-trimônio, o concúbito. Destes uns são necessários para alcançar a sabedoria, como é a ciência; outros são necessários para a saúde, como o alimento, a bebida, o sono; outros são necessários para a amizade, como o matrimônio e o con-cúbito. Por estes subsiste a propagação do gênero humano, no qual a sociedade amistosa é um bem excelente. Quem, para outros fins, utiliza estes bens que têm finalidade própria, peca, umas vezes venialmente, outras mortalmente. Obra bem quem os utiliza para os fins determinados na sua instituição. Obra melhor quem não os utiliza, porque deles não precisa. Portanto, honestamente desejamos estes bens, quando nos são necessários; mas é melhor não querê-los que desejá-los: porque mais perfeitamente os não queremos, quanto é menor a necessidade que deles temos.

É bom casar-se porque é bom ter filhos e ser mãe de família (1Tm 5,14), mas é melhor não casar-se, porque seria melhor para a sociedade humana não ter necessidade desse trabalho. Pois já de tal forma está constituído o gênero humano, que, por meio dos que não se contêm, além dos casados, mas também por meio dos muitos luxuriosos que se unem ilicitamente e pela bondade do Criador que da sua maldade sabe tirar bens, não faltará prole e abundante sucessão, donde possam surgir boas e santas amizades.

De tudo isto devemos deduzir que nos primeiros tempos do gênero humano, e principalmente para a

propagação do povo de Deus, pelo qual fosse anunciado e do qual havia de nascer o Príncipe e Salvador de todos os povos: os santos Patriarcas deveram usar necessariamente deste bem das núpcias, desejável, não por si mesmo, mas por este outro motivo. Ora, como na atualidade e no mundo inteiro abundam as amizades espirituais para constituir uma sociedade prazerosa, santa e sincera, deve-se aconselhar inclusive àqueles que querem casar-se com o único intuito de gerar filhos, que prefiram o bem da continência, que é mais excelente.

CAPÍTULO 10

Objeção contra a continência. Agora devem casar-se só os que não se contêm. As núpcias não são pecado. Concúbito nupcial é só aquele que se realiza em ordem à geração dos filhos

10. Sei que alguns murmuram dizendo: se todos os homens quisessem abster-se de todo comércio carnal, como subsistiria o gênero humano? Oxalá todos quisessem isto, inspirados “pela caridade de um coração puro, pela consciência reta, e por uma fé não fingida” (1Tm 1,5), porque mais cedo se completaria a Cidade de Deus e se aceleraria o fim dos tempos. Pois que outra coisa parece inculcar o Apóstolo, quando, tratando deste ponto, escreve: “Quisera que todos fossem como eu”?, e também em outro lugar: “Digo-vos, irmãos, que o tempo é curto; o que importa é que os que têm mulher vivam como se a não tivessem; os que choram como se não chorassem; os que folgam como se não folgassem; os que compram como se não possuíssem; os que usam deste mundo como se não usassem; pois a figura deste mundo é passageira. Quero que todos vós estejais sem angústias”; e pouco depois acrescenta: “Aquele que não tem mulher, pensa nas coisas de Deus, como pode agradar a Deus, mas aquele que tem mulher, pensa nas coisas do mundo, como agradar à mulher, e está dividido; do mesmo modo a viúva e a virgem pensam nas coisas de Deus, como agradar a Deus, a fim de ser santa no corpo e no espírito; mas a que está casada pensa nas coisas do mundo, como agradar ao marido” (1Cor 7,32-34). Por isto a mim me parece que nos tempos atuais somente deveriam casar-se os que não podem permanecer continentes, segundo estas palavras do mesmo Apóstolo: “Se não podem permanecer continentes, casem-se, pois é melhor casar-se que abrasar-se”.

11. Nem para estes são pecado as núpcias; mas se optam por elas, comparando-as com a fornicção, seriam pecado menor que a fornicção, mas seriam pecado. E agora que podemos dizer contra as evidentiíssimas palavras do Apóstolo: “Faça o que quiser, não peca se casar” e “Se tomares mulher, não pecaste: se uma virgem se casa, não peca” (1Cor 7,28.36). Com estas palavras já não é possível duvidar: as núpcias não são pecado.

Portanto, o Apóstolo não concede as núpcias como indulgência; pois quem admitirá o absurdo de conceder o perdão àqueles que não pecaram? O Apóstolo concede vênica ao concúbito realizado por incontinência, não unicamente por causa da procriação, e às vezes sem causa da procriação. As núpcias não obrigam à união carnal; mas sim uma desculpa para ela, a não ser que seja tão freqüente e abusiva que dificultem os tempos que devem ser dedicados à oração; e não degenerem em abusos contra a natureza, que o Apóstolo menciona, quando falou dos abusos excessivos de homens ímpios e imundos (Rm 1,26-27). O concúbito é necessário para a procriação, e só neste caso é verdadeiramente nupcial. Quando ultrapassa esta finalidade, não é um ato racional, é libidinoso. Em tais circunstâncias é dever dos esposos não o exigir, mas condescender com a outra parte, a fim de evitar que se lance a uma fornicção, que é pecado mortal. Ora, se ambos estão dominados pela concupiscência, realizam um ato que não é verdadeiramente nupcial. Entretanto, se na sua união atendem mais à honestidade que à desonestidade, isto é, se atendem mais ao que é próprio das núpcias que ao que lhe é impróprio, isto é o que o Apóstolo

lhes concede como indulgência. As núpcias não incitam a tais desordens, mas imploram que Deus não afaste deles a sua misericórdia, quer seja pela falta de abstenção em certos dias para dedicar-se à oração, e por esta abstinência como pelo jejum encomendem a Deus suas preces; quer seja alterando o uso natural em abusos contra a natureza, o qual é mais grave por ser realizado no cônjuge.

CAPÍTULO 11

O uso do matrimônio contra a natureza é mais execrável na esposa que na meretriz. Sem menoscar a santidade das casadas, é mais recomendável a santidade das não casadas

12. O uso natural do matrimônio, quando ultrapassa os limites da necessidade da procriação, é escusável com a própria esposa, mas pecaminoso com uma meretriz; o uso antinatural da esposa é mais execrável que o uso antinatural de uma meretriz.

As leis do Criador e a conveniência das criaturas de tal modo são obrigatórias que os excessos nas coisas permitidas são mais toleráveis, que uma ou raras transgressões nas coisas proibidas. E assim, nos casados, deve ser tolerada a intemperança no uso do que lhes é permitido, para evitar que a libido os arraste ao que lhes é proibido. Por conseguinte, peca menos se recorre freqüentemente à esposa, que se rarissimamente se desliza na fornicção. Mas se o marido quer abusar antinaturalmente dos órgãos da mulher, ela é mais nojenta por consenti-lo em si que se o permitisse fazer com outra. O decoro do matrimônio é a castidade na procriação e a fidelidade na prestação do débito conjugal. Aqui está a essência do matrimônio: isto é o que o Apóstolo exime de toda culpa, com estas palavras: “Se tomares esposa, não peaste; se a que é virgem se casa não peca” e “faça o que quiser, não peca se a casa”. Pelos motivos já mencionados e por condescendência permite aos esposos o uso mais freqüente do ato conjugal.

13. Destas palavras do Apóstolo: “A que não está casada pensa nas coisas do Senhor, para ser santa de corpo e alma”, não devemos deduzir que não seja santa de corpo a casada cristã e casta. Pois de todos os fiéis disse: “Não sabeis que os vossos corpos são templos do Espírito Santo, que recebestes de Deus” (1Cor 1,19)? Santos são, pois, os corpos dos casados que guardam a fidelidade devida a Deus e a si mesmo. Desta santidade não se menoscaba porque um dos cônjuges não tenha fé, antes a santidade da mulher pode ser proveitosa ao marido sem fé, e a santidade do marido pode ser proveitosa à mulher sem fé, como claramente o disse o mesmo Apóstolo: “O marido infiel é santificado pela mulher fiel; e a mulher infiel é santificada pelo marido fiel” (1Cor 7,14).

Estas palavras manifestam que a castidade das inuptas é mais excelente que a santidade das casadas, e à qual lhe está reservada uma recompensa maior, porquanto o bem destas é melhor que o bem daquelas, porque só pensam em como agradar a Deus. Isto não quer dizer que a mulher fiel e casada, que guarda a castidade conjugal, não pense também em agradar a Deus, mas, certamente menos, porque deve pensar também em agradar ao marido. Quis dizer que, em virtude do matrimônio, tem necessidade de pensar nas coisas do mundo e em como agradar ao marido.

CAPÍTULO 12

Raríssimas são as casadas que só pensam em agradar a Deus

14. Estas palavras de São Paulo devem ser aplicadas a todas as casadas, ou às tais como ele as descreve, que por serem tantas, bem poderíamos dizer de todas. Não é claro. Pois também o que disse das inuptas. “A inupta pensa nas coisas de Deus, para ser santa de corpo e alma”, não incluem todas as inuptas,

porque há viúvas “mortas” que vivem dadas aos prazeres (1Tm 5,6). Mas, como se estabelece uma distinção entre as casadas e não casadas; assim como é detestável demais a mulher que, privando-se das núpcias que são permitidas, não se priva da luxúria, do orgulho, da curiosidade, ou da tagarelice; assim é tão rara a casada, que entre os deveres conjugais não pense senão em agradar a Deus, ataviando-se não com cabelos frisados, com jóias de ouro, com pérolas, com vestidos elegantes, mas sim como convém às mulheres que fazem profissão de piedade e de uma vida ordenada. Também o Apóstolo São Pedro descreve tais matrimônios, ordenando: “As mulheres sejam submissas a seus maridos, para que, se alguns não crêem na palavra, pelo proceder das mulheres, e sem palavras possam ser convertidos vendo a sua submissão e casto comportamento. Não sejam daquelas que exteriormente se atavam com os cabelos frisados, adornos de ouro e vestidos de gala; mas olhem para o homem que está escondido no seu coração na perpetuidade dum espírito pacífico e modesto, que é rico diante de Deus. Pois é assim que algumas santas mulheres se adornavam, obedientes a seus maridos, como Sara obedecia a Abraão, chamando-o senhor, e da qual sois filhas obedientes, e não preocupadas com temores vãos. Os maridos igualmente vivam sabiamente com suas mulheres, tratando-as com honra, como seres mais fracos e como herdeiras com vocês da graça da vida, a fim de que não sejam impedidas as vossas orações” (1Pd 3,1-7).

Se acaso tais matrimônios não pensam nas coisas de Deus, como podem agradar ao Senhor? Mas são muito raros. Quem o nega? E estes raros não eram assim, quando se uniram, mas já unidos se tornaram assim.

CAPÍTULO 13

Hoje só devem casar-se os não continentes; antigamente ainda os continentes deviam casar-se. Usar do matrimônio só para ter filhos, quão raro é

15. Nestes tempos quantos são os cristãos que, livres do vínculo do matrimônio, e capazes de abster-se de todo comércio carnal, vendo que para eles é chegado, conforme está escrito, “o tempo de não abraçar, senão de abster-se dos abraços” (Eccl 3,5), preferem a continência virginal ou viuvial, antes que sofrer os tormentos da carne inerentes ao matrimônio, sem mencionar as outras coisas que omite o Apóstolo, vivendo livres das exigências da sociedade humana?

Mas se dominados pela concupiscência se casaram, e depois a venceram; como já não é lícito dissolver o matrimônio, assim como antes lhes era lícito não casar-se, tornando-se continentes de acordo com as leis matrimoniais, isto é, de comum consentimento podem almejar um mais alto grau de santidade; ou, se os dois não são do mesmo parecer, o cônjuge que o quer deve dar, mas não exigir, o ato carnal, conservando sempre entre ambos casta e religiosa concórdia.

Naqueles tempos, quando o mistério da nossa salvação estava ainda velado nas profecias sacramentais, mesmo os que assim pensavam se casavam, não vencidos pela concupiscência, senão estimulados pela piedade e desejo de aumentar a descendência. Se a eles tivesse sido dada a opção, que dá o Novo Testamento com estas palavras de Cristo: “Quem pode seguir esse caminho, que o siga” (Mt 19,12), que eles o teriam seguido com alegria e decisão, não hesitará em admiti-lo quem leia atentamente como eles usavam das suas mulheres, quando lhes era lícito ter mais de uma, com todas guardavam maior castidade que guardam hoje aqueles que, só com uma, precisam da indulgência, que lhes concede o Apóstolo (1Cor 7,6). Isto é tão excelente, que muitos preferem passar a vida toda sem qualquer união carnal, antes que ver-se obrigados a usar tal união somente para ter filhos, se contraem matrimônio. São muitos os nossos irmãos e co-herdeiros do reino celeste de ambos os sexos em continência perfeita; uns já foram casados, outros que jamais experimentaram tais contatos; estes são inumeráveis. Pois, quando

nas expansões familiares, ouvimos alguém dos que são ou foram casados dizer que nunca se uniu com a esposa, senão pela esperança da concepção?

Portanto, o que os apóstolos ordenam aos casados, isso é da essência do matrimônio; mas o que eles indulgentemente concedem, ou impede as orações, não é exigência, mas tolerância do matrimônio.

CAPÍTULO 14

Unir-se à concubina para ter filhos é maior pecado que unir-se à esposa para satisfazer a incontinência

16. Ignoro se é possível, mais creio que seja impossível; se, porventura, alguém por um tempo determinado se unisse à concubina com a única finalidade de ter filhos dessa união, jamais poderá ser preferido àqueles que realizam dentro do matrimônio os atos, que indulgentemente são tolerados. Há que atender ao que é da essência do matrimônio e não aos excessos dos casados e dos que usam imoderadamente do matrimônio.

Por exemplo: se alguém iníqua e aleivosamente invade um campo com o fim de repartir o seu produto em amplas esmolas, nem por isso justificaria a invasão, como não se deve reprimir a lei civil porque deu posse legítima de um campo herdado, ou legalmente adquirido, a um indivíduo avaro.

Como não seria louvável a usurpação injusta do poder por um tirano, embora depois trate os súditos com a munificência de um rei; como não seria vituperável um decreto da régia potestade, ainda que o rei governe tiranicamente. Pois não é o mesmo usar bem de um poder injusto, que usar mal de um poder justo.

Assim, o uso temporal de uma concubina, com o único fim de ter filhos, não legitima o seu concubinato; nem as casadas induzindo seus maridos à lascívia inculcam o matrimônio. Claro é que dois ilegítimamente unidos podem contrair matrimônio legal mediante um pacto honesto perante a lei.

CAPÍTULO 15

O matrimônio não pode ser dissolvido por causa de esterilidade. Não se atreve a definir se é lícito unir-se a outra mulher, com o consentimento da esposa, para ter filhos comuns

17. Uma vez contraído o matrimônio na Cidade de nosso Deus, que é a Igreja, da qual o matrimônio, proveniente da primeira união do homem e da mulher, recebe um caráter sacramental, não pode ser dissolvido, senão pela morte do cônjuge. Permanece o vínculo nupcial, ainda que a prole, por cuja causa foi realizado, não tenha aparecido por causa de manifesta esterilidade; de tal modo que os cônjuges, embora convencidos da impossibilidade de ter filhos, não podem separar-se e unir-se a outros para procurar descendência. Se isto fizerem, cometerão adultério com aqueles a quem se unam, permanecendo eles sempre cônjuges. Acercar-se de outra mulher com o consentimento da esposa, para ter filhos, que serão do marido pela paternidade e da esposa pelo direito e pelo consentimento, entre os antigos Patriarcas era lícito, mas que agora também o seja, não me atrevo a afirmá-lo. Pois hoje não é tanta, como antigamente, a necessidade da propagação, quando, além da esposa, era lícito tomar outras para que a descendência fosse mais numerosa. Hoje certamente não é lícito. Tanta é a influência que a diversidade dos tempos exerce sobre a oportunidade de fazer ou não licitamente uma coisa, que hoje se considera melhor aquele que nem quer mulher, se pode viver em continência. Mas antigamente e sem culpa alguma tomavam diversas mulheres também aqueles que mais facilmente podiam-se conter, se

assim não fosse a prática piedosa daqueles tempos. Como aquele sábio e justo que deseja morrer para estar com Cristo e estima isto mais que qualquer outro bem por excelente que seja (Fl 1,22-24) continua aqui tomando o alimento, não pelo desejo de viver, mas pela exigência da natureza — e só quer viver porque ainda é necessário para o bem dos outros —, assim unir-se a diversas mulheres com os direitos matrimoniais foi naqueles santos um dever piedoso, não libidinoso.

CAPÍTULO 16

Na união carnal e na comida igualmente pode haver virtude e vício

18. O que é o alimento para a saúde do homem, é o ato carnal para a saúde do gênero humano. Ambos são realizados com deleite da carne; mas este deleite contido e modificado pela temperança dentro da necessidade natural, não pode chamar-se libidinoso. Tão desvairado é querer conservar a vida com alimentos nocivos, como procurar a prole por meio de uniões fornicárias ou adulterinas. Tão desacertado é para satisfazer o apetite e a gula o uso de manjares proibidos, como para satisfazer a libido, excluindo a prole, o uso ilícito do ato conjugal. Tão in-conveniente como para alguns é a intemperança na comida, é para os casados o uso desculpável do matrimônio.

Assim como é preferível morrer de fome, antes que comer das viandas consagradas aos ídolos assim é melhor morrer sem filhos, antes que procurá-los com uniões ilícitas.

Os filhos, de qualquer maneira que tenham nascido, se não seguem os vícios dos pais, e servem fielmente a Deus, são honestos e se salvarão. Pois o sêmen humano, de qualquer homem que seja, é criatura de Deus; será pernicioso para aqueles que o usam mal, mas o sêmen nunca será mau. Do mesmo modo que os filhos não justificam o adultério dos pais, assim os vícios dos casados não são fruto das núpcias. Por conseguinte, assim como os Patriarcas do Novo Testamento para atender a sua saúde tomavam alimentos, mesmo que os tomassem com o prazer natural da carne, de modo algum podiam ser comparados com o deleite mórbido dos que comiam das viandas oferecidas aos ídolos (1Cor 8,7), ou com os que comendo coisas lícitas, as comiam com avidez desmesurada, assim também os Patriarcas do Antigo Testamento, para cumprir um dever oficioso, se uniam maritalmente, mas o prazer natural estava neles muito longe de ser uma luxúria irracional e nefanda, que não se pode comparar com a torpeza do estupro, nem com a intemperança dos casados. Sob o influxo da caridade, agora espiritualmente, então também carnalmente, deviam ser procriados filhos por causa da mãe Jerusalém celeste. A diferença do modo de obrar dos Patriarcas radica-se na diversidade dos tempos. Tão necessário era que se unissem carnalmente os Profetas, que não eram carnaís, como era necessário que se alimentassem os Apóstolos, que não eram carnaís, mas sim espirituais.

CAPÍTULO 17

Os casados de agora não devem ser equiparados aos santos casados dos tempos primitivos. Por algum tempo foi lícito que um homem tivesse várias mulheres, mas nunca foi lícito que uma mulher tivesse vários maridos

19. Muitos são neste tempo aos quais disse o Apóstolo: “Se não se contêm, casem-se” (1Cor 7,9), nem estes se podem comparar com os santos antigos casados. As núpcias entre todos os povos têm a mesma finalidade, que é a procriação dos filhos; não importa o que eles venham a ser depois; as núpcias foram instituídas para introduzi-los neste mundo, honesta e ordenadamente. Aqueles que não se contêm parece, como que sobem às núpcias pela escada da honestidade; mas aqueles que sem dúvida permaneceriam na

continência, se as conjunturas daquele tempo o tivessem permitido, parece que desceram às núpcias pela escada da piedade. Embora as núpcias de uns e de outros no que diz respeito à procriação como núpcias sejam igualmente boas, sem embargo os casados de agora não podem ser comparados aos casados de então. Aos de agora, em atenção à santidade do matrimônio, e sem ser da essência do mesmo, lhes são concedidos, por tolerância, os excessos que ultrapassam o necessário para a procriação dos filhos. Isto eles não o tinham. Mas nem os homens de agora, se é que algum existe, que só procuram no matrimônio o que lhe é próprio, podem igualar-se aos antigos; porque nos homens de hoje é carnal o desejo dos filhos, e neles era espiritual, e era concordante com os tempos em que viviam. Hoje, ninguém, por perfeito que seja na piedade, pensa em ter filhos só espiritualmente; entretanto, antes era um dever de piedade ter filhos pela união carnal porque a procriação naquele povo era prenúncio das coisas futuras e entrava na economia profética.

20. Não porque um homem podia ter licitamente várias mulheres, a esposa não podia ter vários maridos licitamente, nem mesmo para ter filhos, dado o caso que a mulher fosse fecunda e o marido estéril. Por uma lei oculta da natureza o que é superior domina, enquanto o inferior facilmente se subordina: a razão natural e a sociedade estimam mais decoroso que muitas coisas se subordinam a uma. Pois não é o mesmo que um criado tenha vários senhores, que um patrão tenha vários criados. Não sabemos que alguma das santas mulheres tenha servido a dois ou mais maridos vivos; enquanto sabemos que várias mulheres serviram a um só marido, quando a sociedade daquele povo o permitia, e as circunstâncias daquele tempo o exigiam. Isto não é contra a essência das núpcias.

Muitas mulheres podem ser fecundadas por um só marido, mas uma mulher não pode ser fecundada por muitos maridos. Aqui está a força dos argumentos. Também muitas almas estão submetidas a um só Deus verdadeiro. E portanto um só é o verdadeiro Deus das almas. Uma alma pode fornicar aderindo a muitos deuses, mas não pode ser fecundada por eles.

CAPÍTULO 18

Agora o sacramento do matrimônio é só de um com uma. Não é lícito consagrar bispo senão o marido de uma só mulher

21. Como de muitas almas há de formar-se a Cidade dos que têm uma só alma e um só coração em Deus, que será a perfeição da nossa união depois desta peregrinação sobre a terra, e na qual os pensamentos de todos serão patentes a todos, sem discrepar no mais mínimo uns dos outros, por isso o sacramento do matrimônio em nosso tempo está restringido a um só marido e uma só esposa, de tal modo que não seja lícito ordenar bispo ou sacerdote senão o marido de uma só mulher. Tão estritamente o interpretaram muitos, que julgaram que não devia ser ordenado aquele que houvesse tido duas mulheres, mesmo quando era catecúmeno ou pagão. Aqui tratamos do sacramento, não do pecado, já que pelo batismo se apagam todos os pecados.

Mas aquele que disse “se te casares, não pecaste” e “se uma virgem se casar, não peca” e “faça o que quiser, não peca se a casa”, deixou bem claro que as núpcias não são pecado. Mas, em consideração à santidade do sacramento, assim como uma mulher deflorada, mesmo catecúmena, depois do batismo não pode ser consagrada entre as virgens de Deus; assim não foi considerado absurdo que aquele que teve, embora sem pecado, mais de uma mulher, perdeu um requisito do sacramento, necessário não para o mérito da sua vida, mas sim para a ordenação eclesiástica.

E porque a pluralidade de mulheres dos antigos Patriarcas prefigurava as nossas Igrejas espalhadas em todas as nações e submetidas a um só varão que é Cristo, também nosso bispo, marido de uma só

mulher, manifesta a unidade de todas as nações submetidas a um só varão que é Cristo: unidade que chegará à sua perfeição, quando Cristo manifeste o escondido nas trevas, e cada qual tenha de Deus o seu louvor.

Nesta vida há dissensões, manifestas umas, ocultas outras, mesmo conservando a caridade, entre aqueles que um dia serão uma coisa só em um só Deus: então não haverá mais dissensões. Assim como o mistério encerrado na pluralidade dos matrimônios daquele tempo foi figura da multidão de fiéis de todas as nações, que na terra se submeteriam a Deus, que será realizada futuramente na única Cidade celestial; portanto, assim como nunca foi lícito, nem antes, nem agora, nem será jamais, que uma mulher tenha simultaneamente dois ou mais maridos; assim nunca será lícito que a mulher se separe do marido vivo, para casar-se com outro. Apostatar da fé num Deus único, e passar à superstição adúltera de outros deuses, sempre foi abominável. Nem por causa de ter filhos fizeram os nossos santos o que se conta de Catão Romano, que, ainda vivo, entregou sua mulher a outro para encher de filhos a casa de um estranho. Nos nossos matrimônios vale mais a santidade do sacramento que a fecundidade da mulher.

Nem aqueles que se unem unicamente com a finalidade da procriação, que é o fim primordial do matrimônio, podem comparar-se com os santos Patriarcas, que desejavam os filhos com outra mira muito diferente, como é o caso de Abraão, homem intrépido e piedoso, que mandado por Deus que imolasse o filho, nascido contra toda esperança, não o poupou, se não fosse detido seu braço por aquele que lhe ordenou levantá-lo (cf. Gn 22,12).

CAPÍTULO 19

Poderão comparar-se os continentes de hoje com os antigos santos casados?

22. Resta-nos ver se pelo menos os nossos continentes podem ser comparados com aqueles Patriarcas casados, ou se finalmente estes podem ser preferidos a eles, aos quais, até agora, não temos encontrado comparação. É que havia em suas núpcias um bem maior que o bem do matrimônio, ao qual deve ser preferido o bem da continência, porque na procriação dos filhos eram guiados por outro, que guia a estes, que se unem por certo instinto natural e perecedouro, que busca sucessão à sua desapareição.

Quem nega que isto é um bem, desconhece que Deus é o criador de todos os bens, desde os celestes aos terrenos, e desde os imortais aos mortais. Nem os animais carecem deste instinto da reprodução, mais patente nas aves, que com tanto cuidado preparam os seus ninhos e procuram parceiros semelhantes para criar e alimentar a prole conjuntamente. Os Patriarcas, por um espírito mais santo, superavam o afeto da natureza mortal, e guardando a castidade conjugal, unida ao culto de Deus, mereceram, como muitos opinam, o trinta por um, procurando em suas uniões carnavais filhos por causa de Cristo, para separar de todas as raças, a raça da qual nasceria Cristo em carne mortal. Assim foi do agrado de Deus que isto servisse de profecia clara, indicando taxativamente a linhagem e o povo, do qual havia de vir em carne mortal. Muito mais excelente que o matrimônio casto dos nossos fiéis era aquele que Abraão, nosso pai, previa no seu fêmur, quando mandou ao seu criado colocar a mão no seu fêmur e jurar pela mulher que devia escolher para seu filho Isaac (Gn 24,2-4). Pondo o criado a mão no fêmur do seu senhor, e jurando pelo Deus do céu, que outra coisa queria indicar, senão que na carne que tivesse origem naquele fêmur, havia de vir o mesmo Deus do céu? Grande bem, pois, são as núpcias dos que estão tanto melhor casados, quanto são mais castos e mais fiéis no temor de Deus, especialmente se inculcam a piedade nos filhos que geram segundo a carne.

CAPÍTULO 20

A purificação prescrita pela Lei após a união carnal não indica que esta seja pecado. Se alguns continentes de agora podem ser comparados aos antigos Patriarcas casados

23. Quando a Lei exige a purificação depois da união conjugal, não quer dizer que ela seja pecado, a não ser que seja daquelas que se concedem como indulgência, ou que totalmente impedem a oração. A Lei encerra muitas coisas como mistérios e figuras do futuro, como certa informidade no sêmen, que formado se converterá num corpo humano, quer significar a vida grosseira e inculta, da qual convém purificar o homem pela formação e cultura: e como sinal disto a Lei prescreveu a purificação após o ato conjugal. O que acontece durante o sono não é pecado, e apesar disso é preceituada a purificação. Mas, se alguém julga que isto é preciso, pensando que aconteceu por algum afeto e desejo menos casto, se engana; acaso a menstruação natural das mulheres é pecado? E também por ela a Lei impõe a purificação (Lv 15), talvez pela mesma informidade material, que, verificada a fecundação, contribui à formação do corpo; e por esse fluxo informe a Lei quis significar o espírito indecentemente fluido sem a formação da disciplina que lhe dá forma, quando exige a purificação por esse fluxo do corpo. Finalmente, acaso morrer é um pecado? E sepultar os mortos não é uma obra de misericórdia? E também por isto a Lei exige a purificação (Nm 19,11). O corpo morto por ter perdido a vida não é um pecado; mas representa o pecado da alma que perdeu a graça santificante.

24. Boas são as núpcias, e com justiça devem ser defendidas contra todas as calúnias. O que eu pretendo, agora, é saber que classe de continência pode ser comparada com o matrimônio dos antigos santos Patriarcas; não quero comparar umas núpcias com as outras, pois em todas é idêntico o fim imposto por Deus à natureza mortal dos homens. Mas, como entre os que usam do matrimônio não achei pares àqueles que o usaram de modo diferente, vamos ver que classe de continentes podem comparar-se com aqueles casados. Ou diremos que Abraão não se pudesse conter de contrair as núpcias, por causa do reino do céu, quando pelo mesmo reino pôde audazmente imolar o único filho do seu matrimônio?

CAPÍTULO 21

A continência, como as outras virtudes, pode ser habitual e atual. A virtude habitual pode existir sem a atual, como se vê pelo exemplo de Cristo

25. A continência é uma virtude do espírito, não do corpo. Às vezes as virtudes do espírito se manifestam em obras exteriores; outras vezes permanecem ocultas na vida ordinária, como a virtude do martírio brilhou e se manifestou na tolerância dos tormentos. Quão numerosos são os que abrigam a mesma virtude no seu espírito, mas lhes falta ocasião de manifestar externamente diante dos homens o que têm no seu espírito diante de Deus; e que não nasceu nesse momento, senão que nesse momento se manifestou? Jó possuía a paciência, que já Deus conhecia e dela deu testemunho, e só foi conhecida dos homens, quando foi posta à prova da tentação; e a paciência oculta no seu espírito se manifestou nas penalidades a que foi submetido (Jó 1). Timóteo possuía a virtude de se abster do vinho, e São Paulo não lha tirou, aconselhando-lhe que tomasse pouco vinho pela dedicação do estômago e freqüentes achaques de que sofria (1Tm 5,23): de outro modo lhe teria dado um conselho nocivo, já que debilitaria a virtude do espírito por atender à saúde do corpo: mas, sem detrimento da virtude podia seguir o conselho dado, de modo que moderando o costume de beber, permanecesse no espírito a virtude de se conter. O hábito consiste na disposição para fazer uma coisa, quando é necessário; e quando não se faz, não é por falta de poder, senão porque não há necessidade.

Não têm o hábito da continência do prazer sexual aqueles aos quais são dirigidas estas palavras “se não se contêm, casem-se”; mas sim o têm aqueles outros que ouviram estas “quem pode fazer que o faça”.

De tal modo as almas santas usaram dos bens terrenos, necessários para outros fins: pelo hábito da continência, que não determinava neles uma obrigação, e pelo qual podiam não usar deles, se não fosse necessário. Só pode usar acertadamente destes bens quem está disposto a privar-se dos mesmos. Muitos há que preferem abster-se totalmente do seu uso, antes que refrear-se para usá-los convenientemente; e ninguém pode usá-los convenientemente, sendo aquele que pela sua continência pode também não usá-los. Por este hábito disse São Paulo: “Sei viver na abundância e sofrer penúria” (Fl 4,12).

Todos os homens podem padecer penúria; mas saber padecer a penúria, é só das almas grandes. Do mesmo modo, quem não pode viver na abundância? Mas saber viver na abundância é próprio daqueles que se não deixam corromper por ela.

26. Para melhor entender como pode estar a virtude no hábito sem manifestar-se nas obras, falarei de um exemplo que nenhum dos cristãos católicos duvidará. Que nosso Senhor Jesus Cristo na realidade da sua carne teve fome, padeceu sede, comeu e bebeu, nenhum dos fiéis nascidos do seu evangelho o duvida. Acaso não estava nele a virtude da continência, tanta e maior que a de João Batista? “Veio João que nem comia nem bebia, e disseram: tem o demônio. Veio o Filho do Homem que come e bebe, e disseram: eis o glutão, bebedor de vinho, amigo dos publicanos e dos pecadores”. Não se dizem coisas semelhantes dos seus servos os Patriarcas, pelo modo diferente de usar dos bens terrenos referentes ao concúbito: eis os homens lascivos e imundos, dados às mulheres e à luxúria? E assim como o que disseram de Cristo não tem viso de verdade, sendo, porém, verdade que não se absteve de comer e beber, como João Batista; como ele mesmo o disse: “Veio João sem comer nem beber; veio o Filho do Homem comendo e bebendo” (Mt 11,18-19); assim também não têm consistência os reproches contra os santos Patriarcas. Veio depois o Apóstolo de Cristo sem casar-se nem gerando filhos, e disseram os pagãos: é um endemoniado. Veio também o profeta de Cristo, casado e com filhos, e disseram os maniqueus: era mulherengo. “Mas a sabedoria foi justificada em seus filhos”. Palavras que o mesmo Senhor acrescentou, quando falou de João e de si mesmo: “A sabedoria foi justificada em seus filhos”. Disto concluem os inteligentes que a virtude da continência deve ser sempre habitual nas almas, e só aparecer exteriormente quando a oportunidade das circunstâncias e dos tempos o exigirem. A paciência dos mártires se manifestou no martírio; mas noutros igualmente santos permaneceu oculta no seu coração. Portanto, assim como o mérito da paciência não é maior em Pedro que sofreu o martírio, que em João, que não foi martirizado; assim o mérito da continência de João, que nunca casou, não é maior que o de Abraão, que teve filhos. Tanto o celibato de João como o casamento de Abraão serviram a Cristo segundo as exigências dos tempos. João manifestava a continência em ação: em Abraão era uma virtude habitual.

CAPÍTULO 22

A continência nos antigos era interna, agora deve ser externa. Responde às demências de Joviniano

27. Naquele tempo, quando a Lei, subsequente à era dos Patriarcas, declarou maldito a quem não suscitasse descendência em Israel (Dt 25,5-10) quem podia ser continente, não o manifestava nas obras, mas realmente o era. Quando chegou a plenitude dos tempos, e foi dito “quem pode fazê-lo, que o faça”, desde então até agora e posteriormente até o fim do mundo, quem é continente deve manifestá-lo praticamente; e quem não quiser manifestá-lo, não minta dizendo que é continente.

Por isto os que corrompem os bons costumes com falsas doutrinas, com vã e simulada astúcia dizem ao fiel cristão continente, que renuncia ao casamento: Tu és melhor do que Abraão? Não se perturbe ouvindo isto, nem ouse dizer que é melhor, mas não arrede do seu propósito: no primeiro não diz a verdade, e no segundo não obra corretamente. Diga simplesmente: eu não sou melhor que Abraão; mas é

melhor a castidade dos célibes que a castidade dos casados, as quais ambas possuía Abraão, uma na intenção, a outra na ação. Pois castamente viveu no matrimônio; também podia ser casto fora do matrimônio, mas então não era oportuno. Da minha parte, eu vivo mais facilmente sem fazer uso das núpcias, das quais fez uso Abraão, do que usá-las como as usou Abraão; e por isto eu sou melhor que aqueles que pela continência habitual não podem como eu; mas não sou melhor que aqueles que pela diferença dos tempos não fizeram como eu. O que eu agora faço, melhor o fariam eles se então lhes fosse dado fazê-lo, mas o que eles fizeram, não o faria eu se agora pudesse ser feito.

No caso de existir esse cristão, que reconhece e sabe que, ainda permanecendo no seu ânimo a virtude da continência, se fosse compelido às núpcias por algum motivo de religião ou piedade, seria um pai como foi Abraão; não tenha medo em responder ao capcioso interpelador, dizendo-lhe: Certamente eu não sou melhor que Abraão nesta classe de continência, da qual ele não carecia, embora não se manifestasse; mas sou como ele, não por ter outra coisa que ele não tinha, mas porque obro de modo diferente. Diga-o abertamente, porque se quisesse gloriar-se, não seria um insensato dizendo a verdade; mas se não quer dizê-lo por temor de que alguém o considere ao que vê nele, ou que ouve dizer dele; separe a questão da sua pessoa, e responda indeterminadamente sobre a questão proposta e diga: quem for capaz de chegar a tanto, é tal qual foi Abraão. Pode ser que a virtude da continência no ânimo daquele que não usou do matrimônio, como usou Abraão, seja menor; não obstante, é maior que a daquele que viveu na castidade conjugal, porque não pôde viver na outra, que é mais perfeita.

E se uma mulher não casada, que pensa nas coisas do Senhor para ser santa em corpo e alma, se encontra com algum imprudente que lhe pergunta: Tu és melhor que Sara?, responda: Eu sou melhor que aquelas que não possuem a virtude da continência, o que de Sara não creio, pois ela fez o que os tempos exigiam, do qual eu estou livre, a fim de que no meu corpo se manifeste o que Sara conservou sempre no seu espírito.

CAPÍTULO 23

A continência é melhor que a castidade conjugal: não obstante os casados podem ser melhores que os continentes. O bem da obediência é maior que o bem da continência. É preferível uma casada mais obediente que uma virgem menos obediente. A obediência é mãe de todas as virtudes

28. Se compararmos estas virtudes entre si, não há dúvida que a castidade da continência é mais excelente que a castidade conjugal. Entretanto uma e outra são um bem; mas se compararmos os homens, é melhor aquele que tem um bem mais excelente, que o bem que tem o outro. Ora, entre os bens da mesma categoria, quem tem o maior, tem também o menor, enquanto quem tem o menor não tem o maior. Pois em sessenta há trinta, mas em trinta não há sessenta. Não fazer uma coisa não indica falta ou carência de faculdades, senão depende das obrigações diversas que tem cada pessoa; como não carece de virtude da misericórdia quem não encontra pobres com quem manifestar a sua misericórdia.

29. Assim, não se pode estabelecer uma justa comparação de uns homens com outros por um bem determinado, pois pode acontecer que um não tenha o bem que o outro tem, mas tenha outro bem mais estimável.

É maior o bem da obediência que o bem da continência. Em parte alguma das Santas Escrituras se encontra condenado o matrimônio, enquanto a desobediência é sempre reprovada. Entre uma virgem, decidida a permanecer virgem, mas desobediente, e uma casada que não pode ser virgem, mas é obediente: qual será melhor? A menos louvável por não ser virgem, ou a mais vituperável por ser virgem? E se comparas uma virgem ebriosa com uma casada sóbria, quem hesitará em proferir a mesma

sentença?

O matrimônio e a virgindade são dois bens: a segunda é maior; a sobriedade e a obediência são louváveis, a embriaguez e a desobediência são execráveis. É mais vantajoso possuir todos os bens, embora os menores, que possuir um grande bem juntamente com um grande mal: como nos bens do corpo é melhor ter a estatura de Zaqueu com saúde, que a estatura de Golias com febre.

30. Não perguntamos, agora, se a virgem absolutamente desobediente pode ser comparada com a casada obediente; se pergunta se a menos obediente pode comparar-se com a mais obediente, porque a castidade conjugal também é castidade, e portanto é um bem, mas é menor que a castidade virginal. Tanto a menor no bem da obediência, quanto a maior no bem da castidade, se as comparamos uma com a outra, qual delas há de ser preferida? Pode decidir aquele que, comparando antes a castidade com a obediência, percebe que a obediência, em certo modo, é a mãe de todas as virtudes. Por esta razão a obediência pode subsistir sem a virgindade, porque a virgindade é de conselho, não de preceito. Refiro-me à obediência pela qual se cumprem os preceitos. A obediência aos preceitos pode dar-se sem a virgindade, mas não sem a castidade. À virtude da castidade corresponde propriamente: não fornicar, não cometer adultério, não macular-se com ilícitos concúbitos. Quem isto não cumpre age contra os preceitos de Deus e, em consequência, são traidores à obediência.

Vê-se claramente que a virgindade pode dar-se sem a obediência, porque a mulher depois de ter aceitado o conselho da virgindade e, permanecendo virgem, pode transgredir ou menosprezar os mandamentos. Conheço muitas virgens consagradas que são tagarelas, curiosas, ebrias, rixosas, avaras, orgulhosas: coisas que são contra os mandamentos, ultrapassando a Eva no pecado de desobediência. Conseqüentemente, não só a obediente deve ser preferida à desobediente, mas a casada mais obediente é preferível a uma virgem menos obediente.

31. Em virtude desta obediência, aquele Patriarca, casado, estava disposto a ficar sem o único filho, e ainda sacrificado por ele mesmo. De propósito disse Filho Único, sobre o qual ouviu do Senhor: “Em Isaac te será computada a tua descendência” (Gn 21,12). Quanto mais prestes estaria a viver sem mulher, se assim lhe fosse ordenado? Por isto estou tristemente admirado ao ver tantos continentes de ambos os sexos, que são negligentes em obedecer e cumprir os mandamentos de Deus, quando com tanto ardor renunciaram a usar do que lhes era permitido.

Portanto, quem pode duvidar que, em justiça, não admitem comparação com a excelência daqueles santos Pais e Mães gerando filhos, os homens e mulheres do nosso tempo, que, embora perfeitos continentes, são remissos na virtude da obediência; ainda que aqueles não tivessem, no hábito do espírito, o que estes manifestam nas suas obras? Sigam, pois, o Cordeiro, cantando o cântico novo, as crianças como está escrito no Apocalipse “que se não contaminaram com mulheres” (Ap 14,4), não por outra razão, senão porque permaneceram virgens. Mas não se considerem por isso melhores que aqueles santos patriarcas, que usaram do matrimônio conforme sua finalidade. Pois no uso freqüente que dele se faz, tudo que excede ao que é necessário para a geração, mesmo não ultrapassando de pecado venial, sempre é algum pecado. Pois não necessita perdão o excesso isento de toda contaminação. Creio que nem mesmo os que seguem o Cordeiro estivessem imunes de tal contaminação, se não tivessem permanecido virgens.

CAPÍTULO 24

Bem triplo das núpcias entre cristãos. Os antigos Patriarcas casados observaram a obediência nas obras; a continência intencionalmente

32. Entre todos os povos e entre todos os homens sempre foram considerados como bem do matrimônio a procriação e a castidade conjugal, e no povo de Deus a santidade do sacramento, pela qual é nefando que a mulher separada do marido se case com outro, durante a vida do marido, mesmo com o libelo de repúdio nem sequer por motivo da procriação, essencial ao matrimônio. Nem pela falta de prole se dissolve o vínculo conjugal, senão unicamente pela morte do cônjuge. Do mesmo modo que, se um clérigo recebe a ordenação sagrada para dirigir uma comunidade de fiéis, e essa comunidade não fosse formada, permanece nele o caráter sacramental da ordenação; e se por alguma falta cometida for afastado do seu ofício, não se verá livre do sacramento do Senhor, que permanecerá nele para sua condenação.

Que o matrimônio visa à procriação o declara o Apóstolo com estas palavras: “Quero que as viúvas mais jovens se casem”; e como se alguém lhe perguntasse, para quê?, acrescenta: “para que criem filhos e seja mães de família” (1Tm 5,14).

Referindo-se à castidade conjugal disse: “A mulher não tem poder sobre o seu corpo, mas sim o marido, e igualmente o marido não tem poder sobre o seu corpo, mas sim a mulher”. E sobre a santidade do sacramento continua: “A mulher não se separe do seu marido; se ela se separa, permaneça inupta ou reconcilie-se com o marido; e o marido não repudie sua mulher” (1Cor 7,10-11).

Os três bens do matrimônio, que o tornam legal e santo, são: a prole, a fidelidade e o sacramento. Nos tempos atuais já se considera mais útil e mais santo não procurar a prole carnal, abstendo-se de todo contato desta espécie, para unir-se espiritualmente a um único esposo, Jesus Cristo; com tal que se sirvam desta abstenção e imunidade como está escrito, para pensar nas coisas do Senhor; e de como lhe agradar mais, isto é: que se observe sempre a continência, sem que se menoscabe a obediência. Esta virtude da obediência, que é a raiz, e como se costuma dizer, a mãe de todas as virtudes e quase universal, foi exercitada e manifestada com obras pelos antigos santos Patriarcas, enquanto o afeto pela continência estava oculto nas suas almas. Pela obediência, que os tornou justos e santos, e dispostos para qualquer obra boa, se absteriam até do matrimônio, se lhes fosse mandado. Quanto mais facilmente se absteriam do concúbito, se por conselho ou mandato de Deus lhe fosse exigido, aqueles que, por obedecer, podiam sacrificar a prole, em vista da qual se uniam maritalmente!

CAPÍTULO 25

Refuta as calúnias dos maniqueus contra os Patriarcas do Antigo Testamento

33. Pelo exposto acima creio haver respondido ampla e sobejamente aos hereges, tanto maniqueus, como quaisquer outros, que alvitram a pluralidade de mulheres como argumento convincente da incontidência dos Patriarcas do Antigo Testamento. Se fossem capazes, entenderiam que não pecaram absolutamente contra a natureza, porque se uniam pela procriação, não por sensualidade; nem pecaram contra os costumes, porque naquele tempo era comum entre todos os povos; nem contra o preceito, porque não era proibido por lei alguma. Entretanto, os que ilicitamente usavam das mulheres, ou são condenados pelas Sagradas Escrituras; ou um exemplo que nos propõem para que o jul-guemos e evitemos, não para que o aproveemos e imitemos.

CAPÍTULO 26

Os continentes atuais nãoensem vilmente dos santos Patriarcas casados. A virgindade há de ser protegida com a humildade

34. Advertimos encarecidamente aos nossos que têm esposas, que não ousem julgar os santos Patriarcas

pelos moldes da sua própria fraqueza. Comparem-se consigo mesmos, como o Apóstolo aconselha: por isso não podem avaliar as forças da alma que luta pela justiça contra a volúpia, a fim de se não deixar arrastar pelos instintos da carne, permitindo que degenerem ou avancem no uso do matrimônio além do necessário para a procriação, sem quebrantar quanto prescrevem a ordem natural, os bons costumes e as exigências da lei.

Achacam isto aos Patriarcas, porque eles mesmos, dominados pela incontinência, abraçaram o matrimônio e abusam intemperantemente das suas esposas. Porém, os continentes, sejam maridos que perderam suas esposas, sejam esposas que perderam seus maridos, sejam ambos, que de comum acordo voltaram a Deus a sua continência, saibam que lhes está reservada maior recompensa que a exigida pela castidade conjugal. E por ter feito esse voto não menosprezem, antes prefiram a seu voto o matrimônio dos santos Patriarcas, que o realizavam num sentido profético, buscando nele somente a prole, e na prole servir a Cristo que havia de vir em carne mortal.

35. Com o máximo encarecimento recomendamos aos jovens e às moças, que consagraram a Deus a sua integridade, que, enquanto vivem na terra, envidem esforços para protegê-la com tanta maior humildade, quanto mais divino é o que prometeram, pois está escrito: “Quanto maior és, mais te debes humilhar em todas as coisas” (Eclo 3,20). Meu dever é louvar a sua grandeza; o deles, crescer na humildade.

Excetuados aqueles casados, pais e mães santos, em cuja comparação estes não são melhores, por não serem casados, porque se o fossem nem seriam iguais, não duvidem que eles superam absolutamente a todos os casados e os continentes depois de casados: não quanto Ana supera a Susana, mas quanto a Virgem Maria supera as duas. Falo só quanto à integridade santa da carne; pois quem ignora as outras excelências e prerrogativas da Virgem Maria?

Todos devem procurar costumes congruentes com o santo propósito que votaram, a fim de garantir a excelente recompensa prometida; convencidos de que, juntamente com todos os fiéis, amados e eleitos membros de Cristo, todos terão o convívio de Abraão, Isaac e Jacó no reino de Deus, os quais, não por causa deste século, senão por Cristo, se casaram e foram pais.

APÊNDICES [13](#)

I. CONTRA OS ADÚLTEROS E FORNICADORES

Repreensão aos adúlteros

Agora não vos fixeis em mim: fixai-vos na palavra do Senhor. Não vos irriteis contra vosso remédio: pois não achei outro melhor para vossa doença. Sou um homem que estou tocando as dez cordas do Saltério; e havia de preferir a quinta? Antes, tocá-la-ei continuamente. Vejo que nesta corda jaz quase todo o gênero humano, e nela é preciso trabalhar mais.

E que digo fazendo soar esta corda? Não adulateis às escondidas de vossas esposas, porque vós não quereis que elas adulterem às escondidas de vós. Não vades aonde não quereis que elas vos sigam. Não vos escuseis iniquamente, dizendo: acaso vou com mulher alheia? Eu vou com a minha empregada. Queres, acaso, que te diga tua mulher: acaso eu vou com o marido de outra? Eu vou com o meu empregado. Tu dizes: não é à mulher alheia que eu vou. Queres que te digam: não é o ao marido alheio que eu vou?

Deus não permita que ela diga isto. Ela sente mais pena por ti, que vontade de imitar-te. Essa casta e santa mulher, verdadeiramente cristã, que sente tristeza pelo marido fornicador, não por motivos da carne, senão pela caridade; não é que queira que tu o não faças, porque ela não o faz, senão porque para

ti não é conveniente. Porque se não o faz para que tu não o faças, se tu o fizeres ela também o fará. E se a Deus, se a Cristo deve o ato que tu dela exigis, e ela se presta porque Deus lho manda, ainda que o marido fornicque, ela oferece a Deus a sua castidade.

Cristo fala no coração das santas mulheres, Cristo fala dentro, onde o marido não pode ouvir, porque é indigno, se ele é assim. Fala Cristo no seu interior e diz e consola sua filha com palavras semelhantes a estas: Te torturas pelas injúrias de teu marido; que foi que te fez? Lamenta-o, mas não o imites em fazer o mal, senão que ele te imite em fazer o bem. Pois, quando obra mal, não o consideres como cabeça tua, considera que eu sou o teu Deus. Porque, se quando ele obra mal, o consideras como cabeça tua, o corpo seguirá sua cabeça, e ambos se precipitarão no abismo. E para não seguir essa cabeça perversa, considere a Cristo, cabeça da Igreja: dando-lhe a sua castidade e oferecendo-lhe a sua honra, esteja presente ou ausente o marido, não peca ela, porque nunca está ausente aquele a quem deve a graça de não pecar.

Meus irmãos, fazei isto para poder vencer o adversário. Não é amargo o que vos digo, e se é amargo é para curar. Tome-se esta poção, embora amarga; porque as entranhas estão em perigo: mesmo amarga, tome-se. Pois é melhor um pouco de amargor no paladar, que um tormento eterno nas entranhas.

Mudai-vos. Os que não guardavam castidade, guardem-na agora. Não digais: não pode ser. Meus irmãos, é torpe, é infamante que o homem diga que não pode fazer o que faz a mulher. É um crime que o homem diga: não posso. O que a mulher pode, não pode o homem? Pois ela não tem carne? A primeira mulher foi enganada pela serpente. Essas esposas castas vos mostram que é possível fazer o que vós não quereis fazer, e dizeis que se não pode fazer!

Talvez ousarás dizer que ela pode fazê-lo mais facilmente, porque está muito mais resguardada pelo preceito da lei, pelos desvelos do marido, por temor das leis públicas e especialmente pelo próprio pudor e honestidade. As muitas defesas conseguem tornar a mulher mais casta; o homem deve ser casto pela sua própria virilidade. A mulher precisa de muitas defesas, porque é maior a sua fraqueza. A mulher se ruboriza de seu marido, e tu não te envergonhas diante de Cristo? Tu és mais livre porque és mais forte, e podes vencer mais facilmente, por isso estás confiado a ti mesmo. Sobre ela pesam a vigilância do marido, o medo das leis, os costumes morais e o pudor; e sobre ti Deus, somente Deus.

Com facilidade topas com homens iguais a ti, diante dos quais não temes ruborizar-te, porque eles fazem o mesmo que tu. Tão grande é a perversão do gênero humano, que até o homem honesto se ruboriza de ser casto entre tantos impudicos. Por este motivo não posso desistir de pulsar esta quinta corda, por causa dos costumes depravados e, como disse antes, da degeneração do gênero humano. Se algum de vós, Deus o não permita, comete um homicídio, quereis que o expulsem da pátria, e se for possível, imediatamente. Se algum comete um furto, o odiais e nem vê-lo quereis. Se algum levanta um falso testemunho, o abominais, e não o tendes como homem. Se algum cobiça as coisas alheias, o considerais raptor e infame. Se algum se enreda com suas empregadas, este é amado e considerado distinto, e suas maldades se tomam como brincadeira. Se se apresenta algum que se diz casto, que não é adúltero, e por todos é conhecido como tal, se envergonha de acercar-se dos que lhe não são semelhantes, para ser insultado, ludibriado, e para evitar que lhe digam que ele não é homem. A tal ponto chegou a perversidade humana, que considera homem um escravo da luxúria; e não é homem o vencedor da luxúria. Exultam os triunfadores da carne, e estes não são homens; jazem os vencidos pela carne, e estes são os homens? Se bem reparas, quem achas mais forte, aquele que jaz sob as patas de uma fera, ou aquele outro que matou a fera?

Porque não atendeis as lutas interiores, dominados pelo deleite das exteriores, relutais pertencer ao cântico novo, que diz: “Que adestra minhas mãos para a batalha, e meus dedos para a guerra” (Sl 143,1).

Há, pois, uma guerra que o homem sustenta dentro de si mesmo contra os maus desejos, refreando a

avareza, machucando o orgulho, afogando a ambição, arrasando a libido. Estas lutas se desenvolvem no interior, e não serás vencido no exterior. Para isto são adestradas as vossas mãos para a luta, e os vossos dedos para a guerra. Não se dá isto nos vossos espetáculos. Nesses espetáculos não é o mesmo o caçador e o citarista: uma coisa faz o caçador e outra o citarista. No espetáculo de Deus os dois são uma mesma coisa. Toca as dez cordas e matas todas as feras: tudo fazes ao mesmo tempo. Tocas a primeira corda, que diz adorar um só Deus, e cai por terra a superstição. Tocas a segunda corda, que proíbe tomar em vão o nome de teu Senhor Deus, e morre a besta do erro de nefandas heresias, que o profanaram. Tocas a terceira corda pela qual aprendes a fazer quanto fazes, na esperança da quietude futura: matas a besta mais cruel, que é o amor deste mundo. Pois pelo amor deste século se enrolam os homens em toda classe de negócios; mas, tu, esmera-te em todas as tuas boas obras não pelo amor deste século, senão para conseguires a eterna paz que Deus prometeu. Repara que realizas duas coisas ao mesmo tempo: tocas as cordas e matas as bestas, isto é, ao mesmo tempo és citarista e caçador.

E não vos deleitam estes espetáculos, nos quais não merecemos os olhares dos atores, mas cativamos os olhares do Redentor? “Honra teu pai e tua mãe”: estás tocando a corda quarta: que honres teus pais; dás morte à besta da impiedade. “Não adulterarás” é a quinta corda que estás tocando, e destruindo a besta da libido. Tocas a corda sexta: “Não matarás”, e desapareceu a besta da crueldade. Tocas a sétima corda, que te diz: “Não furtarás”, e cai a besta da rapacidade. Tocas a corda oitava: “Não dirás falso testemunho”, caiu a besta da falsidade. “Não cobiçarás a mulher de teu próximo”, é a corda nona: morreu a besta dos maus pensamentos. Uma coisa é não fazer nada fora da própria mulher, e outra não cobiçar a mulher alheia. Por isso são dois preceitos: “Não adulterarás” e “Não cobiçarás a mulher de teu próximo”, que é a corda décima: é também a morte da cobiça.

E assim, com a morte de todas as bestas, passarás a vida seguro e inocente no amor de Deus e na sociedade humana. Tocando as dez cordas, quantas bestas não matas? E como cada besta tem muitas cabeças, em cada corda não matas uma besta, mas sim um bando de bestas.

Deste modo, com amor e sem temor cantarás o cântico novo.

O crime dos fornicadores

Se alguma vez intentas realizar algum ato lascivo, não queiras justificar-te dizendo: não tenho mulher, faço o que eu quero, pois não peço às costas da minha mulher. Conheces quanto vales pelo preço que foi dado por ti, sabes o que comes e o que bebes, e não ignoras a quem comes e a quem bebes: abstém-te de toda fornicação. Não me digas descaradamente: me acerco a uma fornicadora, me dirijo a uma meretriz, vou a uma prostituta; nem violo o preceito que diz: “não adulterarás”, porque ainda não tenho mulher, nem faço nada às costas dela; tampouco violo o preceito que manda: “não cobiçarás a mulher de teu próximo”. Indo a uma mulher pública, qual é o preceito que concluo? Qual a corda que devemos tocar?

Que não encontramos a corda? Com que ligame ataremos este fugitivo? Não fuja, descubra o ligame: ame, e não será uma atadura, mas sim um adorno. Pois nas dez cordas não encontramos ataduras, senão adornos. Os dez mandamentos se reduzem aos dois que já conhecemos: amar a Deus e ao próximo; e estes dois se reduzem a um só, que é este: “Não faças a outrem o que para ti não queiras” (Tb 4,15). Onde há dez, há também dois.

Talvez responderás: se furto, faço o que não quero que me façam; se mato, não quero que outro me mate; se não honro os meus pais, quando quero ser honrado pelos meus filhos, faço o que eu não quero sofrer; se adultero ou maquino coisas semelhantes, faço o que não quero que me façam: pois se lhe perguntam, responde: não quero que minha esposa faça nenhuma destas coisas; se desejo a mulher do próximo, não quero que ninguém cobice a minha: faço o que não quero aturar; se cobiço as coisas do meu próximo, não quero que ninguém me tire as minhas: faço o que não quero agüentar; mas se vou a uma

meretriz, a quem faço o que não quero que me façam? Isto é mais grave, o fazes a Deus. Compreendei-o bem, meus irmãos: “Não faças a outrem o que para ti não queiras” inclui os dois preceitos. Como? Se fazer a um homem o que não queres que outro homem te faça se relaciona com o preceito do próximo, pertence ao amor ao próximo, às sete cordas; mas se o que não toleras que outro o faça contigo, tu o fazes a Deus: o que é isto? Não fazes a outro o que tu não queres que te façam? Aprecias um homem mais que a Deus? Dirás: mas como o faço ao mesmo Deus? Porque te corrompes a ti mesmo. E que injúria faço a Deus corrompendo-me a mim mesmo? Que desacato comete contigo, quem ataca pedras num quadro pintado, que representa a tua imagem e que vaidosamente conservas na tua casa, que nem sente, nem vê, nem fala, e que tens para tua vã satisfação, não é um insulto feito a ti mesmo? Mas quando tu deturpas a imagem de Deus, que és tu mesmo, com fornicções e lascívias, só reparas em que não abusaste de nenhuma mulher de outro, que não o fizestes às costas de tua mulher, porque não és casado, e não reparas de quem é a imagem que tu violaste com as tuas ilícitas lascívias e fornicções?

Aliás, Deus que sabe o que te é útil, que governa realmente os seus servos de modo que tudo seja em proveito deles, não para utilidade sua, pois ele não precisa dos seus servos como um adjutório, mas tu necessitas da ajuda do Senhor; esse mesmo Senhor que conhece o que é útil para ti, te concedeu uma esposa, e nada mais. Isto Ele o mandou e impôs como preceito, a fim de que por meio de ilícitos prazeres não venha desabar o seu templo, que tu começaste a ser pelo batismo. Não sou eu que digo isto, escuta o Apóstolo: “Não sabeis que sois o templo de Deus, e que o Espírito de Deus habita dentro de vós?” (1Cor 3,16-17).

Isto diz aos cristãos, isto diz aos fiéis: “Não sabeis que sois templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém corrompe o templo de Deus, Deus corromperá tal homem”. Vedes como ameaça? Não queres destruir ou danificar a tua casa, por que destróis a casa de Deus? Certamente fazes a alguém o que para ti não queres. Não tens escapatória. Foi agarrado quem pensava não ser apanhado. Todos os pecados dos homens ou são culpas que serão castigadas, ou são crimes que serão condenados. Como com os teus crimes não podes lesar a Deus, com teus flagícios o ofendes, com teus abusos o ofendes: em ti mesmo o insultas. Pois causas prejuízos à sua graça e à sua casa.

Se tiveres um criado, queres que ele te sirva: serve tu a teu Deus que é o melhor senhor. Tu não fizeste a teu servo: Deus criou a ti e a teu servo. Queres que te sirva aquele que juntamente contigo foi criado, e tu não queres servir àquele que te criou? Logo, quando tu queres que te sirva teu criado, homem como tu, e tu não queres servir a Deus, teu Senhor, fazes a Deus o que tu não o queres. Assim, pois, aquele único preceito contém os dois: os dois contêm os dez e os dez contêm todos os outros. Cantai o cântico novo nas dez cordas do Saltério. E para que possais cantar o cântico novo, sede homens novos. Amai a justiça; porque tem sua beleza: Não quereis ver essa beleza, porque amais outras coisas. Se as não amásseis, certamente a veríeis. Por que então a vedes quando a exigis dos outros? Por que louvas a fidelidade, quando o exiges de teu servo? Quão bela é a fidelidade! Só é bela quando a exiges de teu servo; somente a vês, quando a exiges de outro: quando de ti é exigida, então não a vês.

Vês o ouro, não vês a fé. Como brilha o ouro aos olhos do corpo, assim brilha a fé aos olhos do coração. Abre os olhos do coração para vê-la, quando queres que teu servo a observe contigo. Se ele a observa, o louvas, e o apregoas dizendo dele: tenho um excelente criado, tenho um grande criado, tenho um criado fiel.

O que tanto louvas no criado, tu o negas ao Senhor; e és mais protervo, porque preferes ter um criado melhor, antes que Deus te tenha a ti melhorado. Deus manda a teu criado que seja bom para ti. Como manda a tua esposa que não adultere, ainda que tu adulteres; assim manda também ao teu servo que te sirva, ainda que tu não obedças ao Senhor. Pensa em tudo isto de tal modo que te sirva de aviso, não para tua condenação. Pois que teu servo te sirva dignamente a ti que és indigno, isto é, que, sendo tu

indigno, te sirva com esmero, te sirva fielmente, e te ame sinceramente: tudo isso deve a Deus, não a ti. É lógico, pois, que também tu consideres que estás sob o poder de Deus, a quem obedece teu servo para que te sirva.

Cumpra bem com aquilo que ouviste. “O que não queres que te façam, não o faças tu a outrem.” Mas quando tu dizes isto a outro, inclui os dois: Deus e o próximo.

Canta com as dez cordas do saltério. Canta o cântico novo. Concorde e cumpra os mandamentos de Deus, enquanto ele te acompanha na viagem; reconcilia-te logo com teus inimigos, para não te apresentares ante o Juiz com essas desavenças. Se cumpres o que ouviste, terás paz com eles; se não o cumpres, ainda estás em briga com eles, e não haverá conciliação até não teres cumprido o que ouviste.

II. NORMAS DE VIDA COMUM MATRIMONIAL

Fundamento da vida comum

1. Em primeiro lugar, amados esposos, amai a Deus e depois um ao outro.
2. Estes são os mandamentos que vos foram dados: o primeiro como cristãos, e o segundo como casados.
3. A vida matrimonial é para habitar unânimes em casa, formando uma só alma e um só coração orientados para Deus.
4. Nada deverá ser próprio, mas tudo comum. Assim o fizeram os Apóstolos: “... tudo entre eles era comum e cada qual recebia conforme as suas necessidades” (At 4,32).
5. Se houver diferenças econômicas antes do casamento, elas devem desaparecer na vida a dois, de forma que tudo seja comum.
6. Vivei em harmonia e bom entendimento e reverenciai mutuamente a Deus dentro de vós, do qual sois templos.

Da oração

7. Dedicai-vos à oração algum tempo durante o dia.
8. Quando orardes a Deus com orações próprias ou decoradas, meditais no coração aquilo que se expressa nas palavras.

Sobriedade e mortificação

9. Dominai vossa carne com jejuns e abstinência de comidas e bebidas quando for necessário e a saúde o permitir.
10. Durante as refeições conversai sem confusão nem discussões, para que não seja apenas o corpo o que se alimenta, mas também se nutra o amor pela comunicação.
11. O que é mais forte para suportar as privações, considere-se mais feliz e seja menos exigente; melhor é precisar de pouco do que muito possuir.

Da castidade

12. A passeios e diversões ide juntos; e nos lugares onde deveis ir, permanecei juntos.
13. Nos encontros sociais, nas atitudes, ou em qualquer de vossos movimentos, nada façais que possa escandalizar alguém. Que vosso comportamento seja o que convém aos filhos de Deus.
14. Quando vos encontrardes com uma pessoa do outro sexo, não repareis nela. Pois se, quando sairdes de casa, o fato de ver e conversar com outros(as) não tem nada demais, por outro lado é censurável desejá-los(as) ou querer ser desejados(a). Não só pelo tato e pela afeição, mas também pelo

olhar surge a concupiscência. E nada de afirmar que o coração é puro, se os olhos são impuros: porque os olhos impuros revelam a impureza do coração. E quando mutuamente e segundo a concupiscência da carne um e outro se deleitam com olhares recíprocos e pensamentos impuros, mesmo sem falar, nem chegar a vias de fato, o coração torna-se impuro e a castidade dos costumes desaparece.

15. E aquele ou aquela que repara numa mulher ou num homem e gosta de ser observado(a) por ela ou por ele, não pense que ninguém o vê, quando faz isso; é visto perfeitamente, e por aqueles que menos pensa que o vêem. Ainda que fique oculto aos olhos dos homens, como ocultar-se daquele que tudo vê e a quem nada se pode ocultar? Julgarás que ele não te vê, porque vê com tanta paciência como sabedoria? Tema cada um desagradar a Deus para não agradar com malícia aos que não deve. A Escritura já nos adverte: “É abominação para o Senhor aquele que tem os olhos insaciáveis” (Pr 27,20).

16. O que perceber uma leviandade no consorte aconselhe-o imediatamente, para que o que começou não continue, mas logo seja corrigido.

17. Se, apesar da advertência, cair novamente no mesmo erro, neste caso aquele que o descobriu trate-o como a um ferido que precisa de cura; se for preciso comunique-o a outro ou a um terceiro para que possa ser persuadido por aqueles que tenham mais facilidade. E não pensem que é querer mal, quando isso se revela. Antes pelo contrário não sois inocentes, se com o silêncio permitis a perdição de quem, avisado, poderia salvar-se. Se teu filho tivesse uma ferida no corpo, que quisesse ocultar pelo medo do tratamento, não seria cruel silenciar e misericordioso denunciá-lo? Com maior motivo deveis denunciar a parte moral, para que não apodreça o coração com aquilo que é mais pernicioso.

18. Se, uma vez avisado, não quiser se corrigir, deve-se procurar alguém que tenha ascendência sobre ele, antes de informar a outros pelos quais possa ser persuadido, pois sempre que possível deve observar-se o sigilo. Mas se ele negar a acusação, recorra-se a outros meios para que mais de uma testemunha possa convencê-lo a sair do erro. E se recusar a corrigir-se em erros graves pode ser abandonado, mesmo não o querendo. Esta atitude não é por crueldade, mas por misericórdia, para que pelo mau exemplo não venham a se perder outros mais.

19. Tudo o que foi dito sobre a vista, observe-se também com fidelidade e diligência nas outras faltas que devem ser reveladas, nunca permitidas, manifestadas e corrigidas, com muito amor ao consorte e ódio ao vício.

20. Por conseguinte, aquele que de tal forma houvesse avançado no mal, recebendo ocultamente cartas ou presentes, se o confessar espontaneamente, seja pelo outro perdoado e animado pela oração; mas se for descoberto, trata-se com mais rigor até corrigir-se definitivamente.

21. Guardai vossas roupas e outros pertences dentro da casa e assim como vos alimentais de uma fonte comum, também vos vistais dos mesmos guarda-roupas. Quando surgirem, entre vós, discussões e murmurações por receber em mau estado as roupas, concluí daí quanto vos falta daquele santo vestuário interior do coração, pois acabais brigando pelo vestuário do corpo.

22. Ninguém faça nada apenas para si com exclusividade, mas tudo deve ser feito em função da comunhão de vida, com mais entusiasmo e dedicação do que se fosse para a própria pessoa. Pois a caridade, da qual está escrito que “não procura as coisas que são suas” (1Cor 13,5), entende-se assim: que prefere o comum ao próprio e não o próprio ao comum. Por isso, à medida que cuidais das coisas comuns melhor que das particulares, sabereis como está vosso espírito comunitário; para que em todas as coisas ordinárias que necessitamos, tenha preferência a caridade, que permanecerá para sempre.

23. Quando algum de vocês afirma estar doente, acredite-lhe o outro, mesmo que não o perceba. E quando for preciso leve-o ao médico sem demora, mesmo que não lhe agrade.

24. Quem ganha o dinheiro entregue-o a quem o administra, e este não demore em atender os pedidos de quem precisa.

Perdão das ofensas

25. Não existam desavenças entre vocês e, se alguma existir, terminai-a quanto antes, para que a ira não se converta em ódio e se faça de um argueiro uma trave, tornando a alma homicida. Pois assim ledes: “Quem odeia seu irmão é homicida” (1Jo 3,15).

26. Aquele que ofender o outro com afrontas, injúrias, ou lançando-lhe no rosto alguma culpa grave, deve dar satisfação, para reparar quanto antes o que fez, e aquele que foi ofendido perdoe sem demora nem discussão. E se mutuamente se ofenderam, mutuamente deverão pedir perdão e perdoar-se durante o tempo de oração, que não se deve esquecer, pois quanto mais vos dedicais à oração, tanto melhor sereis.

27. É melhor aquele que, apesar de ser tentado muitas vezes pela ira, no entanto apressa-se a pedir desculpas a quem reconhece haver ofendido, do que aquele que dificilmente se irrita, porém mais dificilmente pede perdão ou se reconcilia. Aquele que nunca quer pedir perdão ou não o faz de coração não merece o sacramento do matrimônio.

28. Evitai as palavras pesadas; e se alguma vez saírem da vossa boca, não se demore em oferecer o remédio, com a mesma boca que fez as feridas.

29. Finalmente, quando a necessidade da disciplina vos obrigou a dizer palavras duras para repreender vossos filhos, se julgais haver-vos excedido com eles, no modo, não é necessário que lhe peça desculpas, não seja que por ter demasiada humildade com aqueles que precisam obedecer, se debilite a autoridade para governar. Mas pedi sempre perdão ao Senhor de todos, que conhece o afeto que tendes àqueles aos quais corrigistes mais do que era justo. A amizade e o amor entre vocês não devem ser apenas humanos, também devem ser espirituais.

A autoridade

30. O pai deve ser obedecido e respeitado para que na pessoa dele não se ofenda a Deus; ele tem a seu cargo o cuidado da família.

31. Caberá a todos, mas principalmente ao pai, motivar a vida espiritual em família. A função do pai não é a de dominar com autoridade, mas servir com caridade. Que seja por todos respeitado e cada um veja nele o representante de Deus. Mostre-se dentro e fora de casa exemplo de boas obras. Ora controlando mais o audaz, ora animando o acomodado, ora agindo com paciência e ajudando o mais fraco, sendo agradável na disciplina e aplicando a punição, quando necessária. Prefira mais ser amado do que temido, pensando sempre que deverá prestar contas a Deus daqueles que lhe foram confiados.

32. A obediência e a cooperação dos membros da família são imprescindíveis para o bem de todos. O que está em lugar mais elevado deve ser ajudado porque se encontra em maior perigo.

Última recomendação

33. O Senhor conceda guardeis estes conselhos com amor, imbuídos da beleza espiritual, emanando o bom odor de Cristo, em santa convivência, não como servos sob a lei, mas como filhos que vivem sob a graça. E se praticais todos estes conselhos, dai graças a Deus, fonte de todos os bens. Mas se alguém de vocês perceber que faltou em algo, deplore o passado, tome cuidado no futuro, pedindo a Deus lhe perdoe sua culpa e não o deixe cair em tentação.

[13](#) Estes apêndices não pertencem à obra Os bens do matrimônio. O primeiro é o cap. 9 do sermão As dez cordas (Os dez mandamentos). O segundo é tirado da Regra de Santo Agostinho. Estes dois apêndices estão aqui porque se encaixam bem nas questões tratadas nesta obra.

A SANTA VIRGINDADE

INTRODUÇÃO

1. A questão da virgindade hoje

Se nos tempos passados tendia-se a enaltecer os valores e os efeitos da virgindade em detrimento do matrimônio, hoje somos tentados a inverter a posição. Não mais vemos a virgindade no quadro de uma sacralidade superior em relação ao sacramento do matrimônio. Mudamos até mesmo a terminologia de modo que não mais falamos de “virgens”, mas de religiosas e religiosos. A virgindade física não é nem mesmo reconhecida como valor de alguma importância. Deve-se, contudo, reconhecer que as pessoas consagradas são sempre um dom de Deus à igreja.¹⁴

Na opinião de L. Bouyer, é essencial que a virgindade seja considerada não na perspectiva negativa de condenação ou desvalorização do matrimônio, mas como meio de apressar, pela generosidade de uma entrega voluntária, a plena realização dessa união entre Cristo e a Igreja, da qual o matrimônio sacramental é um sinal eficaz.¹⁵

Herdeiros das decisões do Concílio de Trento que declarou a superioridade da virgindade sobre o matrimônio, os cristãos destes últimos séculos foram levados a emitir um julgamento favorável aos que adotavam o estado de vida consagrada. Essa herança se expressa nitidamente na Carta Encíclica de Pio XII, sobre a virgindade. De fato, nela Pio XII declara enfaticamente: “É sobretudo por este motivo que se deve afirmar, como ensina a Igreja, que a santa virgindade é mais excelente que o matrimônio. Já o divino Redentor a aconselhara aos discípulos como vida mais perfeita (Mt 19,10-11); e são Paulo, depois de dizer que o pai que dá em casamento a filha ‘faz bem’, acrescenta logo a seguir: ‘e quem não a casa faz melhor ainda’ (1Cor 7,38). Ao comparar as núpcias com a virgindade, manifesta o Apóstolo, mais uma vez, o seu pensamento, sobretudo ao dizer: ‘Eu queria que todos vós fôsseis como eu... digo aos não casados e às viúvas que lhes é bom permanecerem assim, como também eu’ (1Cor 7,7-8; cf. 1 e 26). Se, portanto, a virgindade, como dissemos, é mais excelente que o matrimônio, isso vem em primeiro lugar por ela ter um fim mais alto: contribui com a maior eficácia para nos dedicarmos completamente ao divino serviço, enquanto o coração das pessoas casadas sempre estará mais ou menos ‘dividido’ (cf. 7,23)”.¹⁶

Difícil não ver no ritual da consagração das virgens, ainda na atualidade, um toque de superioridade em relação ao matrimônio. Nele o bispo pede a Deus “que haja mais almas elevadas a quem não seduza o atrativo das relações carnis, mais aspirem ao mistério que elas representam, não imitando o que se pratica no matrimônio, mas amando o que ele significa” (*Pontificale Romanum: De benedictione virginum*).

Com o Concílio Vaticano II tenta-se uma volta às origens evangélicas da vida religiosa e uma recuperação de três de suas grandes dimensões um tanto perdidas no decurso dos séculos: o *carisma*, o *seguimento* de Jesus histórico em nossa história e a *significação escatológica*. Assim, podemos descrever a vida religiosa teologicamente como um carisma profético que o Espírito suscita na Igreja para o seguimento radical de Jesus histórico. Os votos possibilitam a radicalidade do seguimento mediante uma liberdade maior de consagração ao Deus do Reino e ao Reino de Deus, à semelhança do próprio Jesus, que se desvinculou da preocupação pelas obrigações familiares, para se entregar totalmente ao Reino. Nessa linha, o celibato significa, como o de Jesus, que não há maior amor que entregar a vida ao Pai e a seus prediletos, os mais necessitados. O significado dos votos é da ordem

escatológica. A castidade, neste contexto, é sinal da dimensão universal do amor que ultrapassa os limites da conjugalidade.¹⁷

A castidade é exigida dos religiosos(as) da igreja latina para as Ordens maiores e para todos os membros dos Institutos Seculares (*Cód. de Dir. Canônico*, cân. 487 e 132 § 1). É, hoje, igualmente praticada por leigos, homens e mulheres que, sem viverem em estado público de perfeição, fizeram o propósito ou mesmo o voto privado de se absterem completamente do matrimônio para mais livremente servirem ao próximo, e mais fácil e intimamente se unirem com Deus.

2. A virgindade no período patrístico

Na opinião dos padres da Igreja, a virgindade perpétua é um bem excelso nascido da religião cristã. Com razão notam que os pagãos da Antiguidade não exigiam das virgens consagradas ao serviço dos templos, as vestais, tal estado de vida senão por um tempo determinado.¹⁸ Quanto ao Antigo Testamento, recomendava-se conservar a virgindade só como exigência prévia para o matrimônio (cf. Ex 22,16-17; Dt 22,23-29; Eclo 42,9). Santo Ambrósio faz esta observação: “Lemos de fato que havia virgens no templo de Jerusalém. Mas que diz delas o Apóstolo? ‘Todas estas coisas lhes aconteciam em figura, para serem indícios dos tempos futuros’”.¹⁹

No século 2º com o objetivo de mostrar ao imperador Adriano Pio, e através dele ao senado romano e a todo o povo, o alto nível de moral dos cristãos, Justino testemunha que “entre nós há muitos homens e mulheres que, tornando-se discípulos de Cristo, permanecem incorruptos até sessenta e setenta anos” (*Apol.* I, c. 15).

Pouco a pouco foi crescendo o número dos que consagravam a Deus a castidade, e foi aumentando a importância deles na Igreja que, não mais perseguida, procurou na virgindade uma espécie de “substituto do martírio”. Gregório Magno ensina que a castidade perfeita supre o martírio: “Ainda que tenha passado o tempo da perseguição, a nossa paz tem ainda assim o seu martírio; porque se não metemos o pescoço debaixo do ferro, matamos com uma espada os desejos carnis de nossa alma”.²⁰

Tertuliano faz referências à pureza cristã e ao grande número de fiéis que observam a continência virginal, “velhos puros como crianças” (cf. *Apologeticum* c. 9). Escreve ainda uma *Exortação à castidade*, advertência contra as segundas núpcias, assunto que já houvera tratado na obra *Para a esposa*, uma espécie de testamento espiritual no qual se recomenda à mulher não assumir segundas núpcias, por volta do ano 206. Mas sua obra mais famosa sobre o assunto é, sem dúvida, o *Sobre a vestidura das virgens* (*De virginibus velandia*), também de 206, na qual discorre sobre a necessidade que as virgens têm de usar o véu não somente na igreja, mas em todo lugar público.

Por volta do ano 250, Cipriano escreve um tratado *Sobre a conduta prescrita às virgens* (*De habitu virginum*). Cipriano vê, nelas, “a porção mais nobre do rebanho de Cristo”. Nessa obra adverte os cristãos sobre o valor da virgindade: “O que nós havemos de ser todos, já vós o começastes a ser. Vós possuí já neste mundo a glória da ressurreição, vós passais através do mundo sem as manchas do mundo. Entretanto, perseverais castas e virgens, sois iguais aos anjos de Deus”. Na seqüência, pede às virgens que “tendo-se consagrado a Cristo, pela renúncia à concupiscência da carne, e tendo-se dedicado a Deus de alma e corpo, não procurem agora adornar-se nem pretendam agradar a ninguém senão a Deus”.²¹ Gregório de Nissa retoma a idéia de vida angélica para qualificar o estado de virgindade em seu livro *De virginitate*, no qual fala do retorno da alma ao estado paradisíaco. Por outro lado, os santos Padres consideram a virgindade como uma espécie de matrimônio espiritual da alma com Cristo, que assume o lugar do esposo. Por essa razão, comparavam com o adultério a violação dessa promessa de fidelidade.

Contudo, obra de real valor doutrinário, antes de Agostinho, é a de Metódio de Olímpia, na Ásia

Menor, martirizado no ano 311. Trata-se do *Simpósio* ou *Sobre a virgindade*, escrito entre 260-290 diálogo que desenvolve amplamente o tema com várias imagens proféticas de tom bíblico. *O banquete das dez virgens*, outro título da obra, afirma que a virgindade é o meio por excelência de reencontrar a imortalidade perdida e de aspirar à Jerusalém celeste. Aqui também se comparam as virgens aos mártires, e o estado de virgindade ao matrimônio espiritual. A virgem, como a Igreja, é casada e consagrada ao Senhor, e permanece fiel guardando seus sentidos puros, evitando todo o pecado interior e exterior por amor ao Senhor. A prática da vida casta exige austeridade na alimentação, no vestuário e o domínio de si no pensamento, na imaginação e no controle da vontade.²²

3. O tratado de santo Agostinho

A obra de Agostinho distingue-se de todas as suas predecessoras pela elevação de sua doutrina, pela maneira nova e apropriada que emprega para celebrar a virgindade.

Este tratado é uma das primeiras obras de Agostinho como bispo. Seu tema é a apologia da virgindade e uma viva exortação ao voto de perpétua continência, aliada à prática da virtude da humildade.

Por vontade expressa de Agostinho, esta obra seguiu imediatamente ao *De bono coniugali* (Dos bens do matrimônio). Lembremos que este fora escrito para combater as sobrevivências da doutrina de Joviano, o qual sustentava que o estado de virgindade, o de viuvez e o do matrimônio equivaliam-se. Como muitos nos círculos cristãos não concordassem com tal opinião, Joviniano os acusara de estarem contaminados pela visão maniqueísta. Julgava ele impossível louvar a virgindade sem menosprezar o matrimônio. Para prevenir a calúnia de passar por alguém que condenava o matrimônio para exaltar a virgindade, Agostinho fez publicar primeiro o opúsculo sobre os bens do matrimônio.

4. O essencial da obra

Dada à luz pelos fins do ano 401, visto que consta com certeza que o *Dos bens do matrimônio* foi escrito no início desse mesmo ano, esta obra foi composta em duas partes. Na primeira, Agostinho argumenta a respeito da virgindade em si mesmo, tendo Cristo e Maria como modelos perfeitos (caps. 2-6). A seguir, mostra a superioridade da vida consagrada a Deus pela virgindade, acima do estado matrimonial (caps. 7-15). Nos capítulos 16-21, esclarece que o casamento não é um mal e tenta demonstrar como não é verdade que são Paulo o tenha condenado. Assim, valer-se de 1Cor 7,7-40 para induzir os fiéis à escolha do celibato é certamente erro. Na verdade, diz Agostinho, as virgens não renunciam ao casamento para se livrarem das preocupações da vida conjugal, mas o renunciam por amor ao Reino e em vista da recompensa que as espera (caps. 22-23). Nos capítulos 24-30, Agostinho mostra como os evangelhos, Paulo, e Isaías no Antigo Testamento, atestam que um lugar melhor será reservado aos que levarem, aqui na terra, vida angélica. Somente eles seguirão o Cordeiro onde quer que vá.

A segunda parte abrange os capítulos 31-56. Agostinho se empenha aí a considerar a humildade, tão necessária ao estado virginal. É preciso que o dom da virgindade seja protegido pela humildade. É em razão mesmo de sua excelência que será necessário precaver a virgindade do orgulho (caps. 31-37). A humildade das virgens se alimentará do temor salutar e do sentimento de sua própria fraqueza (caps. 38-39). Essa fragilidade Deus a preveniu, e as virgens podem dizer que foi para excitar sua caridade que antecipadamente as suas faltas lhes foram perdoadas. Foram preservadas do pecado, por pura graça. A gratuidade dos dons divinos é, pois, o grande motivo de toda a humildade (caps. 41-42). Não será preciso que a virgem consagrada a Deus se preocupe em equilibrar o quanto sua condição está acima da do casamento ou da viuvez (caps. 43-44). Por certo, a virgindade em si é estado superior, mas enquanto não for provada em face do martírio, por exemplo, a virgem não poderá se supor melhor do que qualquer

outra pessoa (caps. 45-47). Além do mais, ninguém saberá, sem mentir, dizer-se isento do pecado e gabar-se de escapar da fragilidade (caps. 48-50). Essa virtude inspira santas atitudes, torna a virgem dócil ao Mestre divino e temerosa de si mesma. Transfigura toda vida moral, guarda zelosamente o coração só para Cristo. Agostinho termina este tratado com uma admirável exortação ao amor de Cristo (caps. 51-56).

5. *Alcance mariológico*

Esta pequena obra sobre a virgindade encerra também textos importantes da mariologia agostiniana. Acima de todas as virgens sobressai Maria, virgem mãe, perfeito modelo da Igreja — também ela é mãe e virgem, inviolada na fé e fecunda em seu corpo místico. À sua imitação, as virgens consagradas possuem meios para que sua virgindade não seja estéril. Toda virgindade autêntica tem de ser fecunda (cf. caps. 2-6).

6. *Significado teológico*

O século 5º estava nos seus inícios quando Agostinho retomou as obras de santo Ambrósio para aprofundar e lhes dar forma mais acabada. Insiste ele no valor da consagração. Reconhece que, em si mesma, a virgindade é desprovida de dignidade particular. É a consagração que lhe dá todo o valor e fixa o coração em Deus. Nenhum outro amor poderia ser mais sublime, segundo Agostinho. Dele nasce a filiação privilegiada que une a virgem consagrada à Igreja: “Não é por si mesma que a virgindade é digna de ser honrada, mas por ser consagrada a Deus” (8,8). “O deleite das virgens de Cristo procede de Cristo, está em Cristo, com Cristo, após Cristo, mediante Cristo e é por causa de Cristo” (27,27). “A guardiã da virgindade é a caridade, e a morada dessa caridade é a humildade” (51,52). “Esteja bem gravado no vosso coração aquele que por vós foi cravado na cruz” (55,56).

Agostinho não se contenta com especulações teóricas. Põe ao alcance das virgens um ensino prático decorrente de sua teologia. A atitude que lhes recomenda é uma homenagem prestada aos dons gratuitos de Deus. É que a virgindade consagrada não tem melhor título de nobreza do que sua origem sobrenatural: é puro benefício de Deus. Infeliz da virgem que se prevalece de sua virtude, como se devesse a si mesma tal mérito. Impossível, aos olhos de Agostinho, separar a virgindade da humildade. A humildade é a disposição fundamental que resume toda a ascese de Agostinho. Ela tem lugar no cortejo dos dons divinos, a começar pelo temor de Deus. Ela assegura o equilíbrio que destrói qualquer tentativa de orgulho. Cabe à humildade modelar a virgem de Deus no molde de Cristo do Evangelho e fazer dela a autêntica esposa do Verbo (35,34).²³

7. *A perfeição em Agostinho*

A perfeição não é privilégio de alguns, mas oferecida a todos, está ao alcance de todos. A noção dada por ele não deixa dúvidas a esse respeito: ela consiste, em última instância, na caridade, mas caridade que governa e sintetiza todas as virtudes. Porém, a virtude que une plenamente a Deus, ao grau máximo nesta vida, à espera da união no céu, será a castidade. O próprio Agostinho, ao converter-se, renunciou não somente à vida de pecado, mas até ao casamento legítimo, já programado. Optou pelo celibato antes de ser batizado. Por toda sua vida exaltou os privilégios da continência. São pelo menos três os tratados consagrados ao ascetismo, onde ele expõe sua doutrina, sem nunca cair no excesso dos heréticos que deduziam daí a imoralidade do casamento. A virgindade representa a castidade no que esta tem de mais puro, de mais heróico. Santo Agostinho descreve os seus privilégios com entusiasmo contagiante, sem jamais separá-la da humildade, virtude fundamental na espiritualidade.²⁴

[14](#) Cf. A.M. HENRI. “Le ministère de la virginité”, em: *La Chasteté*, Cerf, Paris, 1953, pp. 93ss.

[15](#) Artigo “Virginité”, em: *Dictionnaire Théologique*, 2ª éd., Tournai, Desclée, 1963.

[16](#) PIO XII. Carta encíclica sobre *A Sagrada Virindade*, 25/3/1954.

[17](#) V. CODIMA e N. ZEVALLOS. *Vida religiosa: história e teologia*, pp. 112-175.

[18](#) SANTO AMBRÓSIO. *De virginibus*, I, c., 4, n. 15; *De virginitate*, c. 3, n. 13.

[19](#) Idem. *De virginibus*, I, c., 3, n. 12.

[20](#) Cf. *Homilia in Evang.* I, hom. 3.

[21](#) CIPRIANO. *De habitu virginum*, 4.

[22](#) Cf. excertos de textos de Gregório e de Metódio, *Oração dos primeiros cristãos*, Paulus, São Paulo, 1985, pp. 44-49, e todo o texto com comentários e análise críticos em *Le banquet*, Cerf, Paris, 1963, coll. Sources Chrétiennes, nº 95.

[23](#) M. OLPHE-GALLIARD. “La virginité dans l’Occident latin”, apud *La Chastité*, Cerf, Paris, 1953, pp. 82-83.

[24](#) Cf. F. CAYRÉ. *La théologie de saint Augustin*. Bibliothèque Augustienne, t. III, pp. 73-75.

BIBLIOGRAFIA

1. Textos originais completos e versões francesas e espanhola

De sancta virginitate. Tradução e notas de A. A. J. Saint-Martin, *La sainte virginité*, t. 3 dos opúsculos, 1ª série: *L'ascétisme chrétien, des Oeuvres de saint Augustin*. Bibliothèque Augustinienne (B. A.), Paris, Desclée de Brouwer, 1939, pp. 191-313, e “Notes complémentaires”, pp. 523-531.

De sancta virginitate, Versão e Introdução de P. Lope Cilleruelo, osa: *Sobre la santa virginidad. Obras de san Agustin*, t. XII. Tratados morais. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954, pp. 135-227.

De sancta virginitate. Tradução e anotações de H. Barreau, Pérone, Écalle, Vicent, Charpentier. *Oeuvres Complètes de saint Augustin*, t. 21. Paris, Ed. Vivès, 1869, pp. 511-556.

De continentia. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, t. XII, 1954, pp. 283-337.

2. Obras dos Padres da Igreja sobre a virgindade

AMBRÓSIO, Santo. *A virgindade*. Trad. do *De Virginibus* pelas monjas beneditinas de Santa Maria, São Paulo. Introdução, revisão e notas de Hugo Baggio, Vozes, Petrópolis, 1980. Col. “Padres da Igreja”, 12.

ATANÁSIO, Santo. *Carta a Demétria*. Tipogr. Beneditina, Bahia, 1951.

JERÔNIMO, São. “Hino à virgindade”, em: *Orações dos primeiros cristãos*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1985, p. 195.

GREGÓRIO DE NISSA, São. Excertos de textos do *De Virginitate*, em Silvano Cola: *Operários da primeira hora*, Cidade Nova, São Paulo, 1984, pp. 45-49.

METÓDIO DE OLÍMPIA, São. “O banquete das 10 virgens”, excertos em *Orações dos primeiros cristãos*, Edições Paulinas, São Paulo, 1985, pp. 43-49.

ORÍGENES. “Primeira homilia sobre o Cântico dos cânticos”, em *Orações dos primeiros cristãos*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1985, pp. 42-43.

3. Documentos pontifícios sobre a virgindade

PIO XII. Constituição apostólica *Sponsa Christi*, de 11/11/1950.

———. Carta Encíclica *Sacra virginitas*, 25/3/1954.

JOÃO XXIII. *Carta às religiosas*, 2/7/1962.

CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Perfectae caritatis*, 28/10/1965; Decreto *Presbyterorum ordinis*, 7/12/1965; Decreto *Optatam totius*, 28/10/1965.

PAULO VI. Exortação apostólica *Evangelica testificatio*, 29/6/1971.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS E INSTITUTOS SECULARES. *Sobre a vida religiosa*, 31/5/1983.

JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Augustinum Hipponensem*, 28/8/1986.

4. Estudos teológicos contemporâneos sobre a vida consagrada

ALVARES GÓMES, J. *La virginidad consagrada. Realidad evangélica o mito socio-cultural?*, Inst. Teológico de Vida Religiosa, Madrid, 1977.

ARRUPE, P. *Nuestra vida consagrada*, Apostolado Prensa Madrid, 1972.

———. *La vida religiosa ante um reto histórico*, Sal Terrae, 1978.

ARTIGAS, L. *El Espíritu Santo en la vida religiosa*, Secr. Trinitário, Salamanca, 1975.

AUER, A. “Virginité”, em *Encyclopédie de la foi*, Cerf, Paris, 1967.

BOFF, L. *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*, Vozes, Petrópolis, 1975.

CODINA, V. *Nueva formulación de la vida religiosa*, Mensajero, Bilbao, 1972.

CAYRÉ, F. *La théologie de saint Augustin*. introduction générale à l'édition des Ouevres de saint Augustin, t. III: “L’ Ascétisme chrétien”, 3ª parte. Desclée, Paris, 1954, pp. 37-84.

DIEZ, F. M. *Vida religiosa: carisma e missão profética*, Paulus, São Paulo, 1995.

DUFOUR, X. L. “Virgindade”, em *Vocabulário de teologia bíblica*, Vozes, Petrópolis, 1977.

IZQUIERDO, L. *El proceso psicológico e la desilusión de la vida religiosa*, Depalma, Argentina, 1976.

MACCISE, C. *Ser signos de liberación, Questionamentos a la Vida Religiosa desde las enseñansas de san Pablo*, CLAR, Bogotá, 1978.

METZ, J. B. *Las órdenes religiosas: su misión en un futuro próximo como testimonio vivo del seguimiento de Cristo*, Herder, Barcelona, 1978.

PIRONIO, E. *Reflexiones sobre la vida religiosa: colección de escritos y conferencias*, Claune, Madrid, 1977.

———. *Alegres na esperança*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1979.

REGAMEY, P.-R. *A voz de Deus nas vozes do mundo*, Edições Paulinas, São Paulo, 1975.

RODRIGUEZ, A. A.; Casas, J.C. (Org.) *Dicionário teológico da vida consagrada*, Paulus, São Paulo, 1994.

AA. VV. *La chasteté, Problèmes de la religieuse d’aujourd’hui*, Cerf, Paris, 1963.

VIGIL, J.M. *Religiosos de hoy: experiencia y testimonio*, Inst. de Vida Religiosa, 1980.

ZEVALLOS, N. E CODINA, V. *Vida Religiosa: história e teologia*. Col. Teologia e Libertação, série IV/9. Vozes, Petrópolis, 1987.

PREÂMBULO

CAPÍTULO 1

1. Faz pouco tempo publicamos o livro “Dos bens do matrimônio” (*De bono coniugali*). Advertíamos aí as virgens de Cristo, e tornamos agora a adverti-las, de não terem pouco apreço aos que foram os pais e mães do povo de Deus, ao prevalecerem-se do dom mais eminente que receberam do Senhor. Ora, o Apóstolo, para reprimir qualquer orgulho, representa-os como a oliveira viçosa (Rm 11,17-18) na qual fomos enxertados como oliveira selvagem.

Pois, se a continência e a virgindade precedem por direito divino ao matrimônio, as virgens não devem se julgar superiores em mérito às pessoas que, pela propagação de filhos em Israel, serviam a Cristo que havia de vir um dia. Com efeito, trata-se de pessoas cuja vida conjugal foi profética, pois prepararam e pariram, de certa forma, o futuro que vemos agora realizado de modo maravilhoso e eficaz. Não foi por efeito de desejos e alegrias humanas, mas por profundo desígnio de Deus, que alguns deles mereceram a honra da fecundidade e que, em outros, a esterilidade mereceu tornar-se fecunda.

Entretanto, neste tempo em que vivemos, as pessoas a quem foi dito: “Se não podem guardar a continência, casem-se” (1Cor 7,9) têm menos necessidade de exortação do que de consolo. E aquelas a quem foi dito: “Quem tiver capacidade para compreender, compreenda” (Mt 19,12) têm necessidade de serem exortadas, não para temerem, mas para cuidarem de não se orgulhar. É preciso, pois, louvar a virgindade, não apenas para ser amada, mas ainda para que ninguém venha a se vangloriar dela.

A VIRGINDADE EM SI MESMA

A. JESUS CRISTO E MARIA, MODELOS DE VIRGINDADE FECUNDA

CAPÍTULO 2

Cristo — esposo da Igreja, virgem e mãe

2. Aí está a finalidade deste tratado. Ajude-nos Cristo, filho da Virgem e esposo das virgens, nascido corporalmente de seio virginal, e esposo espiritual das virgens.

Ora, já que a Igreja universal é uma virgem desposada a um único esposo, que é Cristo, como diz o Apóstolo (2Cor 11,2), quão dignos de honra não hão de ser aqueles seus membros que guardam, em sua carne, o que toda a Igreja guarda na fé? Ela, que toma como modelo a mãe de seu esposo e Senhor. Pois a Igreja também é mãe e virgem. Se a Igreja não fosse virgem, por que haveríamos de zelar por sua integridade? E se ela não fosse mãe, de quem seriam filhos aqueles a quem dirigimos a palavra?²⁵

Maria deu à luz corporalmente a Cabeça desse corpo. A Igreja dá à luz espiritualmente os membros dessa Cabeça. Nem em Maria nem na Igreja a virgindade impediu a fecundidade. E nem em uma nem em outra a fecundidade destruiu a virgindade. Portanto, se a Igreja universal é santa de corpo e de espírito, sem contudo ser virgem universalmente pelo corpo, mas só pelo espírito, quanto mais excelente deve ser a santidade naqueles seus membros em que ela é virgem, e pelo corpo e pelo espírito.

CAPÍTULO 3

Nosso parentesco espiritual com Cristo

3. Está escrito no Evangelho que, ao anunciarem a Cristo que sua mãe e seus irmãos, isto é, seus parentes consangüíneos, esperavam-no fora, por não terem conseguido aproximar-se dele devido à multidão, respondeu: “Quem é minha mãe e quem são meus irmãos?” E, apontando para os discípulos com a mão, disse: “Aqui estão a minha mãe e os meus irmãos, porque aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe” (Mt 12,46-50). O que nos ensina o Senhor com isto a não ser que devemos antepor o parentesco espiritual ao parentesco carnal? E ainda, que não sejam considerados felizes os que se encontram unidos pelo vínculo de sangue a pessoas justas e santas, mas sim os que seguem a doutrina e os exemplos dele.

Assim, Maria tornou-se mais feliz recebendo a fé de Cristo do que concebendo a carne de Cristo. Pois a quem lhe dizia: “Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram, ele respondeu: “Felizes, antes, os que ouvem a palavra de Deus e a observam” (Lc 11,27-28). De fato, a seus irmãos, isto é, aos familiares do mesmo sangue, que não acreditaram nele, do que lhes aproveitou esse parentesco? Tampouco de nada houvera aproveitado o liame materno de Maria, se ela não tivesse sido mais feliz por ter trazido Cristo em seu coração do que em sua carne.²⁶

CAPÍTULO 4

Maria, virgem por livre opção de amor

4. O que tornou a virgindade de Maria tão santa e agradável a Deus não foi porque a concepção de Cristo

a preservou, impedindo que sua virgindade fosse violada por um esposo, mas porque antes mesmo de conceber ela já a tinha dedicado a Deus e merecido, assim, ser escolhida para trazer Cristo ao mundo. É o que indicam as palavras de Maria em resposta ao anjo que lhe anunciava a maternidade: “Como é que vai ser isso, se eu não conheço homem algum?” (Lc 1,34). Por certo, ela não teria falado assim, se não houvesse consagrado anteriormente sua virgindade a Deus. Mas como esse voto ainda não tinha entrado nos costumes dos judeus, ela fora dada em casamento a um varão justo o qual, longe de lhe tirar o que ela já havia consagrado a Deus, seria ao contrário o seu fiel guardião.²⁷ Ainda que ela apenas tivesse dito: “Como é que vai ser isso”, sem acrescentar: “se eu não conheço homem algum”, não ignorava que, como mulher, não precisaria perguntar como daria à luz esse filho prometido, no caso de estar casada para ter filhos. Poderia também ter recebido uma ordem do céu de permanecer virgem, a fim de que o Filho de Deus tomasse nela a forma de escravo por algum grande milagre. Mas por estar destinada a servir de modelo às futuras virgens consagradas, era preciso não deixar parecer que unicamente ela deveria ser virgem, ela que merecera conceber fora do leito nupcial. Assim, consagrou sua virgindade a Deus, enquanto ainda ignorava de quem havia sido chamada a ser mãe. Desse modo, ela ensinava, às outras, a possibilidade de imitação da vida do céu, em um corpo terrestre e mortal, em virtude de um voto e não de um preceito, e realizando-o por opção toda de amor, não por necessidade de obedecer. Cristo, assim, nascendo de uma virgem que, antes mesmo de saber de quem seria mãe, já tinha resolvido permanecer virgem, esse Cristo preferiu aprovar a santa virgindade a impô-la. Dessa maneira, mesmo na mulher da qual haveria de receber a forma de servo, ele quis que a virgindade fosse o efeito da vontade livre.

CAPÍTULO 5

Fecundidade espiritual de Maria e de suas imitadoras

5. As virgens de Deus não possuem razão alguma de se contristarem por não poderem, elas também, como Maria, aliar a virgindade à maternidade corporal. Não pode haver senão aquele cujo nascimento é sem outro igual, que possa dignamente devê-lo à virgindade. Contudo, o que é o fruto de uma única santa Virgem, é a glória de todas as outras santas virgens. Pois elas também, unidas a Maria, são mães de Cristo, se fizerem a vontade do Pai. E é por essa razão que Maria é ainda mais feliz e louvada, conforme a afirmação de Jesus já citada acima: “Aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe” (Mt 12,50). O Senhor indica assim o parentesco espiritual que o liga ao povo redimido. Ele conta como irmão e irmã a todos os homens e a todas as mulheres que se tornam santos por serem seus co-herdeiros na herança celestial. Sua mãe é a Igreja inteira, pois, pela graça de Deus, ela dá à luz os seus membros que são os fiéis. Além do mais, sua mãe é ainda toda alma piedosa que cumpre a vontade de seu Pai e cuja fecunda caridade manifesta-se naqueles que ela gera para ele, até que o próprio Cristo seja formado neles (Gl 4,19). Maria, portanto, ao fazer a vontade de Deus, é corporalmente só a mãe de Cristo, mas espiritualmente é também sua mãe e irmã.

CAPÍTULO 6

A excepcional dignidade da Virgem Maria

6. É porque, entre todas as mulheres, Maria é a única a ser ao mesmo tempo virgem e mãe, não somente pelo espírito, mas também pelo corpo. Ela é mãe conforme o espírito, não de quem é nossa Cabeça, isto é, do Salvador do qual ela nasceu espiritualmente. Pois todos os que nele creram — e nesse número ela mesma se encontra — são chamados com razão “filhos do esposo” (Mt 9,15). Mas ela é certamente a mãe

de seus membros — que somos nós — porque cooperou com sua caridade para que nascessem os fiéis na Igreja, os membros desta divina Cabeça, da qual ela mesma é a verdadeira mãe conforme a carne.

Convinha, pois, que nossa Cabeça, por insigne milagre, nascesse segundo a carne de uma virgem, dando a entender que seus membros haviam de nascer segundo o espírito dessa outra virgem que é a Igreja. Somente Maria, portanto, é mãe e virgem, no espírito e no corpo. É Mãe de Cristo e também Virgem de Cristo.

Mas a Igreja, nos santos que hão de possuir o reino de Deus, é, segundo o espírito, toda ela mãe e toda ela virgem de Cristo. Contudo, nem em todos os seus membros ela é virgem e mãe de Cristo. Só em alguns ela é virgem de Cristo. Em outros, ela é mãe, mas não de Cristo. Porém tanto as mulheres fiéis casadas como as virgens consagradas são espiritualmente mães de Cristo pela santidade de seus costumes, por cumprirem a vontade do Pai, com a “caridade que procede de um coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia” (1Tm 1,5). Mas aquelas que na vida conjugal geram corporalmente dão à luz não a Cristo, mas a Adão. E, sabendo o estado daqueles a quem deram à luz, apressam-se a apresentar seus filhos aos sacramentos para que se tornem membros de Cristo.²⁸

B. EXCELÊNCIA DA VIRGINDADE ACIMA DE TODA FECUNDIDADE CONJUGAL

CAPÍTULO 7

A honra da maternidade não supera a virgindade

7. Tudo o que estou a dizer é por receio de que a fecundidade conjugal não pretenda rivalizar com a pureza virginal, e queira propor a mesma Virgem Maria como exemplo. Que venham a dizer: “Dois motivos honram o corpo de Maria: a virgindade e a fecundidade, pois ela conservou sua integridade e deu à luz, como nem nós, mulheres casadas, nem vós, virgens, podemos. Então, já que não conseguimos obter totalmente essa felicidade, vamos partilhar. Que vós sejais virgens e nós sejamos mães. Que vossa virgindade intacta vos console de não terdes filhos, e a vantagem de tê-los compense a nossa virgindade perdida”.

Esse modo de falar das esposas fiéis às virgens consagradas poder-se-ia tolerar de certo modo, caso elas pusessem no mundo filhos já cristãos, e que Maria, à exceção da virgindade, não as avantajasse senão quanto à fecundidade carnal, uma vez que Maria foi a mãe da Cabeça, enquanto elas teriam dado à luz apenas membros dessa Cabeça. Mas ainda que essas esposas cristãs que assim falam, digam que se casam somente para procriarem filhos e que, depois, seu único empenho seja de cuidarem de os ganhar para Cristo, procurando torná-los cristãos tão logo o possam, entretanto, na verdade não são cristãos os que elas põem no mundo. Estes só se tornam tais quando a Igreja os gera de novo. É ela a mãe espiritual dos membros de Cristo. É ela também, espiritualmente, virgem. Com o santo renascimento certamente as mães cooperam, fazendo com que aqueles que elas geraram, ainda não cristãos, cheguem a sê-lo, recebendo o que elas bem sabem não terem podido dar pelo nascimento corporal. Essas mães, portanto, não contribuem a não ser pela virtude, a qual as transforma em mães de Cristo; o que, aliás, as próprias virgens também fazem, ou seja, “na fé agindo pela caridade” (Gl 5,6).

CAPÍTULO 8

A virgindade é honrada pelo fato de ser consagrada a Deus

8. Por conseguinte, não se pode estabelecer nenhuma comparação entre a fecundidade carnal e a

virgindade, ainda que seja a do corpo. Pois não é por si mesma que a virgindade é digna de ser honrada, mas por ser consagrada a Deus. E a virgindade, ainda que conservada no corpo, o será por um espírito religioso e de piedade toda espiritual. Dessa forma, a virgindade, ainda que a corporal, torna-se espiritual porque é a piedade que a consagra a Deus, e a continência que a conserva. Assim como ninguém utiliza seu corpo para algo impuro, sem antes ter concebido a malícia em seu espírito, de igual modo, ninguém guarda a pureza do corpo a não ser quando implantou anteriormente a castidade em seu espírito. Enfim, se a castidade conjugal, ainda que observada na carne, é atribuída à alma e não ao corpo — porque é o espírito que reina e governa para impedir qualquer comércio ilícito —, com quanta maior razão e honra será preciso contar entre os bens do espírito a continência pela qual é oferecida, consagrada e conservada a integridade do corpo em honra do Criador da alma e do corpo?

CAPÍTULO 9

Considerações sobre a necessidade e o valor da maternidade cristã

9. Não se deve crer que a fecundidade maternal daquelas que nos tempos atuais não visam em seu casamento senão a ter filhos para oferecê-los a Cristo possa ainda assim compensar a virgindade perdida. Sem dúvida, nos tempos antigos, em que se estava à espera da vinda de Cristo na carne, era necessária a geração carnal em certa nação onde tudo foi profético. Agora, porém, em que de todo o gênero humano e de todas as nações da terra se podem consagrar membros para formar o povo de Deus e para compor a cidade do reino dos céus, não é mais assim. Então, quem tiver capacidade para compreender a santa virgindade que a compreenda (Mt 19,12), e somente se case quem não puder guardar a continência (1Cor 7,9).

Suponhamos que uma senhora rica consagre forte soma de dinheiro a esta obra excelente: resgatar escravos de diversas nações para fazê-los cristãos. Acaso não conseguiria ela muito mais membros para Cristo por esse meio do que pela fecundidade natural mais abundante? Contudo, ninguém ousaria comparar esse dom ao tesouro da santa virgindade. Mas se fosse possível querer fazer cristãos de seus filhos para ver na fecundidade da carne uma justa compensação da virgindade perdida, seria mais frutuosa aquela transação. Seria colocar a perda da virgindade a preço muito alto que permitisse fazer cristãos em número muito maior do que jamais poderia gerar o seio mais fecundo.

10. E se é absurdo dizer isso, que as esposas cristãs contentem-se com os bens do matrimônio que lhes são próprios e sobre os quais já tratamos o quanto nos pareceu oportuno em outra obra. E que elas honrem — como aliás costumam fazer com toda razão — e julguem acima de seu estado, o da virgindade, sobre o qual estamos a tratar presentemente.^{[29](#)}

CAPÍTULO 10

Origem das virgens

10. Não se poderia tampouco igualar o matrimônio em méritos à continência, pela razão que dele nascem as virgens. Porque estas não são fruto do matrimônio, mas da própria natureza. Com efeito, Deus ordenou de tal sorte que de qualquer união humana dos sexos — legítima e honesta ou torpe e ilícita — não nasça mulher alguma que não seja virgem, o que não significa virgem consagrada. Assim, a virgem pode nascer até de estupro, ao passo que a virgem consagrada não pode nascer sequer de matrimônio regular.

CAPÍTULO 11

11. Nem nós louvamos nas virgens o serem virgens, mas o fato de estarem consagradas a Deus, com piedosa continência.

Porque — posso dizê-lo sem temeridade — a mulher casada parece-me mais feliz do que uma virgem com anseios de se casar. Aquela possui o que esta todavia ainda busca, sobretudo se ainda nem é noiva. Aquela esforça-se para agradar a um único homem, a quem ela pertence. Esta anda insegura, procurando agradar a muitos, não sabendo a quem escolher. E a pureza de seus pensamentos é protegida só pelo fato de procurar um casamento e não um adultério.

A virgem, que com razão pode ser anteposta à mulher casada, não é a que se mostra a todos para se fazer admirada, nem a que busca entre tantos o amor de um só; tampouco a que, tendo encontrado marido, procura como agradá-lo “cuidando das coisas do mundo” (1Cor 7,34). A virgem a ter primazia é a que está tomada por grande amor por “aquele cuja beleza ultrapassa a de todos os filhos dos homens” (Sl 44,3), e que — já que não pode concebê-lo corporalmente, mas somente em seu coração — consagra a ele, inteiramente, a exemplo de Maria, a santa virgindade de seu corpo.³⁰

CAPÍTULO 12

A Igreja — mãe das virgens consagradas e os bens do matrimônio

11. Esta estirpe de virgens não é fruto de nenhuma fecundidade corporal: não é fruto da carne nem do sangue. Se perguntarem quem é sua mãe, ei-la: é a Igreja. As virgens sagradas só podem nascer de uma virgem sagrada, daquela que “foi desposada a um esposo único, a Cristo, a quem deve ser apresentada como virgem pura” (2Cor 11,2). É dessa Igreja — que não é inteiramente virgem no corpo, mas é toda virgem no espírito — que nascem as virgens santas, no corpo e no espírito.

12. Por certo, o casamento apresenta seus bens próprios que consistem não só na procriação de filhos, mas também por havê-los gerado honesta, lícita, casta e socialmente. Uma vez nascidos, os pais educam os filhos com toda solicitude e empenho. E os esposos guardam mutuamente a fidelidade conjugal, sem profanar o sacramento do matrimônio, pelo qual se uniram.

CAPÍTULO 13

A virgindade — virtude angélica e as vantagens terrenas e celestes da virgindade

13. Contudo, todos esses bens são conseqüência de deveres humanos, ao passo que guardar a integridade virginal e abster-se de todo comércio carnal por piedosa continência é obra angélica. É a aspiração da carne corruptível à incorruptibilidade perpétua. Ceda o passo a essa virgindade toda fecundidade corporal, todo pudor conjugal. Aquela não está em nosso poder, e este não subsistirá na eternidade. A fecundidade corporal não depende do livre-arbítrio; o céu não conhece o pudor conjugal. Mas, sem dúvida, os esposos castos terão recompensa bem grande, distinguir-se-ão na comum imortalidade, pois apresentam em sua carne algo que não é apenas carne em sua carne.

14. Caem em estranho erro os que julgam não serem apetecíveis os bens da continência em vista do reino dos céus, mas vantajosos unicamente em vista desta vida presente. O casamento, dizem eles, acarreta preocupações terrenas tão numerosas quanto urgentes, das quais as virgens e os continentes estão isentos. Como se, por esse motivo, fosse vantajoso não se casar. Como se a finalidade única da continência fosse a diminuição das angústias do tempo presente e não os benefícios que devem provir na vida futura. E para que essa vã opinião pareça provir da vaidade do próprio coração, os que assim pensam apresentam

como prova esta passagem do Apóstolo: “A propósito das pessoas virgens, não tenho preceito do Senhor. Dou, porém, um conselho como homem que, pela misericórdia do Senhor, é digno de confiança. Julgo que essa condição é boa, por causa das angústias presentes; sim, é bom ao homem ficar assim” (1Cor 7,25-26).

Eis aí, dizem eles, a passagem na qual o Apóstolo proclama que o estado da virgindade e da continência são um bem devido às necessidades da vida presente e não em vista da eternidade futura. Como se o Apóstolo se ocupasse das necessidades deste mundo sem previsão do porvir. Muito ao contrário, todo o ministério de Paulo não tende senão a chamar os homens para a vida eterna!

CAPÍTULO 14

A virgindade — conselho, não preceito do Senhor

14. Certamente, há necessidades presentes a serem evitadas, quando opõem obstáculos à aquisição dos bens futuros.

Existem necessidades que obrigam na vida conjugal a pensar nas coisas deste mundo: para o esposo, o modo de agradar a sua esposa e para esta o modo de agradar a seu esposo (1Cor 7,13). Essas coisas, porém, não privam do reino de Deus, como acontece com o pecado. Esse é proibido por um preceito e não por um conselho, precisamente porque desobedecer a Deus, quando ele ordena, é merecer condenação. Contudo, a recompensa dos esposos, que seria maior no reino de Deus se eles tivessem se preocupado mais em agradar a Deus, será certamente menos intensa, porque pensaram menos nele, em consequência das necessidades do matrimônio.

Eis por que o Apóstolo diz: “A propósito das pessoas virgens, não tenho preceito do Senhor” (1Cor 7,25). Só quem não obedece a um preceito é culpado e deve sofrer um castigo pela desobediência. Ora, não há pecado em desposar-se a uma mulher, nem esta a um marido. Se houvesse pecado haveria um preceito para o proibir. Não há tampouco nenhum preceito do Senhor que obrigue à virgindade.

Sem dúvida, não é possível apresentar-se à vida eterna a não ser depois de ter evitado o pecado ou de ter obtido o seu perdão. Ora, há na vida eterna uma glória insigne que será concedida não a todos os que viverão para sempre, mas somente a alguns. Para conquistá-la, é pouco estar livre de pecados. É preciso ter prometido por voto, ao próprio libertador, alguma coisa que se teria podido não consagrar, sem pecado. Possui assim grande mérito o ter sido prometido e cumprido com fidelidade. É por isso que diz o Apóstolo: “Dou um conselho como homem que, pela misericórdia do Senhor, é digno de confiança”, como se dissesse: “Não devo guardar exclusivamente para mim esse conselho tão útil, eu que não o devo por meu próprio mérito, mas pela misericórdia de Deus, de ser fiel. Julgo que essa condição é boa, por causa das angústias presentes; sim, é bom ao homem ficar assim” (1Cor 7,25-26). Esse estado, diz ele, em relação ao qual não tenho preceito algum do Senhor, mas sim um conselho a dar, esse estado de virgindade, eu julgo ser uma coisa boa, em razão das necessidades do tempo presente. Eu sei o que exige esta vida terrena à qual o matrimônio está escravizado. Ele força a pensar menos nas coisas de Deus do que seria preciso para adquirir aquela glória que não pertencerá a todos, mesmo aos que participarão da vida e da salvação eterna. Com efeito, “até de estrela para estrela há diferença de brilho. O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos” (1Cor 15,41-42). É pois uma boa coisa “o homem ficar assim”.

CAPÍTULO 15

Preceitos e conselhos

15. O mesmo Apóstolo acrescenta ainda: “Estás ligado a uma mulher? Não procures romper o vínculo. Não estás ligado a uma mulher? Não procures mulher” (1Cor 7,27).

A primeira dessas duas proposições é relativa ao preceito ao qual não é permitido desobedecer. Não se pode, com efeito, repudiar sua esposa senão por motivo de fornicção, como disse o próprio Senhor no evangelho (Mt 19,9). E o Apóstolo continua: “Não estás ligado a uma mulher? Não procures mulher”. Aí está um conselho, não um preceito. Pode-se, pois, procurar uma esposa, mas é melhor não o fazer. Enfim, o Apóstolo acrescenta logo a seguir: “Todavia, se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará” (1Cor 7,28). Tendo ele dito anteriormente: “Estás ligado a uma mulher? Não procures romper o vínculo”, acaso acrescentou: “Se romperes, não pecarás”? Não! porque mais acima ele havia dito: “Quanto àqueles que estão casados, ordeno não eu, mas o Senhor: a mulher não se separe do marido; se, porém, se separar, não se case de novo ou reconcilie-se com o marido” (1Cor 7,10-11). Pode acontecer, com efeito, que ela se separe não por sua causa, mas por falta de seu marido. Em seguida, o Apóstolo diz: “E o marido não repudie a sua esposa!” (1Cor 7,11). É uma proposição que decorre igualmente de um preceito do Senhor. Por isso, o Apóstolo não continua dizendo: “Se ele a repudia, ele não peca”. Trata-se aí, de fato, de um preceito: não o observar é pecar. Não se trata de um conselho o qual, se não quiseses observar, não cometerás mal algum, ainda que privando-se de um grande bem. Assim, depois de ter dito: “Não estás ligado a uma mulher? Não procures mulher” (1Cor 7,27), é como se Paulo desse não um preceito para evitar o mal, mas um conselho para fazer melhor, acrescentando: “Todavia, se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará” (1Cor 7,28).³¹

CAPÍTULO 16

Tribulações próprias do matrimônio

16. Entretanto, o Apóstolo continua: “Mas essas pessoas” que se casam “terão tribulações na carne; eu vo-las desejaria poupar” (1Cor 7,28). Por esse modo de exortar à virgindade e à continência perpétua, ele afasta-se um pouco do casamento, mas o faz discretamente. Não como se o casamento fosse algo mau e ilícito, mas como sendo um estado que pode causar muitas penas e contrariedades na vida presente. Uma coisa, com efeito, é consentir à torpeza da carne; outra, experimentar as tribulações da carne. Consentir à torpeza é criminoso, padecer as tribulações é sofrer as penas — o que a maioria das pessoas não recusa por se tratar de deveres muito honestos. Mas em nosso tempo em que não é mais preciso servir a Cristo pela propagação da raça humana, visto que ele não precisa mais vir pela via da descendência carnal, seria grande imprudência sobrecarregar-se dessas tribulações pelo prazer de se casar, conforme ao que o Apóstolo predisse aos que tal pretendiam. Isso, pelo menos para os que, não conseguindo guardar a continência, tivessem a temer de serem tentados pelo demônio e de cair em pecados condenáveis.

Quando o Apóstolo diz querer poupar aqueles que terão essas tribulações da carne, a explicação mais sensata que me ocorre neste momento é que ele não quis explicar e desenvolver por palavras essas mesmas tribulações preditas aos que optam pelo casamento, isto é, suspeitas de ciúmes conjugais, procriação e educação dos filhos, assim como o temor e a tristeza por perdê-los. Com efeito, acaso existe uma pessoa sequer, entre os que se comprometeram com o vínculo do matrimônio, que não tenha sido perturbada e agitada por esses sentimentos? Mas não cabe a nós tampouco exagerar, para não faltarmos de comiseração para com aqueles a quem o Apóstolo julgou bom ter consideração.

CAPÍTULO 17

17. Só pelo pouco que eu disse, o leitor já deve estar de sobreaviso contra os que caluniam o casamento por causa destas palavras do Apóstolo dirigidas aos coríntios: “Essas pessoas” que se casam “terão tribulações na carne; eu vo-las desejaria poupar” (1Cor 7,28). Pretendem esses tais que o Apóstolo, ao falar dessa maneira, indiretamente condenou o casamento; e ao dizer: “eu vo-las desejaria poupar”, quis evitar ter de pronunciar uma condenação expressa. Seria o mesmo que dizer que o Apóstolo, ao poupar aquelas pessoas, não teria poupado sua própria consciência, pois teria mentido ao dizer: “Todavia, se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará” (1Cor 7,28). Aqueles que têm e querem que se tenha essa idéia da Santa Escritura abrem para si mesmos um caminho livre para a mentira ou para a defesa de suas perversas opiniões. Isso cada vez que pensam diferentemente do que exige a sã doutrina.

Com efeito, se para confundir seus erros citamos dos Livros Santos algum testemunho bem claro, eis que mantêm em sua mão um como escudo com o qual se protegem contra a verdade. De fato, porém, apresentam-se a descoberto aos golpes do demônio. Dizem que o autor desse livro (são Paulo) não expôs aí a verdade, mas que usou dessa locução só para demonstrar piedade para com os fracos ou para causar medo aos espíritos orgulhosos. De tudo se servem conforme a necessidade da causa e do sentimento perverso que desejam defender. E é assim que, preferindo defender seu próprio ponto de vista a corrigir seu erro pernicioso, esforçam-se por abalar a autoridade da Santa Escritura, a qual sozinha pode destruir todas as cabeças duras e orgulhosas.³²

CAPÍTULO 18

A doutrina de são Paulo e das Escrituras sobre o matrimônio

18. Exorto a todos os que fazem profissão de continência perpétua e de santa virgindade a preferirem seu próprio bem ao do matrimônio, sem contudo julgar o casamento um mal. Que se prendam às palavras do Apóstolo que diz, não com engano, mas com toda verdade: “Procede bem aquele que casa a sua (filha) virgem; e aquele que não a casa procede melhor ainda” (1Cor 7,38). “Se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará” (1Cor 7,28). E pouco adiante: “Todavia, será mais feliz, a meu ver, se ficar como está” (1Cor 7,40). E para que que não se pensasse ser uma opinião humana, logo acrescenta: “Julgo que também eu possuo o Espírito de Deus” (1Cor 7,40).

Esta é a doutrina do Senhor e a dos Apóstolos; esta é a sã e verdadeira doutrina: Escolhei os bens melhores, sem condenar os menores. O melhor na Escritura de Deus, a verdade de Deus, é ser preferível a virgindade humana na carne e na mente. É preciso, pois, que se ame o que é casto sem negar o que é verdadeiro. Pois que mal há em pensar até de sua própria carne quem crê a língua do Apóstolo não ter conservado a sua virgindade da mente caindo na corrupção da mentira, na passagem mesma em que se recomenda a virgindade do corpo? Em primeiro lugar, e acima de tudo, os que escolhem o bem da virgindade devem estar bem firmemente convencidos de que as Santas Escrituras não mentem em nada. Portanto, esta palavra é também verdadeira: “Se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará” (1Cor 7,28).

Não julguem que o dom tão excelente da virgindade será diminuído por não ser o matrimônio um mal. Pelo contrário, saibam que lhes foi preparada recompensa de maior glória. Logo, se não se casaram, não foi por receio de serem condenados, mas sim para serem coroados com maior honra. Os que decidiram viver sem casar, pois, não fujam do matrimônio como se fosse um pecado, mas subam além dessa colina menor, para descansar na montanha da perfeita continência. A lei dessa colina é que ninguém se afaste dela, a seu próprio talante. Pois “a mulher está ligada ao marido por tanto tempo quanto ele vive” (1Cor

7,39). Daí, na verdade, pode-se ascender, como por um degrau, à continência das viúvas.

Tratando-se da virgindade, entretanto, é para se desviar dessa colina, não aceitando os pretendentes ou passando por cima deles, fechando-lhes de antemão o caminho.³³

CAPÍTULO 19

Dois erros opostos

19. Duas obras, das quais uma é boa e outra melhor, não têm direito a recompensa idêntica. Para não se duvidar de tal, temos discutido contra aqueles que interpretam esta palavra do Apóstolo: “Julgo que essa condição é boa, por causa das angústias presentes” (1Cor 7,26), de tal modo que ao ouvi-las se entenda que a virgindade seja útil, não em vista do reino dos céus, mas pelas vantagens que proporciona neste mundo. Como se na vida eterna os que escolheram esse estado melhor nada haveriam de receber a mais do que os outros.

Nessa discussão, quando chegamos ao que diz o mesmo Apóstolo: “Mas essas pessoas terão tribulações na carne; eu vo-las desejaria poupar” (1Cor 7,28), já deparamos o outro tipo de litigantes que sequer colocam no mesmo plano a continência perpétua e o casamento, mas que chegam a condenar absolutamente este último.

Há erro de um lado e de outro. Há erro em igualar o casamento à virgindade consagrada e erro em condená-lo. Assim, à força de evitar esses dois erros, combatem-se mutuamente, por não terem querido se manter no justo meio da verdade. Conservando-nos nós aí, mediante a reta razão e com a autoridade das Santas Escrituras, não condenamos o matrimônio como pecado, nem igualamos esse bem à continência das virgens, sequer à continência das viúvas.

20. Certas pessoas, por seu grande amor para com a virgindade, pensaram que seria preciso condenar o casamento tanto quanto o adultério. Outras, por defenderem a união conjugal, pretenderam que a continência perpétua, por excelente que fosse, não tinha mérito maior do que a castidade no casamento. Como se o bem de Suzana fosse a humilhação de Maria, ou o bem superior de Maria devesse ser a condenação de Suzana.

CAPÍTULO 20

Novas implicações da doutrina paulina sobre o casamento

20. Longe de nós pensar que o Apóstolo, ao dizer aos casados ou pretendentes ao casamento: “Eu vo-los desejaria poupar”, tenha querido esconder a pena reservada a eles na outra vida. Longe de nós pensar que Paulo envia ao inferno aquela que Daniel subtraiu ao julgamento terrestre (Suzana). Longe de nós pensar que, perante o tribunal de Cristo, o leito nupcial tenha merecido castigo àquela que por ficar fiel escolheu, diante de uma falsa acusação de adultério, correr todos os riscos, inclusive a morte. De que lhe valeu ter exclamado: “Melhor é para mim cair entre as vossas mãos sem comer o mal, do que pecar na presença do Senhor” (Dn 13,23), se Deus a tivesse de condenar por ter contraído casamento e não de a salvar por ter guardado a pureza conjugal?

Ainda no presente, quantas vezes a verdade da Sagrada Escritura defende a castidade conjugal contra os caluniadores e difamadores das núpcias, outras tantas vezes o Espírito Santo está a defender Suzana contra as suas falsas testemunhas. E em tantas outras ocasiões, está a libertá-la da falsa culpa, e isso se dá em casos de maior importância. Naquela ocasião, tratava-se de uma só mulher casada, e agora de todas elas. Então, visava-se a adultério secreto e falso; agora, trata-se da acusação contra o casamento

legítimo e público. Então, se acusava uma mulher sob o testemunho de afirmações iníquas de dois anciãos; agora, se acusa a todos os maridos e mulheres, servindo-se do que o Apóstolo silenciou, apenas insinuando. Silenciou vossa condenação, dizem, quando afirmou: “Eu vo-los desejaria poupar”. Que quer com isso dizer aquele mesmo que dissera um pouco acima: “Todavia, se te casares, não pecarás; e, se a virgem se casar, não pecará”? Com que direito, pois, o que ele calou por discrição, vos faz supor que fosse a condenação do matrimônio? E por que não reconheceis, no que ele disse abertamente, a defesa e aprovação do matrimônio? Acaso, o silêncio do Apóstolo condena aqueles que sua palavra absolve? Seria, certamente, menos injurioso acusar Suzana — não de estar casada, mas de ser adúltera — do que acusar de mentirosa a doutrina do Apóstolo. Que faríamos em tal perigo, se não fosse tão certo e evidente que não devem ser condenadas as núpcias castas, como é certo e evidente que a Santa Escritura nunca pode dizer mentiras?

CAPÍTULO 21

Recapitulação e conclusões

21. Neste ponto, alguém poderá perguntar: Que relação tem esta dissertação com a virgindade sagrada ou a continência perpétua, cujo elogio é o tema deste tratado?

Respondo-lhe, em primeiro lugar, como já disse anteriormente, que a glória deste maior bem não se baseia em que se evita o pecado do matrimônio, mas pelo fato de ultrapassar o bem do matrimônio. De outro modo, a continência perpétua não se prestaria a nenhum louvor especial, e bastaria não ser censurada por sua inobservância, já que seria pecado o fato de se casar.

Em seguida, respondo que não é por opinião humana, mas por autoridade da divina Escritura que somos levados a exortar os homens a abraçarem um dom tão excelente. E, por isso, não se há de tratar esse assunto de modo medíocre e ligeiramente, por receio que a mesma divina Escritura não pareça aos olhos de alguém como se tivesse mentido em algo. Os que, condenando o casamento, exortam as santas virgens a perseverarem em seu estado, na verdade as dissuadem em vez de as exortar. Que confiança teriam elas na veracidade destas palavras: “Aquele que não casa a sua (filha) virgem procede melhor ainda”, se considerarem como falsa aquela palavra que está escrita pouco antes: “Procede bem aquele que casa a sua virgem”? (1Cor 7,38).

Mas caso acreditarem, sem dúvida nenhuma, que a Sagrada Escritura nos fala do bem do matrimônio, a mesma veracíssima autoridade da Palavra de Deus os confirmaria no impulso fervoroso e alegre para com esse estado de continência melhor do que aquele.

Dito isso, esgotamos nosso tema: demonstramos, o quanto nos foi possível, que esta palavra do Apóstolo: “Julgo que essa condição é boa, por causa das angústias presentes” (1Cor 7,26) não deve ser interpretada como se só neste século as santas virgens fossem preferidas às fiéis casadas, mas que no reino dos céus haveriam de ser iguais. E o que é dito sobre os casados: “Mas essas pessoas terão tribulações na carne; eu vo-las desejaria poupar” (1Cor 7,28) não é para ser entendido como se o Apóstolo houvesse preferido calar a declarar o pecado e a condenação das núpcias.

Por não terem entendido bem cada uma dessas sentenças, originaram-se dois erros opostos. Os que pretendem igualar os casados às virgens interpretam em seu favor as palavras ditas por Paulo sobre “as angústias presentes” (1Cor 7,26). E os que pretendem condenar o matrimônio dizem que estas outras palavras estão em seu favor: “Mas quisera vos poupar” (1Cor 7,28).

Nós, porém, conforme a fé e a sã doutrina das Sagradas Escrituras, não dizemos que o matrimônio seja pecado. Todavia, tão excelente seja ele, nós o colocamos abaixo da castidade das virgens e também da

continência das viúvas.

Quanto às exigências temporais da vida conjugal, nós dizemos que elas impedem de merecer, não a vida eterna, mas a glória eminente e a honra especialmente reservadas à continência perpétua. Sustentamos ainda que no tempo presente só são úteis as núpcias àqueles que não são bastante fortes para guardar a continência.

Quanto às tribulações da carne, conseqüentes das afeições carnis, as quais no casamento não podem deixar de existir, o Apóstolo, por um lado, não as quis silenciar nem esconder a verdade, e, por outro lado, nem as quis explicar amplamente, por pena da fraqueza humana.

C. AS RECOMPENSAS ETERNAS

CAPÍTULO 22

Recompensas prometidas à virgindade

22. Vamos agora mostrar mais claramente, mediante testemunhas evidentiíssimas das divinas Escrituras — o quanto nossa memória chegar a lembrar —, que devemos escolher a continência perpétua, não pelas vantagens deste século, mas pelas da vida vindoura, que nos são prometidas no reino dos céus.

Quem poderia duvidar ao ler atentamente o que o mesmo Apóstolo diz um pouco abaixo: “Quem não tem esposa cuida das coisas do Senhor e do modo de agradar ao Senhor. Quem tem esposa cuida das coisas do mundo e do modo de agradar à esposa, e fica dividido. Da mesma forma, a mulher não casada e a virgem cuidam das coisas do Senhor, a fim de serem santas de corpo e de espírito. Mas a mulher casada cuida das coisas do mundo: procura como agradar ao marido” (1Cor 7,32-34).

Por certo, S. Paulo não diz que quem não é casado pensa unicamente nas coisas que podem garantir a sua tranqüilidade neste mundo, a fim de passar o tempo sem grandes tribulações. Tampouco nos diz que o estado da mulher solteira e o da virgem distinguem-se da condição da mulher casada porque a solteira vive com tranqüilidade nesta vida, sem as aflições temporais, às quais a casada não escapa. O que o Apóstolo diz é isto: “As virgens se ocupam das coisas do Senhor, a fim de serem santas de corpo e de espírito”. A não ser que haja alguém que se atreva a discutir nesciamente, ou tenha a pretensão de afirmar, contra toda razão, que não é pelo reino dos céus, mas pelo tempo presente que havemos de agradar ao Senhor. Ou quem diga ainda que as virgens querem ser santas de corpo e espírito em vista desta vida e não da vida eterna. Pensar desse modo não será próprio da mais miserável das criaturas? Eis o que disse o Apóstolo: “Se temos esperança em Cristo tão-somente para esta vida, somos os mais dignos de compaixão de todos os homens” (1Cor 15,19).

Se consideramos como insensato o homem que reparte seu próprio pão com o indigente somente em vista da vida presente, poderíamos julgar prudente o que castiga seu corpo e o submete à continência perpétua, renunciando ao casamento, se isso de nada lhe aproveitasse para o reino dos céus?³⁴

CAPÍTULO 23

Declaração de Jesus sobre o estado da continência perpétua

23. Enfim, escutemos o próprio Senhor proferir essa afirmação de modo muito evidente. Como ele acabasse de pronunciar divina e temivelmente que os esposos não podem se separar exceto por motivo de fornicção, os discípulos disseram-lhe: “Se é assim a condição do homem em relação à mulher, não vale a pena casar-se”. Respondeu-lhes ele: “Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas

só aqueles a quem é concedido. Com efeito, há eunucos que nasceram assim, desde o ventre materno. E há eunucos que foram feitos eunucos pelos homens. E há eunucos que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus. Quem tiver capacidade para compreender, compreenda!” (Mt 19,10-12).

O que poderia ser declarado de maneira mais verdadeira e mais clara? É Cristo que o disse, a Verdade que o disse, a Virtude e a Sabedoria de Deus que o disseram: aqueles que por piedosos propósitos se abstiverem de tomar mulher, esses “se fazem a si mesmos eunucos, por amor ao reino dos céus”.

Como pode a vaidade humana afirmar com ímpia temeridade que quem age dessa forma o faz simplesmente para evitar as tribulações inerentes ao estado do matrimônio e que não terão no reino dos céus nada a mais do que os outros?

CAPÍTULO 24

Texto do profeta Isaías sobre a recompensa dos eunucos

24. Quem seriam os eunucos, sobre os quais Deus fala por intermédio de seu profeta Isaías e aos quais ele promete dar, em sua casa e em seus muros, um lugar reservado e muito mais honrável “do que filhos e filhas” (Is 56,5), a não ser os que se tornaram a si mesmos eunucos por causa do reino dos céus?

Porque, em relação àqueles que foram feitos eunucos por violência a fim de que não possam gerar, como acontece com os eunucos dos poderosos e dos reis, eles terão — ao se tornarem cristãos e observantes dos mandamentos de Deus, mesmo tendo a intenção de se casar se o pudessem —, esses eunucos terão no céu um lugar igual ao dos outros fiéis casados que educaram no temor de Deus os filhos que tiveram em casto e legítimo casamento e aos quais ensinaram a pôr sua esperança no Senhor. Mas tais eunucos não devem pensar em obter um lugar melhor “do que filhos e filhas”, porque não foi por virtude da alma, mas por impotência da carne, que não se casaram.

Sustente quem quiser que o profeta vaticinou esse oráculo unicamente em relação aos eunucos quanto à carne. Posso até conceder, porque esse erro viria em apoio da causa que defendemos. Com efeito, Deus não prefere esses eunucos àqueles que não terão lugar algum em sua casa, mas àqueles que vivem meritoriamente no casamento, não tendo em vista senão a geração de filhos. Pois quando diz: “Darei a eles um lugar muito melhor” (Is 56,5) mostra claramente que dará também um lugar aos casados, ainda que inferior. Admitamos, pois, que os eunucos que terão um lugar na casa de Deus são aqueles que o são quanto à carne, e que não pertenciam ao povo de Israel, visto que alguns se tornaram cristãos, ao passo que nenhum passou ao judaísmo. Admitamos, ainda, que o profeta não quis falar sobre os que, renunciando ao casamento para guardar a continência, fizeram-se a si mesmos eunucos, em vista do reino dos céus.

Mas então haverá alguém tão insensato na sua oposição à verdade, para chegar a crer que os eunucos quanto à carne terão na casa de Deus um lugar melhor do que os fiéis casados, pretendendo assim que aqueles que observam piedosamente a virtude da continência, que castigam seu corpo até pela renúncia ao casamento, fazendo-se eunucos não quanto ao corpo, mas na raiz mesma da concupiscência, que, apesar de criaturas mortais e ainda na terra, já levam a vida celeste dos anjos, esses não venham a possuir mérito superior ao das pessoas casadas?

Haverá algum cristão que contradiga a Cristo, que louva os que se tornaram eunucos não em vista deste século, mas em vista do reino dos céus (Mt 19,12), afirmando que isso é útil só para a vida presente, mas não para a futura? O que faltaria a tais contraditores concluir que o próprio reino dos céus pertence a esta vida temporal onde vivemos? E por que não haveriam de chegar a tal insensatez em

sua cega presunção? Poderia haver outra afirmação mais insensata? Pois ainda que por vezes a Igreja que vive neste tempo seja chamada reino dos céus, é precisamente porque recebe a todos em vista da vida futura e eterna. Assim, ainda que ela tenha a promessa de vida presente e futura (1Tm 4,8), contudo, em todas as suas boas obras, ela não olha “para as coisas que se vêem, mas para as que não se vêem; pois o que se vê é transitório, mas o que não se vê é eterno” (2Cor 4,18).

CAPÍTULO 25

“Dar-lhes-ei nome eterno”

25. O Espírito Santo, por certo, não se calou a respeito da força clara e invencível que prevaleceria acima da impudência extrema e da demência desses obstinados. Ele defende seu rebanho contra esse ataque brutal com um escudo inexpugnável.

Com efeito, após ter dito sobre os eunucos: “Eu lhes darei um lugar na minha casa e nas minhas muralhas adentro” (Is 56,5), o Espírito Santo acrescentou: “Dar-lhes-ei um nome ainda melhor do que o que lhes dariam os filhos e as filhas”. E para que ninguém demasiado carnal julgasse por essas palavras que haveria de esperar algum bem temporal, completou em seguida: “Dar-lhes-ei um nome sempiterno que não perecerá jamais” (Is 56,4-5). Como se dissesse: Por que queres procurar esquivas, ó ímpia cegueira? O que procuras? Por que estendes as névoas de tua perversidade à serenidade da verdade? Por que buscas trevas insidiosas entre tanta claridade das Escrituras? Por que prometes somente utilidades temporais aos santos que guardam a continência? “Dar-lhes-ei um nome eterno”. Por que te esforças em recompensar com vantagens puramente terrenas a quem não se ligou pelo casamento e que por isso mesmo sempre se ocupou das coisas do Senhor e do modo de como agradá-lo? (1Cor 7,32). “Dar-lhes-ei um nome eterno!” Por que procuras entender o reino dos céus pelo qual muitos santos eunucos assim se tornaram, referindo-se unicamente a esta vida? “Dar-lhes-ei um nome eterno!” E, se te obstinas em entender esse “eterno” como significando durável, acrescento, inculco, insisto: “Dar-lhes-ei um nome que não perecerá jamais”. Que queres a mais? Que mais tens a dizer? Esse “nome eterno”, seja qual for, significa indubitavelmente uma glória particular aos eunucos de Deus, uma glória eminente que não será comum à de outros muitos que partilharão com eles do mesmo reino e da mesma casa.

É por isso, talvez, que seja dito “nome”, para distinguir os que o recebem dos demais que não o trazem.

CAPÍTULO 26

Cada estrela difere em claridade das demais

26. Os que opinam pela única vantagem terrena da continência perpétua prosseguem argumentando: E o que significa o denário que no fim do trabalho na vinha é pago igualmente a todos, sem distinção, aos que trabalharam desde a primeira hora, como aos que trabalharam somente uma hora? (Mt 20,9). Sem dúvida, significa o que todos possuirão em comum, ou seja, a mesma vida eterna e o mesmo reino dos céus, onde estarão todos os que Deus predestinou, chamou, justificou e glorificou. “Com efeito, é necessário que este ser corruptível revista a incorruptibilidade e que este ser mortal revista a imortalidade” (1Cor 15,53). Eis aí o salário, a recompensa de todos. Contudo, como “de estrela para estrela há diferença de brilho, o mesmo se dá com a ressurreição dos mortos” (1Cor 15,41-42). Aí estão os méritos diversos dos santos. Se por aquele denário é significado o céu, acaso não é comum a todos os astros o fato de estarem no céu? E contudo, “um é o brilho do sol, outro o brilho da lua, e outro o brilho das estrelas” (1Cor

15,41).

Se aquele denário significar saúde do corpo, acaso não é ela comum a todos os nossos membros quando gozamos perfeitamente dela? E se a saúde se conservar até à morte, ela permanecerá igualmente em todos os membros. E contudo, Deus dispôs cada um dos membros no corpo segundo a sua vontade (1Cor 12,18), de tal modo que o corpo não é todo inteiro olhos, nem todo inteiro ouvidos, nem todo inteiro olfato, e assim cada parte diversa tem sua virtude própria, se bem que todos os órgãos participem da mesma saúde.

De idêntica forma, como a vida eterna há de ser concedida a todos os santos, o mesmo denário será repartido também a todos. Contudo, porque nessa vida eterna o brilho dos méritos de cada um brilhará diversamente, numerosas são as moradas na casa do Pai (Jo 14,2). Desse modo, sendo o denário distribuído igualmente, um não viverá por mais tempo do que outro; mas, sendo as moradas numerosas, uns poderão ser glorificados de maneira mais esplêndida do que outros.

CAPÍTULO 27

Exortação — o cântico novo das virgens

27. Avante, pois, ó santos de Deus, rapazes e moças, homens e mulheres, vós que viveis no celibato e vós que não tornastes a vos casar, perseverai até a meta que vos propusestes! Louvai o Senhor com tanto maior prazer quanto com mais freqüência pensais nele. Confiai com esperança tão maior quanto mais fielmente o servis. Amai-o com tanto maior ardor quanto mais ardentemente estais atentos a agradá-lo.

“Tende os rins cingidos e as lâmpadas acesas”, e esperai o Senhor para quando voltar das núpcias (Lc 12,35-36). Vós entoareis ao Cordeiro um cântico novo, que cantareis em vossas cítaras. Não o cântico cantado por toda a terra e do qual se diz: “Cantai ao Senhor um cântico novo; cantai ao Senhor, habitantes de toda a terra” (Sl 95,1), mas um cântico que ninguém poderá cantar a não ser vós. Assim os viu no Apocalipse o discípulo amado sobre todos pelo Cordeiro, que costumava repousar no seu peito e que bebia e impregnava-se das inefáveis maravilhas celestes do Verbo de Deus. Sim, sois vós que ele viu no cortejo dos cento e quarenta e quatro mil santos que tocavam suas cítaras, todos tendo conservado em ilibada virgindade o corpo e em inviolada verdade o coração. É ele ainda que escreveu de vós que seguireis o Cordeiro aonde quer que ele vá (Ap 14,2-4). E aonde imaginamos que ele vá, esse Cordeiro? Aonde ninguém ousaria ir nem poderia segui-lo a não ser vós. Aonde vai ele? A que bosques e a que prados? Creio eu, ali onde brotam alegrias, não as alegrias vãs deste século, loucuras ilusórias, nem os deleites que outros santos que não foram virgens terão no reino de Deus, mas alegrias bem distintas das de todos os outros.

O deleite das virgens de Cristo procede de Cristo, está em Cristo, com Cristo, após Cristo, mediante Cristo e é por causa de Cristo.

As alegrias próprias às virgens de Cristo não se parecem com as dos outros santos que não são virgens, ainda que pertençam a Cristo. A cada um sua alegria própria, mas ninguém mais terá alegrias tais como as que vos estão preparadas, na seqüela do Cordeiro, pois ele também é virgem em sua carne. Ele sempre conservou em si próprio o que não retirou de sua mãe, nem ao ser concebido, nem ao nascer.

Com razão, vós o seguis aonde quer que ele vá, graças à virgindade do coração e à da carne. Mas que quer dizer seguir, senão imitar? Pois como disse o apóstolo Pedro: “Cristo sofreu por vós, deixando-vos um exemplo, a fim de que sigais os seus passos” (1Pd 2,21). Seguimo-lo à medida que o imitamos. Não enquanto ele é o Filho único de Deus, por quem foram feitas todas as coisas, mas enquanto é Filho do homem que nos deu exemplos para serem imitados. Muitas de suas virtudes são propostas para serem

imitadas por todos. Mas a virgindade do corpo não é dada a todos para ser imitada, pois os que uma vez a perderam como poderão recuperá-la?

CAPÍTULO 28

Seguir a Cristo no espírito das bem-aventuranças

28. Que os demais fiéis que perderam a virgindade do corpo sigam também o Cordeiro, se não em toda parte aonde ele vai, pelo menos até onde o podem. Ora, poderão segui-lo em toda parte, exceto enquanto ele caminha na senda da virgindade.

“Bem-aventurados os pobres em espírito!” (Mt 5,3). Imitai “aquele que se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer com a sua pobreza” (2Cor 8,9).

“Bem-aventurados os mansos!” (Mt 5,5). Imitai aquele que disse: “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29).

“Bem-aventurados os que choram!” (Mt 5,4). Imitai aquele que chorou sobre a sorte de Jerusalém (Lc 19,41).

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça” (Mt 5,6). Imitai aquele que disse: “O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (Jo 4,34).

“Bem-aventurados os misericordiosos!” (Mt 5,7). Imitai aquele que socorreu o homem maltratado pelos ladrões e que se encontrava semimorto e desesperado no caminho (Lc 10,30-35).

“Bem-aventurados os puros de coração!” (Mt 5,8). Imitai aquele que “não cometeu nenhum pecado” e “mentira nenhuma foi achada em sua boca” (1Pd 2,22).

“Bem-aventurados os pacíficos!” (Mt 5,9). Imitai aquele que disse em favor de seus perseguidores: “Pai, perdoa-lhes: não sabem o que fazem” (Lc 23,34).

“Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça!” (Mt 5,10). Imitai aquele que “sofreu por vós, deixando-vos um exemplo, a fim de que sigais os seus passos” (1Pd 2,21).

Os que imitam essas virtudes seguem o Cordeiro. E, certamente, as pessoas casadas podem caminhar por essas sendas. Ainda que não ponham os pés perfeitamente em suas mesmas pegadas, avançam, entretanto, pelos mesmos caminhos.

CAPÍTULO 29

A harmoniosa diversidade no céu

29. Mas eis que aquele Cordeiro avança pelo caminho da virgindade. Como poderiam segui-lo aqueles que perderam o que não podem mais recuperar? Ide, pois, vós atrás dele, vós, as suas virgens. Segui-o nessa via, pois é vosso único título para segui-lo aonde quer que ele vá.

Podemos, sim, exortar as pessoas casadas a andar em seu seguimento, por qualquer outro caminho de santidade, exceto por esse. Vós, porém, segui-o observando com perseverança o que prometestes com ardor. Fazei tudo o que podeis para que esse vosso dom não se perca, pois, uma vez perdido, nada podereis fazer para recuperá-lo. A multidão dos fiéis, que não pode seguir o Cordeiro até lá, vos contemplará a seguir os seus traços. Ela vos verá, mas não vos invejará. Ela partilhará vossa alegria, porque pode reencontrar em vós o que não pode mais ter para si. Não lhe caberá cantar esse cântico novo que vos é próprio, mas poderá ouvi-lo e se rejubilará desse dom tão excelente que é o vosso. Mas vós o cantareis e o compreendereis, pois tereis entendimento do que dizeis. Exultareis com maior felicidade e triunfareis na mais intensa alegria. Entretanto, vossa alegria, ainda que maior, não será ocasião de

nenhuma tristeza para os que não a possuírem. Pois esse Cordeiro que seguis, aonde quer que vá, não abandonará os que não o podem seguir em toda parte, tal como vós. Esse Cordeiro do qual falamos é todo-poderoso: ele andará à vossa frente, sem contudo se afastar dos outros, pois “Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28). Não sereis objeto de aversão para os que possuirão menos, pois onde não existe inveja a própria diversidade é harmoniosa. Coragem, pois! Tende confiança e confortai-vos! Perseverai, “vós que fazeis votos ao Senhor nosso Deus e os cumpris” (Sl 75,12) — as promessas de uma continência perpétua —, não em vista do século presente mas pelo reino dos céus.

CAPÍTULO 30

Exortações bíblicas

30. E vós, que ainda não fizestes esse voto e tendes capacidade para compreender, compreendei! (Mt 19,12). “Correi com perseverança de maneira a conseguir o prêmio” (1Cor 9,24). “Que cada um traga hóstias, depois entre nos átrios do Senhor” (Sl 95,8), sem coação e em pleno uso da própria vontade (1Cor 7,37). Pois foi dito: “Não fornicarás, não matarás” (Ex 20,13-14), mas não se pode dizer da mesma maneira: Não te casarás. Exige-se aquilo, mas isto é oferecido livremente. Tendo-o feito, merece-se ser louvado. Se não for cumprido aquele mandamento, a condenação será merecida. Por suas proibições, o Senhor vos intima um dever, mas se pela continência vós acrescentais algo ao dever, ele vos devolverá quando de sua volta (Lc 10,35). Lembrai-vos de que tendes um lugar assinalado dentro de seus muros, muito melhor que o de filhos e filhas. Pensai naquele “nome eterno” (Is 56,5). Quem poderá explicar a qualidade desse nome? Qualquer que seja, será um nome eterno. É pela fé, pela esperança e pelo amor desses bens que tivestes a força para ultrapassar o matrimônio, não como se fosse algo proibido, mas por abster-vos do que vos era lícito.

25 Santo Agostinho denomina a Igreja “virgem” com tal insistência que supõe uma doutrina firme e bem estabelecida. Para melhor compreendermos esse título, é preciso lembrar-nos do ponto de vista no qual ele se coloca habitualmente. Refere-se à noção fundamental de Igreja, contida em nossa expressão “Corpo Místico”, isto é, à humanidade santificada por Cristo, vivendo de sua graça, fazendo um só com ele. A Igreja é a verdadeira Cidade de Deus, toda animada pelo Espírito de Deus. De outro ponto de vista, ela é a Esposa de Cristo, conforme a comparação de S. Paulo, que Agostinho tanto exalta em numerosas passagens. É justamente por esse último título que a Igreja é chamada virgem. Frequentemente é ela comparada a Maria, tanto mais que também é Mãe, como Maria, nossa Mãe pelo espírito. Diz Agostinho no *Enchiridion* (X, 35): “A Igreja, imitando a mãe de Jesus, cada dia dá à luz novos membros, e permanece sempre virgem”. Essa virgindade da Igreja consiste na perfeita integridade da fé, da esperança e da caridade. Cf. J. Saint-Martin, A. A., Nota complementar n. 11, de *De sancta virginitate*, Bibliothèque Augustinienne, t. III, p. 523.

26 No centro das perspectivas abertas às virgens, Agostinho distingue a honra dada à maternidade virginal. A santidade é o princípio fecundo. Maria e a Igreja representam os tipos acabados. Numa e noutra dessas virgens, a santidade (isto é, fazer a vontade de Deus) constitui o verdadeiro parentesco com Jesus, parentesco tão estreito que a própria geração física não pode igualar. As virgens consagradas, conforme a palavra do evangelho (Mt 12,46-50), devem ser as mães de Cristo, gerando espiritualmente, por sua fé e docilidade à Palavra. Elas são, por outro lado, as suas esposas. Cf. M. Olphe Galliard, sj, *La virginité dans l’Occident latin*, apud *La chasteté*, Ed. du Cerf, 1953, p. 83.

27 O voto de virgindade que santo Agostinho e a maioria dos exegetas católicos após ele atribuem a Maria representa uma novidade. O celibato, em si, não era honorífico entre os antigos, nem entre os judeus. Na viuvez, sim, o celibato era honrado. Testemunham Judite, a viúva de Serepta, a mãe dos Macabeus. A virgindade era imposta às moças a quem eram confiados certos serviços no Templo, mas apenas por algum tempo. É só com Maria que nós vemos unidos a prática e o voto, sob a evidente inspiração da graça. (Cf. J. Saint-Martin, *op. cit.*, nota 12, p. 524.)

28 Diz o papa João Paulo II, na Encíclica *Redemptoris Mater*, III, 2,42: “Maria é com razão honrada pela Igreja com culto especial. Já desde os tempos antigos, a Santíssima Virgem é venerada com o título de ‘Mãe de Deus’... Esse culto é absolutamente singular: contém em si e exprime aquele vínculo profundo que existe entre a Mãe de Cristo e a Igreja. Como virgem e mãe, Maria permanece um ‘modelo perene’ para a Igreja. Pode, portanto, dizer-se que sobretudo sob este aspecto, isto é, como modelo, ou melhor, como figura, Maria presente no mistério de Cristo permanece também constantemente presente no mistério da Igreja. Com efeito, também a Igreja ‘é chamada mãe e virgem’, e estes nomes têm profunda justificação bíblica e teológica”.

29 Desde que uma pessoa ou um objeto está em relação de intimidade com Deus, há consagração de fato (por exemplo: religiosa, padre, templo, altar etc.) Com o tempo, ritos vieram sublinhar esse estado de fato. Cf. J. Dhelly, *Dictionnaire biblique*.

Um caso particular é o da consagração a Deus representada pela emissão de votos. Parece tratar-se de uma iniciativa do homem para se consagrar a si mesmo a Deus. S. Tomás explica dizendo que, apesar de a profissão solene não ser sacramento, há nela uma consagração espiritual da qual Deus é o autor, ainda que uma pessoa humana seja o ministro. Cf. L. Bouyer, *Dictionnaire thèologique*.

30 A meta do cristão consagrado não é agradar aos homens mas a Deus, o qual sonda os rins e os corações. A renúncia ao casamento não é em vista de se eximir das responsabilidades ou provações. S. Paulo, em atenção à fraqueza humana, nem as quis precisar. A finalidade é tender para Deus, sem ser desviado sequer por afeições legítimas, ou retido por preocupações justificáveis que sejam. Cf. A. Sage, A. A., *La règle de saint Augustin commentée par ses écrits*, p. 167.

31 Este capítulo vem citado na constituição dogmática *Lumen Gentium* do Conc. Vaticano II, n. 42, na passagem referente aos conselhos evangélicos em vista da obtenção da santidade. Eis os termos empregados: “De modo especial favorecem igualmente a santidade da Igreja os múltiplos conselhos que, no evangelho, o Senhor propõe à observância dos seus discípulos. Entre eles, sobressai o precioso dom da divina graça que é dado a alguns pelo Pai, para que na virgindade e no celibato se consagrem mais facilmente, com indiviso coração, somente a Deus. Esta perfeita continência por amor do reino dos céus sempre foi tida pela Igreja em singular estima, como sinal e estímulo da caridade e fonte peculiar de fecundidade espiritual no mundo”. E vem citado como referência este cap. 15,15 do *De sancta virginitate*.

32 Todo o contexto dos capítulos deste tratado sobre a virgindade mostra que para Agostinho é a caridade cristã que domina as questões relativas ao casamento e à castidade, e lhes dá o verdadeiro valor. Ainda nisso ele segue os passos de são Paulo. O Apóstolo colocou, assim como o Senhor, o grande princípio que dá o sentido verdadeiro do conselho ao celibato ou à virgindade: o amor de Deus, o serviço de Deus, a santificação mais fácil do corpo e do espírito. Não fala, absolutamente, de uma superioridade natural do celibato sobre o casamento. Não recomenda um celibato abraçado em vista de vida mais tranqüila, dobrada egoisticamente sobre si mesma, fugindo covardemente ao serviço da família ou da sociedade. A grandeza da virgindade e do celibato é sobrenatural e não existe realmente senão onde esse estado for abraçado pela superabundância do amor de Deus, arrastando o amor do próximo. Amor e serviço, para os quais o vocacionado teme não possuir campo bastante livre e vasto, se limitar sua liberdade, por liames os mais legítimos e necessários que sejam. Nenhuma outra intenção poderia justificar a recusa das obrigações comuns ao conjunto dos homens. Cf. J. Saint-Martin, *op. cit.*, n. 15, p. 526.

33 Afirma E. Portalié, eminente agostinólogo: “Em particular, a doutrina da vida perfeita e do estado religioso em santo Agostinho é marcada por um ascetismo sábio, moderado e prático. Em seus elogios entusiastas da virgindade, ao exaltar a superioridade da continência perfeita, ele mantém sempre a santidade do matrimônio. Na resposta a Julião no *Opus imperfectum contra Iulianum* (ano 430), diz expressamente: ‘Antepomos a virgindade às núpcias, não como um bem contra um mal, mas como algo melhor diante do bom’ ” (4,122). Cf. Portalié, *Dict. thèol. catholique*, col. 2441.

34 Na sua encíclica *Sacra Virginitas*, o Santo Padre Pio XII afirma: “Os Santos Padres e os Doutores da Igreja claramente ensinaram que a virgindade não é virtude cristã se não for praticada ‘por amor do reino dos céus’ (Mt 19,12), isto é, para mais facilmente nos entregarmos às coisas divinas, para mais seguramente alcançarmos a bem-aventurança, e para mais livre e eficazmente podermos levar os outros ao reino dos céus. Não podem, portanto, reivindicar o título de virgens as pessoas que se abstêm do matrimônio por puro egoísmo ou para fugirem de seus encargos, como nota santo Agostinho (*De sancta virginitate* 22,22), ou ainda por amor farisaico e orgulhoso da própria integridade corporal”

A HUMILDADE NECESSÁRIA ÀS VIRGENS

CAPÍTULO 31

Introdução — valor da humildade

31. Depois de vos ter exortado, conforme nossas forças, a merecer a grandeza desse dom, quanto mais ele nos parece excelente e divino, mais desperta nossa solicitude para convosco e nos leva a vos dizer também alguma coisa, não somente sobre a santa e gloriosa castidade, mas também sobre a humildade, que é o meio mais apropriado de vos assegurar esse dom.

Portanto, quando os que fazem profissão de continência perpétua, comparando-se com as pessoas casadas, considerarem-nas, conforme o testemunho das Escrituras, inferiores pelas obras e recompensa, assim como pelo voto e prêmio, lembrem-se logo do que está escrito: “Quanto maior és, mais te deves humilhar em todas as coisas, e acharás graça diante de Deus” (Eclo 3,20). Para cada um, a medida da humildade deve ser a de sua grandeza, pois quanto mais alguém está por cima, maior o perigo do orgulho, pois este lhe proporciona maiores ciladas.

Ora, ao orgulho segue sempre a inveja, como uma filha servil. Ele a gera continuamente. Nunca é encontrado o orgulho sem tal prole e companheira. Quem preside a esses dois males, o orgulho e a inveja, é o demônio. É por isso que toda a doutrina cristã combate particularmente o orgulho, fonte e causa da inveja. E ensina-nos a humildade como o meio mais seguro de adquirir e conservar a caridade. Sobre esta, diz o Apóstolo: “A caridade não é invejosa” (1Cor 13,4). E, como se procurássemos a causa de ela não ser invejosa, ele acrescenta logo: “Ela não se incha de orgulho”. A caridade, conforme essas palavras, não conhece nem o orgulho nem a inveja. Foi para nos ensinar a humildade que Cristo — o Doutor da humildade — começou por esvaziar-se a si mesmo e assumir a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz! (Fl 2,7-8).

E, no tocante à sua doutrina, vemos com que cuidado inculca a humildade e com que força e insistência a prescreve. Quem poderá explicá-lo facilmente e reunir todos os testemunhos necessários para demonstrá-lo? Que o tente e o faça quem quiser escrever expressamente sobre a humildade. O fim desta obra é outro: falar de algo tão santo e grande, que se torna necessário cuidar ao máximo de evitar o perigo do orgulho.³⁵

A. ENSINAMENTOS DE CRISTO SOBRE A HUMILDADE

CAPÍTULO 32

Preceitos e exemplos do Senhor

32. Não citarei senão alguns testemunhos da doutrina de Cristo sobre a humildade, conforme o Senhor se dignar me trazer à memória. Talvez sejam suficientes para o meu intento.

O primeiro discurso de certa extensão que Cristo dirigiu a seus discípulos começou assim: “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5,3). Sem dúvida, trata-se aqui dos humildes.

Se ele louvou a fé do centurião e disse que não encontrara outro igual em Israel, é porque o centurião

acreditara com tal humildade que chegou a dizer: “Não sou digno de receber-te sob o meu teto” (Mt 8,5-10). É por essa razão que Mateus diz que o centurião se aproximou de Jesus, ao passo que Lucas dá a entender muito claramente que o centurião não veio ele mesmo, junto ao Senhor, mas que enviou seus amigos (Lc 7,6-7). Significava assim que, por sua humildade fidelíssima, aproximava-se mais de Jesus do que os que foram enviados. Daí também, a palavra profética: “Embora sendo o Senhor excelso, todavia olha as coisas humildes, e conhece de longe as coisas altas” (Sl 137,6). Por qual motivo? Sem dúvida, porque essas últimas não se aproximam dele.

Pelo mesmo motivo, ele diz à mulher cananéia: “Mulher, grande é a tua fé! Seja feito como queres!”, a ela a quem ele acabara de tratar de cachorrinho, a quem não era bom atirar o pão dos filhos. Mas essa resposta, ela a recebera com humildade, dizendo: “Isso é verdade, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos!” E é assim que ela merecerá, por sua humilde confissão, o que não obtivera por seus repetidos clamores (Mt 15,22-28).

É também nesse sentido que o Senhor nos propõe o caso daqueles dois homens que rezavam no templo: um fariseu e outro publicano. Ele tem em vista os que se julgam justos e menosprezam os outros. Ao que enumera seus méritos, ele prefere o que confessa seus pecados. Sem dúvida, o fariseu devia dar graças a Deus por tudo aquilo em que se comprazia tanto: “Ó Deus, eu te dou graças”, dizia ele, “porque não sou como o resto dos homens, ladrões, injustos, adúlteros e nem como este publicano; jejuo duas vezes por semana, pago o dízimo de todos os meus rendimentos”. O publicano, mantendo-se a distância, não ousava sequer levantar os olhos para o céu, mas batia no peito, dizendo: “Meu Deus, tem piedade de mim, pecador!” Ora, eis em seguida a sentença divina: “Eu vos digo que este último desceu para casa justificado, mais do que o outro”. Vem, enfim, a razão dessa sentença: “Pois, todo o que se exalta será humilhado e quem se humilha será exaltado” (Lc 18,10-14). Pode, pois, acontecer que alguém evite verdadeiros males e que reconheça em si verdadeiros bens, pelos quais dê graças ao Pai das luzes “de quem desce todo dom precioso e toda dádiva perfeita” (Tg 1,17) e, contudo, seja reprovado pelo seu orgulho. Sobretudo se, num acesso de soberba, insultar os outros pecadores que confessam suas faltas em voz alta na oração ou a sós, diante do próprio Deus. Esses têm direito, com efeito, não a censuras orgulhosas, mas a misericórdia real para não desesperarem de sua salvação.

E que dizer, quando seus discípulos discutiam entre si sobre quem haveria de ser o maior entre eles? Por qual razão Jesus coloca diante de seus olhos uma criança e diz: “Se não vos tornardes como as crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus”? (Mt 18,1-3). Não será sobretudo para recomendar a humildade e colocar nela o que faz o mérito da grandeza?

Ou ainda, quando aos filhos de Zebedeu, ambicionando os primeiros lugares a seu lado, ele lhes responde de pensarem antes em beber o cálice de sua paixão (Mt 20,21-22), na qual ele se humilhou até a morte de cruz (Fl 2,7-8). Eles deveriam pensar nisso em vez de preferirem-se aos outros, sob o impulso do orgulho. Por aí, o Senhor quis ensinar a seus discípulos que seriam exaltados somente os que tivessem primeiramente imitado a humildade, da qual ele era mestre.

E no momento de os deixar para dar início à sua paixão, ele lava os pés de seus discípulos e recomenda expressamente de fazerem a seus condiscípulos e companheiros o que ele, Mestre e Senhor, acabara de lhes fazer (Jo 13,1-17). Quanto ele lhes recomendou a humildade! E escolheu para esse ensinamento o momento em que eles o sentiam tão próximo da morte à qual aspirava. Eles haveriam assim de reter melhor na memória, acima de tudo, os exemplos derradeiros que o Mestre lhes dava para serem imitados. O que ele fez nesse momento, por certo, poderia ter sido feito antes, enquanto convivía com eles. Se o tivesse feito então, teria dado a mesma lição, mas, com certeza, eles não a teriam recebido da mesma forma.

Insistente recomendação da humildade. As solteiras repreensíveis

33. Todos os cristãos devem, pois, observar a humildade, visto que o próprio nome de cristãos deriva de Cristo, cujo Evangelho ninguém pode ler atentamente sem aí encontrá-lo como Doutor da humildade.

Portanto, os que se distinguem dos outros, por qualquer bem que seja, devem ser seguidores e guardiães fiéis dessa virtude. Cuidem bem de recordar a palavra que transcrevi acima: “Quanto maior és, mais te debes humilhar em todas as coisas, e acharás graça diante de Deus” (Eclo 3,20). Ora, como a continência perpétua e principalmente a virgindade é tão grande bem entre os santos de Deus, esses devem guardá-lo com a máxima vigilância, para não o ver corrompido pela soberba.³⁶

34. O apóstolo Paulo, falando do desregramento das mulheres não casadas (*innuptae*), nota que elas são indiscretas e faladeiras e que esses vícios vêm da ociosidade: “Além disso”, diz ele, “aprendem a viver ociosas, correndo de casa em casa; não somente elas são desocupadas, mas também bisbilhoteiras, indiscretas, falando o que não devem” (1Tm 5,13). Anteriormente, ele já havia dito delas: “Rejeita as viúvas mais jovens, pois quando os seus desejos se afastam do Cristo, querem casar-se, tornando-se censuráveis por terem rompido o seu primeiro compromisso” (na Igreja) (1Tm 5,11-12), isto é, infiéis ao que haviam prometido viver.³⁷

CAPÍTULO 34

As viúvas consagradas censuráveis

34. Diz, pois, o Apóstolo: “Rejeita as viúvas mais jovens, pois quando os seus desejos se afastam de Cristo, querem casar-se, tornando-se censuráveis por terem rompido o seu primeiro compromisso” (de se consagrar a Deus) (1Tm 5,11). Ele não diz: Elas casam-se, mas “querem casar-se”. Com efeito, muitas renunciam ao casamento não por amor do preclaro ideal a que se propuseram, mas por medo de desonra pública — fruto ainda do orgulho que as faz temer desagradar mais aos homens do que a Deus. Portanto, essas viúvas que gostariam de tornar a se casar mas não o fazem, porque não o poderiam impunemente, “fariam melhor casar-se do que se deixar abrasar” (1Cor 7,9), isto é, serem consumidas interiormente pelo fogo da concupiscência. Elas deploram a profissão feita, mas não o confessam. Se elas não corrigem a depravação de seu coração, se o temor de Deus não as faz triunfar da moleza, devem ser contadas como mortas, ainda que passem sua vida em delícias. É o que leva o Apóstolo a afirmar: “A viúva que só busca prazer, mesmo se viva, já está morta” (1Tm 5,6). Ainda que elas passem a vida em trabalhos e jejuns, sem o arrependimento e a correção tudo será supérfluo e servirá mais para a ostentação do que para a emenda. Assim, não é a tais mulheres que eu inculco observarem com cuidado a humildade. Nelas, o próprio orgulho se confunde com as feridas e manchas da consciência. Tampouco admoesto a humildade às que são ébrias, avarentas ou que padecem qualquer outra enfermidade culpável da alma. Ainda que façam profissão de continência corporal, desonram por seus costumes perversos o nome que trazem. Eu não lhes recomendo dedicarem muita atenção à pia humildade, pois talvez tenham a audácia de tirar vaidade de seus males, elas a quem não basta, para serem contidas, o seu castigo estar diferido para mais tarde.

Não falo também às que são levadas por certo desejo de agradar, seja pela elegância no modo de vestir que não lembra em absoluto a santidade de sua profissão, seja pelo modo ostensivo de se pentear, com os cachos exageradamente fofos ou com véus tão transparentes que deixam entrever o cabelo atrás das redinhas.

Não é, certamente, a humildade que é preciso prescrever a tais viúvas, mas lembrar-lhes os preceitos da castidade e de um pudor mais íntegro.

Dai-me, ao contrário, uma viúva que faça profissão de continência perpétua e que esteja isenta desses defeitos ou de qualquer outra mancha moral. Eis aí para quem eu temo o orgulho, eis aí o grande bem para o qual receio o perigo do orgulho. Quanto mais alguém possuir qualidades nas quais possa se comprazer, tanto mais eu temo que venha a desagradar àquele que “resiste aos soberbos mas dá a graça aos humildes” (Tg 4,6).³⁸

CAPÍTULO 35

Bela apóstrofe a Cristo

35. É no próprio Cristo que será preciso procurar as mais belas lições e o exemplo mais perfeito da pureza virginal. O que mais posso dizer sobre a humildade aos que observam a continência do que aquilo que o Senhor ensinou a todos, dizendo: “Aprendeis de mim, porque sou manso e humilde de coração”? (Mt 11,29). Acabava ele de lembrar sua grandeza e, querendo de igual modo mostrar quão pequeno se fizera por nossa causa, exclama: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar. Vinde a mim, todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e eu vos darei descanso. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11,25-29).

Sim, aquele a quem o Pai entregara todas as coisas, a quem ninguém conhece a não ser o Pai; aquele que unicamente conhece o Pai e a quem ele quiser revelar, não disse: aprendei de mim a construir o mundo ou a ressuscitar os mortos, mas “aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração”. Oh! salutar doutrina!

O Mestre e Senhor dos mortais — os quais beberam a morte na copa do orgulho que transmitem uns aos outros — não quis ensinar senão o que ele próprio era. Não quis nos ordenar senão o que ele próprio praticava. Ó bom Jesus, eu te vejo com os olhos da fé que abriste em mim, dizendo e exclamando como se interpelasses o gênero humano: “Vinde a mim e aprendei de mim!” Qual é a lição, eu te conjuro, ó Filho de Deus, por quem tudo foi feito e que entre tantas coisas te fizeste Filho do homem? O que vamos aprender de ti para chegarmos junto a ti?, que és “manso e humilde de coração”? Eis, pois, a que se reduzem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento que se acham escondidos em ti (Cl 2,3): a aprender de ti esta lição tão importante, que és “manso e humilde de coração”? É, pois, coisa tão grande ser pequeno que não poderíamos aprender a sê-lo se tu, que és tão grande, não te tivesses feito pequeno? Sim, sem dúvida. Pois não se pode encontrar o repouso da alma senão dominando o orgulho, que a enche de inquietação e pelo qual nos julgamos grandes, ao passo que para vós somos apenas fracos e doentes.

CAPÍTULO 36

Modelos evangélicos. Súplica pelos continentes

36. Que venham a ti e te escutem, Senhor, que aprendam de ti a serem mansos e humildes, os que procuram tua misericórdia e tua verdade! Vivam para ti e não para si próprios.

Que ouça essa palavra o pecador que sofre e está sobrecarregado sob seu fardo, a ponto de não ousar levantar os olhos ao céu; o pecador que bate no peito e não se aproxima senão de longe (Lc 18,13).

Que ouça o centurião que não se considerava digno de entrares sob seu teto (Mt 8,8).

Que ouça Zaqueu, o chefe dos publicanos, quando devolveu quatro vezes mais o furto culposo de suas ganâncias (Lc 19,2-8).

Que ouça a mulher pecadora em Jerusalém e que derramava tanto mais lágrimas em teus pés, quanto mais estivera afastada de teus passos (Lc 7,37-38).

Que escutem as mulheres de má vida e os publicanos que no reino dos céus precederão os escribas e os fariseus (Mt 21,31).

Que escutem os doentes de toda espécie, cujo convívio te censuravam os que se julgavam sãos e portanto não procuravam médico. E tu vieste chamar não os justos, mas os pecadores à penitência! (Mt 9,11-13).

Todos esses, ao se converterem a ti, tornam-se facilmente mansos e humildes, diante de ti, ao se lembrarem da própria vida cheia de iniquidades e de tua misericórdia cheia de perdão, porque “onde avultou o pecado, a graça superabundou” (Rm 5,20).

37. Senhor, considera este cortejo de moças e rapazes santos, todos virgens. É na tua Igreja que essa estirpe foi formada. É lá que, desde o seio materno, por ti se multiplicaram; lá que sua língua se desatou para pronunciarem teu nome, esse nome que sugaram e beberam como o leite de sua infância. Nenhum desse número pode dizer: “...outrora era blasfemo, perseguidor e insolente. Mas obtive misericórdia, porque agi por ignorância, na incredulidade” (1Tm 1,13). Bem longe disso! Foram eles mesmos que escolheram e que prometeram o que não ordenaste, visto que deixaste a liberdade a cada um, dizendo: “Quem puder compreender, compreenda!” (Mt 19,12). Fizeram-se eunucos a si mesmos, não por tuas ameaças, mas em consequência de tuas exortações e por amor ao reino dos céus.

Senhor, é a eles que debes te dirigir, pois te escutarão. Clama: “Aprende de mim, porque sou manso e humilde de coração”. E quanto mais elevados eles estão, tanto mais hão de se humilhar em todas as coisas, a fim de encontrarem graça diante de ti. Eles são justos, mas serão tal como tu, tu que justificas o ímpio? São castos, mas foi no pecado que foram concebidos (Sl 50,7). São santos, mas tu, Senhor, és o santo dos santos. São virgens, mas não nasceram como tu de mãe virgem. Possuem a integridade do espírito e da carne, mas não são o Verbo feito carne. E, contudo, que aprendam não daqueles a quem são perdoados os pecados, mas de ti mesmo, de ti, Cordeiro de Deus que tiras o pecado do mundo (Jo 1,14-29), que és manso e humilde de coração.

CAPÍTULO 37

A humildade de Cristo, o modelo por excelência

38. Ó alma piedosa e casta, que reprimiste o apetite carnal a ponto de te absteres do casamento, que não quiseste gerar filhos, que viessem a perpetuar teu corpo fadado a perecer, que habituaste teus membros frágeis e terrestres aos costumes do céu. Oh! não serei eu que te enviarei para aprender a humildade junto aos publicanos e pecadores, se bem que eles precedam os orgulhosos no reino dos céus. Não será junto a eles que eu te enviarei. Os que foram libertos do abismo da impureza são indignos de servir de modelo à virgindade sem mancha. É ao Rei do céu que eu te envio, aquele por quem os homens foram criados, e que ele mesmo foi criado entre os homens e para a salvação dos homens. Àquele cuja beleza ultrapassa a beleza dos filhos dos homens (Sl 44,3); e que foi desprezado pelos filhos dos homens, em favor de quem veio. Àquele que, sendo Senhor dos anjos imortais, não desprezou vir ser o servo dos mortais.

Certamente, não foi a sua iniquidade que o tornou humilde, mas sim a sua caridade, “a caridade que não é invejosa, que não se incha de orgulho, que não procura o seu próprio interesse” (1Cor 13,4-5).

Porque “Cristo não buscou a sua própria satisfação, mas, conforme está escrito: Os insultos dos que te injuriaram caíram sobre mim” (Rm 15,3).

Vem, pois, junto a ele e aprende como é manso e humilde de coração. Não irás junto daquele que sob o peso da própria iniquidade não ousava levantar os olhos ao céu; mas junto daquele que desceu do céu, levado pelo peso de sua caridade (Jo 6,38).

Não irás junto daquela que, na busca do perdão de seus crimes, derramou lágrimas sobre os pés de seu Mestre; mas irás junto daquele que, após ter concedido o perdão de todos os pecados, lavou os pés de seus servos (Jo 13,5).

Conheço a dignidade da virgindade. Não te dou como modelo o publicano que se acusa humildemente de suas faltas; mas eu receio para ti o fariseu que se vangloria orgulhosamente de seus méritos (Lc 18,10-14).

Não te digo: sê como aquela sobre a qual foi dito: “Seus numerosos pecados lhe são perdoados, porque ela demonstrou muito amor” (Lc 7,38-47), mas eu receio que teu amor se arrefeça por te ser perdoado pouca coisa.³⁹

B. SITUAÇÃO DAS VIRGENS DIANTE DE DEUS

CAPÍTULO 38

O temor casto é salutar

39. O que receio bastante para ti, repito, é que te glorificando de “seguir o Cordeiro em toda parte aonde ele vai”, não possas segui-lo através do caminho estreito, impedida talvez pelo orgulho.

Portanto, é bom para ti, ó alma virgem, que ao conservar em teu coração a graça pela qual renasceste a uma nova vida, e em tua carne, a integridade com que nasceste, possas contudo “conceber” como diz o profeta e “dares à luz o espírito da salvação”, pelo temor de Deus (Is 26,18). Por certo, “não há temor no amor”, como está escrito: “pois o perfeito amor lança fora o temor” (1Jo 4,18). Mas aí se trata do temor dos homens, não o julgamento divino, que nos espera no fim dos séculos. “Não te ensoberbeças, mas teme” (Rm 11,20).

Ama a bondade de Deus, mas teme sua severidade. Esse amor e esse temor não te permitirão cair no orgulho. Na verdade, se amares, temerás ofender gravemente aquele que amas e que te ama (*amatum et amantem*). Que ofensa mais grave do que desagradar pelo orgulho a quem por tua causa desagradou aos soberbos? E esse casto temor, estável pelos séculos dos séculos (Sl 18,10), onde de preferência deve estar senão em ti, que não pensas nas coisas do mundo, nem no modo de agradar a um esposo, mas nas coisas do Senhor e no modo de agradar ao Senhor? (1Cor 7,32).

Aquele outro temor (o servil) não existe na caridade, mas este temor, o casto, não se afasta dela. Se não amas, teme te perderes; se amas, teme desagradar a Deus. A caridade expulsa aquele temor. Com o temor casto, a caridade entra correndo para instalar-se em teu interior. O Apóstolo diz ainda: “Não recebestes um espírito de escravos, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: Abba! Pai!” (Rm 8,15). O temor sobre o qual ele fala aqui, creio ser aquele próprio do Antigo Testamento: o de perder os bens temporais que Deus havia prometido aos que ainda não eram seus filhos dirigidos pela graça, mas que continuavam sendo escravos sob a Lei. Há ainda o temor do fogo eterno. Certamente, servir a Deus para evitar a condenação não é ainda o temor que acompanha a caridade perfeita. Uma coisa, com efeito, é dizer: “Para onde irei a fim de me subtrair ao teu espírito? E para onde fugirei longe da tua presença?” (Sl 138,7). E outra coisa são estas palavras: “Uma só coisa

pedi ao Senhor, esta solicitarei: que habite eu na casa do Senhor todos os dias da minha vida, para ver as delícias do Senhor, e visitar o seu Templo” e “Não apartes de mim a tua face” (Sl 26,4.9). Ou ainda: “A minha alma suspira e desfalece pelos átrios do Senhor” (Sl 83,3). As primeiras palavras citadas poderiam estar nos lábios daquele que não ousava levantar os olhos ao céu (Lc 18,13), e daquela mulher que derramava suas lágrimas sobre os pés do Salvador, suplicando o perdão de seus graves pecados (Lc 7,38). Tu, porém, alegre-te com as palavras citadas em segundo lugar, tu, que estás preocupada com as coisas do Senhor, para seres santa de corpo e alma (1Cor 7,34).

As primeiras palavras (as do Sl 138,7) acompanham-se do temor que atormenta, mas que a caridade perfeita expulsa (1Jo 4,18). As palavras seguintes exprimem o casto temor do Senhor, estável pelos séculos dos séculos. A ambas, é preciso acrescentar estas outras palavras: “Não te ensoberbeças, mas teme” (Rm 11,20), de receio que o homem se exalte orgulhosamente, seja na defesa de seus pecados, seja na presunção de sua própria justiça. Pois o próprio Paulo disse: “Não recebestes um espírito de servidão para de novo temerdes” (Rm 8,15); contudo, a propósito daquele temor que acompanha a caridade, diz: “Estive entre vós, cheio de fraqueza, receio e tremor” (1Cor 2,3). E utilizando aquela sentença que já citei acerca do ramo enxertado não insultar com orgulho os ramos cortados da oliveira, empregando ele mesmo essa fórmula, diz: “Não te ensoberbeças, mas teme” (Rm 11,20). E admoestando a todos os membros de Cristo em geral, diz: “Operai a vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade” (Fl 2,12-13). Ele não quer que se creia que estas palavras: “Servi ao Senhor com temor, e alegrai-vos nele com tremor” (Sl 2,11), tenham sido escritas unicamente em relação ao Antigo Testamento.⁴⁰

CAPÍTULO 39

Viva exortação às virgens para serem humildes

40. E quais são os membros do Corpo sagrado de Cristo, isto é, a Igreja, que mais devem se preocupar com que o Espírito Santo neles repouse, a não ser aqueles que fazem profissão de santidade virginal? Ora, como poderá o Espírito repousar lá onde não encontra o seu lugar? E onde pode estar esse lugar, senão em um coração humilde no qual ele não tenha de se afastar? Um coração que ele possa elevar e não abater? Pois foi dito em termos bem claros: “Para quem olharei eu, pois, senão para o pobrezinho e contrito de coração e que teme as minhas palavras?” (Is 66,2).

Tu já vives justamente, já vives piedosa, pura, santamente, já vives em castidade virginal; contudo, vives ainda aqui na terra. E não hás de te humilhar ao ouvires: “Acaso a vida do homem sobre a terra não é uma tentação?” (Jó 7,1). E esta outra palavra: “Ai do mundo por causa dos escândalos!” (Mt 18,7) não reprime energicamente todo excesso de auto-suficiência? Não temes ao pensar que podes estar contado entre aqueles que “pelo crescimento da iniquidade, o amor de muitos esfriará”? (Mt 24,12). Não bates no peito ao ouvires: “Aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair”? (1Cor 10,12).

Considerando tantas advertências divinas e tantos perigos humanos, será preciso ainda nos dar tanto trabalho para persuadir as virgens santas a serem humildes?

CAPÍTULO 40

Por ter pecado menos, amar mais

41. Acaso, não poderíamos crer que Deus permite que, entre os que fizeram profissão de continência, muitos e muitas venham a cair, para que com essa queda o vosso temor aumente e por ele o orgulho seja

reprimido? Pois Deus odeia de tal modo o orgulho que foi para vencê-lo que o Altíssimo tanto se humilhou. Mas irás, talvez, ter menos temor e mais orgulho e chegares a amar com tibieza aquele que te amou a ponto de se entregar a si mesmo por ti? (Gl 2,20), só pela razão de ele ter menos a te perdoar visto que estás vivendo desde a tua infância pura e religiosamente, em piedosa castidade e virgindade sem mancha? Ao contrário, é um motivo para amares com ardor ainda maior aquele que — quais sejam as faltas perdoadas aos pecadores convertidos — entretanto não permitiu que tu caíesses em nenhuma delas.

O fariseu que amou pouco porque julgava ter-lhe sido perdoado pouco (Lc 7,36-47), de onde lhe vinha o erro senão de que, “desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitou à justiça de Deus”? (Rm 10,3).

Vós, porém, raça eleita e escolhida entre os eleitos, coros das virgens que seguis o Cordeiro, “pela graça é que fostes salvas, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus: não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho. Pois somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras que Deus já antes tinha preparado para que nelas andássemos” (Ef 2,8-10).

Acaso haveis de amar a Deus tanto mais tibiamente, quanto mais sois agraciadas do dom de Deus? Que ele afaste de vós tão horrenda demência! Assim, já que é verdadeiro o que a própria Verdade disse, ao afirmar: “A quem pouco se perdoa, ama pouco”, vós, virgens, para que ameis com todo ardor possível aquele por cujo amor renunciastes aos liames do casamento, contaí como tendo sido afastado de vós todo o mal que sob sua providência não cometestes. Como diz o profeta: “Vossos olhos estão sempre voltados para o Senhor, pois ele tirará do laço vossos pés” (Sl 124,15), e ainda: “Se o Senhor não guardar a cidade, inutilmente se desvela a sentinela” (Sl 126,1). E, falando sobre a continência, o Apóstolo diz: “Quisera que todos os homens fossem como sou, mas cada um recebe de Deus o seu dom particular; um, deste modo; outro, daquele modo” (1Cor 7,7). A quem, pois, devemos esses dons? Quem é que distribui a cada um conforme seu prazer os dons que lhe são próprios? (1Cor 12,11). É Deus, em quem não há injustiça! (Rm 9,14). E em nome de que justiça ele age de um modo com uns e de outro modo com outros, é impossível ou muito difícil ao homem de o entender. Que ele aja contudo com toda eqüidade, não é permitido duvidar. Portanto, “que é que possuis que não tenhas recebido?” (1Cor 4,7). Ou bem qual não será a malícia de tua parte, se tiveres menos amor para com aquele de quem recebeste mais?

CAPÍTULO 41

Toda virtude vem de Deus

42. Em consequência, pensando em se revestir de humildade, a virgem de Deus deve primeiramente abster-se de crer que ela deve o que é à sua própria virtude. Que ela creia antes de tudo que esse dom precioso vem do alto, descendo do Pai das luzes, no qual não há mudança nem sombra de variação (Tg 1,17). E, assim, ela não julgará que lhe foi perdoado pouco e por isso poderá amar menos. Ela evitará de, “desconhecendo a justiça de Deus, procurar estabelecer a sua própria, não se sujeitando à justiça de Deus” (Rm 10,3). Foi essa a falta cometida por aquele Simão a quem se avantajou a mulher da qual muitos pecados foram perdoados, porque ela amou muito (Lc 7,40). Com maior prudência e verdade, a virgem de Deus pensará que é preciso julgar como perdoados todos os pecados que a graça de Deus a impediu de cometer. Testemunhos são os termos dessas piedosas súplicas das Santas Escrituras, onde está manifesto que até as coisas mandadas por Deus não se fazem senão graças ao dom e ao socorro daquele que as ordena. Seria, pois, uma mentira pedir a Deus de as poder realizar, se nós pudéssemos cumprir algo sem o auxílio da graça divina. Vejamos: que preceito há mais geral do que a obediência aos

mandamentos de Deus? E, contudo, vemos que também se suplica essa obediência, nas Escrituras. Está dito: “Tu promulgaste os teus mandamentos, para que fossem guardados à risca”. E em seguida: “Oxalá se firmem os meus passos no cumprimento das tuas leis justas. Eu não serei confundido, tendo os olhos fixos em todos os teus mandamentos” (Sl 118,4-6). O salmista acabava de lembrar o que Deus prescrevia. E é justamente isso que ele em seguida suplica: a graça para cumpri-lo. Por certo, é mandado que se evite o pecado. Mas se acontecer de ser cometido um pecado, o preceito é o arrependimento, para que quem o cometeu não venha a se perder por orgulho, em escusas e desculpas, ao recusar-se a fazer desaparecer, pela penitência, a falta cometida. É isso mesmo que é para se pedir a Deus, a fim de se compreender que o arrependimento só acontece por graça daquele a quem se pede. Diz o salmista: “Põe, Senhor, uma guarda à minha boca, e aos meus lábios uma porta que os feche. Não permitas que o meu coração se entregue a palavras de malícia, para buscar escusas aos pecados, como fazem os homens que cometem a iniquidade” (Sl 140,3-4).

Se, pois, a obediência, que nos faz observar seus mandamentos, e a penitência, que nos faz não desculpar mas acusar nossas faltas, são objeto de súplica e orações, é evidente que quando os praticamos, é Deus que os inspira e que nos ajuda.

Está dito ainda mais claramente a respeito da obediência: “Os passos do homem serão dirigidos pelo Senhor, e seu caminho será aprovado por ele” (Sl 36,23). O Apóstolo diz também sobre a penitência: “... na expectativa de que Deus lhes dará não só a conversão” (2Tm 2,25).⁴¹

43. Quanto à continência, foi dito de maneira bem clara: “Sabendo, porém, que não podia obter a continência, se Deus não ma desse, e isto era já efeito da sabedoria, o saber de quem vinha este dom” (Sb 8,21).

CAPÍTULO 42

Amar muito por ter recebido com abundância

43. Poder-se-ia, talvez, dizer que a continência, na verdade, é dom de Deus; mas o que o homem pode reivindicar como vindo dele mesmo, o espírito de sabedoria? Isso por ser por esse espírito que ele reconhece a continência como vinda de Deus, e não dele mesmo. Contudo, a Escritura diz: “O Senhor faz sábios aos cegos” (Sl 145,8). E ainda: “O testemunho do Senhor é fiel, dá sabedoria aos pequeninos” (Sl 18,8). E Tiago confirma, dizendo: “Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede generosamente a todos, sem recriminações, e ela lhe será dada” (Tg 1,5).

Convém, pois, que as virgens tenham a sabedoria, para que suas lâmpadas não se apaguem (Mt 25,4). E como poderão elas tornar-se sábias? Sem pretensões de grandeza, sentindo-se solidárias com os mais humildes (Rm 12,16). Com efeito, a própria Sabedoria disse ao homem: “A piedade é a verdadeira sabedoria” (Jó 28,28). “Se, pois, não tens nada que não tenhas recebido (1Cor 4,7), “não te ensoberbeças, mas teme” (Rm 11,20). E, acima de tudo, não ames pouco a Deus como se ele te tivesse perdoado pouco; antes, ama muito aquele que te concedeu com abundância. Pois, se Deus ama aquele a quem foi perdoado para que não tenha de reparar, quanto mais não deve ele amar aquele a quem foi dado para possuir! Na verdade, quem quer que se mantenha puro desde o começo é porque Deus é seu guia. E quem, de impuro que era, torna-se puro, é porque Deus o converte. Mas também, quem permanece impuro até o fim, é por ter sido abandonado por Deus. Tudo isso pode ser em virtude de um secreto desígnio, mas nunca injusto. E por qual motivo secreto? Talvez para inspirar mais o temor e menos orgulho.

Motivos gerais da humildade

44. Sabendo o homem que é pela graça de Deus que é aquilo que é, não caia em outra armadilha, a da soberba, de modo a fazer da própria graça de Deus motivo de orgulho e desprezo dos outros. Foi essa a falta do fariseu que, dando graças a Deus pelos bens que possuía, colocava-se entretanto acima do publicano que confessava seus pecados (Lc 18,10-14).

O que fará, pois, a virgem? No que deve ela pensar para não ter a pretensão de se preferir àqueles e àquelas a quem carece tão excelente dom? Que não simule ser humilde, mas que o seja realmente: pois a falsa humildade não passa de orgulho refinado. Por isso, a Escritura, querendo mostrar a necessidade de se ter uma autêntica humildade, após ter dito: “Quanto maior és, mais te debes humilhar em todas as coisas”, acrescenta logo: “e acharás graça diante de Deus” (Eclo 3,20). Adverte-nos, assim, que diante de Deus é impossível uma falsa humildade.

CAPÍTULO 44

A mulher casada e a virgem

45. O que diremos então? Uma virgem de Deus pode realmente pensar que existe algo a lhe permitir a ousadia de antepor-se acima da mulher fiel, viúva ou casada? Já não falo da virgem que seja repreensível. Quem ignora, com efeito, que a mulher casada, obediente aos mandamentos, seja preferível à virgem que não o seja? Mas quando, tanto uma como outra, são submissas aos preceitos de Deus, temeria ela ainda preferir a santa virgindade, até ao casamento mais casto, e a continência à união conjugal? Em outras palavras: temeria ela crer que um grão que rende cem por um vale menos do que outro que não rende senão trinta? Não, que não tenha nenhuma dúvida de estimar mais esse seu estado do que o outro. Contudo, que essa virgem obediente e temente a Deus não ouse se preferir a não importa que mulher que tema a Deus e lhe seja obediente. De outro modo, ela não seria mais humilde e “Deus resiste aos soberbos” (Tg 4,6). Qual deverá, pois, ser seu pensamento? Serem os julgamentos de Deus ocultos e revelarem o valor de cada um somente no momento da provação.

Não falando de outras coisas, como saber se uma virgem — mesmo a preocupada com o que é de Deus e como agradar ao Senhor (1Cor 7,32) — estará madura para sofrer o martírio, ou impedida talvez por alguma fraqueza ignorada? Ao passo que, possivelmente, aquela mulher à qual pretendia preferir-se esteja já pronta a “beber o cálice” da humilhação que o Senhor propôs como primeira condição a seus discípulos muito ávidos de grandeza? (Mt 20,22). Como saberá, pergunto-me, se enquanto ela mesma ainda está longe de se tornar uma Tecla, aquela mulher casada não seja já uma Crispina? Somente a provação poderá demonstrar, pois, se alguém já está pronto para receber o dom do martírio.⁴²

CAPÍTULO 45

Mérito dos diversos estados de vida

46. É tão grande este dom da virgindade que alguns o comparam ao grão que rende cem por um (dado como exemplo de fecundidade da semente da Palavra caída na boa terra) (Mt 13,8). A autoridade da Igreja fornece disso uma prova brilhante. Todos os fiéis sabem perfeitamente em que momento, no sacramento do altar, é feita a memória do nome dos mártires, e em que outro momento são lembradas as santas virgens (*sanctimoniales*) defuntas.

Mas o que significam aquelas diferenças de fecundidade dos grãos? Deixo o cuidado de explicá-lo àqueles que compreendem essas coisas melhor do que nós. Seja que os cem grãos por um refiram-se ao estado da virgindade; os sessenta, ao da viuvez; e os trinta, ao casamento. Seja que a avaliação de cem por um refira-se ao martírio; a de sessenta, à continência; e a de trinta, ao casamento. Ou que seja ainda: a virgindade produza cem por um só quando acompanhada do martírio; sozinha produza apenas sessenta. E que as pessoas casadas produzam seu fruto de trinta por um e alcancem sessenta, quando chegam a ser mártires. Seja, enfim, o que me parece o mais provável, que os dons da graça divina se distinguem em grande diversidade, havendo uns dons maiores e melhores do que outros. O que faz o Apóstolo dizer: “Aspirai aos dons mais altos” (1Cor 12,31). Seja como for, é preciso crer que esses dons de Deus são numerosos demais para que se possa reduzi-los a três classes.

Primeiramente, tenhamos cuidado de não considerar como infrutuosa a continência das viúvas; tampouco igualá-la ao plano da castidade conjugal ou exaltá-la até à glória da virgindade. Quanto à palma do martírio — seja do martírio fundado na disposição habitual da alma, ainda que sem a provação, seja a do martírio de fato, pelo sofrimento experimentado —, qualquer que seja a castidade sob as três formas à qual se una (estado de virgindade, de viuvez ou de continência conjugal), guardemo-nos de pensar que o martírio vem se acrescentar sem trazer novo mérito.

Por outro lado, acontece que muitos homens e muitas mulheres observam continência conjugal sem, contudo, seguir este conselho do Senhor: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens e dá aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me” (Mt 19,21), e sem ter a coragem de se associar àqueles que vivem comunitariamente, dos quais nenhum diz possuir alguma coisa de próprio, pois tudo lhes é comum (At 2,44; 4,32). Podemos acaso pensar, após essas considerações, que as virgens de Deus que se submetem a esses preceitos da Escritura não auferem fruto algum e que, mesmo os que não os seguem, deixarão de ter por isso algum mérito a mais?

CAPÍTULO 46

Diversidade dos dons. Supremacia do dom do martírio

46. É certo, pois, que os dons do Senhor são diversos e que uns são mais gloriosos e elevados do que outros. A cada um o seu dom particular. Algumas vezes, alguém produzirá frutos com dons menos abundantes, porém mais eficazes. E outras pessoas, os mesmos frutos com dons inferiores, mas em maior número. Entretanto, quem ousará dizer como, nas recompensas eternas, tornar-se-ão iguais ou diferentes uns dos outros? Mas de toda evidência é certo que os dons são múltiplos em sua diversidade e que os melhores não servem somente para o tempo presente, mas ainda para a eternidade. Entretanto, penso que o Senhor quis evocar unicamente três graus de fecundidade (Mt 13,8), deixando outros graus ao juízo dos que pudessem entender. Com efeito, outro evangelista mencionou apenas o grão que rende cem por um (Lc 8,8). Deveríamos pensar que Lucas desse modo teria desdenhado ou ignorado os outros dois graus? Ou, antes, que ele quis deixar-nos procurar entendê-los?⁴³

47. Mas como eu tinha começado a dizer, seja que o grão produzindo cem por um represente a virgindade consagrada a Deus, seja que esse grau de fecundidade deva ser entendido como eu expliquei acima, contudo ninguém — quanto julgo — ousaria preferir a virgindade ao martírio e ninguém duvida da excelência desse último dom, mesmo se o martírio ainda não tiver revelado, pela provação, a fé e a coragem oculta.

CAPÍTULO 47

47. A virgem deve, pois, ter sempre presente a seu espírito o que pode servir para a conservação da humildade e para não violar aquela caridade que supera todos os outros dons e sem a qual eles nada valem, sejam numerosos ou raros, grandes ou pequenos. Digo que a virgem deve refletir para não se orgulhar nem alimentar invejas. Certamente, ela sabe que o bem da virgindade que professa excede ao estado matrimonial. Contudo, ignora se tal ou tal mulher casada, em particular, não seria já capaz de sofrer o martírio por Cristo, ao passo que ela mesma, talvez, não o seja ainda. Quem sabe não seja para preservar sua fraqueza que ela não foi exposta à tentação! Diz, com efeito, o Apóstolo: “Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças. Mas, com a tentação, ele vos dará os meios de sair dela e a força para a suportar” (1Cor 10,13).

Pode acontecer que aqueles que, de acordo com seu estado, mantenham uma vida conjugal louvável tenham de lutar até o heroísmo, o derramamento de sangue e o esquartejamento de suas entranhas, contra o inimigo que os incita ao mal, enquanto certos homens e mulheres que vivem na continência desde sua infância e que se fizeram eunucos pelo reino dos céus não tenham ainda a força de suportar as mesmas provações pela justiça, nem talvez pela própria pureza. Uma coisa é não consentir pelo amor à verdade ou por guardar fidelidade a seu santo propósito diante das incitações e conselhos perniciosos, e outra coisa é não ceder diante da tortura e dos golpes cruéis. É o segredo das forças interiores da alma. Revelam-se com a tentação, e só a provação as manifestará. Portanto, para que ninguém se orgulhe daquilo que vê claramente ser capaz, deve considerar com toda humildade que ignora sua incapacidade de enfrentar algo que lhe seja superior. E, ao contrário, certas pessoas que não possuem nem professam aquilo de que nos gloriamos podem talvez realizar o que nós próprios não conseguimos. E, assim, o fiel será protegido por uma humildade não ilusória, mas autêntica, seguindo os conselhos do Apóstolo: “antecipai-vos uns aos outros nas manifestações de apreço” (Rm 12,10), e “julgando cada um os outros superiores a si mesmo” (Fl 2,3).

CAPÍTULO 48

Ninguém está isento de pecado

48. Que direi, agora, sobre as precauções e a vigilância necessárias para evitar o pecado? “Quem pode se glorificar e dizer: O meu coração está puro, estou isento de pecado?” (Pr 20,9). Por certo, a santa virgindade vem íntegra desde o seio materno, mas como diz Jó: “ninguém é puro diante de ti, nem a criança que não conta senão um dia de vida na terra” (Jó 25,4).

Há também outro tipo de virgindade que se conserva invioladamente pela fé. É aquela que une a Igreja como virgem casta a um só varão. Ora, esse único Esposo ensinou não só os fiéis que são virgens de espírito e de corpo, mas a todos os fiéis sem exceção, desde os que vivem segundo o espírito até os carnaís; desde os apóstolos até os últimos dos penitentes; desde o mais alto dos céus até a outra extremidade (Mt 24,31); esse único Esposo admoestou a todos a dizerem a mesma oração: “E perdoa-nos as nossas dívidas como também nós perdoamos aos nossos devedores” (Mt 6,12). Nessa oração, pelo objeto mesmo do que pedimos, o Senhor nos ensina a lembrar-nos do que somos. De fato, não é só pelas dívidas de nossa vida passada, que ele já perdoou no batismo — e temos confiança nisso —, que ele nos dá a sua paz e nos prescreve de rezar ao dizermos: “Perdoa-nos as nossas dívidas como também nós perdoamos aos nossos devedores”. Se assim fosse, seriam sobretudo os catecúmenos que deveriam pronunciar essa oração, ao se aproximarem do batismo. Mas como são todos os batizados que a pronunciam, tanto os chefes da Igreja como o povo, tanto os pastores como o rebanho, é bastante evidente

que nesta vida — que é toda uma tentação (Jó 7,1) — ninguém deve se gloriar de estar isento de pecado.

CAPÍTULO 49

As virgens tenham consciência de suas faltas. Cristo, nosso advogado junto ao Pai

49. As virgens de Deus, que seguem o Cordeiro aonde quer que ele vá, serão, pois, irrepreensíveis somente ao receber a perfeita remissão de suas faltas e ao conservar sua virgindade — a qual não poderão recuperar uma vez perdida. Mas como no Apocalipse (Ap 14,4-5) — onde a santidade das virgens foi revelada a um apóstolo virgem — elas são louvadas por jamais ter sido encontrada mentira em sua boca, elas devem se lembrar de que o meio mais seguro de provar seu amor pela verdade é de não ousarem se dizer isentas de pecado. Pois o mesmo João que teve essa revelação disse o seguinte: “Se dissermos: ‘Não temos pecado’, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós. Se confessarmos nossos pecados, ele, que é fiel e justo, perdoará nossos pecados e nos purificará de toda injustiça. Se dissermos: ‘Não pecamos’, fazemos dele um mentiroso, e a sua palavra não está em nós” (1Jo 1,8-10).

Certamente, isso não é dito somente a respeito de um ou outro cristão, mas a respeito de todos, entre os quais as virgens também devem se reconhecer. Só assim, elas serão sem mentira, como apareceram na visão do Apocalipse. E, desse modo, enquanto não alcançarem a perfeição na sublimidade celeste, somente a humildade da confissão de seus pecados as tornará irrepreensíveis e puras.

50. Mas, por outro lado, com receio de que alguém se aproveitasse dessa palavra (do apóstolo Paulo) para pecar com tranqüilidade mortífera e se deixasse arrastar, sob pretexto de que suas faltas seriam logo perdoadas por uma fácil confissão, são João logo acrescenta: “Meus filhinhos, isto vos escrevo para que não pequeis; mas, se alguém pecar, temos como advogado, junto do Pai, Jesus Cristo, o Justo. Ele é a vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 2,1-2).

Assim, que ninguém se afaste do pecado pensando a ele retornar, nem se prenda à iniquidade como por uma espécie de pacto de amizade, a ponto de sentir mais prazer em confessar o pecado do que em evitá-lo.

50. Mesmo os que se esforçam e vigiam para não pecar caem ainda em alguma espécie de pecado proveniente da fraqueza humana: sejam pequenos e pouco numerosos, mas sempre algum pecado. Mas chegam a ser grandes e graves se forem acrescentados o peso e a culpabilidade do orgulho. Contudo, o Sacerdote que nós temos nos céus purificar-nos-á facilmente, se essas quedas forem expiadas com piedosa humildade.

CAPÍTULO 50

A verdadeira grandeza é feita de humildade

51. Aliás, eu não quero discutir com os que pretendem que o homem possa viver sem pecado algum nesta vida. Não, não discuto nem contradigo. Pois, talvez, nós estejamos a medir a grandeza dos outros por nossa própria pequenez e, comparando-os a nós mesmos, não sejamos capazes de os entender (2Cor 10,12). Tudo o que sei, entretanto, é uma coisa: que esses homens eminentes, entre os quais não estamos, sequer ainda os encontramos na terra; quanto mais forem grandes, tanto mais devem se abaixar em todas as coisas, a fim de encontrarem graça diante de Deus. Pois, por maiores que sejam, com efeito, “o servo não é maior do que seu senhor, nem o enviado maior do que quem o enviou” (Jo 13,16). Ora, é o Senhor quem disse: “Tudo me foi entregue por meu Pai” (Mt 11,27). E é o mesmo Mestre quem disse: “Vinde a

mim todos os que estais cansados... e aprendei de mim” (Mt 11,28-29). E o que vamos aprender dele? “Que sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29).

D. BENEFÍCIOS DA HUMILDADE

CAPÍTULO 51

A humildade — morada da caridade

52. Talvez alguém neste momento poderá dizer: Este não é mais um escrito sobre a virgindade, mas sim sobre a humildade! Como se nós nos tivéssemos proposto discorrer sobre qualquer espécie de virgindade e não precisamente sobre aquela vivida conforme o espírito de Deus. Quanto maior vejo este dom, mais temo que a soberba o roube. E tal bem ninguém o poderá conservar a não ser o próprio Deus que o outorgou, e “Deus é caridade” (1Jo 4,8). Logo, a guardiã da virgindade é a caridade, e a morada dessa caridade é a humildade. Com efeito, é aí que habita quem disse que o seu Espírito repousa sobre o humilde e o pacífico e o que teme diante de sua palavra (Is 66,2). Será, pois, algo fora do assunto querer guardar com a maior segurança o bem sobre o qual fiz o elogio, cuidando de preparar também a morada da sua guardiã?

É porque afirmo com toda confiança e não temo que se zanguem aqueles a quem aconselho com solicitude a que tenham comigo por si mesmos. É mais fácil que sigam o Cordeiro os casados que são humildes, até onde podem, se não conseguem segui-lo a toda parte aonde ele vá, do que as virgens que são orgulhosas. Com efeito, como seguirão aquele de quem não quiseram se aproximar? E como se aproximarão daquele a quem não chegam, para aprenderem dele a lição de serem mansos e humildes de coração? (Mt 11,29). O próprio Cordeiro conduz a toda parte aonde vai os que o seguem, e nos quais encontrou onde repousar sua cabeça. Pois não aconteceu, em certa ocasião, um homem orgulhoso e pretensioso vir lhe dizer: “Mestre, eu te seguirei para onde quer que vás”? Ao que o Senhor respondeu: “As raposas têm tocas e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça” (Mt 8,19-20). Sob o nome de raposas, designava a astúcia e o dolo, e sob o de aves, o orgulho e a vaidade desse homem em quem não encontrara um lugar para repousar sua cabeça, em piedosa humildade. E assim, o que prometeu segui-lo, não até certo ponto, mas absolutamente, em toda parte para onde fosse, não o seguiu em parte alguma.⁴⁴

CAPÍTULO 52

Exortação à caridade e à humildade

53. Coragem, portanto, ó virgens de Deus, coragem! Segui o Cordeiro aonde quer que ele vá. Mas, principalmente, aproximai-vos daquele a quem seguireis e aprendei dele, que é manso e humilde de coração. Se o amais, vinde humildemente junto àquele que é humilde e não vos afasteis dele, por receio de cair. Pois quem receia afastar-se dele, lhe diz: “Não venha sobre mim o pé do soberbo” (Sl 35,12). Segui o caminho das alturas, em passo de humildade. Ele mesmo exalta os que o seguem humildemente, ele que não hesitou em vir junto aos prostrados por terra. Confiai-lhe a guarda dos dons dele recebidos e guardai para ele vossa fortaleza (Sl 58,10). Todo mal que não fazeis, porque ele vos protege, considerai como perdoado por ele. Assim, não imagineis, por ter ele vos perdoado pouco, que o amareis pouco. E não desprezeis com ruinosa soberba os publicanos que batem humildemente no peito. Desconfiai de vossas forças, até das já provadas, por receio de vos ensoberbecerdes, por haver podido suportar alguma

coisa. Pedi as forças que ainda não experimentastes, a fim de não serdes tentadas acima de vossas forças. Estimai que certas pessoas vos sejam superiores, no íntimo do coração, ainda que exteriormente vos pareça que sois melhores do que elas. Ao crerdes de boa vontade na bondade, talvez desconhecida pelos outros, a vossa que vos é conhecida não se perde nessa comparação, mas, ao contrário, fortifica-se graças à vossa caridade. E os bens que talvez ainda vos falem vos serão dados tão mais facilmente quanto mais humildemente forem desejados. Os que dentre vós perseveram, vos dêem o exemplo. Os que caem, aumentem o vosso temor. Amai essa perseverança para imitá-la. Chorai essa defecção para não vos ensoberbecerdes. Não ponhais vossa justiça em vós mesmos, mas submetei-a a Deus, que é quem justifica os justos. Sede indulgentes com os pecados dos outros, e orai pelos vossos. Evitai os pecados futuros, pela vigilância; apagai os passados, com humilde confissão.

CAPÍTULO 53

A vida moral transfigurada pela virgindade

Eis que atingistes tal estado de perfeição que todos os vossos costumes se harmonizam com a santa virgindade que professais. Eis que não somente não existe entre vós homicídios nem sacrifícios aos demônios, nem outras abominações: não há furtos, rapinas, fraudes, perjúrio e embriaguez. Renunciastes a qualquer impureza, avareza, hipocrisia, rivalidade, impiedade e crueldade. Até as faltas que são ou passam por serem leves não são mais encontradas entre vós: a crispação no rosto, olhares imodestos, língua desenfreada, riso solto. Não há mais brincadeiras tolas, nem trajes indecorosos, nem andar afetado ou indolente. Não pagais mal por mal, nem injúria por injúria (1Pd 3,9). Enfim, levais a medida do amor a seu auge, estando prontas a dar a vida por vossos irmãos (1Jo 3,16).

Eis que sois assim, pois assim deveis ser. Acrescentando essas disposições à virgindade, fazeis aparecer a vida dos anjos entre os homens, os costumes do céu sobre a terra.

Mas quão elevadas estejais na perfeição, e quem quer que sejais, tanto mais deveis ser humildes em todas as coisas, para encontrardes graça diante de Deus, que resiste aos soberbos e abaixa os que se exaltam. Por receio também, que ele não deixe passar pela porta estreita os que se enchem de orgulho. Ainda que seja vã a preocupação de que falte a humildade lá onde arde a caridade.⁴⁵

CAPÍTULO 54

Contemplai a Cristo

55. Já que deixastes de contrair núpcias com filhos dos homens de quem poderíeis ter concebido filhos de homens, amai de todo coração “o mais belo dos filhos dos homens” (Sl 44,3). Bem o podeis, porque o vosso coração está livre dos vínculos conjugais. Contemplai a beleza daquele que vos ama. Considerai que ele é igual ao Pai e submisso à sua mãe. Contemplai-o reinando nos céus e vindo à terra para servir. Criador de todas as coisas e ele mesmo sendo criado entre as coisas criadas. Olhai o quanto é glorioso aquilo mesmo que os soberbos escarnecem nele. Olhai, com os olhos da alma, as chagas do crucificado, as cicatrizes gloriosas do ressuscitado, o sangue do agonizante, o preço com que nos resgatou.

55. Considerai o grande valor de todas essas coisas. Pesai-as na balança da caridade e trazei a ele tudo o que teríeis despendido de amor para com vosso esposo da terra.⁴⁶

CAPÍTULO 55

Razão do grande amor a Cristo

56. É justo que ele procure em vós a beleza interior, já que ele vos deu o poder de vos tornardes filhas de Deus (Jo 1,12). Não é a beleza do corpo, mas a beleza dos vossos costumes com que refreais a carne, que ele procura em vós. Ninguém poderia vos caluniar junto a ele. Nem excitar seu ciúme. Considerai com que segurança podeis amá-lo, visto que não tendes a temer de o desagradar, por falsas suspeitas. Marido e mulher amam-se mutuamente, porque se vêem; mas, o que não vêem, talvez temam um pelo outro. Sequer gozam com toda segurança do que está manifesto, pois talvez suspeitem secretamente coisas que não existem, na maioria das vezes. Para vós, porém, não tendes motivo algum de repreensão para com esse Cristo, esse esposo que não vedes com os olhos do corpo, mas a quem contemplais com os olhos da fé. E não tendes a temer de ofendê-lo por alguma falsidade que levantem contra vós. Se, pois, tivésseis de amar muito um esposo eleito, com quanto maior amor deveis amar aquele por cujo amor não quisestes ter marido. Esteja bem gravado no vosso coração aquele que por vós foi cravado na cruz. Que ele ocupe em vossa alma todo o lugar que não quisestes consagrar a outro esposo. Não vos é permitido amar com tibieza aquele pelo qual não quisestes amar o que vos era permitido. Se amardes sinceramente aquele que é “manso e humilde de coração”, não receio para vós o perigo do orgulho.

35 Explica Agostinho que a castidade que reside formalmente no coração não só previne os desregramentos da carne, mas impede também os pecados do espírito, especialmente o orgulho. Por isso, ela é origem da paz interior. Esse liame entre a castidade e a humildade é um dos temas que ele desenvolve com maior prazer. Pode-se ver, nessa atitude, um fruto de sua própria experiência. Para retornar a Deus, teve de destruir o demônio do orgulho e o da sensualidade. E o neoconvertido revelou-se, na vida a seguir, heroicamente humilde e casto. Cf. J. Saint-Martin, nota complementar 6, em *De Continentia*, t. III das *Oeuvres de saint Augustin*, p. 521.

36 Agostinho não se cansa de insistir sobre a prática da humildade. Afirma ser virtude necessária a todos os que trazem o nome de cristãos. A medida da humildade será a da grandeza dos dons pessoais recebidos. Dirá mais adiante: o santo, quanto mais santo, mais humilde será (50,51). E a oração é de todo necessária para a conservação da humildade (53,54). Cf. Sérgio Gonzalez, *osa, Para una formación permanente, textos agustinianos*, Bogotá, 1985.

37 Havia de fato, na Igreja do Ocidente, no final do séc. IV, a instituição oficial das viúvas. Tertuliano já fala delas, como ocupando posição proeminente na Igreja. Era a ordem das viúvas ou *viduatus*. Distinguiam-se dos simples leigos por uma promessa de viver na continência e, em particular, de rezar e de suplicar a Deus pelos irmãos. As viúvas estavam ligadas de certa maneira às virgens. No séc. II, fala-se de “virgens admitidas entre as viúvas”. As virgens seriam as que viviam do modo mais perfeito possível o ideal da continência proposto às viúvas. Cf. D. Fernando Antonio Figueiredo, *Curso de teologia patrística*, II, Ed. Vozes, 1984, pp. 112s.

38 Em nenhuma parte das obras de santo Agostinho consta que os religiosos tivessem trajes especiais. Parece antes que, quanto ao modo de vestir, adaptavam-se às classes inferiores da população. A veste devia ser sóbria, porque não é o hábito que faz o monge: é a conduta que realiza o que se é. Deus não busca um aspecto exterior bonito, mas um bom coração. Em outros textos, Agostinho estabelece relação entre a simplicidade do vestir e a modéstia moral. Aconselha às viúvas não se trajarem demasiadamente elegantes, com o desejo de chamar a atenção ou de agradar. Cf. T. van Bavel, *osa, Comentário da Regla para la Comunidad*, OALA, Iquitos, 1986, p. 59.

39 Procurando para as virgens consagradas um modelo de modéstia, santo Agostinho guarda-se de lhes propor Madalena, Zaqueu ou o publicano. É ao próprio Jesus, o Esposo a quem sacrificaram o amor a um esposo da terra, que elas terão sempre sob os olhos, no espírito e no coração. Quem compreende e ama a Jesus, manso e humilde de coração, o Jesus do presépio e o da cruz, não terá de temer o demônio do orgulho. Cf. Guilloux, *L'âme de saint Augustin*, p. 284.

40 A vida espiritual descrita por S. Agostinho é caracterizada pela caridade, mas o temor de Deus ocupa boa parte. Vejamos três pontos de vista:

1) O temor perfeito, longe de ser suprimido pela caridade, é, ao contrário, seu fruto. Ele leva a temer, não a pena em si mesma, mas a possibilidade de causar desprazer a Deus. É esse o temor filial que caracteriza os perfeitos. Neles, a caridade expulsa o temor servil, que é interesseiro.

2) O temor como ponto de partida do encaminhamento para a sabedoria, que caracteriza a vida espiritual em seu termo final. Santo Agostinho distingue diversas etapas, utilizando a série de dons espirituais do Messias, enumerados por Isaías (11,2-3). Cf. *A doutrina cristã*, 2,7,9-11.

3) O temor, de qualquer ponto de vista que seja considerado, mantém no homem a consciência de sua fraqueza, e o dirige para Deus que corresponde com sua graça. É a esta conclusão que chega o *De sancta virginitate*: tudo nos vem de Deus. Cf. J. Saint-Martin, *op. cit.*, nota 19, p. 528.

41 Agostinho desenvolve aqui a doutrina da necessidade da graça, com insistência e precisão que causam admiração. Nas *Confissões*, já havia inserido alguns princípios dessa temática nas palavras tão expressivas: tudo o que Deus ordena eu posso fazê-lo, contanto que ele me dê a força de o fazer. Todo bem feito pelo homem é dom de Deus. Aqui, Agostinho entra em novos pormenores: devemos agradecer a Deus

pelos pecados que não cometemos, pois foi por sua graça que ficamos preservados deles. Além disso, até a sabedoria pela qual reconhecemos a origem sobrenatural de todo bem, não vem de nós, mas é dom de Deus (42,43). E ainda desse dom, o homem deve abster-se de se glorificar, desprezando aqueles que receberam menos (43,44). A humildade, condição da graça, é também a sua guardiã. Toda essa doutrina é orientada para a caridade (42,43). Cf. J. Saint-Martin, *op. cit.*, n. 20, p. 529.

[42](#) O estado de virgindade, em princípio, é certamente superior ao estado matrimonial. Contudo, a virgem consagrada a Deus, em concreto, pode revelar-se mais fraca — diante do martírio, por exemplo — do que uma mulher casada. Ela deve, pois, permanecer sempre humilde. Agostinho, no final deste capítulo, refere-se a santa Tecla, virgem e mártir, sob Nero, em Aquiléia. E a santa Crispina de Tagaste, martirizada sob Diocleciano, na África, e que era senhora casada da mais alta estirpe (Sermão 354,5).

[43](#) Naquela época, o ideal monástico exercia viva atração sobre o mundo feminino, em Cartago e em Roma. Viúva, a própria irmã de Agostinho entrou no mosteiro de Hipona, do qual veio a ser superiora. As *sanctimoniales* viviam do trabalho de suas mãos; o supérfluo era passado aos pobres. As que se agrupavam em comunidade escolhiam uma superiora. Para professar os votos, era exigida a idade mínima de 25 anos. Em Hipona e em Tagaste, mais de cem religiosas viviam o fervor do casamento místico. Entre elas apareciam por vezes algumas mais idosas, viúvas, e escravas libertadas por seus senhores. Elas teciam, recopiavam manuscritos ou dirigiam casas para crianças abandonadas. A todas elas, o bispo de Hipona traçou uma regra que exerceu considerável influência na história do monaquismo, gérmen de uma árvore grandiosa que estendeu seus ramos por todo o Ocidente. Cf. ainda outros dados interessantes em A. G. Hamman, *Santo Agostinho e seu tempo*, São Paulo, Paulus, 1989, pp. 170-173.

[44](#) Pio XII, na encíclica *Sacra Virginitas*, explica: “Alimenta-se o pudor cristão do temor filial baseado numa profunda humildade, ao qual inspira horror o menor pecado. Já o afirmava nosso predecessor S. Clemente I... Mas ninguém mostrou melhor do que santo Agostinho a importância da humildade cristã para a defesa da virgindade”. E, a seguir, o SantoPadre cita algumas passagens do *De sancta virginitate*: os caps. 31 a 33 e este cap. 51. Pio XII, *op. cit.*, III, 58.

[45](#) A santidade descrita aqui por santo Agostinho apresenta-se em dois planos. Há a santidade comum, que exclui faltas graves, enumeradas na primeira parte desta descrição. Mas as virgens consagradas a Deus, que têm consciência da santidade de seu estado, devem visar mais alto e evitar até as faltas consideradas por outros como leves. Essas relacionam-se diretamente ao que denominamos, atualmente, modéstia.

Dois outras virtudes acrescentadas por santo Agostinho a esse quadro tocam mais diretamente à modéstia. São elas: a doçura e a dedicação, pelas quais nos aproximamos da caridade, regra de toda vida moral. Todas as virtudes vêm e recebem brilho particular da humildade que, aliás, se encontra sempre no amor sincero de Deus. Diz santo Agostinho: “Seria vão temer que falte a humildade, lá onde arde a caridade”. Cf. J. Saint-Martin, *op. cit.*, n. 22, p. 530.

[46](#) A perfeição da vida cristã não é a virgindade, mas a caridade. A virgindade tem o papel de meio, privilegiado, é verdade. Isolar da ordem total — a da caridade — esse valor da virgindade, um dos mais ricos e belos que existe, para fazer dele um absoluto, seria desconhecer sua própria essência.

É o que santo Agostinho ensina nesta magnífica obra dedicada à virgindade consagrada. Cf. M. J. Le Guillou, *op. cit.*, *Virginité et vie théologique*, apud *La chasteté*, *op. cit.*, p. 134.

CONCLUSÃO

57. À medida de nossa fraqueza, falamos suficientemente sobre a santidade que faz com que sejais chamadas, em termos próprios, santas monjas (*sanctimoniales*). E falamos sobre a humildade que salvaguarda tudo o que vos atribuem de grande.

Que aqueles três jovens na fornalha, aos quais aquele que eles amavam com tanto fervor proporcionava refrigério no meio das chamas, vos exortem o que vos foi dito neste nosso opúsculo. Eles o farão com menos palavras, mas com autoridade muito maior, no hino que cantavam à glória de Deus.

Com efeito, unindo a humildade à santidade, ao louvarem a Deus, eles ensinaram claramente que cada um deve tanto mais evitar as ilusões do orgulho quanto mais fazem profissão de santidade.

Louvai-o, pois, vós também, se bem que em meio aos ardores deste século não estejais ligadas pelo casamento e tampouco abrasadas pela concupiscência.

Acrescentai uma oração por nós. Dizei: “Vós, santos e humildes de coração, bendizei o Senhor; louvai-o e exaltai-o por todos os séculos” (Dn 3,87).

DOS BENS DA VIUEZ: CARTAS A PROBA E A JULIANA

INTRODUÇÃO

1. Santo Agostinho, epistológrafo

O gênero epistolar na Antiguidade

Os antigos latinos supriam com o epistolário a falta de nossos atuais meios de comunicação: revistas, periódicos, rádio, televisão, agências de publicidade e outros.

A correspondência era levada por portadores, o que constituía sério risco. Muitas vezes, a carta envelhecia nos caminhos antes de chegar às mãos do destinatário.

As missivas eram destinadas à publicidade: verdadeiras cartas abertas. As mais longas assemelhavam-se a tratados doutriniais ou opúsculos; era difícil distinguir uma epístola de um livro ou tratado.

Devido à índole circunstancial e ocasional, a correspondência reveste sempre características de autenticidade e de valor histórico. O pensamento original do autor revela-se, aí, com muito mais vivacidade do que nos tratados lógicos.

O estilo próprio de santo Agostinho

Compreendemos que, se as cartas são sempre de interesse real, elas se tornam muito especiais, ao se tratar de autor de tão forte personalidade como santo Agostinho. Em suas cartas se refletem o fulgor de seu gênio e o zelo apaixonado que nutria pela Igreja, esposa de Cristo. As fórmulas felizes, perfeitas, palpitantes sucedem-se com incomparável riqueza. Aproximam-se, por vezes, da expressão direta, quente, do colóquio oral. Mas não podemos tomar as epístolas agostinianas como expansões íntimas. O tom geral é de gravidade solene, de medida doutrinal. As abundantes citações bíblicas provam quanto lhe era cara e familiar a Sagrada Escritura, fundamento de suas argumentações. Em toda sua obra, encontramos mais de cinquenta mil citações escriturísticas!

Classificação das cartas agostinianas

A correspondência de santo Agostinho pode ser classificada em quantos grupos se quiser. O inglês W. S. Sparrow-Simpson, em *The letters of Augustine* (Londres, 1919), a divide em 11 grupos, a saber: 1º) cartas anteriores à consagração episcopal; 2º) sobre o paganismo; 3º) sobre a doutrina de Deus; 4º) sobre os cismas da Igreja africana; 5º) sobre a doutrina da graça; 6º) sobre exposições bíblicas; 7º) correspondência com são Jerônimo; 8º) cartas a mulheres; 9º) sobre a eucaristia; 10º) sobre negócios diocesanos; 11º) as dos últimos anos. A edição dos Maurinos faz uma classificação em apenas 4 grupos: 1º) cartas confidenciais; 2º) as pastorais; 3º) as doutriniais; 4º) as oficiais.

Ao bispo de Hipona chegam cartas de todo lado: da Palestina, Milão, Espanha, Gália, Roma. Todos queriam consultá-lo. Tornara-se o árbitro da Igreja latina. Jamais houve homem mais alerta, mais receptivo, mais identificado com os problemas contemporâneos e mais bem preparado para orientar a consciência de seus irmãos. A quem não atendeu? Todos se julgavam com direito a interpelá-lo, e ninguém ficava sem resposta. Nas cartas de direção espiritual, mostra-se experimentado conhecedor da intimidade da consciência humana.

Número das cartas

Por mais de trinta anos manteve intensa atividade epistolar. Infelizmente, não possuímos relação completa de todas as suas cartas. Costumava guardar uma cópia em sua biblioteca particular. Possídio, seu amigo e primeiro biógrafo dá, porém, uma relação incompleta. As coleções vão se avolumando com o tempo, acrescentando descobertas feitas cá e lá, em códices antigos. A edição monumental dos Maurinos, do séc. XVII, publica 270 cartas. A edição crítica de Goldbacher, *Corpus de Viena*, do início deste século, também dá um total de 270. Migne, na *Patrologia latina*, apresenta 218. Entre as coletâneas de cartas agostinianas conservadas, encontram-se 53 de seus correspondentes, e 2 que são atas oficiais de concílios.

2. A família de Proba

No grupo de cartas endereçados a mulheres, contamos bom número de missivas, todas de interesse pastoral, visando ao conforto e à direção espiritual de suas correspondentes. Além das cartas dirigidas a Proba e sua nora Juliana, lembremos as endereçados à viúva Itálica, à nobre Albina — mãe de santa Melânia, a Jovem, para Felícia, para Sápida — virgem consagrada, para Paulina. Esta última é a famosa carta 147 *De videndo Deo*, “Sobre a visão de Deus”.

Faltônia Proba era nobre senhora da influente “*gens Anicia*”, da Roma imperial. Havia sido esposa de Probus, o “eterno prefeito da cidade” e cônsul no ano 371. Tiveram três filhos, também cônsules: Probino e Olíbrio, em 395, e Petrônio Probo, em 406.

O velho Probo torna-se cristão no leito de morte. Estava ainda úmido da água batismal e recém-revestido da veste de neófito, quando o enterraram. O precioso sarcófago em que foi depositado, ainda hoje pode ser visto no Museu Petriano, em Roma.

O filho Olíbrio casa-se com a patrícia Juliana. Demetríades foi a única filha. Era a herdeira mais rica de Roma. Ao falecer, Olíbrio deixa sua viúva ainda bastante jovem.

Em 410, dá-se o bárbaro saque de Roma, sob o comando de Alarico, chefe dos vândalos. Proba, com sua nora Juliana e a neta, acompanhadas de muitas pessoas amigas e servos, fogem para Cartago, na África. Aí conhecem Agostinho, bispo da vizinha cidade de Hipona. Já em 410, puderam conversar longamente com ele e com Alípio, o amigo de infância de Agostinho, então bispo de Tagaste. Passaram ambos a exercer grande influência em toda a família. Algum tempo depois, a jovem Demetríades renuncia a um brilhante enlace e resolve consagrar sua virgindade ao Senhor. Aurélio, bispo de Cartago, dá-lhe o véu. Esse acontecimento espanta a todos. Diversas virgens e viúvas, que pertenciam à casa de Proba e Juliana, seguem-lhe o exemplo. Aquela casa matriarcal, a exemplo de outras em Roma, chega a parecer mosteiro, verdadeira igreja doméstica — como a denomina Agostinho.

3. A correspondência de Agostinho com a família de Proba

Temos duas cartas do bispo de Hipona dirigidas nominalmente a Proba. A carta 131, possivelmente datada do início de 411, e a carta 130, do fim desse ano ou início de 412. A primeira é curta e cerimoniosa. A segunda — que reproduzimos na íntegra neste volume — é longa, quase um tratado. É das mais famosas do santo doutor.

Uma terceira carta, a 150, redigida no final de 413 ou começo de 414, é dirigida a Proba e sua nora Juliana. Santo Agostinho as felicita pela recente tomada de véu de Demetríades.

Do mesmo ano da “*velatio*” da jovem patrícia, data o opúsculo em forma de carta, dirigido a Juliana, *Sobre os bens da viuvez*.

Alguns anos mais tarde, em fins de 417 ou princípio de 418, quando Proba e Juliana já haviam regressado a Roma, Agostinho vem prevenir com mais insistência às suas dirigidas, sobre os erros

contidos em certa missiva enviada a Demetriadés e que muito estava difundido. Era o vírus do pelagianismo que se propagava. Nessa carta 188, nominalmente endereçado a Juliana, temos ao vivo o perfil de Agostinho, doutor da graça, em luta contra a heresia do pelagianismo.

Essas cinco cartas são das mais expressivas do epistolário agostiniano. Sobretudo a 130, que trata da oração, pode trazer grande proveito para a nossa vida cristã de hoje. Na carta-opúsculo sobre “Os bens da viuvez”, título que dá nome a este livro, encontram-se valiosas considerações sobre a castidade, tão pouco valorizada atualmente. E a carta 188 traz bons argumentos para enfrentar o naturalismo, ainda profundamente arraigado em nosso meio.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTIN, saint. “De bono viduitatis. De l’excellence du veuvage”, em *Oeuvres de saint Augustin*, t. III; *L’ascétisme chrétien*, por J. Saint Martin, Desclée de Brower, Paris, 1939.

AGUSTIN, san. “Cartas”, em *Obras*, ed. bilingüe, t. XI, por Fr. Lope Cilleruelo, O.S.A., BAC, Madrid, 1951.

AGUSTIN, san. “Cartas: introducción”, em *Obras*, t. VIII, por Fr. Lope Cilleruelo, O.S.A., BAC, Madrid, 1951.

AGUSTIN, san. “Del bien de la viuvez”, em *Obras*, t. XII, versão e introdução de Fr. Lope Cilleruelo, O.S.A., BAC, Madrid, 1954.

GUILLOUX, P., S.J., *L’ame de saint Augustin*, Gigord Ed., Paris, 1921.

Liturgia das horas: ofício das leituras, Paulus, São Paulo, 1982, pp. 119-136.

MIRANDA, Hilton Rocha, O.R.S.A. *Segundo Encontro Nacional Agostiniano*, Conferências, Itaiçi, 1981.

PANINI, Giovanni. *A vida de santo Agostinho*. Trad. Godofredo Rangel. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1937.

VAN DER MEER, F., *Saint Augustin, pasteur d’âmes*, 2 vols., Ed. Alsatia, Paris-Colmar, 1955.

CARTA 130: A PROBA

(Sobre a oração)

INTRODUÇÃO

1. Ocasão e data da obra

A respeito da destinatária, leia-se o que foi dito sobre a família de Proba, na introdução.

A nobre matrona Proba, comovida pela passagem do capítulo 8 da carta aos Romanos: “Não sabemos o que pedir como convém” (Rm 8,26), apresentou a Agostinho o seguinte pedido: “Escreva-me alguma coisa sobre a maneira de orar a Deus e sobre as coisas que eu devo pedir na oração”. A longa resposta é esta magnífica carta, datada de fins de 411 ou início de 412.

2. Apreciação da carta

Constitui esta carta a Proba obra-prima de direção, cheia de tato e elevação. É certamente a mais citada dentre as epístolas da autoria do bispo de Hipona, se não for a mais bela.

Muitas vezes foi considerada como o tratado de santo Agostinho sobre a oração, em geral. Entretanto, parece que — quão preciosa seja — o seu conteúdo fica propositadamente circunscrito à problemática e à situação da destinatária: uma viúva piedosa e rica. Infelizmente, não encontramos aí nenhum pormenor especial sobre a vida de oração dos simples fiéis daquele tempo.

A carta 130 é constituída de 16 capítulos e 31 itens ou números. Integra os tratados de edificação, e do grupo de cartas dirigidas a mulheres.

3. Síntese do conteúdo

A essa “primeira dama” de Roma, Agostinho mostra que sua qualidade de cristã faz dela uma *desolata*, conforme o sentido paulino: *vere vidua et desolata*. Isso apesar de viver em meio a numerosa companhia, abundância de bens materiais, consideração aos olhos do mundo, ser rica e de alta nobreza. Se bem que em nada pareça *desolata* — desamparada, sua condição de peregrina neste mundo assim a torna. É esse o estado normal do cristão: a nostalgia dos bens eternos (2,4.5).

A sua preocupação com a oração é grande graça de Deus, que também chama os ricos a seu reino (1,2).

Agostinho toca, com profunda delicadeza, o conselho do desapego evangélico. Manda tomar cuidado com a saúde, mas sem se deixar apegar à abundância, porque “a viúva que só busca o prazer, mesmo se vive, já está morta” (1Tm 5,6).

Não podemos contar em total segurança com nada neste mundo, nem mesmo com os amigos. E Agostinho sempre foi muito sensível ao bem da amizade! Ainda aqui, no capítulo 2,4, é dele esta expressão muito citada: “Qualquer que seja a sua situação, o homem não pode considerar a vida amiga, se não tiver outro como amigo” (cf. ainda o cap. 6,13).

No capítulo 4, o santo doutor responde de modo direto à pergunta solicitada: O que pedir na oração? — diz ele de modo incisivo: Pede a vida feliz, isto é, a vida bem-aventurada. O que vem a ser a vida feliz? Consistirá em viver conforme a própria vontade ou capricho? Não, por certo. Após várias inquirições sobre o que poderia vir a ser a vida feliz, ele conclui que para isso não há necessidade de abundância de bens, bastando o suficiente, em vista de ganhar a bem-aventurança. O mais indicado é repetir com o salmista: “Uma só coisa peço a Deus e a procuro: habitar na sua casa todos os dias de minha vida, para gozar a doçura do Senhor e meditar no seu templo” (Sl 27,4). (Carta 130,8,15.)

Rezar é antes de tudo excitar em nós sentimentos de fé, esperança e amor (8,16.17; 9,18; 16,29).

Para tal, não é preciso apresentar a Deus quantidade de palavras, pois Deus sabe do que necessitamos. Rezemos muito com o coração! Ele quer que purifiquemos e tornemos mais profundos os desejos da vida bem-aventurada. Assim seremos capazes de receber o que ele mesmo quer nos dar. De fato, é imensamente grande o dom que Deus deseja nos comunicar. Nós, porém, ainda somos pequeninos e acanhados para recebê-lo. Peçamos que nosso coração seja dilatado (8,17).

Agostinho convida a usar de oração vocal, em horas determinadas, não com o fim de lembrar a Deus as nossas necessidades, mas para melhor nos convencer de nossa pobreza (9,18).

Desconfiemos das longas preces que cansam a atenção. Antes, imitemos os monges do Egito que rezam por meio de invocações curtas e repetidas (10,20). Deixemos, por vezes, os lábios em repouso e a boca fechada, para fazer falar as lágrimas de nossos olhos e os desejos silenciosos de nossos corações (10,19). A verdadeira súplica é grito vindo do coração.

Contudo, não é censurável nem inútil rezar longamente, quando temos essa possibilidade. Isto é, quando o cumprimento das ações necessárias não é lesado. Mas rezar longamente não é rezar com muitas palavras. Uma coisa é discurso longo, outra grande amor. O exemplo das orações de Jesus é apresentado (10,19).

O santo doutor oferece, em seguida, bela explicação dos sete pedidos do pai-nosso, aos quais aplica à vida bem-aventurada (11,21). Assinala, depois, como todas as outras orações, inclusive as dos livros sapienciais, podem se reduzir a esses sete pedidos (12,22).

Também dá exemplos de orações que não são convenientes (12,23).

O jejum, mas sobretudo as esmolas ajudam a oração. Jejuando e socorrendo os pobres, como que procuramos com as mãos o Deus impalpável (13,24).

No capítulo 14,25.26, ele explica a passagem da carta aos Romanos: “Não sabemos o que havemos de pedir” (Rm 8,26). Diz ele que isso se refere ao que nós não gostamos de receber: as provações. E essas tribulações, entretanto, nos são benfazejas. São Paulo fez essa experiência. Podemos pedir com paciência e resignação para sermos libertados das provações. Se formos atendidos, não vamos nos envaidecer por isso. Se, ao contrário, não o formos, não nos desencorajemos. Digamos com Jesus: “Não o que eu quero, mas o que tu queres, Pai” (14,25.26).

Nós, cristãos, rezamos numa espécie de “douta ignorância”. É porque o Espírito Santo intercede por nós, com gemidos inenarráveis. É ele que nos leva a rezar, inspirando-nos o desejo dos grandes bens ainda por nós desconhecidos (15,28).

Agostinho termina essa longa carta lembrando a Proba as suas duas companheiras: as Anas mencionadas na Bíblia. Ambas se dedicaram à oração sem desfalecimento (16,29).

É comovente o apelo final: Ora como pobre, mesmo se és riquíssima! (16,30).

E eis o último e sincero voto: Rezai também por mim! (16,31).

TEXTO

A Proba, piedosa serva de Deus,
Agostinho, bispo,
servidor de Cristo e dos servidores de Cristo,
saudação no Senhor dos senhores.

CAPÍTULO 1

Prólogo: motivos da carta

1. Recordo que pediste e eu te prometi que em tua intenção haveria de escrever algo sobre a oração.

Agora, esse Deus a quem oramos concede-me o tempo e a oportunidade. Venho pagar minha dívida e pôr-me a serviço de teu piedoso desejo, na caridade de Cristo.

Não posso exprimir, por meio de palavras, a alegria que me causou o teu pedido. Nele reconheci quanto te preocupas com tão importante assunto.

O que de melhor pode te proporcionar a viuvez do que te dar a ocasião de oração constante, dia e noite?

Eis o conselho do Apóstolo, assim expreso: “Aquele que é verdadeiramente viúva, que permaneceu sozinha, põe a sua confiança em Deus, e persevera em súplicas e orações dia e noite” (1Tm 5,5).

Poderia causar admiração — sendo tu, neste mundo, nobre, rica, mãe de numerosa família e viúva não desamparada — que essa preocupação de orar tenha chegado a ocupar e a dominar o teu coração. Tal não se explica senão por teres compreendido sabiamente que neste mundo e nesta vida, não há real segurança para pessoa alguma.

Confiar na oração, não nas riquezas

2. Aquele que infundiu em ti esse pensamento realizou, sem dúvida, contigo, o mesmo que com os seus discípulos. Ficaram estes entristecidos — não por si mesmos, mas pelo gênero humano em geral — e desprovidos de esperança pela salvação dos homens, ao ouvirem ser mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus. O Senhor fez-lhes, então, admirável e mui misericordiosa promessa, ao responder que para Deus era fácil o que aos homens é impossível (Mt 19,24-26).

Assim, aquele, para quem é fácil fazer entrar um rico no reino dos céus, te inspirou esta piedosa solicitude sobre a qual te decidiste a consultar-me: como convém orar.

Enquanto estava Jesus nesta terra, garantiu ao rico Zaqueu o reino dos céus (Lc 19,9). Depois de ressuscitado e glorificado na ascensão, fez com que muitos homens ricos desdenhassem este século, enviando-lhes o Espírito Santo. Tornou-os ainda mais ricos, pondo fim à cobiça que tinham de riquezas.

Como te preocuparias com orar a Deus se não tivesses esperança nele? E como esperarias nele, se confiasses na incerteza das riquezas? Se assim fosse, desprezarias o preceito muito salutar do Apóstolo que diz: “Aos ricos deste mundo, exorto-os que não sejam orgulhosos, nem deponham sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que nos provê tudo com abundância para que nos alegremos. Que eles façam o bem, se enriqueçam com boas obras, sejam pródigos, capazes de partilhar. Estarão, assim, acumulando para si mesmos belo tesouro para o futuro, a fim de obterem a verdadeira vida” (1Tm 6,17-19).

CAPÍTULO 2

Considera-te desolada

3. Deves, pois, pelo amor da verdadeira vida, considerar-te desolada neste século, seja qual for a felicidade que te envolva. Em comparação com aquela vida verdadeira, esta — ainda que muito amada — nem merece o nome de vida, por mais alegre e pródiga seja.

Também é verdadeiro o consolo que o Senhor promete pelo profeta, dizendo: “Eu lhe darei consolação verdadeira, paz sobre paz” (Is 57,18.19 — versão da Setenta). Sem esse consolo, em todos os outros consolos terrenos mais se encontra desolação que consolo.

As riquezas, o brilho das honras e as demais vaidades com as quais os mortais se julgam felizes —

por não conhecerem a verdadeira felicidade — nada trazem de seguro. Pois, que consolo podem trazer, quando para essas pessoas é mais importante a ostentação do que o necessário? Quando os bens adquiridos atormentam mais pelo temor de os perder, do que pelo prazer de os possuir?

Com tais bens os homens não se tornam bons. Os que chegam a se tornar bons, na verdade, é pelo bom uso que deles fazem. E isso é o que torna esses bens algo de bom. O verdadeiro consolo não se acha neles mesmos, e sim na verdadeira vida. É necessário, pois, que o homem se torne bem-aventurado, ao mesmo tempo que se torna bom.

Insegurança até nas amizades

4. Parece que os homens bons recebem nesta vida não pequenos consolos. Se a pobreza aperta, se o luto entristece, se a dor corporal atormenta, se o desterro oprime, se qualquer calamidade angustia, existem, contudo, outros homens bons, que não só sabem se alegrar com os que se alegram, mas também chorar com os que choram (Rm 12,15). Há pessoas que sabem falar e solidarizar-se amavelmente. Suavizam muito os pesares, aliviam as sobrecargas, ajudam a superar as adversidades. É o Espírito Santo que as torna boas e age nelas e por elas.

Por outro lado, acontece que, mesmo se as riquezas são abundantes, que nenhuma orfandade suceda, que haja saúde corporal e moradia segura na própria pátria, nela se encontram também homens perversos em quem ninguém deve confiar, e sim temer. Deles é preciso superar a fraude, o dolo, a ira e as discórdias e traições. E acaso isso tudo não converte em amargas e duras todas as riquezas? Haverá algo de alegre e doce nessas coisas?

Qualquer seja sua situação, o homem não pode considerar a vida amiga, se não tiver outro como amigo. Mas quem poderá encontrar tal amigo, em cujas intenções e conduta possa ter total segurança nesta vida? Assim como ninguém é conhecido tão bem por outra pessoa, como se conhece a si mesmo, tampouco ninguém conhece a si mesmo a ponto de estar seguro de sua própria conduta no dia seguinte.

Portanto, ainda que muitos homens sejam confiáveis por suas boas obras, e outros muitos alegrem a seus próximos com sua boa conduta, há também outros que nos entristecem com seu mau procedimento. Por essa ignorância e incerteza da intenção humana, o Apóstolo nos admoesta, com justeza, a que não julguemos “prematuramente, antes que venha o Senhor. Ele porá às claras o que está oculto nas trevas e manifestará os desígnios dos corações. Então cada um receberá de Deus o louvor que lhe for devido” (1Cor 4,5).

Nossa condição humana de solidão

5. Considera-te desolada nas trevas deste mundo, nas quais peregrinamos para o Senhor. Enquanto caminha pela fé e não pela visão (2Cor 5,6-7), a alma cristã deve considerar-se desolada, e não cessar de orar. Apreende das divinas e santas Escrituras a dirigir a elas a vista da fé “como a uma luz que brilha em lugar escuro, até que raie o dia e surja a estrela d’alva em nossos corações” (2Pd 1,19). Essa luz é como fonte inefável de esplendor, reluzindo nas trevas de modo tal que as trevas não chegam a envolvê-la. Para vê-la, temos de limpar os nossos corações pela fé, pois: “Bem-aventurados os puros de coração porque verão a Deus” (Mt 5,8). E ainda: “Sabemos que, por ocasião desta manifestação, seremos semelhantes a ele, porque o veremos tal como ele é” (1Jo 3,2).

Após a morte haverá, então, a verdadeira vida, o verdadeiro consolo depois da desolação. Aquela vida arrancará a nossa alma da morte, e aquele consolo enxugará as lágrimas de nossos olhos. Aí não haverá tentação alguma, conforme diz o salmo: “Livrará meus pés da queda”. Já que não haverá tentação, tampouco haverá súplicas, porque aí não cabe a esperança de bens prometidos, só o gozo dos bens

contemplados. Por isso, o salmista, prossegue, dizendo: “Agradecei o Senhor na região dos vivos”, onde então estaremos, e não no deserto dos mortos onde agora estamos. Diz o Apóstolo: “Pois morrestes e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus: quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então vós também com ele sereis manifestados em glória” (Cl 3,3-4).

Essa é a verdadeira vida que os ricos devem conquistar com suas boas obras, conforme apreenderam. Isso seja para ti verdadeira consolação.

Uma viúva desolada, ainda que tenha muitos filhos e netos e dirija sua casa na piedade, procurando que todos os seus ponham a esperança em Deus, tem que dizer em sua oração: “Minha alma tem sede de ti, minha carne te deseja com ardor, como terra seca, esgotada, sem água” (Sl 63,2).

Viste que esta vida é vida moribunda, por mais consolos humanos que a rodeiem, por muitos companheiros de caminhada que se tenha, por toda abundância de bens que a cumule. Bem sabes quão incertas são todas essas coisas que deleitam. E em comparação com a felicidade prometida, que poderiam ser elas senão incertezas?

O verdadeiro consolo, só na vida eterna

6. Digo-te isto porque solicitaste minhas palavras a respeito da oração. Tu, que és viúva rica e nobre, mãe de família numerosa. Convido-te a que te sintas desolada no meio de todos os que contigo permanecem nesta vida. Eles te atendem porque ainda não alcançaste aquela vida na qual se encontra o verdadeiro e certo consolo.

Naquela vida bem-aventurada cumprir-se-á o que está escrito na profecia: “Sacia-nos com teu amor pela manhã e alegres exultaremos nossos dias todos. Alegra-nos pelos dias em que nos castigaste e os anos em que vimos a desgraça” (Sl 90,14-15).

CAPÍTULO 3

O que deve buscar a verdadeira viúva

7. Antes de chegar essa consolação, por muita felicidade de bens temporais que desfrutes, lembra-te de que és desolada, a fim de persistires dia e noite na oração. O Apóstolo não atribui isso a qualquer viúva, mas “aquela que é verdadeiramente viúva, que permanece sozinha, que põe sua confiança em Deus e persevera em súplicas e orações dia e noite” (1Tm 5,5). Evita, contudo, com grande cautela o que se segue: “Mas a viúva que só busca prazer, mesmo se vive, já está morta” (1Tm 5,6).

O homem, em geral, trata dos interesses que ama e aos quais apetece como algo importante. Com eles se julga feliz. Por isso, a Escritura diz a respeito dos ricos: “Quando vossa riqueza prospera, não ponhais nela o vosso coração” (Sl 62,11). Isso mesmo eu te digo a respeito dos deleites: se são copiosos, não apegues teu coração a eles. Não te estimes em demasia porque os deleites exuberam, porque te inundam, porque fluem como de generosa fonte de felicidade terrena. Concede-lhes menos apreço e mesmo, pouco caso. Nada busques com eles, senão a perfeita saúde corporal. Essa não é condenável, por causa das obrigações impostas pela vida, antes que este corpo mortal se revista de imortalidade (1Cor 15,54). Isso é o mesmo que dizer se revista ele da verdadeira, perfeita e perpétua saúde. Essa que não vai decaindo com as enfermidades terrenas, ainda que tenha de ser reparada com prazeres corruptíveis; mas a saúde que há de se manter na segurança do céu e viver na incorruptibilidade eterna. Pois o Apóstolo disse: “Não procureis satisfazer os desejos da carne” (Rm 13,14). Temos de cuidar da carne, mas só para as necessidades da saúde. O mesmo Paulo diz também: “Pois ninguém jamais quis mal à sua própria carne” (Ef 5,29). A Timóteo, ao que parece, um excessivo mortificador de seu corpo, ele admoesta a que beba:

“Toma um pouco de vinho por causa de teu estômago e de tuas freqüentes fraquezas” (1Tm 5,23).

A viúva que vivendo está morta...

8. Se a viúva vive nos deleites, isto é, se convive com eles, e a eles se apegam com prazer no coração, vivendo está morta. Por isso, muitos santos e santas evitaram os deleites deste mundo, de todos os modos. Distribuíram pelas mãos dos pobres essa mesma riqueza que é como a mãe dos deleites. Passaram-na com maior segurança para os tesouros do céu. Quanto a ti, se não a repartes porque te vês ligada por obrigações de família, bem sabes que contas há de dar dela a Deus. Ninguém sabe o que se passa no homem a não ser o espírito do homem que nele está (2Cor 5,11). “Por conseguinte, não julgueis prematuramente, antes que venha o Senhor. Ele porá às claras o que está oculto nas trevas, e manifestará os desígnios dos corações. Então, cada um receberá de Deus o louvor que lhe for devido” (1Cor 4,5).

Se os deleites afluem, cabe à tua solicitude, como viúva, não apegar neles o coração, para que não se corrompa e morra aí esse coração que deve estar voltado para o alto, para viver. Conta-te no número daqueles sobre os quais está escrito: “Que vosso coração viva para sempre” (Sl 22,27).

CAPÍTULO 4

O que pedir na oração

9. Já ouviste quem deves ser, ao orar. Agora, escuta o que há de pedir na oração. Foi justamente esse o objetivo principal de tua consulta. Ficaste impressionada com o que diz o Apóstolo: “Não sabemos o que pedir como convém” (Rm 8,26). Receias que possa causar-te maior prejuízo o orar como não convém, do que não orar.

Posso to dizer em poucas palavras: pede a vida bem-aventurada! Todos os homens querem possuir vida feliz, pois mesmo os que vivem mal não viveriam desse modo, se não acreditassem que assim são, ou que podem vir a ser felizes.

Que outra coisa te convém pedir se não o que bons e maus procuram adquirir, ainda que somente os bons o consigam?

CAPÍTULO 5

Será feliz quem faz tudo o que quer?

10. Talvez me perguntes aqui o que seja essa vida feliz.⁴⁷ Nessa questão se têm empenhado o esforço e o ócio de muitos filósofos, os quais tanto menos a puderam explicar, quanto menos honraram a Fonte dessa vida e deixaram de lhe render graças.

Primeiramente, considera se temos de concordar com os que dizem ser feliz quem vive conforme a própria vontade. Livre-nos Deus de pensar que tal seja verdade. Pois o que aconteceria se alguém quisesse viver de modo iníquo? Não demonstrará ser tanto mais miserável, quanto maior facilidade tiver o seu capricho para o mal? Com muita razão opuseram-se a essa opinião, mesmo os que filosofaram, sem adorar a Deus. Um deles, Cícero, em *Hortêncio*, varão muito eloquente, disse: “Outros que não são filósofos, mas que estão dispostos a discutir, afirmam que são felizes os que vivem como querem. É isso falsidade, porque querer o que não é correto é misérrimo. Sentir falta de algo muito desejado não é tão triste quanto obter o que não convém”.

O que pensas disso? Essas palavras não te parecem ter sido ditas pela mesma Verdade, por meio de simples homem? Podemos afirmar neste caso o que o Apóstolo disse de certo poeta cretense

(Epimênides, de Cnossos, séc. VI a.C.), ao aprovar uma frase dele: “Esse testemunho é verdadeiro” (Tt 1,13).

Os pedidos legítimos

11. É feliz quem tem tudo quanto quer e não deseja nada de mal. Assim sendo, procura agora o que em geral desejam as pessoas, quando não querem nada de mal.

Um quer casar; outro, livre do matrimônio, prefere passar sua viuvez na continência; outro renuncia a toda união carnal, mesmo no matrimônio.

Vê-se que nisso tudo, alguns desejos são melhores do que outros, mas podemos dizer que nenhum deles tem por objetivo algo impróprio. Desse quilate são: desejar ter filhos — o que é fruto das bodas; ou o desejar que seus filhos gozem de vida e saúde. Porque os viúvos, ainda que esqueçam seu matrimônio anterior e já não desejem ter filhos, aspiram a que se conservem incólumes os que já os tiveram.

De tais preocupações está certamente livre a virgindade perfeita. Contudo, todas as pessoas possuem os seus próximos, seus queridos e queridas, aos quais desejam saúde temporal, de modo conveniente.

Entretanto, obtida essa saúde para si e para aqueles a quem amam, os homens podem já se considerar plenamente felizes? Eis aí exemplos do que poderiam desejar convenientemente. Mas embora possuam tudo o que há de melhor e muito útil e nobre, ainda assim, estão longe da vida feliz.

CAPÍTULO 6

Desejar apenas o suficiente para viver de modo conveniente

12. Agrada-te que, além da saúde temporal, os fiéis desejem para si e para os seus honras e dignidade? Está certo se esses bens não forem desejados por si mesmos, mas para a utilidade dos que vivem sob os seus cuidados. É bom desejá-los. Não o seria, porém, se fosse por vã ostentação, por pompa supérflua ou por vaidade nociva.

Pode-se desejar para si e para os seus o suficiente — o que for necessário para viver. Disso fala o Apóstolo: “A piedade é, de fato, grande fonte de lucro, mas para quem sabe se contentar. Pois nós nada trouxemos para o mundo, nem coisa alguma dele podemos levar. Se, pois, temos alimento e vestuário, contentemo-nos com isso. Ora, os que querem se enriquecer caem em tentação e cilada, e em muitos desejos insensatos e perniciosos que mergulham os homens na ruína e na perdição. Porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro, por cujo desenfreado desejo alguns se afastam da fé, e a si mesmos se afligem com múltiplos tormentos” (1Tm 6,6-10).

Quem deseja o suficiente, e nada mais que isso, nada de impróprio deseja. Se assim não for, deseja o que não convém.

Desejava o certo, e para isso orava quem rogava: “Não me dês nem riqueza e nem pobreza, concede-me o necessário e suficiente, para que não seja saciado e te renegue, dizendo: Quem me vê? Não seja eu necessitado e roube e blasfeme o nome de meu Deus” (Pr 30,8-9 — versão itálica).

De modo claro, vê-se que tal suficiência não é desejada por ela mesma, mas para manter a saúde do corpo e para uma condição decente da pessoa humana: decoro oportuno em vista daqueles com quem se convive honesta e civilmente.

Os bens apetecíveis da saúde e da amizade

13. De todas essas coisas, são pois desejáveis por si mesmas: a conservação da saúde e a amizade. Ao

passo que a abundância de meios necessários à vida não pode ser apetejada por si mesma. Só quando desejada, com medida, em vista dos dois bens acima mencionados.

A conservação da saúde relaciona-se com a própria vida: com a sanidade e integridade da alma e do corpo.

A amizade, por sua vez, não deve ser contida em estreitos limites. Ela há de abraçar a todos, pois que todos têm direito a nosso amor e caridade. Ainda que tendamos com mais facilidade a uns do que a outros, a dileção se estenda até a nossos inimigos. Temos a obrigação de orar por eles. Isso é o mesmo que dizer que não existe ninguém que não tenha direito a nosso amor. Se não for por amor recíproco, ao menos seja em razão da natureza comum que une todos os homens entre si. Na verdade, a amizade que mais nos deleita é a que é retribuída com afeição pura e santa. Se possuímos tais amigos, é preciso rezar para os conservar. Se, porém, não os possuímos, é preciso orar para os conseguir.

CAPÍTULO 7

O melhor pedido: a vida bem-aventurada

14. Será isso tudo? Serão essas coisas o que constitui o sumo da vida feliz? Acaso a realidade nos sugere algo mais que tenha de ser preferido?

Na verdade, a suficiência e mesmo a incolumidade da saúde — a própria ou a dos amigos, enquanto temporal devem ser postergadas em face da vida eterna.

O corpo pode estar sadio, mas não o espírito — se o eterno não for anteposto ao temporal. Isso porque não se consegue utilidade temporal nesta vida, se não se negocia em merecimentos para a vida eterna.

Logo, não há dúvida de que todas as coisas que podem ser desejadas de modo útil e conveniente, o devem ser em função daquela vida, na qual se vive com Deus e de Deus.

Nós nos amamos a nós mesmos, quando amamos a Deus. E seguimos o segundo mandamento — amando de verdade o nosso próximo como a nós mesmos, de modo cabal, quando, na medida de nossas possibilidades, nós os levamos a semelhante amor para com Deus. E que a Deus nós o amamos por ele mesmo, e a nós mesmos e ao próximo por amor a ele.

Pelo que, ainda que assim vivamos, não nos consideremos já certos da vida bem-aventurada, como se nada mais tivéssemos que pedir. Como, pois, já viveríamos na bem-aventurança, quando nos falta ainda possuir o único bem, pelo qual somente podemos viver bem?

CAPÍTULO 8

Despertemos nosso desejo da vida bem-aventurada

15. Por que nos dispersamos entre muitas coisas e, temendo rezar de modo pouco conveniente, indagamos o que pedir, em vez de dizer com o salmo: “Uma só coisa peço ao Senhor e a procuro: é habitar na casa do Senhor todos os dias de minha vida, para contemplar as delícias do Senhor e meditar no seu templo” (Sl 27,4)? Pois aí os dias não vêm e vão, o fim de um não é o início de outro. Todos ao mesmo tempo não têm fim, aí onde nem a própria vida, a que pertencem estes dias, tem fim.

Para alcançarmos essa vida feliz, a verdadeira Vida nos ensinou a orar. Não com multiplicidade de palavras, como se — quanto mais loquazes fôssemos — mais nos atenderia; mas rogamos àquele que conhece — conforme suas mesmas palavras — o que nos é necessário, antes mesmo de lhe pedirmos (Mt 6,7-8).

Pode alguém estranhar por que motivo assim dispôs aquele que já de antemão conhece nossa

necessidade, antes de lhe pedirmos. Está dito: “Para mostrar a necessidade de orar sempre, sem jamais esmorecer” (Lc 18,1), o Senhor trouxe o exemplo de certa viúva. À força de rogos, ela se fez escutar por um juiz iníquo que não se deixava mover nem pela justiça, nem pela misericórdia, mas que entretanto se sentiu interpelado pelo cansaço. Por aí somos admoestados de que o Senhor Deus, justo e misericordioso, mais seguramente nos escutará se orarmos sem interrupção, visto que nem mesmo um juiz iníquo e ímpio pôde resistir à contínua insistência da viúva.

Também ele nos pôs ante a vista quão afável e de bom grado realizará os bons desejos dos que sabem perdoar os pecados alheios, quando essa viúva do evangelho, que aspirava à justiça, chegou ao que apetecia (Lc 18,1-8).

De modo semelhante, o amigo que, vindo de viagem nada encontrou sobre a mesa, e levou seu hospedeiro a ir buscar três pães emprestados na casa de outro amigo, quem sabe nesses três pães não esteja simbolizada a Trindade em uma só substância? O que hospedava o viajante encontrou o vizinho já deitado com todos os filhos. Despertou-o, porém, chamando-o com a maior insistência e incômodo, para que lhe desse o alimento desejado. E teve o amigo de lhe dar, mais para se livrar da insistência do que como ato de benevolência. Esse exemplo nos foi dado para que entendamos que, se quem está dormindo e é despertado contra a sua vontade por um pedinte inoportuno, vê-se obrigado a atendê-lo, com muito maior benignidade nos satisfará aquele que não pode dormir e até é quem nos desperta para que venhamos a lhe pedir favores (Lc 11,5-8).

Pedir com fé, esperança e amor

16. Por isso está dito: “Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e vos será aberto. Pois todo o que pede, recebe; o que busca, acha; e ao que bate, se abrirá. Quem de vós, sendo pai, se o filho lhe pedir um peixe, em vez do peixe lhe dará uma serpente? Ou ainda, se pedir um ovo, lhe dará um escorpião? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o Pai do céu dará o Espírito Santo aos que o pedirem” (Lc 11,9-13).

Três virtudes são aí recomendadas pelo Apóstolo: a primeira é a fé, simbolizada pelo peixe. Isso, quer por motivo da água do batismo, quer porque a fé se mantém íntegra nas flutuações deste século. Ao peixe é oposta a serpente. Foi ela que, com venenosa fraude, persuadiu a que se negasse a fé em Deus.

A segunda virtude é a esperança, simbolizada pelo ovo. Isso porque a vida futura do pinto ainda não é, mas será. Não se vê, contudo é esperada. Assim também a esperança não se vê, mas se espera. A esperança que se vê, já não é esperança (Rm 8,24). Ao ovo é oposto ao escorpião, porque quem espera na vida eterna esquece-se do que ficou atrás, fica parado e tende só ao que vem pela frente. Para ele é pernicioso olhar para trás. Ao contrário, no escorpião, o que se avista é essa parte posterior, venenosa e em forma de agulhão.

A terceira virtude é a caridade simbolizada pelo pão. “A maior delas é a caridade” (1Cor 13,13). Assim também, o pão supera por sua utilidade a todos os demais alimentos. Ao pão se opõe a pedra, porque os corações endurecidos recusam a caridade.

Ainda que esses símbolos possam ter outra interpretação mais conveniente, não há dúvida de que aquele que sabe dar boas dádivas a seus filhos nos impele a pedir, buscar e chamar.

Tanto mais receberemos quanto maior for nossa fé, esperança e amor

17. Deus pode mover nosso ânimo para isso. Ele o faz, embora saiba do que necessitamos antes de pedir-lhe.

Pode alguém estranhar por que assim dispôs aquele que de antemão conhece todas as nossas

necessidades. Temos de entender que o intuito de nosso Senhor e Deus não é ser informado sobre nossa vontade — que não pode ignorar — mas despertar pelas orações nosso desejo. Isso nos tornará capazes de receber o que se prepara para nos dar — o que é imensamente grande. Nós somos, porém, pequenos e estreitos demais para recebê-lo. Por isso, dizem-nos: “Dilatai-vos; não aceiteis levar o jugo com os infiéis” (2Cor 6,13-14). E o que é tão imensamente grande (“os olhos não o viram”, porque não é cor; “nem os ouvidos ouviram”, porque não é som; “nem subiu ao coração do homem” [1Cor 2,9] já que é o coração do homem que deve subir para lá), nós o recebemos com tanto maior capacidade quanto mais fielmente cremos, esperamos com mais firmeza e mais ardentemente desejamos.

CAPÍTULO 9

Rezar também com palavras, na perseverança

18. Por conseguinte, ora com fé, na esperança; e com amor ora pelos desejos incessantes.

Contudo, em certas horas e tempos, também rezemos a Deus com palavras, para nos exortar a nós mesmos, mediante esses símbolos; avaliar nosso progresso nos desejos e para nos estimular com maior veemência a aumentá-los. O resultado será tanto maior quanto mais ardente o sentimento com que se espera. Por esta razão, também aquelas palavras do Apóstolo: “Orai sem cessar” (1Ts 5,17), que querem elas significar a não ser: desejai sem cessar a vida feliz e eterna e nenhuma outra, recebida daquele que é o único a poder dá-la?

Desejemos sempre a vida feliz que vem do Senhor Deus e assim oraremos sempre. Todavia, por causa de cuidados e interesses outros, que de certo modo arrefecem o desejo, concentremos em horas determinadas o espírito para orar; as palavras da oração nos ajudam a manter a atenção no que desejamos, para não acontecer que — tendo começado a se arrefecer — não se esfrie completamente e se extinga de todo, se não for solicitado com freqüência.

Por isso as palavras do Apóstolo: “Apresentai a Deus todas as vossas necessidades” (F1 4,6) não devem ser entendidas no sentido de que Deus os conhece antes de existirem, mas: em nosso favor sejam conhecidos junto de Deus por sua tolerância, não junto dos homens pela jactância.

Poderia também ser interpretado assim: nossos pedidos manifestam-se aos anjos que estão na presença de Deus, para que eles de certo modo os apresentem a Deus e consultem-no a respeito deles. Sabendo os anjos o que deve ser realizado por decisão divina, aconselham a nós e nos sugerem de modo claro ou velado. Lemos que foi um anjo que disse a um homem: “Quando fazíeis oração, era eu quem apresentava vossas súplicas diante da glória do Senhor” (Tb 12,12).

CAPÍTULO 10

Rezemos longamente com o coração

19. Sendo assim, se se tem o tempo de orar longamente — sem que sejam prejudicadas as outras ações boas e necessárias, não é isso mau nem inútil, embora, como disse, também nelas sempre se deva orar pelo desejo. Segundo o parecer de alguns, também não é orar com palavras em demasia, fazê-lo por muito tempo. Uma coisa é a palavra em excesso, outra a constância do afeto. Pois do próprio Senhor se escreveu que passava as noites em oração (Mt 6,7; Lc 6,12), e que orava demoradamente (Lc 22,43). E nisto, o que fazia a não ser dar-nos o exemplo, ele que no tempo é o intercessor oportuno junto ao Pai, o eterno acolhedor?

20. Conta-se que os monges no Egito fazem freqüentes orações, mas brevíssimas e, por assim dizer, lançadas de súbito, para que a intenção — aplicada com toda a vigilância e tão necessária ao orante — não venha a dissipar-se e afrouxar pela excessiva demora. Ensinam ao mesmo tempo com clareza que, se a atenção não consegue permanecer desperta, não se deve deixá-la enfraquecer; mas, em caso contrário, não se há de cortá-la.

Não haja, pois, na oração muitas palavras, mas não falte muita súplica, se a intenção continuar ardente. Porque falar demais ao orar é empregar palavras supérfluas em coisa necessária. Porém, rogar muito — com freqüente e piedoso clamor do coração — é bater à porta daquele a quem imploramos. Nesta questão, trata-se mais de gemidos do que de palavras, mais de chorar do que de falar. Porque ele põe nossas “lágrimas diante de si” e “nosso gemido não passa despercebido”, àquele que tudo criou pela Palavra e não precisa das palavras humanas.

CAPÍTULO 11

A oração dominical: norma de toda prece

21. Temos necessidade de palavras para incitar-nos e ponderarmos o que pedir, e não com a intenção de dá-lo a saber ao Senhor ou a comovê-lo.

Quando, pois, dizemos: “Santificado seja o teu nome” (Mt 6,9; Lc 11,2), exortamo-nos a desejar que seu nome, imutavelmente santo, seja também considerado santo pelos homens, isto é, não desprezado; o que é de proveito para os homens não para Deus.

E ao dizermos: “Venha o teu reino”, que — queiramos ou não, virá sem falta —, acendemos o desejo deste reino; que venha para nós e nele mereçamos reinar.

Ao dizermos: “Faça-se a tua vontade assim na terra como no céu”, pedimos-lhe conceder-nos esta obediência, de sorte que se faça em nós sua vontade do mesmo modo como é feita no céu, por seus anjos.

Dizemos: “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”. Pela palavra “hoje”, se entende este nosso tempo. Com a menção da parte principal, indicando o todo pela palavra “pão”, pedimos o que nos basta, ou o sacramento dos fiéis, necessário agora. Não, porém, para a felicidade deste tempo, mas para alcançarmos a felicidade eterna.

Dizendo: “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos a nossos devedores”, tomamos consciência do que pedimos e do que temos de fazer para merecer obtê-lo.

Ao dizer: “Não nos leves à tentação”, advertimo-nos a pedir que não aconteça que — privados de seu auxílio em alguma tentação — iludidos, consintamos nela, ou cedamos perturbados.

Dizer: “Livra-nos do mal” nos leva a pensar que ainda não estamos naquele bem em que não padeceremos mal algum. E este último pedido da oração dominical é tão amplo que o cristão, em qualquer tribulação em que se veja, por ele pode gemer, nele derramar lágrimas, dele começar, nele demorar-se e nele terminar a oração.

É preciso guardar em nossa memória, por meio dessas palavras, as realidades mesmas.

CAPÍTULO 12

As orações bíblicas reduzem-se ao pai-nosso

22. Pois quaisquer outras palavras que dissermos — as quais o afeto, precedendo-as, as faz nascer para torná-las mais claras, ou, seguindo-as, as medita para fazê-las crescer — não dirão nada que não se

encontre nesta oração dominical, se orarmos como convém.

Quem disser algo que não possa ser contido nesta prece evangélica, sua oração, embora não ilícita, é carnal; contudo, não sei como não ser ilícita, uma vez que somente de modo espiritual devem orar os renascidos do Espírito.

Quem diz, por exemplo: “Sê glorificado em todos os povos, assim como foste glorificado em nós” (Eclo 36,4) e “Sejam reconhecidos fiéis os teus profetas”, não repete simplesmente: “Santificado seja o teu nome”?

Quem diz: “Deus dos exércitos, converte-nos e mostra tua face e seremos salvos”, não diz: “Venha o teu reino”?

Quem diz: “Firma meus passos com tua promessa e não deixes mal nenhum me dominar” (Sl 119,133), não diz: “Seja feita tua vontade assim na terra como no céu”?

Quem diz: “Não me dêes nem riqueza, nem pobreza” (Pr 30,8), não pedirá o mesmo que: “Lembra-te, Senhor, de Davi e de suas fadigas todas” (Sl 132,1) ou: “Senhor, se assim agi, se há iniquidade em minhas mãos, se paguei o bem com o mal” (Sl 7,4), não diz o mesmo que: “Perdoa nossas dívidas assim como perdoamos a nossos devedores”?

Dizer: “Não me dominem o apetite sensual e a luxúria, não me entregues ao desejo impudico” (Eclo 23,6), não é dizer: “Não nos deixes cair em tentação”?

O que diz: “Senhor, livra-me dos meus inimigos, protege-me dos meus agressores” (Sl 59,2), diz algo diferente de: “Livra-nos do Mal”?

E se percorreres todas as palavras das santas preces, em meu parecer, nada encontrarás que não esteja contido na oração dominical.

Por isso, cada qual ao orar é livre de dizer estas ou aquelas palavras, mas não pode sentir-se livre de dizer coisa diferente.

Pedidos inconvenientes

23. Por nós, pelos nossos, pelos estranhos e até pelos inimigos, sem a menor hesitação, deve-se rezar a oração dominical. Um pedido para este, outro para aquele, conforme o parentesco mais próximo ou mais afastado, segundo brote ou inspire o sentimento no coração do orante.

Há, porém, quem na oração diga, por exemplo: “Dá-me tanto quanto deste a este ou aquele”, ou melhor:

“Senhor, multiplica minhas riquezas”, ou ainda: “Faze-me crescer em dignidades, faze-me poderoso e com renome neste mundo” — ou coisa parecida. Suponhamos que diga isso movido pela cobiça que sente desses bens, e não pelo proveito que poderia trazer com eles aos outros, segundo a vontade de Deus. Seguramente, não será encontrado na oração dominical o que possa se ajustar a tais pedidos.

Essa pessoa deveria, assim, envergonhar-se de pedir tais coisas, já que não se envergonha de as desejar. E no caso de se envergonhar, sem contudo conseguir vencer a cupidez, muito melhor será que peça ao Senhor livrá-la dessa concupiscência, dizendo: livra-nos do mal.

CAPÍTULO 13

A fé, a esperança e a caridade levam a Deus

24. Sabes, agora, assim penso, não apenas como rezar, mas o que rezar; não fui eu o mestre, mas aquele que se dignou ensinar-nos a todos nós.

A vida feliz, a ela temos de tender; temos de pedi-la ao Senhor Deus. O que seja ser feliz tem sido

muito e por muitos discutido. Nós, porém, para que irmos atrás de muitos e de muitas coisas? Na Escritura de Deus, com toda a verdade e concisão se diz: “Feliz o povo cujo Deus é o próprio Senhor” (Sl 144,15). Para sermos deste povo, chegar a contemplar a Deus e com ele viver sem fim, “a meta do preceito é a caridade que procede de coração puro, de boa consciência e de fé sem hipocrisia” (1Tm 1,5).

Nesta enumeração, “consciência boa” está no lugar da esperança. Portanto a fé, a esperança e a caridade levam o orante a Deus, isto é, ao que crê, espera, deseja e presta atenção ao que pede ao Senhor, na oração dominical.

Também ajudam muito à oração os jejuns, a mortificação da concupiscência — que não seja em prejuízo da saúde — e principalmente as esmolas. Tudo para que possamos dizer: “No dia da minha tristeza eu busquei a Deus, estendi as minhas mãos de noite para ele e não fui enganado” (Sl 76,3 versão da Vulgata). Como buscar a Deus com as mãos, ele que é impalpável e incorpóreo, a não ser procurando-o com as obras?

CAPÍTULO 14

Não sabemos orar como convém

25. Talvez ainda indagues por que o Apóstolo disse: “Não sabemos orar como convém” (Rm 8,26); pois de modo algum se pode crer que ele, ou ao que dizia isso, ignorassem a oração dominical.

Por outro lado, não podemos pensar que ele ao falar assim o dissera de modo temerário ou falso. Teria, pois, assim falado porque as tribulações e moléstias temporais (que pedimos nos sejam afastadas) muito aproveitam para curar a chaga da soberba. Ou, ainda, para provar-nos e exercitar-nos à paciência. Esta receberá maior e mais nobre prêmio, quanto mais for provada e exercitada. Ou, então, para sermos absolvidos ou castigados por algum pecado.

Entretanto, porque não vemos o proveito das tribulações, desejamos ver-nos livres delas.

O Apóstolo não se exclui desta ignorância. Talvez não tivesse conhecido como convinha orar, quando, pela grandeza das revelações, lhe foi dado um espinho na carne, um anjo de Satanás para esbofeteá-lo. Por esse motivo, rogou por três vezes ao Senhor que o livrasse, pois na verdade não sabia orar o que convinha. Por fim, ouviu a resposta de Deus por que não atendia ao que lhe pedia tão grande homem — por não lhe ser conveniente: “Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder” (2Cor 12,9).

Deus atende a todos os nossos pedidos

26. Portanto, nas tribulações, que tanto podem ser proveitosas quanto prejudiciais, não sabemos o que pedir como convém. No entanto, por serem duras, desagradáveis, contrárias ao modo de sentir de nossa fraqueza, pelo anseio humano universal, rogamos que sejam afastadas de nós. Contudo, temos de ter confiança no Senhor nosso Deus, e se ele não as retira, não pensemos logo que nos abandona, antes, que — por suportar generosamente os males — podemos esperar maiores bens. Assim, “a força se perfaz na fraqueza”.

O Senhor, agastado por alguns que se lamentavam com impaciência, concedeu-lhes o que pediam. Entretanto, mostrou-se indulgente ao negar ao Apóstolo aquele seu pedido (2Cor 12,9).

Com efeito, lemos como os israelitas rogavam e eram atendidos. Uma vez, porém, satisfeita a concupiscência, era duramente castigada a impaciência deles (Nm 11). Quando pediram um rei, conforme o seu coração não conforme o coração de Deus, este lhes concedeu (1Rs 8,5-7).

Até ao demônio concedeu o que pedia para que fosse tentado e provado o seu servo Jó (Jó 1,12; 2,6).

Escutou também aos espíritos imundos que lhe pediam a permissão de entrar na vara de porcos (Lc 8,32).

Estas coisas foram escritas para que não aconteça que alguém se tenha em alta conta, se for atendido quando pedir insistentemente algo que lhe seria mais proveitoso não ter pedido. Ou desanime e desespere da divina misericórdia se não for atendido, quando talvez peça o que lhe será causa de mais fortes aflições ou, corrompido pela prosperidade, venha a perder-se inteiramente. Em todas estas coisas, não sabemos orar como convém.

Por este motivo, se nos acontece o contrário do que pedimos, não há que duvidar ser muito melhor suportar com paciência e dando por tudo ação de graças, porque foi a vontade de Deus que se fez, e não a nossa. Pois o próprio mediador nos deu exemplo ao dizer: “Meu Pai, se é possível, que passe de mim este cálice”, mas logo, mudando em si a vontade humana assumida pela encarnação, acrescentou: “Contudo não seja como eu quero, mas como tu queres” (Mt 26,39). Por isso, com toda a razão, “pela obediência de um só homem, todos se tornaram justos” (Rm 5,19).

Pedir o único bem

27. Quem pede ao Senhor o único bem, procura-o com empenho, pede cheio de segurança e não teme ser-lhe prejudicial recebê-lo. Sem ele, nada do que puder receber como convém adiantar-lhe-á. Pois a única verdadeira vida e a única feliz é eternamente contemplarmos as maravilhas do Senhor — imortais e incorruptas de corpo e de espírito. Em vista desta única vida, tudo se há de pedir sem impropriedade. Quem a possuir terá tudo quanto desejar, nem desejará o que não convém e que aí nem mesmo pode existir.

Aí, com efeito, está a fonte da vida, de que temos sede agora na oração, enquanto vivemos na esperança e ainda não vemos o que esperamos: “à sombra de suas asas, diante de quem está todo nosso desejo”, para embriagarmo-nos da “riqueza” de sua “casa” e bebermos da “torrente de suas delícias; porque junto dele está a fonte da vida, e à sua luz veremos a luz” (Sl 36,8-10); quando se saciar de bens nosso anseio e nada mais haverá a procurar com gemidos, mas só o que no gozo abraçaremos.

Todavia, ela é também a paz que supera todo entendimento; por isso, ao orarmos para obtê-la, não sabemos fazê-lo como convém. Porque não podemos nem mesmo imaginar como é, então não sabemos orar; mas tudo o que nos ocorre ao pensar como será, afastamos, rejeitamos, desaprovamos — não é isso o que procuramos, embora não saibamos ainda como há de ser.

CAPÍTULO 15

A doura ignorância

28. Há em nós, por assim dizer, uma doura ignorância. É ignorância, mas doura, pelo Espírito de Deus que vem em auxílio de nossa fraqueza. Tendo o Apóstolo dito: “Se esperamos o que não vemos é na perseverança que o aguardamos”, acrescenta: “Assim também o Espírito socorre a nossa fraqueza. Pois não sabemos pedir como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis, e aquele que perscruta os corações sabe qual o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos” (Rm 8,25-27).

Não se há de entender isto como se o Santo Espírito de Deus que é Deus na Trindade imutável e com o Pai e o Filho um só Deus, interceda em favor dos santos, como alguém que não seja o mesmo Deus. Na verdade, se diz: “O Senhor vosso Deus vos experimenta, para saber se de fato o amais” (Dt 13,4), quer

dizer: para vos fazer saber. Por conseguinte, faz que os santos intercedam com gemidos inexprimíveis, inspirando-lhes o desejo da maravilha ainda desconhecida que aguardamos pela paciência. Por que e como exprimir o desejo do que se ignora? Na realidade, se se ignorasse totalmente, não se desejaria; por outro lado, se já se visse, não se desejaria nem se procuraria com gemidos.

CAPÍTULO 16

As duas Anas e as viúvas da Bíblia

29. Considerando tudo isso, e qualquer coisa mais que o Senhor te inspirar e que a mim não tenha ocorrido ou que fosse muito longa a ser explicada, esforça-te para vencer este mundo com a oração.

Ora com esperança, ora com fidelidade e amor, ora com perseverança e paciência, ora como viúva de Cristo.

A oração conveniente é obra comum de todos os seus membros, isto é, de todos os que nele crêem e estão unidos a seu corpo.

Nas Escrituras, está recomendado de modo especial às viúvas uma preocupação diligentíssima pela oração. São mencionadas, com a máxima honra, duas Anas, uma casada, que deu à luz o santo Samuel, e outra viúva, que conheceu o Santo dos santos quando criança.

A casada orou com dor na alma e aflição no coração, porque não tinha filhos. Então conseguiu Samuel, e tendo-o recebido, devolveu-o a Deus, como havia prometido ao pedi-lo (1Rs 1). Talvez seja difícil comprovar como seu pedido entre na oração dominical, a não ser no: “Livra-nos do mal”. Isso porque lhe parecia não pequeno mal estar casada e carecer do fruto das núpcias, já que somente a razão de procriar filhos justifique as bodas.

Atende, agora, o que está dito da outra Ana, a viúva: “Não deixava o templo, servindo a Deus dia e noite com jejuns e orações” (Lc 2,37). Com isso, coincidem as palavras do Apóstolo que citei anteriormente: “Aquele que é verdadeiramente viúva, que permaneceu sozinha, põe a sua confiança em Deus, e persevera em súplicas e orações dia e noite” (1Tm 5,5).

O Senhor também mencionou uma viúva ao animar-nos a orar sempre, sem jamais esmorecer, a qual com suas incessantes interpelações obrigou a certo juiz a atender o seu caso, ainda que fosse iníquo, ímpio e não temente a Deus (Lc 18,1-7).

Mais do que ninguém devem as viúvas entregar-se à oração. Isso se depreende ao ver que o Senhor, para nos animar ao esforço da oração, apresenta-nos o exemplo das viúvas como exortação.

Ainda que sejas riquíssima, ora como pobre

30. E o que considerou o Senhor nas viúvas ao tratar desse tipo de exercício — a oração — senão o seu desamparo e desolação? Pelo que toda alma que neste mundo considera-se desamparada e desolada, enquanto peregrina para o Senhor, manifesta certamente, por sua assídua e fervorosa súplica, uma como vivez e Deus torna-se seu defensor.

Ora tu, viúva de Cristo — porque ainda não gozas de sua visão — precisas pedir o auxílio divino. E ainda que sejas riquíssima, ora como pobre. Visto que ainda não possuis as autênticas riquezas do século vindouro, quando já nenhum dano haverá de ser temido. Ainda que tenhas filhos e netos e família numerosa, como já dissemos, ora como desamparada. Todo o temporal é incerto, ainda que, para nosso consolo, permaneça até o fim desta vida presente.

Se buscas e saboreias as coisas do alto, desejas o que é eterno e seguro. Posto que ainda não as possuis, debes considerar-te desolada, mesmo que conserves todos os teus bens, e sejam muitos os que te

servem.

Não somente tu, mas tua piedosíssima nora (Juliana) deveis dar o exemplo, assim como as outras santas viúvas e virgens que se acham sob a vossa proteção. Tanto melhor dirigireis vossa casa, quanto mais insistirdes na oração, sem vos deixar absorver pelos negócios das coisas presentes, a não ser pelos que são exigidos por motivo de piedade.

Orai por mim

31. Não vos esqueçais, enfim, de orar por mim, e não de modo negligente. Não peço isso como se fosse uma honra, mas considero perigo se me subtraídes o auxílio que julgo tão necessário.

A família de Cristo orou por Pedro e orou por Paulo. Alegremo-nos de que vós participais dessa família. Incomparavelmente mais do que Pedro e Paulo, eu preciso do auxílio das orações fraternas.

Porfiai na oração, numa santa e concorde emulação, embora não estejais em luta umas contra as outras, mas sim, todas juntas contra o demônio, inimigo natural e comum dos santos.

A oração recebe poderoso reforço com o jejum, as vigílias e qualquer mortificação corporal (Tb 12,8).

Carregai o peso umas das outras

32. Que cada uma de vós faça o que estiver em suas forças. O que uma não consegue fazer, ela o faça por meio de outra que o consegue — se ela aprecia o que essa outra faz e o que as suas próprias forças não lhe permitem realizar. Portanto, a que tem menos forças não impeça aquela que as possui, nem essa exija demais das que podem menos.

Todas deveis vossa consciência a Deus. Entre vós, não deveis nada umas às outras, a não ser a mútua caridade.

Que te ouça o Senhor, que é poderoso para realizar por nós, em tudo, infinitamente além do que pedimos ou entendemos (Ef 3,20).

⁴⁷ Agostinho trata longamente desta questão em sua obra, já publicada nesta coleção, *Sobre a vida feliz*.

CARTA 131: A PROBA

(SOBRE A MANEIRA DE SE APROVEITAR DAS TRIBULAÇÕES)

INTRODUÇÃO

Na breve notícia sobre a família de Proba, na introdução deste livro, foi dito como a respeitável matrona, em companhia de sua nora Juliana, da neta Demetriades e de toda a família e servos, havia se refugiado na África do Norte, por ocasião do saque de Roma pelos vândalos, em 410.

As três nobres mulheres estabeleceram-se em Cartago. Procuraram logo travar conhecimento com Agostinho, bispo de Hipona. Queriam colocar-se sob sua direção, pois estavam certas de que em meio às aflições e amarguras do exílio, haveriam de encontrar, nas palavras do santo doutor, fonte de consolação e luz. Tiveram boas entrevistas com ele em Cartago, e proveitosa correspondência foi iniciada.

Proba dirige-lhe uma carta, na qual deplora a miserável condição da alma dotada de razão, mas que — acabrunhada pelo peso do corpo mortal — volve os seus pensamentos e afetos mais para as coisas deste mundo, do que os dirige e eleva ao único bem, no qual somente pode encontrar a sua verdadeira felicidade.

Santo Agostinho, na breve resposta que dirige à piedosa matrona — sem se esquecer um instante de que se dirige a uma das primeiras damas do império, da família dos Anicii Probi, lembra-lhe que Jesus Cristo veio ao mundo justamente para elevar ao amor das coisas celestes, com o socorro da graça, a alma do homem inclinada naturalmente para os bens terrenos. Diz-lhe, ainda, que os males da vida presente não somente se tornam suportáveis pela esperança dos bens futuros, mas que se convertem em verdadeiros bens, se suscitarem em nós a paciência, ao invés de nos excitarem à concupiscência.

Esta breve carta do bispo de Hipona serviu para aumentar mais ainda a sede que essas santas mulheres tinham de sua doutrina.

Proba, convencida de que a oração era o seu principal dever, pediu, em seguida, ao santo bispo, que a instrísse sobre o modo de bem orar. Agostinho lhe responde pela notável carta sobre a oração.

A curta epístola 131, dirigida a Proba, data do ano 411, ao passo que a de número 130 — pela coletânea de cartas agostinianas conservadas — é contudo posterior, pois deve ser de fins de 411 ou início de 412.

TEXTO

A Proba, senhora insigne,
justamente ilustre e nobilíssima filha,
saudação no Senhor, Agostinho.

Tens razão ao dizer que a alma, habitando um corpo corruptível, vê-se impregnada por certo contágio terreno. Devido a esse peso, fica, por assim dizer, tolhida e presa. Preocupa-se e cobiça as múltiplas coisas cá de baixo, mais facilmente do que aspira pelo único necessário lá de cima. Sobre isso, diz a sagrada Escritura: “Um corpo corruptível pesa sobre a alma e — tenda de argila — oprime a mente pensativa” (Sb 9,15).

Mas por essa razão veio nosso Salvador. Com uma palavra de libertação dirigiu-se àquela mulher do Evangelho que por dezoito anos estava recurvada (Lc 13,10-13). Talvez fosse ela símbolo, para que a alma cristã não ouça em vão o grito: “Corações ao alto!” e debalde responda: “Já o temos para o Senhor!”

Fazes bem em suportar os males toleráveis deste mundo, pensando na esperança do futuro. Assim, tais tribulações convertem-se em bens, exercitam nossa paciência, sem fazer crescer nossas concupiscências.

Diz o Apóstolo a esse respeito: “Nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam” (Rm 8,28). Considera que é dito: *em tudo* — não somente nas coisas que nos apetece como agradáveis, mas também nas que evitamos como molestas. Quando aceitamos umas sem ficarmos cativos, e suportamos outras sem nos render, em conformidade com os preceitos divinos, damos graças por tudo a Deus a quem diremos: “Bendirei ao Senhor em todo tempo, seu louvor estará sempre nos meus lábios” (Sl 34,2), e ainda: “Para mim é bom ser afligido para aprender teus estatutos” (Sl 119,71).

A verdade é que, se sempre nos sorrisse, aqui na terra, o repouso de prosperidade enganosa — senhora insigne, justamente ilustre e nobilíssima filha — não apeteceria à alma humana aquele porto da autêntica e segura paz.

Retribuo, pois, a saudação obsequiosa devida à tua excelência e dou-te graças por teres demonstrado tão solícita preocupação por minha saúde. A Deus para ti peço os prêmios da vida futura e os consolos da vida presente.

Recomendo-me à caridade e oração de todos vós, em cujo coração habita Cristo pela fé.

(Com outra mão:) O Deus verdadeiro e veraz realmente console teu coração, proteja tua saúde — senhora insigne, justamente ilustre e nobilíssima filha.

**CARTA 150: A PROBA E A JULIANA
(FELICITANDO-AS PELA CONSAGRAÇÃO RELIGIOSA
DE DEMETRÍADES)**

INTRODUÇÃO

Em fins de 413, Proba e Juliana escrevem a Agostinho comunicando-lhe o feliz evento da “*velatio*” de Demetríades, pelas mãos do bispo de Cartago, o santo ancião Aurélio. Sem tardar, o bispo de Hipona envia-lhes uma resposta de felicitações, cheia de júbilo e encorajamento.

Serve-se de originais jogos de palavra. Ao elogiar a virgem que se consagrou a Deus, fala da fecundidade que não faz avolumar o corpo, e sim o espírito; que não faz afluir o leite aos seios, mas a inocência ao coração; que faz dar à luz, não para a terra, por suas entranhas, mas para o céu, pelas orações. Demetríades preferiu tornar feliz a sua ilustre família, desconhecendo o matrimônio. Ela optou por imitar a vida dos anjos, de preferência a multiplicar os seres mortais na terra.

Ao terminar, Agostinho agradece o *apophoretum*. Assim eram chamados pelos romanos os presentes que os convidados para as festas saturnais levavam consigo, depois do festim. Os cristãos conservaram esse costume, quando se celebrava a ceia depois da tomada de véu e profissão.

Na carta 188,1, Agostinho de novo se refere com emoção à consagração de Demetríades. Aí, diz ele a Juliana: “Teríamos ignorado a atitude com que nossa exortação foi recebida pela fiel e nobre virgem, se não nos tivesse feito saber o alegre anúncio e veraz testemunho de vossa carta, após a nossa partida. Ela professou a santidade do estado virginal, e dizeis que tão grande dom de Deus se tinha obtido por nossa intervenção, já que Deus planta e rega por meio de seus servos”.

TEXTO

A Proba e Juliana,
senhoras mui dignas de honra,
com razão ilustres e mui nobres filhas,
saudação no Senhor, Agostinho.

Enchestes meu coração com doçura tanto mais ditosa, quanto mais ampla foi a vossa caridade; com gratidão tanto maior quanto mais pronta foi a chegada desta boa notícia.

A santidade virginal de vossa estirpe é já conhecida em toda parte e, agora, acaba de receber novo brilho pela mensagem fiel e segura de vossa carta. A missiva venceu as asas velozes dos comentários orais. Fizestes-me exultar com o conhecimento de tão excelente bem, antes que me sobreviesse, talvez, alguma dúvida ao ouvir tal notícia.

Quem poderá explicar com palavras, quem exaltará com o devido elogio quão incomparavelmente é mais glorioso e fecundo que Cristo tenha algumas mulheres de vosso sangue, do que o mundo tenha novos cônsules?

Se é nobre e grande assinalar com o próprio nome o ciclo dos tempos (no caso dos cônsules romanos), quanto mais não será atravessar os tempos com a integridade do coração e do corpo!

Alegre-se, pois, a jovem — nobre por sua linhagem e mais nobre por sua santidade —, porque há de conseguir nos céus prêmio sublime, por sua união com Deus. Muito maior do que se propagasse ilustre prole pela união com um varão.

Uma descendente dos Anícios mostrou mais generosidade em glorificar tão ilustre família com a abstinência das núpcias do que se a multiplicasse com numerosa prole. Maior generosidade teve ao imitar na carne a vida dos anjos, do que ao aumentar por sua carne o número dos mortais. Pois, maior e

mais feliz fecundidade é crescer em espírito, do que suportar a gravidez do ventre; o candor no coração do que o leite nos seios; dar à luz para o céu, por suas orações, do que dar à luz para a terra, por suas entranhas.

Senhoras e filhas, digníssimas de honra, fruí nela (em Demetriadés) a felicidade que vos faltou. Que ela persevere até o fim, fiel a um matrimônio que não terá fim.

Que suas muitas servas imitem tal senhora. Que as plebéias sigam essa Patrícia, e se forem de classe elevada, mas frágeis, que imitem aquela cuja humildade tanto a engrandeceu. As virgens que desejam para si a reputação dos Anícios prefiram antes a sua santidade. Por muito que desejassem obter o prestígio dos Anícios, quando o conseguiriam? Pelo contrário, se desejarem a santidade deles, bem logo a poderão conseguir.

Que vos proteja e conserve felizes a destra do Altíssimo, senhoras e filhas digníssimas de honra. Saúdo no amor do Senhor e na obrigação devida a vossos méritos, aos familiares de vossa santidade, de modo especial àquela que se destacou entre todos pela santidade.

Muito grato, recebi o apoforeto (lembrança da cerimônia da tomada de véu: *velatio*).

CARTA - OPÚSCULO A JULIANA (DOS BENS DA VIUEZ)

INTRODUÇÃO

1. O título da obra

Este pequeno tratado ou opúsculo, em forma epistolar, já no latim, oferece algumas variantes no título. Manuscritos antigos trazem: *De bono viduitatis* ou ainda dando os títulos no vernáculo: *Sobre os bens da viuvez*, *Sobre o estado de santa viuvez*, *Sobre a excelência ou perfeição da viuvez*.

2. Autenticidade

Não há dúvida de que seja da autoria de santo Agostinho. Aí refere-se ele a outras obras suas, como se pode ver no cap. 15,19. Além do mais, Possídio, seu amigo e primeiro biógrafo, no catálogo das cartas, relaciona esta, destinada a Juliana, sobre o santo estado de viuvez. Foi Erasmo quem contestou a autenticidade, alegando não vir relacionada na obra de revisão de Agostinho as *Retractationes*. Tal omissão pode ser explicada devido a seu caráter epistolar, e o santo doutor não ter tido o tempo de rever as suas cartas, infelizmente.

3. Data da redação

Com certeza, em fins de 413 ou início de 414, pouco tempo após a consagração a Deus — sob o véu das virgens — de Demetríades, a filha de Juliana. O acontecimento é mencionado no cap. 19,24. Sobre a ordem lógica de suas cartas, leia-se como Agostinho se refere a elas (cap. 23,28).

4. Ocasião da obra

Foi escrita a pedido instantâneo de Juliana, como se depreende do cap. 1,1. A jovem viúva do cônsul Anício Hermogeniano Olíbrio queria tranqüilizar a sua consciência. Talvez estivesse hesitante se haveria de contrair novas núpcias ou se faria voto de continência, consagrando-se a Deus. Para melhor estudar sua vocação, pediu ao bispo de Hipona que discorresse sobre os méritos da viuvez consagrada. Agostinho desincumbe-se admiravelmente da tarefa e faz a exaltação da continência, sob voto. Adapta-se muito bem às necessidades de sua correspondente e das numerosas viúvas e nobres romanas que viviam em companhia de Proba e Juliana. Aquela casa se transformara em espécie de mosteiro, lembrando a famosa reunião do Aventino organizada por são Jerônimo em Roma.

Interessante constatar a denominação de igreja doméstica, que santo Agostinho utiliza, cf. cap. 23,29.

5. As duas grandes partes da carta-opúsculo

Consta de 23 capítulos e 29 números ou itens ao todo. Já no prólogo, Agostinho previne de sua intenção de tratar o tema sob dois pontos de vista: o teórico e o exortativo.

Na primeira parte, é exposta a doutrina de são Paulo. A segunda parte é toda feita de exortações.

Mesmo nesta carta de direção, vemos o bispo de Hipona às voltas com os grandes combates que entretinha contra os erros de seu tempo. Na primeira parte, ataca a malévola concepção maniqueísta sobre o casamento e possíveis segundas núpcias. Na segunda parte, denuncia o erro dos pelagianos que negam a graça de Deus e a sua necessidade para realizarmos o bem.

6. Síntese da idéia central

Santo Agostinho não trata nesta carta-opúsculo da viuvez como fato — o de toda pessoa separada de seu cônjuge pela morte —, mas da viuvez como estado de vida consagrada. Estado em que viúvas se fixam voluntariamente, por voto, em espírito de religião, para melhor se santificarem. A palavra *professio* indica essa emissão de voto. Por aí que a viuvez é santa, conforme a fórmula cara e familiar ao autor: *sancta viduitas*. É santa pelo engajamento religioso, obra de ascetismo e meio de tender à perfeição, equivalente ao estado da virgindade consagrada.

O santo doutor não se apegava a demonstrar a excelência extrínseca do estado de viuvez, mas, apoiando-se na doutrina de São Paulo, exalta, sobretudo, a superioridade sobre o estado de matrimônio.

7. Análise de algumas idéias

a. A santidade das viúvas e das esposas fiéis

Santo Agostinho baseia sua teoria sobre a santificação das viúvas na doutrina do corpo místico de Cristo. Os membros de Cristo são todos os que partilham de sua santidade. E é toda a pessoa — corpo e alma — que participa desse privilégio. São Paulo denomina o corpo como “templo do Espírito Santo”. Esse privilégio não vem da integridade virginal, mas da graça. Dessa maneira, pertence às esposas fiéis, como às viúvas e virgens. Há uma santidade comum em todos os membros do corpo de Cristo (cf. caps. 6,8; 10,13).

b. As viúvas na Igreja

A condição das viúvas foi desde cedo objeto das solitudes da Igreja. Independentemente do ministério especial que lhes foi muitas vezes confiado na origem, numerosas viúvas constituíam grupo de elite ao lado das virgens e comprometiam-se como estas, por meio de voto, a viver a continência. Esse voto era oficialmente reconhecido pela Igreja (cf. cap. 19,23).

c. Mérito das viúvas

É a virtude que constitui o mérito, não o fato de ser viúva. As mais dignas serão as que serviram a Deus por mais tempo, sobretudo com mais piedade, unida à humildade (cf. cap. 14,17).

Na espiritualidade agostiniana, a humildade é a base de todas as virtudes, sobretudo para as consagradas.

d. A preocupação de agradar a Deus

As páginas (cap. 19,23,24) que falam sobre a preocupação de agradar a Deus tiveram sobre a espiritualidade latina influência decisiva. Aplicam-se não somente às viúvas, como também às virgens. Todo cristão pode tirar delas grande proveito, de igual modo.

Por três vezes, Agostinho emprega a palavra *intentio*, no item 23. Insiste, assim, sobre a preocupação consciente e voluntária em direção a Deus. Quanto ao termo *placere*, isto é, agradar, e seus derivados, são 16 as vezes que ele aparece nesse capítulo. É repetido com insistência para gravá-lo no espírito e no coração.

Para mostrar como agradar a Cristo, Agostinho lembra a beleza de Cristo, “o mais belo entre os filhos dos homens”. Mas ele não nos atrai por sua beleza humana, pois na paixão perdeu todo o seu brilho. É por sua beleza espiritual. Assim também, o que ele apreciava em nós é a beleza interior: *decoris interioris pretium*. É por aí que é preciso agradar-lhe (19,23). Onde a exortação final, muito bela: “Todas igualmente, em um só ímpeto, com um mesmo coração, aplicai-vos a agradar por vossos costumes ao único esposo da esposa única (a Igreja), em cujo corpo viveis do mesmo Espírito” (19,24).

e. Alegrias espirituais e formas de ascese

Agostinho preocupa-se menos em descrever as alegrias espirituais do que indicar os meios de adquiri-las. No n. 25, ele insiste sobre a vacuidade do tempo que passa, o caráter efêmero das alegrias mundanas e a vantagem de cortá-la totalmente. Quanto aos meios positivos, ele ensina especialmente: a oração, o canto dos salmos, a leitura e a meditação dos Livros sagrados, os jejuns, as vigílias, as boas obras e, em particular, a esmola. Esta faz afastar a avareza (n. 26). São essas as principais práticas de ascese que o bispo de Hipona costumava recomendar a seus discípulos.

TEXTO

Agostinho, bispo, servo de Cristo
e dos servos de Cristo,
à piedosa serva de Deus, Juliana,
saudação no Senhor dos senhores.

CAPÍTULO 1

Introdução: ocasião e tema da obra

1. Por não querer ficar por mais tempo em dívida quanto a teu pedido, pelo amor que te devo em Cristo, e cumprindo a minha promessa, consegui tomar como pude algum tempo, em meio às minhas várias e urgentes ocupações, para escrever-te alguma coisa sobre o santo estado de viuvez. Encarregaste-me disso, de viva voz, e não pude negá-lo. Frequentes vezes, depois, insististe por carta para que eu cumprisse o prometido.

Se leres neste escrito coisas que não se referem pessoalmente a ti, nem às companheiras que contigo convivem em Cristo — coisas que não seriam apropriadas a reger a vossa conduta —, não deves contudo julgá-las supérfluas. Isso porque as explanações desta carta, se bem que destinadas a ti, entretanto não foram escritas unicamente para ti. Penso que, passando por ti, possam ainda ser úteis a outras. Não ponhamos de lado essa consideração.

Portanto, se for encontrado aqui o que quer que seja que te não seja útil — ou que nunca o foi ou que não mais o seja, mas em que podes perceber a utilidade para outras — não deixes de o ler. Nem esqueças de o dar a ler a outras. Tua caridade seja, assim, de utilidade a muitas.

As duas partes deste opúsculo — São Paulo é o mestre

2. Como em todo tratado sobre a vida e os costumes, a exortação não é menos necessária do que a exposição da doutrina. Esta nos ensina o que é preciso fazer, e a exortação nos excita a praticar, sem hesitação, o que apreendemos como sendo nosso dever.

E o que eu te ensinarei a mais do que lemos no Apóstolo? Isso porque a sagrada Escritura fixa as normas de nossa doutrina de tal modo que não ousamos ser mais sábios do que o conveniente. E como diz o Apóstolo: “Em virtude da graça que me foi concedida, eu peço a cada um de vós que não tenha de si mesmo conceito mais elevado do que convém, mas justa estima, ditada pela sabedoria, de acordo com a medida de fé que Deus dispensou a cada um” (Rm 12,3).

Não terei, pois, a presunção de expor a ti no meu ensino senão as palavras desse Doutor e discorrer sobre elas, conforme a inspiração que Deus me conceder.

EXPOSIÇÃO DA DOCTRINA DE PAULO

1ª SEÇÃO: A VIUEZ COMPARADA AO CASAMENTO

CAPÍTULO 2

Por não casada (“innupta”), o apóstolo entende não só as virgens, mas também as viúvas

3. O apóstolo, doutor dos pagãos e vaso de eleição, exprime-se deste modo: “Digo às que não (são) casadas e às viúvas, que é bom para elas ficarem assim, tal como eu mesmo” (1Cor 7,8).

Compreendamos bem essas palavras, e não vamos pensar que o termo “não casadas” não deva ser aplicado às viúvas, sob o pretexto de que elas já tenham sido casadas. Tal expressão “não casadas” designa todas as mulheres que, no momento, não estejam ligadas pelo casamento — que já o tenham sido ou não.

Isso está manifesto em outra passagem da mesma epístola, onde o apóstolo diz: “A mulher não casada, assim como a virgem ...” E quando ele acrescenta: “assim como a virgem”, o que quer significar, a não ser: “a viúva”?

É porque, a seguir ele engloba os dois estados, sob a única denominação de “innupta” (não casada), dizendo: “A mulher que não é casada cuida das coisas do Senhor, a fim de agradar a Deus. Mas a mulher casada preocupa-se com as coisas do mundo, como há de agradar a seu marido” (1Cor 7,34).

Por “não casada” ele não quer dar a entender somente aquela que nunca se casou, mas também a que ficou livre do vínculo das núpcias, por sua viuvez.

Pela mesma razão, ele não entende por “casada” a não ser aquela que tem seu marido vivo, e não aquela que já teve um marido, mas não o possui mais. Por conseguinte, toda viúva é não casada. Mas porque toda não casada não é viúva, visto que existem também as virgens, eis por que neste texto, Paulo emprega os dois termos: “Digo às mulheres não casadas e às virgens”, como se dissesse: O que eu digo às mulheres não casadas não se dirige unicamente às virgens, mas também às que são viúvas. “É bom para elas que permaneçam no estado em que estão, tal como eu mesmo” (1Cor 7,8).

CAPÍTULO 3

O bem da viuvez é superior ao do matrimônio — que é um bem

4. (Ó Juliana), eis o bem que é o teu, está comparado ao que o apóstolo declara ser o seu próprio, isso se houver fé. Ou antes porque há fé. Esta doutrina é breve. Mas, longe de ser menosprezada por sua brevidade, vamos, ao contrário, retê-la com um amor tanto mais espontâneo, quanto mais em sua brevidade nada tem de banal.

O apóstolo não recomendaria qualquer bem para o colocar sem hesitação, acima da fé das casadas.

Ora, da fé das esposas, isto é, das esposas cristãs e piedosas, podemos adivinhar a excelência, pela linguagem com que ele se entretém com as casadas, ao recomendar-lhes que evitem a fornicção: “Não sabeis que vossos corpos são membros de Cristo?” (1Cor 6,19).

A excelência de uma união fiel é, pois, tão grande que os cônjuges tornam-se os membros de Cristo.

Mas visto que essa excelência é ultrapassada pela continência de uma viuvez casta, não se segue que, por seu estado, a viuvez católica seja algo superior a um membro de Cristo. Mas sim que tenha um lugar

superior ao da casada, entre os membros de Cristo.

Com efeito, é o mesmo apóstolo que diz: “Pois assim como num só corpo temos muitos membros e os membros não têm todos a mesma função, de modo análogo, nós somos muitos e formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros. Tendo, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada” (Rm 12,4-6).

5. Após ter recomendado aos esposos de não se furtarem ao dever conjugal, por receio de que o cônjuge frustrado de seu direito fique tentado de intemperança, pelo demônio, e não caia na fornicção, o apóstolo diz, com o mesmo espírito: “Digo isso como concessão e não como ordem. Quisera que todos fossem como eu mesmo sou. Mas cada um recebe de Deus o seu Dom particular: um deste modo, outro de modo diferente” (1Cor 7,6-7).

CAPÍTULO 4

A profissão de viuvez não condena as segundas núpcias

Vós vedes por aí que a castidade conjugal e a fidelidade ao liame do casamento cristão constituem também um Dom — e dom de Deus. Assim, se a concupiscência da carne venha a exceder no uso do matrimônio, a medida requerida para a procriação dos filhos, isso não há de ser julgado como sendo mal no estado conjugal, mas como um abuso que o bem do casamento permite tolerar.

Não é, pois, a união estabelecida em vista da procriação, nem à fidelidade matrimonial do cristão, nem ao sacramento do casamento — indissolúvel enquanto viveram os dois esposos —, em que pensa o apóstolo quando diz: “Digo isso como concessão, e não como ordem” (1Cor 7,6).

Não! Tudo isso é bom. O que ele visa é o uso moderado dos sentidos, que venha a se apresentar entre os esposos, e assim, o bem próprio da união conjugal venha a cair na debilidade.

Assim também, quando ele diz: “A mulher está ligada ao marido por tanto tempo quanto ele viver. Se o marido morrer, estará livre para desposar quem ela quiser, mas no Senhor. Todavia, será mais feliz, a meu ver, se ficar como está” (1Cor 7,39).

Paulo mostra bem claramente que aquela que, após a morte de seu marido, casa-se de novo e fica fiel, é feliz no Senhor. Mas mais feliz ainda no Senhor é aquela que permanece viúva.

Empresta ele aqui, os exemplos da Escritura: Rute é feliz, mas Ana é mais feliz ainda.

A viuvez é melhor e mais honrosa do que as segundas núpcias

6. Por conseguinte, a primeira coisa que deves saber, ó Juliana, é que em face desse bem que elegeste, o estado de viuvez consagrada — que é o teu —, não são condenáveis as segundas núpcias, mas que a elas se concede uma honra menor.

Assim como, diante do bem da santa virgindade, que tua filha escolheu, não se condena o casamento, igualmente, tua viuvez consagrada não condena as segundas núpcias de ninguém.

Aí está a questão que levou a clamarem os hereges Catafrígios e os Novacianos; e que Tertuliano ainda veio a reforçar, enchendo o mundo de ruído e não de sabedoria, ao condenar as segundas núpcias, com dentes venenosos. Enquanto o apóstolo, com muita sobriedade, afirma que as segundas núpcias são de todo lícitas.

Não te deixes apartar desta sã doutrina, por discussões vindas de pessoa alguma, seja de um sábio ou de um ignorante.

Não exaltes tua vantagem a ponto de incriminar como um mal, no próximo, aquilo que não é um mal. Mas alegra-te de teu próprio bem, tanto mais que ele te permite, não somente evitar certos males, mas

ainda superar alguns bens. Os males são apenas o adultério e a fornicação.

CAPÍTULO 5

A viuvez é chamada de honesta por sê-lo mais do que o matrimônio, mas não por este ser torpe

Daqueles males: o adultério e a fornicação, fica muito longe aquela que se compromete com um voto livre e o faz não por força de lei, mas por conselho de grande caridade.

É um bem a pureza conjugal, mas um bem maior é a continência na viuvez. O mérito da viuvez é realçado pela inferioridade do casamento. Mas a viuvez, por ser melhor, é louvada. Contudo, o bem do casamento não fica por isso condenado.

Louvar a viuvez não é condenar o casamento

7. Após haver posto em relevo a vantagem que as pessoas não casadas encontram no celibato, por poderem pensar nas coisas de Deus, e procurarem agradar a Deus, o apóstolo acrescenta: “Digo-vos isto, em vosso próprio interesse, não para vos armar cilada”, isto é, para obrigar-vos, “mas para que façais o que é mais honesto” (1Cor 7,35).

Entretanto, pelo fato de declarar ser mais honesto, o bem das pessoas que não são casadas, nós não devemos julgar desonesto o liame conjugal. Caso contrário, nós deveríamos condenar, também, as primeiras núpcias. Ora, isso não o disseram nem os Catafrígios e os Nova-cianos, nem tampouco o eloqüente partidário deles, Tertuliano. Nenhum deles teve a audácia de declarar as núpcias torpes.

Mas assim como nesta passagem: “Eu digo às que não são casadas e às viúvas, que é bom para elas ficarem assim, tal como eu”, o apóstolo emprega o termo “bom” no sentido de “melhor”. Uma vez que o objeto do qual se diz que é melhor, após ter sido comparado a um outro dito bom, este, incontestavelmente, também é bom. Desse modo, “melhor”, o que vem a ser, senão: bom de uma bondade superior?

Não pensemos, pois, que o Apóstolo considera que as viúvas fazem mal ao se casar novamente, mas sim que “seria para elas, um bem, o fato de permanecerem sem casar, assim como ele”.

Do mesmo modo, quando ele diz: “ficar com o que é honesto”, ele não apresenta o casamento como desonesto, mas qualificou-o de honesto, de modo geral; mais, que permanecer sem se casar, é de uma honorabilidade superior.

Com efeito, o que significa: “mais honrável”, a não ser um grau superior de honorabilidade?

Dizer, pois, “mais honesto” é dizer: mais honrável.

O apóstolo declarou abertamente que o celibato é melhor do que o bem do casamento, nesta passagem: “Procede bem aquele que casa a sua filha (virgem); e aquele que não a casa, procede melhor ainda” (1Cor 7,38).

E ele quis apresentar uma felicidade superior à outra, ao dizer: “Ela será mais feliz, se ficar como está” (1Cor 7,40). Quando ele chama: “honesto”, e “mais honesto do que o honesto”; “melhor”, comparado ao “bom”; e “mais feliz”, ao que é “feliz”, ele utiliza comparações.

Não se diga, pois, que seja desonesto, o que o apóstolo são Pedro diz: “Maridos, tratai vossas esposas com honra, como a seres mais frágeis, e que vos são submissas, porque elas são co-herdeiras da graça” (1Pd 3,7).

Em seguida, dirigindo-se às mulheres, ele recomenda a obediência ao marido, apresentando o exemplo de Sara.

Com efeito, era assim que as santas mulheres de outrora, que punham a sua esperança em Deus, eram

submissas a seus maridos. “De Sara vos tornareis filhas, se praticardes o bem, e não vos deixardes dominar por nenhuma perturbação “ (1Pd 3,56).

CAPÍTULO 6

A santidade da mulher casada e a da viúva

8. Aquilo que diz o apóstolo Paulo, da pessoa não casada: “Que ela seja santa de corpo e de alma” (1Cor 7,34), não poderia ser interpretado como se a esposa casta e fiel, submissa a seu marido, conforme a ordem da Escritura, não fosse santa, senão em sua alma, e não em seu corpo.

Não pode ser santa uma alma, senão santificado também o corpo, do qual se serve essa alma santa. Mas que não pareça que eu esteja a argumentar, em vez de demonstrá-lo por meio das palavras divinas.

O apóstolo Paulo, ao citar Sara, diz apenas: “as santas mulheres”, sem mencionar o corpo. Mas consideremos as palavras de Paulo, quando proíbe a fornicção: “Não sa-beis que os vossos corpos são membros de Cristo, para fazê-lo membros de uma prostituta? Deus nos livre!” (1Cor 6,15).

Quem ousará dizer que os membros de Cristo não sejam santos, e separar assim dos membros de Cristo, o corpo dos fiéis casados?

Um pouco a seguir, o apóstolo continua: “Ou não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo, que está em vós, e que o recebeste de Deus? E portanto, não pertenceis a vós mesmos? Alguém pagou por vós alto preço” (1Cor 6,19-20).

Os corpos dos fiéis, conforme diz Paulo, são membros de Cristo e templos do Espírito Santo. E ele designa aqui, sem dúvida, os fiéis de ambos os sexos.

Logo, aí se encontram as pessoas casadas e as solteiras, não obstante distinguem-se por seus méritos. Alguns membros são preferidos a outros, ainda que nenhum esteja separado do corpo.

Assim, o que Paulo diz sobre a pessoa não casada: “Que ela seja santa de corpo e de alma”, significa que ele quer indicar por aí, uma riqueza maior de santidade de corpo e alma, na pessoa não casada, sem recusar entretanto, a santidade de corpo às casadas.

Conclusão: louvar a viuvez é exaltar também o casamento

9. Aprende, pois, ó Juliana, a apreciar o teu próprio bem. Ou antes, retém o que acabas de aprender: pelo fato de que existe um outro estado bom, acima do qual o teu deve estar colocado, este teu estado é honrado mais do que se ele não pudesse ser bom, sem que o outro fosse mau ou que não existisse.

Acontece que, no corpo, os olhos são de grande preço. Seriam eles menos estimados, se fossem os únicos bens, e que não existissem outros órgãos de menor valor?

No céu, o sol ultrapassa a lua por sua luz. Ele não a desaprecia. Uma estrela difere de outra estrela em brilho (cf. 1Cor 15,41). Ela não se afasta das outras com soberba. É porque está escrito: “Deus fez todas as coisas e todas elas eram muito boas” (Gn 1,31). Se está dito: “muito boas”, e não somente “boas”, é sem outra razão a não ser porque eram todas boas. Com efeito, de cada uma em particular, está dito: “Deus viu que ela era boa” (Gn 5,16). Mas na passagem onde o conjunto das obras está evocado, está acrescentado: “muito boa”. “Deus viu todas as coisas que havia feito, e eis que eram muito boas”.

Visto que se uma criatura tomada à parte é melhor que tal outra, todas, em seu conjunto, são melhores do que qualquer outra em particular.

Assim, se a sã doutrina de Cristo te dá a saúde em seu Corpo, por sua graça, que essa vantagem que tens acima dos outros, em teu corpo e espírito — não o exaltes com insolência —, esse bem espiritual e

corporal que possuía é superior ao das mulheres casadas.

2ª SEÇÃO: A VIUEZ E AS SEGUNDAS NÚPCIAS

Comparação entre as duas viúvas do Antigo Testamento: Ana e Rute

10. Eu já disse: Rute foi feliz, mas Ana foi mais feliz, porque, se a primeira foi casada duas vezes, a segunda, após haver perdido prematuramente o seu marido, viveu longamente na viuvez.

Não concluas logo, porém, que tu és melhor do que Rute.

CAPÍTULO 7

No tempo da lei, as santas mulheres casavam-se por obediência, e não por concupiscência

Nos tempos proféticos, a missão das santas mulheres era bem diferente. A obediência, e não a concupiscência, obrigava-as ao casamento, a fim de ser propagado o povo de Deus, do qual deviam ser enviados os profetas de Cristo.

Esse mesmo povo, por todos os acontecimentos que aconteciam em figura — que as pessoas tivessem consciência disso ou não, se o soubessem interpretar, profetizavam a Cristo. Pois era aquele o povo do qual a carne de Cristo deveria nascer (cf. 1Cor 10,11).

Para favorecer a propagação do povo, a lei prescrevia como maldita a pessoa que se recusasse suscitar uma descendência em Israel (cf. Dt 25,5-10).

Por isso, as santas mulheres desejavam casar-se, não por desejo carnal, mas pela piedosa esperança de ter filhos. O que leva a crer, com certeza, que elas não teriam procurado relacionamentos conjugais, se um outro meio pudesse proporcionar-lhe uma posteridade.

Por outro lado, aos homens era concedido poder ter muitas mulheres. Que a preocupação de descendência, e não a concupiscência da carne, fosse o motivo dessa disposição, isso advém do fato que era permitido aos patriarcas terem diversas esposas ao mesmo tempo — mas, ao contrário, era proibido às santas mulheres procurarem diversos maridos vivos. Pois elas seriam tanto mais desonestas, quanto mais esse processo não as tornava mais fecundas.

Isso explica que santa Rute, ao lhe faltar a descendência tão ambicionada em Israel, procurasse outro marido de quem poderia ter filho, ao lhe morrer o primeiro esposo. Casou-se, pois, duas vezes.

Por outro lado, santa Ana, que ficara viúva após ter tido um só esposo, foi mais feliz do que Rute, esta casada duas vezes. Porque merecera ser profetisa de Cristo.

Mesmo se Ana não tivesse tido filhos — o silêncio da Escritura deixa esse ponto incerto —, é preciso crer que o mesmo espírito com que pôde reconhecer o recém-nascido, a fez prever que Cristo nasceria logo, e de uma virgem.

Assim, ela pôde recusar com razão as segundas núpcias, mesmo não tendo filhos — suposto que não os tivera, porque ela sabia que o tempo de Cristo havia chegado. E ele seria servido melhor pela profissão de continência, do que pelo dever da geração; mais honrado pelos costumes castos na viuvez, do que nas fecundas gestações das esposas.

Mas se Rute tivesse consciência de propagar por sua carne, essa raça na qual Cristo devia tomar sua carne, e se isso fosse para ajudar a realizar o que ela sabia, então, que ela se casasse.

Assim, não ousou declarar a viuvez de Ana ser mais feliz do que a fecundidade de Rute.

CAPÍTULO 8

Situação do matrimônio cristão

11. Quanto a ti, ó Juliana, tens filhos, e viver neste fim de mundo, onde é tempo, não de abraços, mas de se abster deles (cf. Ecl 3,5), porque o apóstolo exclama: “Eis o que eu vos digo, irmãos: O tempo se faz curto. Resta, pois, que aqueles que têm esposas, sejam como se não as tivessem” (1Cor 7,29).

Se tu, não obstante, procurasses as segundas núpcias, não seria para obedecer a uma profecia ou a uma lei, nem pelo desejo carnal de uma posteridade, mas puramente como índice de uma natureza ainda não contida.

Terias aplicado o conselho do apóstolo, quando, após haver dito: “É bom ficarem como eu”, logo acrescenta: “Mas, se não podem guardar a continência, casem-se, pois é melhor casar-se do que arder em concupiscência” (1Cor 7,9).

Ele disse isso por receio de que a malícia de uma volúpia desenfreada não se precipite em desordem, se não fosse contida por um casamento honesto.

Mas tudo tem sido graça do Senhor, em ti, visto que se não quiseste ser virgem, a virgindade de tua filha veio compensar a perda da tua.

Ao ser interrogada com cuidado, a doutrina cristã responde que, em nossa época, as primeiras núpcias, inclusive, são dignas de ser menosprezadas, a não ser que oponha o perigo da incontidência.

Pois, aquele que disse: “Se elas não podem observar a castidade, que se casem” (1Cor 7,8-9), poderia ter dito: “Se elas não têm filhos, que se casem, uma vez que, após a ressurreição e a pregação de Cristo, já abundam em todas as nações uma tal quantidade de crianças a serem geradas espiritualmente!” Isso, no caso do dever de gerar conforme a carne, fosse ainda obrigatório, tal como fora nos primeiros tempos.

Se o apóstolo diz em outro lugar: “Desejo que as jovens viúvas se casem, criem filhos, dirijam sua casa” (1Tm 5,14), é porque ele deseja recomendar, com sua prudência e autoridade apostólicas, o bem do casamento. Contudo, ele não impõe o dever da procriação, como uma lei a ser observada, àquelas que não perceberam a vantagem da continência.

Com efeito, ele declara isso, acrescentando: “Que elas não dêem ao adversário nenhuma ocasião de maledicência. Porque já existem algumas que se desviaram, seguindo a Satanás” (1Tm 5,14-15).

Ele quer nos fazer entender com isso, a continência para aquelas a quem desaconselha o casamento, que, se fosse possível, seria preferível.

Finalmente, vale mais se casar do que voltar a seguir Satanás, isto é, olhar para trás, após ter se voltado à excelência do estado de castidade, na virgindade ou viuvez.

De tais pessoas, o apóstolo diz em outro lugar: “Quando os seus desejos se afastam de Cristo, querem se casar, tornando-se censuráveis por terem rompido o seu primeiro compromisso” (1Tm 5,11-12). Como assim? Desistindo de seu propósito de continência, em favor do casamento.

Desse modo, as que não se contêm, casam-se, de preferência a professar a continência e não a cumprirem. É melhor que não façam o voto a Deus, nesse caso. Pois, se não observarem seus votos, serão condenadas, com razão. Faltaram à fé primeira, visto que prometeram aquilo que depois vêm a negar, faltando à perseverança.

Ora, o bem do casamento é sempre um bem. Outrora, para o povo de Deus, era obediência a uma lei. Agora, é um remédio para a fraqueza, em alguns casos, um alívio para a condição humana. Pois o desejo de gerar filhos, não ao estilo dos cães, pela promiscuidade, mas dentro da ordem conjugal, não é um sentimento censurável para a pessoa humana.

Entretanto, a alma cristã, preocupada com as coisas do céu, encontra mais mérito em dominar-se e vencer-se.

É censurável à viúva recusar-se, após um voto de continência

12. Disse o Senhor: “Nem todos são capazes de compreender essa palavra” (Mt 19,11). Compreenda, pois, quem puder compreender: aquela que não consegue conter-se, que se case; aquela que ainda não se decidiu, que reflita; aquela que já se determinou que persevere; que não se dê nenhuma ocasião ao inimigo; que não se subtraia a Cristo nenhuma oblação.

Uma vez que, pelo vínculo matrimonial, se observe a castidade conjugal, nenhuma condenação é para ser temida. Mas a continência do estado de viuvez e da virgindade requer um dom superior e mais excelente. Após haver desejado, escolhido e oferecido a castidade sob forma de voto, é proibido, não apenas se contrair casamento, mas ainda — mesmo se as núpcias não foram contraídas, as desejar.

Para o provar, o apóstolo não diz: “Após haver vivido nas delícias em Cristo”, elas se casam, mas: “Elas querem se casar, incorrendo em condenação, porque romperam seu primeiro compromisso, e que, mesmo sem casamento, elas o desejaram” (1Tm 5,11).

Não que o casamento — mesmo o dessas pessoas — seja considerado digno de condenação, mas é condenável a quebra do compromisso. Condena-se a violação da fé do voto. Não se condena o fato de se deixar cativar por um bem inferior, mas pelo fato de se desprender de um bem superior.

Finalmente, essas pessoas são condenáveis, não por terem contraído o compromisso conjugal, mas por terem negado o seu primeiro compromisso de continência.

E, para insinuar isso, em poucas palavras, é que o apóstolo teve o cuidado de declarar: “Digno de reprovação aquelas que, devotadas primeiramente a uma santidade mais alta, casaram-se em seguida.

Não que não sejam culpadas, mas por parecer que se condena nelas o casamento em si. Ao contrário, após haver dito: “Elas querem se casar de novo”, Paulo apóstolo logo acrescenta: “tornando-se culpáveis”, e declara o motivo: “porque renegaram o seu primeiro compromisso”.

Vemos, assim, que é condenada a vontade, a falta de fidelidade ao compromisso — quer se sigam as núpcias, ou mesmo se essas não se realizarem realmente.

CAPÍTULO 10

A censura não recai sobre o casamento — que é um bem

13. Portanto, aqueles que dizem que novas núpcias, após a viuvez, sejam um adultério, mais do que um casamento, não me parece terem eles pesado, com bastante atenção e penetração, o que afirmam. Engana-os uma aparência de verdade.

As mulheres que se recusam ao casamento, por desejo de uma maior santidade cristã, dizem preferir a união com Cristo.

Alguns raciocinam assim: Uma mulher que se casa com um outro, estando ainda vivo seu marido, é denominada adúltera — tal como o Senhor a definiu no Evangelho (cf. Mt 19,9).

Ora, o Cristo está vivo, ele, de quem “a morte não tem domínio” (Rm 6,9). Então, aquela que contrata uma união com ele, comete um adultério, caso se casar com um homem qualquer.

Aqueles que falam assim parecem bem sutis, mas, na verdade, não refletiram bastante sobre as conseqüências absurdas de seu raciocínio.

Com efeito, é uma prática louvável para uma mulher, fazer voto de castidade a Cristo, mesmo enquanto seu marido estiver vivo, mas isso só no caso de ter o consentimento dele.

Ora, pela razão dada acima, nenhuma mulher deve fazer tal voto — infame suposição —, pois ela tornaria Cristo adúltero, ao fazer contrato dessa união com ele, enquanto seu marido vive.

Além do mais, como as primeiras núpcias são mais meritórias do que as segundas, Deus não permita que as viúvas pensem assim. Isto é, que considerem Cristo como um se-gundo esposo. Pois, já antes, quando elas eram ainda as servas submissas a seus maridos, elas, então, já possuíam a Cristo como esposo, mas como consorte espiritual — não carnal.

Pois Cristo é o esposo da Igreja, da qual elas são membros. Essa Igreja, que pela integridade de sua fé, de sua esperança e de sua caridade, é totalmente virgem, não só na pessoa única das virgens, mas também na das viúvas e das esposas fiéis.

É sobre a Igreja universal, com efeito, da qual todas são os membros, que o apóstolo diz: “Desposei-vos a um esposo único, a Cristo, a quem devo apresentar-vos como virgens puras” (2Cor 11,2).

O Senhor possui o segredo de tornar fecunda, sem corrupção, a sua esposa virgem. Ele, cuja mãe pôde conceber sem corrupção, nem mesmo da carne.

Da opinião imprudente que opina as mulheres infiéis a seu voto não poderem contratar um casamento de verdade, se vierem a se casar, decorre um grande mal. Com efeito, pois, por aí pensam que as mulheres que se separam de seus esposos tornam-se adúlteras, e não esposas legítimas.

E assim, enquanto pretendem voltá-las à continência, após essa separação, tornam seus maridos realmente adúlteros, porque eles procuram se casar de novo, enquanto suas esposas vivem.

CAPÍTULO 11

A infidelidade ao voto é pior do que o adultério

14. Eu não posso, pois, conceder que a mulher que desiste de um estado mais perfeito para vir a se casar, tenha realizado um adultério, e não um casamento. Mas não hesitarei em afirmar que a queda e a ruína de uma castidade superior, prometida ao Senhor, seja uma falta pior do que o adultério.

Com efeito, não há dúvida que seja uma ofensa a Cristo, que um de seus membros não guarde a fidelidade de vida a seu marido. Mas quanto mais grave, então, não será a ofensa, quando a fidelidade para com o próprio Cristo não é guardada. E isso em algo de que ele mesmo nada exigia, antes de ser prometido. Mas, uma vez que a promessa foi feita, o Senhor exige o seu cumprimento.

Quando não se observa o que foi prometido, para se seguir um convite ou um conselho, e não um preceito, a malícia da infidelidade ao juramento feito se agrava tanto mais, quanto menos se estava obrigado àquela promessa.

Discuto esse ponto para vos dissuadir de crer que as segundas núpcias sejam um mal, ou que seja um mal quaisquer núpcias, só pelo fato de serem núpcias.

Portanto, não vos permitais de as condenar, mas contentai-vos de as deixar de lado.

O bem da continência na viuvez brilha mais quando, ao professá-lo, é permitido desprenderem-se as mulheres do que lhes seria lícito e livre.

Mas uma vez esse voto emitido, elas hão de observar a perseverança em dominar sua liberdade, porque já não lhes é lícito.

CAPÍTULO 12

Não se pode condenar as segundas núpcias — tampouco núpcias mais repetidas

15. Diversas pessoas possuem o hábito de levantar a questão de terceiras, quartas núpcias e mesmo outras ulteriores.

Para responder brevemente, eu não ousou condená-las, nem tampouco retirar a vergonha ligada a essa

multiplicação.

Se a concisão de minha resposta desagradar a alguém, estou pronto a ouvir opiniões mais desenvolvidas, de qualquer contraditor meu. Talvez apresente ele a razão pela qual as segundas núpcias não são condenáveis, ao passo que as terceiras o sejam.

Para mim, conforme observei no início, não tenho a audácia de saber mais do que convém (cf. Rm 12,3). Quem sou eu para limitar o que o próprio apóstolo não me parece ter limitado?

Eis o que ele diz: “A mulher está ligada ao marido por tanto tempo quanto ele viver. Se o marido morrer, estará livre para desposar quem ela quiser, mas no Senhor. Todavia, será ela mais feliz, se ficar como está” (1Cor 7,39-40).

Ignoro, confesso, o que se pode anexar ou retirar a essa sentença, na questão que nos ocupa no momento.

Escuta, em seguida, o que o Senhor nosso e dos apóstolos respondeu aos saduceus que lhe perguntavam o que será, no dia da ressurreição, daquela que teve um, dois e até mesmo sete maridos. O Senhor Jesus censurou-os nestes termos: “Estais enganados, desconhecendo as Escrituras e o poder de Deus. Uma vez que na ressurreição, nem eles se casam, nem elas se dão em casamento, mas são todos como os anjos do céu” (Mt 22,29-30).

Aludia à ressurreição daqueles que ressuscitarão para a vida, e não aos que ressuscitarão para o castigo.

O Senhor poderia ter dito: “Vós vos enganais, ignorando as Escrituras, tanto quanto o poder de Deus. A tal ressurreição, as mulheres que tiveram diversos maridos não poderão participar”. Em seguida, poderia ele ter acrescentado: “porque nesse lugar, as pessoas não contraem casamento”.

Ora, como está claro, esse discurso de maneira alguma condena mesmo aquela mulher que tenha tido tantos maridos.

É por isso que, nem eu vou contra, com sentimento de reserva bem humana, e dizer: é melhor casar à vontade, quantas vezes a morte de um marido lhe permitir. Mas também, não ousa, por meu próprio sentir, sem apoio da Escritura, condenar o casamento, quantas vezes for ele renovado.

E o que eu disse à viúva de um primeiro marido, re-digo a todas as viúvas: “Sereis mais felizes, se ficardes assim”.

3ª SEÇÃO: O MÉRITO DAS VIÚVAS

CAPÍTULO 13

O mérito corresponde à capacidade da continência

16. Eis uma outra questão que é costume proporem sem razão: — Quem pode dizer qual seja a viúva mais rica de méritos: a que teve um só marido, com o qual viveu por muito tempo, teve filhos, os quais ainda vivem, e após, tendo se tornado viúva, professou a continência. — Ou seria mais plena de méritos aquela viúva que ainda jovem, tendo perdido dois maridos, no espaço de dois anos, e privada de filhos que a consolassem, tenha professado a Deus uma castidade por ela observada até à velhice, em santa perseverança?

As pessoas, sem dúvida, teriam de exercer sua lógica para encontrar uma solução, caso o consigam.

Aquelas pessoas avaliam os méritos das viúvas pelo número de maridos, de preferência à energia dedicada a se dominar para guardar a continência.

Se disserem que é preciso preferir aquela viúva que não teve a não ser um marido, àquela que teve

dois maridos, sem outra razão, ou alegando alguma autoridade especial, esses tais estarão colocando acima da virtude da alma, não uma virtude superior, mas uma felicidade carnal. Pois é uma felicidade puramente carnal, a de viver longamente com seu marido, e de ter filhos.

E caso, aos olhos deles, a maior vantagem não está em ter tido filhos, mas ter vivido longamente com seu marido, não está ainda aí uma felicidade carnal?

Ora, quanto a Ana, sobre a qual já falei, o muito que se atribui a ela, principalmente após a morte prematura de seu esposo, é haver prolongado a luta contra a carne, até uma idade avançada, e de ter vencido!

Com efeito, está escrito: “Havia uma profetisa chamada Ana, de idade muito avançada, filha de Fanuel, da tribo de Aser. Após a virgindade, viveu sete anos com o marido, ficou viúva e chegou aos oitenta e quatro anos. Não deixava o templo, servindo a Deus, dia e noite, em jejuns e orações (Lc 2,36-37).

Vedes bem, como essa santa viúva é louvada, não somente por não ter tido, a não ser um único marido, mas ainda, por não ter vivido longamente com ele. E após o seu casamento, ter observado a continência em sua viuvez, até uma idade bem avançada, com tanta fidelidade e piedade.

CAPÍTULO 14

Comparação entre três tipos de viúvas

17. Imaginemos, agora, três tipos de viúvas e demos a cada uma qualidades que se encontram reunidas na pessoa de Ana.

A primeira não teve senão um esposo, mas sua viuvez não durou muito, pois viveu longamente com seu marido. Contudo, sua piedade não era muito fervorosa, a ponto de se dedicar ao jejum e oração.

A segunda viúva que podemos imaginar, perdeu muito depressa um primeiro marido. Em seguida, a um segundo, não menos rapidamente. E depois ela praticou a viuvez até uma idade avançada. Mas também não com muito fervoroso jejum e à oração.

A terceira viúva a imaginar, teve dois maridos e viveu longamente com cada um dos dois, ou só com um deles. Tornando-se viúva, quando ainda podia se casar e ter filhos, ela se engajou numa casta viuvez. Voltou-se inteiramente para Deus, preocupada a fazer incessantemente o que era agradável a Ele. Tal como Ana, ela servia o Senhor, dia e noite, no jejum e na oração.

Se for discutido, qual das três é mais merecedora, quem não vê que nessa competição, deve-se dar a palma à maior piedade e fervor?

Suponhamos três outras viúvas, das quais cada uma realize duas dessas condições, sem que nenhuma realize-as todas. Sem dúvida alguma, serão declaradas melhores as que procuraram possuir as duas vantagens seguintes: uma humildade mais piedosa, e uma piedade mais profunda.

4ª SEÇÃO: VOTOS A JULIANA

18. Nenhum desses seis tipos de viúvas enquadra-se exatamente com o teu caso, ó Juliana. É porque tu podes pretendê-lo, caso observares o teu voto até à velhice, tal como se distinguiram em Ana.

Não tiveste senão um esposo que não viveu longamente contigo. É porque — se obedeceres ao conselho do apóstolo: “Aquele que é verdadeiramente viúva, que permaneceu sozinha, põe a sua confiança em Deus, e persevera em súplicas e orações dia e noite...” (1Tm 5,5); e se evitares com vigilância e prudência, o que se segue: “Mas a viúva que só busca o prazer, mesmo se viva, já está morta

(1Tm 5,6) — nesse caso, os três bens que foram os de Ana serão também os teus.

Possuis filhos, ao passo que Ana, talvez, não os tenha tido. Teu mérito, aliás, não é de os ter tido, mas de teres posto todo teu zelo a educá-los, e educá-los na piedade.

Que eles tenham nascido é consequência da fecundidade. Que vivam é uma felicidade. Que tenham sido educados, como o foram, é questão de teu querer e de tua autoridade.

Que os homens te felicitem de os teres tido, mas que imitem tua maneira de os educar.

Ana reconheceu a Cristo nos braços de sua mãe virgem, por uma luz profética; e tu, por uma graça evangélica, te tornaste a mãe de uma virgem de Cristo.

Assim, essa virgem pura, que de boa vontade sob seu pedido, ofertaste a Cristo, acrescenta aos méritos de duas viúvas — da sua mãe e da sua avó — algo a seu próprio mérito de virgem consagrada. Pois não é uma pequena vantagem para ti possuir esta tua filha. E nela, é o que tu e tua mãe não sois, por vós mesmas. É para que ela pudesse nas-cer de ti que o casamento te privou da santa virgindade.

5ª SEÇÃO: CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 15

19. Todos esses diferentes méritos do casamento e das diversas espécies de viuvez, eu não os discutiria nesta obra, se aquilo que eu te escrevo, fosse só para ti.

Entretanto, este gênero de assunto comporta questões muito difíceis. Foi por isso que eu quis dizer algo mais do que aquilo que te concerne pessoalmente, visto que certas pessoas não se consideram sábias, a não ser se se empenharem, digo, a discutir judiciosamente, mas a pôr em pedaços os trabalhos dos outros.

Minha intenção foi ainda que não somente te contentes em cumprir o que prometeste, mas ainda, que faças progressos em teu estado. Isso, para teres enfim, uma noção mais precisa e firme da vantagem do voto que se opõe ao casamento, não por ele ser um mal, mas como um bem de ordem inferior.

Os censores de um segundo casamento das viúvas, mesmo ao praticarem a continência com ardor espantoso, abstendo-se de coisas das quais tu guardas uso, não devem te seduzir. Assim, partilhas seus sentimentos, mesmo não podendo imitar o que eles mesmos fazem.

Com efeito, ninguém deseja se tornar um louco furioso, mesmo se verificarem que as forças de um louco furioso são superiores às de homens sadios.

Importa, pois, que uma doutrina pura seja o ornamento e salvaguarda do que há de bom em teu compromisso. É por aí, precisamente, que a mulher católica, mesmo tendo se casado diversas vezes, é julgada superior à mulher herética, ainda que esta tenha sido casada uma só vez, e mesmo se tivesse ficado virgem.

Esses três estados: o casamento, a viuvez e a virgindade dão ocasião a muitos problemas e a muitas perplexidades.

Seria preciso, para se discutir sobre eles, muita penetração: e para resolver as questões, muita aplicação e tempo. Isso para se chegar a não ter senão idéias justas. Ou se se apresentarem idéias falsas, queira Deus de no-las dar a conhecer.

Eis como o apóstolo nos aconselha, com razão: “Qualquer que seja o ponto a que chegarmos, conservemos o rumo” (cf. Fl 5,15-16). Ora, nós chegamos, em relação ao assunto de que tratamos, a colocar a continência acima do casamento, e a santa virgindade acima da continência das viúvas. Enfim, aprendemos a não condenar, sob o pretexto de elogiar a nossa profissão ou a dos nossos, nenhuma núpcias que, longe de ser um adultério, é sempre um verdadeiro casamento.

Acerca desses assuntos, nós já dissemos muito mais, no livro: O bem do matrimônio, e em um outro sobre *A santa virgindade*, e enfim, numa obra que compusemos com todo cuidado de que fomos capazes: *Contra o maniqueu Fausto*. Pois este, atacando com aspereza em seus escritos o casto casamento dos Patriarcas e Profetas, desencaminhou por aí, da santa doutrina, os espíritos de alguns ignorantes.

A VIUEZ É DOM DE DEUS

CAPÍTULO 16

A continência é dom. Necessidade de agradecer por ela

20. No início deste opúsculo, propus dois pontos importantes, e prometi desenvolvê-los. Um, referente à exposição da doutrina, e outro, à exortação. Completei o melhor que pude a primeira parte, sobre a natureza do tema. Venhamos agora, à exortação, a fim de que o apreendido prudentemente como um bem seja, agora, ardentemente amado.

Sobre isso, advirto-te logo de começo a considerares como benefício de Deus todo amor que dedicares a essa piedosa continência. Dá graças a Deus de a ti ter dado tão largamente o seu Espírito. Difundiu ele a caridade divina em teu coração, a ponto de fazer-te renunciar ao que te era permitido, tendo em vista amor bem melhor.

Ele te concedeu, com efeito, a graça de não teres gosto por novo casamento, quando este te era lícito. E após, a graça de o interditar, mesmo se o gosto por ele te atrair. Sobretudo, a graça de te ter tornado tão firme a ponto de não o desejares — portanto, de não realizar o ilícito — uma vez que não o contraíste quando a ele tinhas direito.

Também deves a Deus o teres merecido — sendo viúva de Cristo — ver tua filha tornada virgem de Cristo. Enquanto oras como Ana, ela ora como Maria.

Quanto mais reconheceres que esses são dons de Deus, mais encontrarás a felicidade em corresponder, na verdade, a esses benefícios. E não serás feliz se não sabendo a quem deves tais bens. Escuta o que diz o Apóstolo sobre isso: “Quanto a nós, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que vem de Deus, a fim de que conheçamos os dons da graça de Deus” (1Cor 2,12).

Muitos, por certo, receberam de Deus abundância de dons, e ignoram a quem os devem. Vangloriam-se numa ímpia vaidade. Mas ninguém frui, realmente, dos dons divinos, se se mostrar ingrato para com o doador. “Corações ao alto!”, exortam-nos durante os mistérios sagrados, mas nós não o podemos elevar sem a ajuda do que nos faz dar essa ordem. Assim, para que não nos gloriemos como se fosse fruto de nossos esforços o grande benefício da elevação dos corações, a oração prossegue: “Demos graças ao Senhor nosso Deus”. E somos advertidos logo depois de que “é coisa digna e justa!”

Bem sabes de onde são tiradas essas palavras e sentes que obrigação e santidade elas recomendam.

Guarda, pois, e conserva o que recebeste e dá graças ao doador. Se te é próprio, o receber e o guardar, nada possuirias, entretanto, se não os tivesses recebido.

Ao orgulho que se vangloria de maneira ímpia de possuir como se tudo viesse de si mesmo, a verdade declara pela boca do Apóstolo: “Que é que possuis que não tenhas recebido? E se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?” (1Cor 4,7).

CAPÍTULO 17

O erro pelagiano. Necessidade da graça e da oração

21. Tive que me estender sobre essa advertência, por ser necessário prevenir e fugir de certos pequenos tratados, que começaram a se alastrar aos ouvidos e ao espírito de muitos. Seus autores — é preciso dizê-lo com lágrimas — são inimigos da graça de Cristo. Pretendem nos persuadir de que mesmo a

oração feita ao Senhor para não caírmos em tentação, nos é dispensável. Querem exaltar a liberdade humana a tal ponto que nos julguemos capazes de cumprir — sem o auxílio da graça — os preceitos divinos. Por aí, segue-se que em vão disse o Senhor: “Vigiai e orai, para que não entreis em tentação” (Mt 26,41). E em vão dizemos na oração dominical: “Não nos deixeis cair em tentação” (Mt 6,13). Já que está em nosso poder não sermos vencidos pela tentação, para que haveríamos de pedir não cairmos nela, ou de por ela não sermos seduzidos. Se esse é o caso, façamos antes o que depende de nossa liberdade — e de seu poder absoluto, e riremos do que diz o Apóstolo: “Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima de vossas forças” (1Cor 10,13). Fiquemos firmes, repetindo: Por que pedir a Deus o que está em meu poder?

Não! Que não pense assim quem faz questão de pensar direito. Antes, peçamos a Deus nos dar o que ele nos manda ter. Com efeito, ele nos manda ter o que ainda não possuímos, só para nos advertir de que é preciso pedir. E quando tivermos consciência de possuir o que ele nos manda ter, compreendamos também de quem recebemos esse poder. Que não nos aconteça — inchados e ensoberbecidos pelo espírito do mundo — ignorar os dons de Deus.

Nós não destruimos a liberdade humana, ao exaltar com piedoso agradecimento — em vez de a negar por ingrata insolência — essa graça de Deus que vem ajudar a nossa liberdade.

O ato de querer é bem nosso: mas a vontade é estimulada para se erguer, curada para estar em bom estado, dilatada para chegar à meta, enfim, pronta para possuir o prêmio.

Se não fôssemos nós a querer, tampouco seríamos nós que receberíamos os dons, nem quem os possuiríamos.

Quem, na verdade, possuiria a continência — para escolher entre os dons de Deus, aquele sobre o qual discorreremos — ; quem possuiria a continência a não ser o que a quer? Ninguém receberia esse dom se não o quisesse.

Ora, a quem devemos a faculdade da vontade de livre receber e possuir? Se procuras a quem o devemos, consulta a Escritura. Ou melhor, se já o sabes, lembra-te do que leste: “Ao me dar conta de que somente ganharia a sabedoria, se Deus ma concedesse — e já era sinal de entendimento saber a origem desta graça —, dirigi-me ao Senhor e rezei...” (Sb 8,21).

São esses dois grandes dons: a sabedoria e a continência. Pela sabedoria, formamo-nos no conhecimento de Deus; e pela continência, não ficamos conformados com este século.

Deus manda-nos ter a sabedoria e sermos continentos, porque privados dessas duas qualidades não podemos ser nem justos nem perfeitos. Oremos, pois, ao que nos admoesta com sua ajuda e inspiração, a pedir o que nos manda ter. Oremos para que nos conserve o que já nos deu. E oremos para que supra o que ainda não nos concedeu. Em todas as circunstâncias, oremos e demos graças pelos benefícios já recebidos, e confiemos receber o que ainda esperamos, pois não somos ingratos.

Aquele mesmo que deu às esposas fiéis o poder se preservarem da fornicção e do adultério, concedeu também às virgens puras e às viúvas santas o poder se absterem de relações matrimoniais. Essa é a virtude chamada, com propriedade, integridade ou continência.

Mas se recebemos a continência de Deus, teremos a sabedoria por nós mesmos? O que, então, significaria a palavra do apóstolo Tiago: “Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede generosamente a todos, sem recriminações, e ela ser-lhe-á dada” (Tg 1,5).

A essa questão, eu já respondi longamente em outros opúsculos meus, o quanto Deus me ajudou. Aliás, o quanto ele nos torna capazes, ainda havemos de voltar a tratar do assunto, dada a oportunidade.

Sem a graça agindo no interior, nada vale a exortação exterior

22. Decidi discorrer sobre a necessidade da graça, por causa de alguns irmãos nossos, amicíssimos e queridíssimos, que se deixaram envolver nesse erro — sem malícia alguma de sua parte, mas envolvidos entretanto. Ao exortarem alguém à justiça e à piedade, julgam que sua exortação opera pela força do homem junto ao homem, para que o esforço humano se exerça. Não crêem que a graça de Deus ajuda. O bom resultado vem unicamente do arbítrio da vontade livre. Como se ela pudesse ser bastante livre para realizar alguma boa obra, sem ser libertada pela graça de Deus. Não percebem ser dom de Deus o fato mesmo de poderem exortar com vigor a vontade preguiçosa do homem e levá-lo a iniciar vida honesta; a inflamar as vontades indiferentes; a corrigir as perversas; a converter as desencaminhadas; a pacificar as rebeldes. Pois só assim podem eles, de fato, persuadir aqueles a quem aconselham. E caso não o consigam, que fazem? De que servem tantos discursos? Que abandonem então os homens a seu livre arbítrio.

Se conseguem exercer essa influência, que pensem: seria possível ao homem influir tanto com a sua única palavra sobre a vontade do homem, e Deus, com a sua graça, nada poderia fazer? Bem ao contrário!

Qualquer seja a eloquência humana para insinuar a verdade na vontade do homem, pela habilidade do raciocínio e suavidade do discurso, para alimentar a caridade, expulsar o erro pela doutrina e o torpor pela exortação, contudo “aquele que planta nada é; aquele que rega nada é; mas importa tão-somente Deus, que dá o crescimento” (1Cor 3,7).

Em vão o operário multiplicará seus esforços exteriormente, se o criador não operar secretamente, no interior.

Espero, pois, que esta carta, pelos bons cuidados de Vossa Excelência, chegue logo às mãos daqueles de quem eu acabo de falar. É nessa intenção que eu pensei dever colocar aqui essas observações.

E também, para que tu mesma ou algumas outras viúvas, que lerem estas páginas ou as ouvirem ler, saibais que vos é de proveito na aquisição dos bens da continência e no seu amor: mais valem as vossas orações do que as nossas exortações.

Assim, se encontrardes adiantamento pelas explicações que vos remetemos, é preciso atribuí-lo inteiramente à graça daquele em cujas “mãos estamos nós e nossas palavras” (Sb 7,16), assim como está escrito.

CAPÍTULO 19

Procurar sempre agradar a Deus

23. Se ainda não consagraste a Deus a tua viuvez na continência, sem dúvida, exortamos a que o faças. Se já emitiste o voto, exortamos a que nele perseveres.

Contudo, parece-me dever apresentar às pessoas, que talvez pensem em casar de novo, o que lhes fará amar e desejar o santo estado de viuvez.

Prestemos ouvidos à voz do Apóstolo: “A mulher não casada e a virgem cuidam das coisas do Senhor, a fim de serem santas de corpo e de espírito. Mas a mulher casada cuida das coisas do mundo; procura como agradar ao marido” (1Cor 7,34). Observemos que são Paulo não diz: “Ela cuida das coisas do mundo a fim de não serem santas”. Mas é certo que a santidade conjugal será menor, devido às preocupações que dá o pensamento dos prazeres mundanos.

É toda essa atenção da alma que é dispensada nas coisas, em vista de agradar ao marido, que a cristã não-casada economiza e concentra na intenção de agradar a Deus.

Considera, pois, a quem agrada, a que agrada ao Senhor! E certamente, ela será tanto mais feliz, quanto mais conseguir agradar-lhe. Ao contrário, quanto mais se preocupar com as coisas do mundo, menos lhe agradará.

Portanto (vós que talvez pensais em casar de novo), procurai com reta intenção agradar “ao mais belo dos filhos dos homens” (Sl 45,3). É por graça sua que sois agradáveis àquele em cujos lábios está difundida a graça. Sede-lhe agradáveis, também, por essa porção de pensamentos que haveríeis de vos ocupar nas coisas do mundo para agradar a um marido. Agradai àquele a quem o mundo desagradou, para os que lhe são agradáveis poderem estar livres.

Ele, sendo o mais belo dos filhos dos homens, foi visto na cruz de seu suplício, onde “não tinha beleza nem esplendor que pudesse atrair o nosso olhar, nem formosura capaz de nos deleitar” (Is 53,2). Foi, contudo, por ter ficado assim desfigurado que nosso redentor pagou o preço de vossa beleza — isto é, da beleza espiritual. “Pois toda a beleza da filha do rei está dentro” (Sl 44,14 — Vulgata). Agradai-lhe com essa beleza! Conquistai essa beleza com cuidado, com zelo, com solícita atenção. Ele não ama os adornos falaciosos. Ele se delicia com a verdade do que é verdadeiro. Lembrai-vos de vossas leituras: ele chama-se a Verdade. “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6).

Correi até ele, passando por ele. Procurai agradar-lhe com o que é dele. Vivei com ele, nele e por ele. Amai serdes amadas por tal esposo, com sentimentos verdadeiros, numa santa castidade.

A beleza espiritual de Demetriadés, de Juliana e da matrona Proba

24. Que estas palavras cheguem também ao ouvido interior da virgem consagrada — a tua santa filha. Será para eu considerar se ela te precede no reino de vosso Rei? Seria essa outra questão. De qualquer maneira, deveis ambas — mãe e filha —, de igual modo, procurar agradar a ele, pelo esplendor da castidade, tendo as duas renunciado às núpcias — tu às segundos bodas, e ela a todas, sem distinção.

Certamente, se existissem maridos a quem fosse preciso agradar, tu te envergonharias de te enfeitar para ele, ao mesmo tempo que a tua filha. Agora, porém, não penseis ser vergonhoso ambas se enfeitarem, porque não é censurável, mas até glorioso, que sejais amadas pelo mesmo amor.

Mesmo no caso de terdes marido, não usáreis pó, ruge ou outras pinturas no rosto. Julgaríeis que eles não deveriam ser enganados com esses artifícios, e que seria indigno de vós enganá-los. Portanto, àquele rei que desejou a beleza da única esposa de que sois membros, agradai na veracidade. Ela, Demetriadés, por sua integridade virginal, tu pela continência da viuvez. Ambas, pela beleza espiritual.

Dessa beleza, também a avó — tua sogra, apesar de envelhecida pelos anos, resplandece como vós, porque, enquanto a caridade prolongar o vigor dessa beleza, não pode a idade formar nela ruga alguma.

Tendes assim, junto de vós, em vossa casa e na de Cristo, uma avó santa, a quem podeis consultar sobre a perseverança. Ela vos dirá como lutar contra esta ou aquela tentação; o que fazer para vencê-la com mais facilidade e que precaução tomar para não serem renovadas as ciladas. Em todas essas coisas ela te há de instruir com a segurança de longa experiência, com a benevolência de seu amor, a vigilância de sua piedade, a serenidade de sua idade. Particularmente, consulta-a em tais assuntos, ela que já tem experiência do que estás a passar.

Quanto à vossa filha, ela canta o cântico que, conforme o Apocalipse, às virgens somente é permitido cantar (Ap 14,3-4).

Proba ora por vós ambas, com mais solicitude do que por si mesma. Preocupa-se, contudo, mais com a neta, a quem falta triunfar das tentações por maior espaço de anos. A ti, ela te vê pela idade, mais próxima da sua própria, e mãe dessa querida filha.

Eu creio que — se visses a jovem casar-se, ainda que isso já não lhe seja lícito e Deus não o permita — tu te envergonharias de dar à luz ao mesmo tempo do que ela. Quanto te resta ainda de anos fecundos

— pois ainda não és anciã — para poderes partilhar, com tua filha, a fecundidade de pensamentos e boas obras?

Não é sem razão que tua sogra está mais preocupada com tua filha do que contigo, e o mesmo acontece contigo — tu que és mãe. É mais o que a virgem consagrou a Deus, e resta-lhe tudo por realizar, pois apenas iniciou.

Que o Senhor escute as preces de Proba, para aproveitares santamente dos méritos da que em sua juventude deu à luz o teu marido, e que na velhice forma o coração de tua filha.

Assim todas vós, igualmente, em um só ímpeto e com um mesmo coração, aplicai-vos a agradar por vossos costumes ao único esposo da única esposa (a Igreja), em cujo corpo viveis do mesmo espírito. E permanecei assíduas nas orações.

CAPÍTULO 20

Desprezar os prazeres do mundo

25. O dia que se passou não volta no futuro; o hoje caminha para ser ontem; e depois do dia presente transcorrido, virá o amanhã. Eis como tudo passa: o tempo e as coisas temporais. Assim, até que se realize a promessa que perdura: “Aquele que perseverar até o fim, esse será salvo” (Mt 10,22).

Se o mundo é para perecer, por que a mulher casada há de ter filhos? E se ela pensa poder gerar com o seu coração e não com a sua carne, por que motivo há de se casar? Mas e o mundo vai durar, por que não se há de amar mais aquele por quem o mundo foi feito? Se caso os atrativos do mundo forem cortados de vez, não há motivo para a alma cristã procurá-los ainda com avidez. Mas se ainda perdurarem, é para serem usados na santidade. No primeiro caso dessas duas alternativas, nenhuma esperança é para ser mantida das atrações do mundo. No segundo caso, que a maior glória seja a da caridade.

Quanto ou que tipo de anos hão de se passar para se ver ainda resplandecer a flor da idade, na ordem corporal?

Não poucas mulheres que pensavam no casamento, e o desejavam com ardor, com o tempo envelheceram, por se verem desprezadas ou postergadas. Desse modo, não mais vão ter gosto no casamento, mas vergonha.

Muitas outras, logo após o casamento, viram o seu esposo partir para muito longe. Chegaram a ganhar idade, à espera de sua volta. E como viúvas prematuras, aconteceu-lhes de nem mesmo poderem acolher seus maridos idosos ao retornarem.

Se, pois, diante do desprezo ou das delongas de um noivo, se durante as longínquas viagens de um esposo, a concupiscência da carne pôde ser vencida de maneira a evitar a fornicação e o adultério, por que não poderia sê-lo para evitar o sacrilégio? (Isto é: pelo casamento de uma consagrada a Deus.) Se essa concupiscência pôde ser reprimida em seu ardor pelo distanciamento, por que não seria sufocada, esfriando-a pela abstenção voluntária?

Sem dúvida, a paixão faz-se mais ardente entre os que não perdem a esperança de a satisfazer. Ao passo que, os que prometem a Deus a castidade dos não-casados, suprimem essa mesma esperança que atiza o amor. É assim, pois, que a concupiscência é mais facilmente refreada, quando nenhuma esperança entretém o fogo.

Contudo, se a oração não for empregada para vencê-la, essa mesma paixão ilícita virá a ser desejada ainda com ardor maior.

CAPÍTULO 21

26. Que no santo estado de castidade, os prazeres espirituais sucedam aos prazeres carnis. São eles: leituras, orações, salmos, bons pensamentos, assiduidade em boas obras, esperança na vida futura, elevação do coração.

Por todos esses bens sejam dadas ações de graças ao Pai das luzes de quem provam, sem dúvida alguma, ao dizer da Escritura: “Todo dom precioso e toda dádiva perfeita” (Tg 1,17).

Entretanto, em compensação das alegrias que a mulher casada encontra no casamento, a que não é casada pode passar a recorrer para se consolar — a outros prazeres carnis. O que diria eu sobre as más conseqüências disso, quando o próprio Apóstolo já declarou: A viúva que só busca prazer, mesmo se vive, já está morta” (1Tm 5,6)?

Longe de vós essa infelicidade de que a avidez de riquezas vos domine, no lugar do desejo do casamento, e que o amor às riquezas venha a substituir em vossos corações o amor a um marido.

Ao observar o que se passa na sociedade, nós constatamos freqüentemente certas pessoas, em quem a repressão da luxúria veio a desenvolver a avareza.

Acontece tal coisa com os sentidos corporais: os cegos possuem o ouvido mais apurado e distinguem muitos objetos pelo tato. Ao passo que os que têm o bom uso da vista não possuem essa delicadeza no tato. Vê-se por aí que a faculdade de sentir, privada de um de seus canais — a dos olhos —, exercita-se mais vivamente nos outros pela acuidade de percepção, como se se esforçasse por compensar em um sentido o que lhe foi tirado em outro.

Do mesmo modo, o desejo carnal, privado da satisfação da volúpia, aplica-se, muitas vezes com ímpeto acrescido, ao apetite pelo dinheiro. Reprimido de um lado, o impulso volta-se com mais violência para outro.

Que em vós, porém, o amor das riquezas se esfrie, ao mesmo tempo em que o amor do casamento. Que o piedoso emprego dos bens que possuis seja dirigido para as delícias espirituais, a fim de que vossa liberalidade se exerça mais a socorrer os pobres, do que a enriquecer os aventos. Ao tesouro celeste não chegam os dons dos cobiçosos, e sim as esmolas dadas aos pobres. Elas acrescentam imensa eficácia às orações das viúvas.

Jejuns e vigílias — à medida que não perturbam a saúde —, se forem unidos à oração, à salmodia, à leitura, à meditação da lei de Deus, transformam-se também em delícias espirituais, mesmo se parecem penosas. Com efeito, trabalho algum é penoso para os que amam. Ao contrário, eles encontram aí o seu deleite. Assim acontece com os caçadores, os que procuram aprisionar pássaros, os pescadores, os vinhateiros, os negociantes e com todos os que se dedicam a algum jogo. O importante é saber o que se há de amar! Porque quando se ama não há fadiga; e se houver fadiga, ama-se a fadiga. Considera quão vergonhoso e deplorável é a fadiga que deleita, tratando-se da caça de pássaros, de encher a cesta ou a sacola da pesca, ou ainda a cesta de jogos de bola; entretanto, ao se tratar de conquistar o beneplácito de Deus, não agrada o esforço.

CAPÍTULO 22

Cuidar da sua boa reputação

27. Em meio a todos os prazeres espirituais de que gozam as não-casadas e as viúvas, sua conduta exterior deve ser santa. Contudo, também, prudente, com receio de que sua vida — não sendo má por libertinagem, sua reputação assim se torne, por negligência.

É preciso, além disso, não dar ouvidos a essas santas pessoas — homens ou mulheres — que, ao

serem censuradas por certa negligência a esse respeito, que lhes valeu suspeita da qual sabem sua vida estar isenta, respondem, dizendo que lhes basta a consciência diante de Deus, desprezando o julgamento dos homens. Fazem isso sem nenhuma prudência e não sem alguma crueldade. No fundo, elas matam a alma dos outros, seja porque admitem a blasfêmia contra a vida do Senhor — quando há calúnia contra a vida dos santos. Por casta que esta seja, consideram-na vergonhosa, seguindo a sua suspeita. Sob esse pretexto, os caluniadores podem vir a imitar, não o que vêem, mas o que imaginam de mal.

Se o que guarda sua vida pura de toda infâmia e de todo mal, faz-se a si mesmo o bem, o que protege também a sua reputação exerce, além do mais, misericórdia para com o próximo. Nossa vida é necessária para nós. Nossa boa reputação o é para os outros. E o que, caridosamente concedemos aos outros para a sua salvação, por certo, para nós, resultará também em serviço muito útil.

Não é à toa que diz o Apóstolo: “Preocupamo-nos com o bem não somente aos olhos de Deus, mas também aos olhos dos homens” (2Cor 8,21). E ainda: “Não vos torneis ocasião de escândalo... assim como eu mesmo me esforço por agradar a todos em todas as coisas, não procurando os meus interesses pessoais, mas os do maior número, a fim de que sejam salvos” (1Cor 10,32-33). Em outra exortação afirma: “Finalmente, irmãos, ocupai-vos com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso ou de qualquer modo mereça louvor. O que aprendestes e herdastes, o que ouvistes e observastes em mim, isso praticai” (Fl 4,8-9). Notai que entre os bens recomendados, são Paulo não deixou de colocar: “o que é honroso”, e termina a enumeração com estas duas palavras: “se há algo virtuoso — ou de qualquer modo mereça louvor”. À virtude relacionam-se todos os bens lembrados acima; mas à boa reputação relaciona-se o louvor.

Creio que o Apóstolo não fazia grande caso do louvor dos homens, pois diz em outro lugar: “Quanto a mim, pouco me importa ser julgado por vós ou por tribunal humano” (1Cor 4,3). E alhures: “Se eu quisesse agradar aos homens, não seria servo de Cristo” (Gl 1,10). E ainda: “O nosso motivo de ufania é este testemunho da nossa consciência” (2Cor 1,12).

Desses dois bens, a saber, a vida honesta e a boa reputação, ou dito mais brevemente: a virtude e o louvor, ele guar-dava muito sabiamente o primeiro bem para si mesmo; e do outro cuidava caridosamente, em vista do próximo.

Contudo, muitas vezes as mais cuidadosas precauções humanas não podem afastar de modo cabal as suspeitas, mesmo as mais malévolas. Assim, onde nós tivermos aplicado o máximo de precaução possível, quando alguns procuram manchar nossa reputação — seja que suponham o mal ou que o julguem real —, guardemos, apesar disso, a paz de consciência e a alegria. Tenhamos certeza de que a nossa recompensa será grande nos céus, ainda mesmo que os homens digam muito mal de nós, que vivemos, todavia, na piedade e na justiça (Mt 5,11-12).

Essa recompensa é o soldo dos que combatem com as armas da justiça, na mão direita como na esquerda, isto é, através da glória e da obscuridade, através da má e da boa fama (2Cor 6,7-8).

CAPÍTULO 23

Orar pela perseverança e cuidar do bem a fazer aos outros

28. Prossegui, pois, vossa caminhada e correi com perseverança para alcançar o prêmio. E pelo exemplo de vida e palavras de exortação, atraí após vós todos os que puderdes.

Que esse zelo, pelo qual estimulais numerosas imitadoras, não se anule diante das vãs contestações dos que dizem: Como subsistiria o gênero humano se todos observassem a continência? Dizem isso como se este século não estivesse se prolongando, senão para ser completado o número dos santos. O mais

depressa esse número se complete, o menos há de demorar o fim dos tempos.

Tampouco não vos deixeis afastar do zelo de convencer os outros sobre a excelência de vosso estado, ao vos dizerem: Visto que o casamento é um bem, como estarão representados todos os bens no corpo de Cristo — os maiores como os menores, caso todos venham a vos imitar no louvor e no amor à continência?

Primeiramente, mesmo no esforço para que todos sejam continentes, bem poucos o serão. Com efeito: “Nem todos são capazes de compreender essa palavra” (Mt 19,11). Mas como está escrito: “Quem tiver capacidade para compreender, compreenda” (Mt 19,12). Entenderão só os que puderem, mesmo se isso for pregado aos que não entendem.

Em segundo lugar, não devemos temer que todos venham a entender e, então, alguns dos bens menores — isto é, a vida conjugal — venha a faltar no corpo de Cristo.

Se todos escutassem e entendessem, abraçando a continência, deveríamos concluir que isso está conforme o desígnio de Deus, que assim decidiu: ser essa espécie de bens — o casamento — já suficientemente representado pelo grande número de membros de Cristo que passaram por este mundo, nesse estado.

E ainda, se todos fossem continentes, como seria dada a honra dos continentes aos que conseguiram trazer, para o celeiro do Senhor, o fruto à razão de trinta por um — se por aí se entende o bem do casamento (Mt 13,8)? Todos esses bens, porém, possuem seu lugar próprio no corpo de Cristo, mesmo se no futuro nenhuma mulher quisesse casar, nem homem algum tomar esposa.

Com toda segurança, portanto, insisti, junto de quem puderdes, para que se torne o que vós sois.

Rezaí com perseverança e fervor, a fim de que com a ajuda da destra do Altíssimo e a abundância da graça misericordiosíssima do Senhor, persevereis em vosso estado presente, e possais progredir no que será a vossa condição futura.

Conclusão da Carta

29. Enfim, suplico-vos por aquele de quem recebestes esses dons e de quem esperais a recompensa, de me inserir em vossas orações, com toda a vossa igreja doméstica.

Minhas cartas, creio eu, seguiram ordem bem lógica: à vossa mãe — já adiantada em idade — eu escrevi a carta sobre a oração. Pois é a ela — menos preocupada com a própria pessoa do que com a vossa — a quem toca lutar por vós, na oração.

E a ti, de preferência a ela, eu envio este opúsculo sobre a continência na viuvez, porque vos resta ainda a superar o que a idade dela já venceu.

Enfim, quanto à santa virgem, tua filha, se ela deseja um de nossos trabalhos relativos à sua profissão há o importante livro meu *Sobre a santa virgindade*. Que ela o leia.

Eu te havia aconselhado a que o lesseis também, porque contém muitas coisas necessárias a ambos os estados: o virginal e o vidual.

Se neste opúsculo toquei de leve sobre um ou outro ponto é porque já discorri ali, largamente, sobre o tema.

Que perseveres na graça de Cristo!

CARTA 188: A JULIANA

(ALERTANDO SOBRE OS ERROS PELAGIANOS A RESPEITO DA GRAÇA)

INTRODUÇÃO

1. Antecedentes da carta

Por ocasião da tomada de véu e consagração de Demetriadés, filha de Juliana e neta de Proba, estas, ao comunicar o feliz acontecimento aos escritores cristãos mais em vista no momento, pediam a eles para ajudarem a jovem com os seus conselhos. Dirigiram-se a Agostinho, bispo de Hipona, ao papa Inocêncio I, a Jerônimo de Belém, e também ao monge bretão Pelágio.

O bispo de Hipona, após a curta carta de felicitações, na carta-opúsculo a Juliana sobre *Os bens da viuvez* recomenda a leitura de seu livro o *De sancta virginitate* escrito em 410. (Cf. “*Os bens da viuvez*” 23,29.)

2. A Carta de são Jerônimo a Demetriadés

Jerônimo, de Belém, envia carta magnífica de felicitações que constitui verdadeiro tratado sobre a virgindade. Possuímos essa famosa *Carta a Demetriadés* traduzida em português pelas monjas beneditinas da abadia Santa Maria, em São Paulo (Tipografia Beneditina Ltda. Bahia, 1951, 40 pp.) Citemos uma curta, mas incisiva passagem: “Apenas algumas províncias conheciam Demetriadés quando ela era noiva de um só homem. Agora, é o mundo inteiro que sabe que ela é uma virgem consagrada ao Cristo” (carta de s. Jerônimo 130,5.6).

3. A Carta de Pelágio

Outra carta, muito extensa, começou a circular sob diversos nomes, que despertou suspeitas em Agostinho e Alípio, o bispo de Tagaste. Descobriram ali o vírus pelagiano. Já na carta-opúsculo *sobre os bens da viuvez* Agostinho prevenia contra as infiltrações heréticas (cf. cap. 17,21; 18,22). Juliana lhe respondera de maneira a tranquilizá-los.

Eis uma passagem da famosa carta de Pelágio: “Tens, Demetriadés, doravante, grande superioridade sobre as outras jovens. A nobreza de tua origem, tuas riquezas provam de teus pais e não de ti. Teus tesouros espirituais, ao contrário, a ti somente os debes” (carta de Pelágio 2).

Essa longa carta foi conservada e encontra-se na *Patrologia latina* de Migne, vol. 33, em apêndice às cartas de santo Agostinho.

O bispo de Hipona a denomina livro (cf. carta 188, 2,4 e 3,14).

4. Data e características da carta 188 de santo Agostinho

Só em 417 ou em princípios de 418, quando a carta de Pelágio circulava amplamente, a exaltar o valor do esforço humano e diminuir a necessidade da humildade e da oração de pedido da graça de Deus, que Agostinho, juntamente com seu amigo Alípio, escrevem a Juliana, de forma clara, para prevenir mais uma vez a esse seu pequeno rebanho de escol, contra as orgulhosas doutrinas pelagianas. O santo doutor suplica a Juliana defender sua filha contra esse escrito tão envenenado. “Vês a perversidade que essas palavras dissimulam... Não praza a Deus que a virgem de Cristo as escute com prazer.

É unicamente da liberalidade de seu Esposo que ela há de esperar os seus ornamentos” (carta 188,2,5). Caso contrário, ela não se gloriará no Senhor, mas em si mesma (3,14). Esta Carta 188 consta de 3 capítulos e 14 itens ou números.

5. Pelágio e os erros dos pelagianos

Pelágio era monge da Bretanha, que veio morar em Roma nos começos do século V. Valentemente auxiliado por seu discípulo Celéstio, propagou sua doutrina na Sicília e, em seguida, na África, aonde chegou em 410, fugindo do saque da cidade de Roma. Em 416, dois concílios, realizados em Cartago e em Milevo, denunciaram os heréticos e, em 417, o papa Inocêncio I condenou Pelágio. Agostinho tomou parte muito ativa em toda essa luta.

Os pelagianos sustentavam ser tudo possível para a vontade do homem, e que este não necessitava da graça divina para elevar-se até a virtude e obter a salvação. Jesus Cristo não veio ao mundo para resgatar-nos do pecado original — e, por conseguinte, da morte, mas somente para dar-nos exemplo e exortar-nos a buscar vida mais alta. O pecado original não existe. Os homens nascem bons e puros como o era o primeiro homem antes da queda. O batismo não é absolutamente indispensável, bem como não o é a oração. A observância da lei moral nos salva do mesmo modo que o Evangelho.

Isso, como se vê, é esvaziar o conteúdo mesmo do cristianismo; negar muitos de seus princípios fundamentais: a redenção, a graça, o pecado original, a eficácia dos sacramentos e da prece — e reduzi-lo a uma espécie de religiosidade laica e estóica, fundada na devoção nominal a Jesus e na inocência presumida do homem. O pelagianismo é, assim, um movimento regressivo da evolução religiosa. Falta a profunda experiência do mal e da libertação por Cristo. É uma deificação da natureza humana.

Agostinho defendeu, como novo Paulo, a primazia de Deus e a primazia da cruz de Cristo, acima de todos os esforços humanos. Ele sabia, com a sua dolorosa experiência do pecado, quanto o homem é perseguido pelas concupiscências de toda espécie. O quanto é necessária a graça.

TEXTO

A Juliana, respeitável senhora,
com as devidas honras em Cristo,
mui digna e ilustre filha, Alípio e Agostinho,
saudação no Senhor.

CAPÍTULO 1

1. Foi acontecimento grato e feliz que a carta de vossa reverência nos achasse reunidos em Hipona. Assim, pudemos trocar idéias juntos. Alegremo-nos de saber que viveis incólumes. Igualmente anunciamos estar bem confiantes de que gostaríeis de o saber, respeitável senhora, com as devidas honras em Cristo e mui digna e ilustre filha.

Sabemos, perfeitamente, que conheceis muito bem o grande afeto na religião que vos devemos e o quanto nos preocupamos por vós, diante de Deus e diante dos homens. Em nossa limitação apreendemos, primeiramente pelas cartas, e em seguida também pela presença, que sois piedosa e católica, isto é, sois autêntico membro de Cristo.

Ao ouvir e acolher a palavra de Deus por nosso ministério, como disse o Apóstolo, foi “Não como palavra humana, mas como na verdade é, palavra de Deus” (1Ts 2,13).

Esse nosso ministério, com a ajuda da graça e da misericórdia do Salvador, produziu em vossa casa tantos frutos que — quando bodas humanas estavam preparadas — a santa Demétria preferiu o abraço espiritual daquele Esposo — o mais belo de todos os filhos dos homens —, com quem se desposam as virgens para lograr fecundidade espiritual abundante, sem perda da integridade corporal.

Teríamos ignorado a atitude com que nossa exortação foi recebida pela fiel e nobre virgem, se não nos tivesse feito saber o alegre anúncio e veraz testemunho de vossa carta, após a nossa partida.

Ela professou a santidade do estado virginal, e dizeis que tão grande dom de Deus se alcançara por nossa intervenção, já que Deus planta e rega por meio de seus servos (1Cor3,6-7).

2. Assim sendo, ninguém nos desaprová se nos mostramos solícitos, preocupando-nos de vos admoestar a que eviteis os dogmas contrários à graça de Deus.

O Apóstolo manda-nos insistir na pregação, não só oportuna, mas também inoportunamente (2Tm 4,2).

Não vos contamos no número daqueles a quem nossas palavras ou escritos possam parecer importunas, quando admoestamos a evitar, com cautela, o que não pertence à sã doutrina.

Recebestes nossa admoestação com ânimo muito grato. Na carta que nos enviastes, dizeis: “Vossa Reverência me adverte a que não abra meus ouvidos a esses homens que com freqüência corrompem a venerável fé com discussões ímpias. Dou-vos graças copiosas por tão piedoso aviso”.

3. Logo acrescentais: “Mas saiba, vosso sacerdócio, que eu e minha modesta casa estamos mui afastadas de tais pessoas. Toda a nossa família segue a fé católica, de modo que jamais se desviou nem se desvia, por heresia alguma. Eu não me refiro somente àquelas seitas que dificilmente podem ser corrigidas, mas também àquelas que parecem admitir apenas pequenos erros”.

Isso é o que mais e mais nos obriga (a mim e a Alípio) a não nos calar acerca de algumas pessoas (os pelagianos), que se esforçam por corromper mesmo os que estão sadios.

Consideramos que vossa casa é uma pequena igreja-ja de Cristo. E não é pequeno o erro dos que pensam ser a justiça, a continência, a piedade ou a caridade que temos, nós a possuímos por nós mesmos, por nos ter Deus assim feito. Dessa forma, fora de nos revelar o conhecimento dos preceitos, Deus não nos ajuda mais a vivenciar um amor que por sua revelação nos ordenou executar. Dizem essas pessoas que a graça e a ajuda de Deus, para vivermos justa e retamente, não é outra coisa que a natureza e a educação. Não querem, porém, que Deus nos ajude a ter a boa vontade, na qual consiste esse mesmo viver de maneira correta, e essa caridade que se eleva tanto entre os dons de Deus, e que é o nome mesmo de Deus (1Jo 4,8). Com ela, unicamente, cumpre-se em nós toda lei ou admoestação divina que realizamos. Dizem eles que para tanto basta-nos apenas a nossa liberdade.

Não vos pareça pequeno erro esse de alguém se confessar cristão e de negar-se a escutar o que diz o Apóstolo de Cristo: “A caridade de Deus foi difundida em nossos corações”. E para que ninguém cresse que a possui por sua liberdade, acrescenta são Paulo logo a seguir: “Pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5).

Entendeis, portanto, quão grande e nocivo erro é que alguém não confesse o quanto é grande a graça do Senhor, pois “a cada um de nós foi dada a graça pela medida do dom de Cristo, por isso é que se diz: ‘Tendo subido às alturas, levou cativo o cativo, concedeu dons aos homens’ ” (Ef 4,7-8; Sl 68,19).

CAPÍTULO 2

4. Como poderíamos deixar de alertar-vos, a quem devemos tanta direção, para que eviteis tais coisas quando lemos o livro que alguém (Pelágio) escreveu à santa Demétria? Desejamos saber se chegou esse escrito a vossas mãos, em uma próxima resposta.

Que a virgem de Cristo leia nesse livro e verifique se isto é certo: crer que sua santidade virginal e todas as suas riquezas espirituais foram obtidas unicamente por seu próprio esforço. Mas ela, ao contrário, aprenda ter sido por Deus — para se tornar plenamente bem-aventurada — e não se mostrar ingrata. Que de tal nos livre Deus!

Eis as palavras ditas nesse livro: “Tens aqui pelo que hás de ser posta à frente de todas as outras, e com razão. Ou melhor, aqui está a tua grandeza. Pois a nobreza corporal e a opulência pertencem aos teus e não a ti. Mas ninguém pode te dar as riquezas espirituais senão tu mesma. Logo, com razão, hás de ser

louvada por isso, e seres preferida às demais, já que tais riquezas não podem estar senão em ti, nem proceder senão de ti” (Pelágio, *Carta a Demétria* 2).

5. Já vedes, a grave ruína que temos de evitar com essas palavras. Ao dizer: “Esses bens não podem estar senão em ti”, se diz muito bem e com verdade. Mas dizer: “Pois procedem apenas de ti”, é apresentar o veneno.

Conceda Deus à virgem de Cristo entender piedosamente a própria pobreza do coração humano e, portanto, não se adornar senão com os dons de seu Esposo. Que Deus a livre de escutar com gosto as palavras daquela carta. Ouça antes o que o Apóstolo diz: “Despousei-vos a um esposo único, a Cristo, a quem devo apresentar-vos como virgem pura. Receio, porém, que, como a serpente seduziu Eva por sua astúcia, vossos pensamentos se corrompam, desviando-se da simplicidade devida a Cristo” (2Cor 11,2-3).

Que ela não dê ouvidos àquele que disse a respeito das riquezas espirituais: “Ninguém as pode te dar, senão tu mesma”. Ou ainda: “Essas riquezas não podem estar senão em ti, nem proceder a não ser de ti”.

Que escute, antes, aquele que disse: “Trazemos este tesouro em vasos de argila, para que esse incomparável poder seja de Deus e não de nós (2Cor 4,7).

6. Sobre a mesma sagrada e virginal continência — obtida não por si mesma, mas por dom de Deus —, que ela ouça ao próprio piedoso e veraz doutor dos gentios, que, ao tratar desse assunto, disse: “Quisera que todos os homens fossem como sou, mas cada um recebe de Deus o seu dom particular; um deste modo, outro daquele modo” (1Cor 7,7).

Que ela escute do único Esposo — não somente o seu próprio, mas de toda a Igreja —, que falou a respeito dessa castidade e integridade: “Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas só aqueles a quem é concedido” (Mt 19,11).

Assim, ela entenderá que — se possui tão grande e nobre dom — deve dar graças a Deus nosso Senhor. O que é muito melhor do que escutar as palavras de qualquer panegirista equivocado — para não dizermos adulator e sedutor. Desse modo me refiro para não parecer que julgo de modo temerário os ocultos pensamentos desse homem que afirma possuir tal dom pelo próprio esforço. Ora, como bem afirma o apóstolo são Tiago: “Todo dom precioso e toda dádiva perfeita vêm do alto, descendo do Pai das luzes” (Tg 1,17).

Tua filha — com tua aprovação e júbilo — te precede pela santa virgindade; vem após ti pelo nascimento, mas te antecede pela ação; pela geração procede de ti, mas pela honra está à tua frente; pela idade te sucede, mas pela santidade te antecipa.

O dom que não pudeste ter, passaste a usufruí-lo por meio dela. Ela renunciou às bodas carnavais para conseguir vantagens espirituais — não só para si, mas também para ti. Tu nela tens a compensação de seres menos — por seres casada, para que ela nascesse.

Esses dons divinos, sem dúvida, são vossos. Não procedem, porém, de vós, mas de Deus. Possuis esses tesouros em corpos terrenos — tão frágeis como se fossem de barro, para que a eminência da virtude seja de Deus e não vossa.

Não vos admireis que digamos serem esses dons vossos, mas não procederem de vós. Pois também chamamos “nosso” ao pão cotidiano e, contudo, acrescentamos: “Dai-nos hoje” (Lc 11,3), para que ninguém pense vir de nós.

7. Está escrito: “Orai sem cessar. Por tudo dai graças” (1Ts 5,17-18). Orai para perseverar e progredir, e dai graças porque não possuis por vós mesmas esses dons.

Quem nos separou daquela massa de morte e perdição que procede de Adão? Não terá sido aquele que veio buscar e salvar o que estava perdido? (Lc 19,10).

— “Que é que te distingue?”, pergunta o Apóstolo. Há quem responda: “Minha boa vontade, minha fé,

minha justiça”. Dirá isso, se não escutar o que diz o Apóstolo em continuação: “Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?” (1Cor 4,37).

Não queremos que Demetriadés, a virgem consagrada, ouça ou leia: “Ninguém pode te dar as riquezas espirituais senão tu mesma. Logo, com razão, hás de ser louvada por isso, e seres preferida às demais, já que tais riquezas não podem estar senão em ti, nem proceder senão de ti” (carta de Pelágio a Demétria 2).

Não queremos que ela se glorie desses dons como se não os tivesse recebido. Será muito melhor que diga: “Em mim, Senhor, estão os teus votos que pagarei em louvares a ti”.

E porque esses dons não procedem dela, que se lembre também de dizer: “Senhor, foi por tua vontade que deste firmeza à minha prosperidade” (Sl 29,8 — Vulgata).

Tais obras que procedem dela, pela própria liberdade — sem a qual não se opera bem algum —, não procedem, porém, como diz aquele autor, “exclusivamente dela”.

Porque a própria liberdade, se não for ajudada pela graça, nem poderá receber o nome de boa vontade. Afirmo o Apóstolo: “Pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade” (F12,13). E ele faz tal, não somente ao revelar os preceitos para conhecermos o que devemos fazer, mas também para inspirarnos a caridade, a fim de executarmos com amor o que apreendemos.

8. Quão grande bem seja a continência, sabia-o já aquele que disse: “E como ninguém pode ser continente a não ser que Deus lhe conceda”... Não só sabia ser um bem muito grande e sumamente apetecível, mas também que não pode existir sem que Deus o conceda. Desse modo lhe havia ensinado a Sabedoria, ao dizer: “Ao me dar conta de que somente obteria a sabedoria, se Deus me concedesse — e já era sinal de entendimento saber a origem desta graça —, dirigi-me ao Senhor e rezei, dizendo de todo meu coração...” (Sb 8,21).

Logo, Deus nos ajuda não somente dando-nos a conhecer o que temos de praticar, mas também ajudando-nos a executar com amor o que apreendemos.

Destarte, ninguém pode entender e tampouco ser continente, se Deus não lhe der esse dom.

Ao contrário, aquele autor (Pelágio), que fala das riquezas espirituais — entre as quais há de estar enumerada essa luminosa e bela continência — não diz: “Elas podem estar em ti e proceder de certo modo de ti”. Mas: “Não podem estar senão em ti, nem proceder senão de ti”. Desse modo, não podem estar em ninguém mais a não ser nela mesma, nem proceder de ninguém mais senão dela própria. Daí, poder ela gloriar-se como se não tivesse recebido de Deus.

Que o Senhor misericordioso aparte de seu coração tal sentimento!

CAPÍTULO 3

9. Nós (Agostinho e Alípio) pensamos de tal forma sobre a disciplina da santa virgindade e sobre a humildade cristã, nas quais tua filha foi educada.

Com certeza, ela — ao ler aquelas palavras citadas — gemeu e bateu no peito humildemente, e talvez tenha chorado, rezando com confiança ao Senhor, a quem se consagrou e por quem se santifica. Pediu que, assim como essas palavras não são de sua autoria, mas de outro, assim tampouco seja sua essa fé: crer possuir em si algo com que se gloriar e não glorificar ao Senhor. Essa glória, sem dúvida, há de estar nela e não em palavras alheias, como diz o Apóstolo: “Cada um examine sua própria conduta, e então terá o de que se gloriar por si só e não por referência ao outro” (Gl 6,4). Mas que não seja ela a sua própria glória, mas daquele a quem se diz: “Mas tu, Senhor, és a minha glória e o que me ergue a cabeça” (Sl 3,4).

Assim, de modo salutar estará nela a sua glória, pois Deus mesmo estará nela. Esse Deus de quem

recebe todos os bens pelos quais se torna boa. E dele receberá todos os bens pelos quais poderá tornar-se ainda melhor, enquanto puder melhorar esta vida. E até mesmo receberá dele aqueles bens pelos quais se tornará perfeita, ao possuir a graça divina, e não o louvor humano. Porque a sua alma será louvada no Senhor (Sl 34,2), o qual “sacia com bens o seu desejo” (Sl 102,5 — Vulgata).

Foi Deus quem lhe inspirou esses desejos, para que sua virgem não se glorie em bem algum, como se dele não tivesse recebido.

10. Se nós nos equivocamos ou não, acerca dos sentimentos de tua filha, tu nos certificarás em tua próxima resposta.

Sabemos muito bem que, com todos os teus, sempre adoraste, a adoras ainda, a indivisa Trindade. Mas o erro humano não se refere somente a respeito da indivisa Trindade. Há muitos outros pontos em que se erra perniciosamente, como neste, por exemplo. Discorremos a respeito dele, nesta nossa carta, talvez mais longamente do que o necessário. Isso, se levarmos em consideração a tua fiel e casta prudência. Verdade é que, quando alguém nega proceder de Deus um bem que dele procede, ignoramos a quem possa fazer injúria senão a Deus e, portanto, à mesma Trindade. Que esse mal esteja longe de ti. Cremos assim ser. Deus nos livre que aquele livro tenha produzido má impressão — já não digo no teu espírito ou no de tua filha — à virgem consagrada —, mas nem sequer no do último servo ou serva de tua casa. Nós julgamos dever ter citado aqui algumas daquelas palavras, entre as que poderiam ser entendidas com facilidade maior.

11. Se leres, porém, com mais diligência as passagens restantes que parecem falar em favor da graça ou do auxílio de Deus, encontrarás muita ambigüidade. Elas podem se referir à natureza humana, à doutrina ou ao perdão dos pecados. Essas pessoas (os pelagianos) vêm-se obrigados a confessar que temos de rezar para não cairmos em tentação. Chegam, porém, a desvirtuar o que dizem, afirmando que isso nos ajuda, contudo, em outro sentido: quando oramos e pedimos a compreensão da verdade, fica-nos mais claro o entendimento de como havemos de agir. Nossa vontade, porém, não recebe energia (ou alguma graça especial), para executar o que entendemos.

Igualmente, conforme a mesma doutrina, confessam que Cristo Senhor é exemplo proposto de como devemos viver bem. Essa é, para nós, a graça ou o auxílio de Deus. Querem dizer por aí que, por seu exemplo, apreendemos como viver, mas não que sejamos ajudados a executar, com amor, o que apreendemos.

12. Vê se consegues encontrar nesse livro alguma passagem em que, excetuado o que é da natureza, exceto o que nessa natureza humana pertence ao livre-arbítrio da vontade — excetuada a remissão dos pecados e a revelação da doutrina — onde se manifesta um auxílio de Deus, tal como confessava aquele que dizia: “Sabendo que não podia obter a sabedoria, se Deus não ma desse, e isto era já efeito da sabedoria, o saber de quem vinha este dom, dirigi-me ao Senhor, fiz-lhe a minha súplica e disse-lhe de todo meu coração...” (Sb 8,21 — Vulgata).

Esse que assim orava não queria em sua oração receber só o que é da natureza, com a qual foi criado, nem tra-tava da liberdade natural com que fora criado, nem desejava a remissão dos pecados, mas desejava a continência, para não pecar. Nem tampouco desejava saber o que tinha de executar, pois confessa já o saber e de quem receber esse dom. Queria, apenas, receber no Espírito de sabedoria tantas forças para a vontade, e tanto ardor no amor, que bastassem para realizar a grandeza da continência.

Supondo que tu encontres texto que diga isso, dar-te-emos muitíssimas graças se te dignares apontá-lo em tua próxima resposta.

13. Não podemos encarecer o suficiente nosso desejo de que seja encontrada confissão declarada sobre a graça nos escritos desses homens, pois muitos são os que os lêem, atraídos por sua penetração e eloquência. Quiséríamos uma menção dessa graça que o Apóstolo recomenda com veemência, por ser:

— a medida da fé, e sem a fé é impossível ser agradável a Deus (Hb 11,6);
— e “o justo viverá da fé” (Rm 1,17);
— “a fé que age pela caridade” (Gl 5,6);
— pois antes da qual e sem a qual não há boas obras em ninguém, já que “tudo o que não procede da boa-fé é pecado” (Rm 14,23);
— (Sabemos que): “Deus dispensou a cada um a medida da fé” (Rm 12,3);
— para não sermos ajudados apenas com a revelação da ciência, a vivermos pia e justamente, porque “a ciência incha; é a caridade que edifica” (1Cor 8,1);
— para sermos auxiliados pela inspiração da mesma “caridade que é a plenitude da Lei” (Rm 13,10), e que edifica nosso coração, a fim de que a ciência não o leve a engrandecer-se.

Até o presente, nós não pudemos encontrar tais ensinamentos nos escritos desses inovadores.

14. Quisérámos muitíssimo que tais afirmações pudessem ser encontradas no livro de que citamos alguns parágrafos. Aí, a virgem de Cristo é louvada como se ninguém — senão ela a si mesma — pudesse se dar as riquezas espirituais. Por não receber a não ser de si mesma, o autor do livro não quer que ela se glorie no Senhor, mas que se glorie em si como se não tivesse recebido tais riquezas de Deus.

Nesse livro não vem citado o nome do autor nem o de vossa reverência. O autor assegura, porém, que a mãe da virgem consagrada lhe pedira que o escrevesse para a filha.

Ora, Pelágio, em uma carta sua, na qual coloca claramente o próprio nome, também não cala o da virgem, afirmando ter-lhe escrito. Esforça-se por provar com o testemunho dessa obra que aí confessa abertamente a graça de Deus, apesar de lhe censurarem haver negado ou omitido tal declaração.

Ignoramos se é o mesmo livro ou outro, no qual ele põe aquelas palavras sobre as riquezas espirituais. Nem sabemos se é esse o livro que chegou às mãos de vossa santidade.

Rogamos que te dignes nos esclarecer na tua resposta.

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmiás
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
- 9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
- 9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
- 9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho
22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio

- 27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homilias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homilias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
- 27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homilias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homilias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
- 27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homilias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Direção Editorial
Claudio Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Títulos originais
De bono coniugali - De sancta virginitate - De bono viduitatis

eISBN: 9788534938921

Tradução
Vicente Rabanal (Dos bens do matrimônio)
Nair de Assis Oliveira, CSA (A santa virgindade - Dos bens da viuvez)

Introdução e notas complementares
Roque Frangiotti
Nair de Assis Oliveira, CSA

Revisão
Zolferino Tonon

Capa
Visa

© PAULUS – 2014
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5084-3066
www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

eISBN 9788534938921